

The background of the book cover features three black silhouettes of crosses standing on a grassy hill. The sky is a dramatic mix of green and blue, filled with heavy, dark clouds, suggesting an approaching storm or a dramatic sunset/sunrise. The overall mood is somber and contemplative.

J. H. Waggoner

A EXPIAÇÃO

A Expição Como Revelada Nas Escrituras

Ministério Quarto Anjo
www.quartoanjo.com

A EXPIAÇÃO

(TRADUÇÃO LIVRE)

Por J.H. WAGGONER

“O respeito sincero pelos homens dos primeiros tempos pode ser acompanhado de uma percepção clara de suas fraquezas e erros; e cabe-nos lembrar que os erros, que neles eram inocentes, porque inevitáveis, podem merecer uma denominação mais severa se perpetuados em sua posteridade. - WILLIAM ELLERY CHANNING.



Ministério Quarto Anjo
www.quartoanjo.com

Índice

PRIMEIRA PARTE: UMA EXPIAÇÃO CONSISTENTE COM A RAZÃO	6
CAPÍTULO I. COMPARAÇÃO DE NATUREZA E MORALIDADE.....	6
CAPÍTULO II. O SISTEMA MORAL	12
CAPÍTULO III. REQUISITOS DO SISTEMA MORAL	17
SEGUNDA PARTE: A EXPIAÇÃO COMO REVELADA NA BÍBLIA	28
CAPÍTULO I. PRINCÍPIOS DO GOVERNO DIVINO	28
CAPÍTULO II. PECADO E SUA PENALIDADE.....	43
CAPÍTULO III. JUSTIFICAÇÃO E OBEDIÊNCIA	51
CAPÍTULO IV. MORTE VICÁRIA DE CRISTO	60
CAPÍTULO V. O FILHO DE DEUS MORREU.....	70
CAPÍTULO VI. DOCTRINA DA TRINDADE É SUBVERSIVA À EXPIAÇÃO	78
CAPÍTULO VII. O QUE É A EXPIAÇÃO	86
CAPÍTULO VIII. O JULGAMENTO.....	95
CAPÍTULO IX. O BODE EXPIATÓRIO	110
CAPÍTULO X. O REINO DE CRISTO	117
CAPÍTULO XI. REDENÇÃO.....	129
CAPÍTULO XII. REDENÇÃO - CONTINUAÇÃO	139
CAPÍTULO XIII. CONCLUSÃO	153
APÊNDICE A	156
APÊNDICE B. CRISTO, MAOMÉ OU CONFÚCIO?	161
O AMOR DE DEUS	164

PREFÁCIO

Por todos os que têm fé na eficácia do sangue de Cristo para purificar do pecado, a Expição é confessada ser a grande doutrina central do evangelho. Nisto eles concordam, por muito que possam divergir em outras doutrinas, ou nas relações destas. E, no entanto, o número de livros sobre este assunto não é grande, em comparação com o número de muitos outros, considerados tão fundamentais no sistema cristão como este. AERS 3.1

Ao desenvolver o argumento, tentamos seguir as Escrituras em sua leitura simples e literal, sem levar em conta as posições de outros que escreveram antes de nós. Seria um prazer para nós concordar com todos os que são considerados evangélicos, e diferimos deles apenas porque nosso respeito pelas verdades da Bíblia nos compeliu a fazê-lo. AERS 3.2

Com aqueles que consideram necessário pedir desculpas pela Bíblia, o escritor tem pouca simpatia. É um fato notável que de todos os escritores e oradores cujas palavras estão registradas na Bíblia, ninguém jamais empreendeu uma defesa da palavra sagrada. “As Escrituras” foram apeladas como autoridade final tanto por Cristo quanto por seus apóstolos; e se alguém negasse sua autoridade, eles eram considerados fora do alcance de prova - eles não acreditariam mesmo que alguém ressuscitasse outros dos mortos. Lucas 16:31 . E quando homens de certa classe negaram uma verdade das Escrituras, o Filho de Deus não os encontrou com filosofia ou ciência, mas resolveu a questão apelando para a própria palavra, respondendo: “Erreis, não conhecendo as Escrituras nem o Poder de Deus.” Mateus 22:29 . AERS 3.3

O leitor pode então questionar por que nos afastamos da trilha batida ao estabelecer o fundamento de uma expiação por meio do apelo aos princípios da razão e da lei. Porque acreditamos que algo se deve àqueles que receberam idéias errôneas da doutrina daqueles que foram professores religiosos. Muitos têm atacado a Expição por causa dos ensinamentos insensatos de seus professores defensores. Eles afirmam que é uma doutrina que leva à licenciosidade e à imoralidade; e eles são confirmados em sua opinião pelas posições de teólogos eruditos que negam que a justiça está por trás da Expição, virtualmente, e muitas vezes abertamente, declarando que o evangelho não estabelece e vindica a lei de Deus. Não acreditamos que fora da “teologia” pudesse ser encontrada uma alma que insistisse que o perdão de um crime absolveu o criminoso da obrigação para com a lei que o condenou por cometer o crime! O poder de perdoar deve ser usado com prudência e está sempre comprometido com aqueles que juraram manter a autoridade da lei. AERS 3.4

No governo de Deus, como em todos os governos, a lei é a base sobre a qual tudo é feito. A própria ideia de provação reforça a declaração bíblica de que temer a Deus e guardar seus mandamentos é o dever de todo homem. A “regra de ouro” é a personificação da “lei e dos profetas”, Mateus 7:12, e o amor de Deus, o próprio objeto e essência do evangelho, é a observância de seus mandamentos. I João 5: 3. Nossas

posições na “Primeira Parte” foram examinadas por eminentes juristas e declaradas boas e seguras; e apelamos a todos os leitores que se a doutrina da Expição está em conflito com esses princípios, o cético teria razões sólidas para rejeitá-la. Essa parte de nosso argumento foi o resultado de um exame cuidadoso e prolongado do terreno, e foi uma tarefa deliciosa traçar a harmonia entre esses princípios e a palavra da revelação. AERS 4.1

Quanto mais o examinamos, mais fortes são nossas impressões de que nenhuma linguagem pode fazer justiça ao assunto da Expição de Cristo. A mente do homem, neste estado presente, não pode realizar sua grandeza e sua glória. É a oração do autor que a leitura deste livro desperte nos outros o desejo que a escrita fortaleceu em seu próprio coração, de entrar naquele estado imortal onde possamos, através de eras incessantes e com poderes ampliados, a contemplar e admirar “as riquezas insondáveis de Cristo.” JHW Oakland, Cal., Agosto de 1884. AERS 4.2

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.23#23>

PRIMEIRA PARTE: UMA EXPIAÇÃO CONSISTENTE COM A RAZÃO

CAPÍTULO I. COMPARAÇÃO DE NATUREZA E MORALIDADE

O salmista diz bem: “Os céus declaram a glória de Deus; e o firmamento mostra a obra das suas mãos. ” Salmo 19: 7. As obras de criação material são maravilhosas. Quando olhamos para os incontáveis globos nos céus, e consideramos as distâncias inconcebíveis que os separam, e consideramos que eles se movem em uma ordem exata e harmoniosa, comparada com a qual o funcionamento da maquinaria mais perfeita que o homem já fez torna-se áspera e chocante, podemos apreciar as palavras do salmista; e não podemos nos surpreender que o Dr. Young disse: "O astrônomo não devoto está louco." Todo trabalho do projeto bem executado elogia o designer. E onde quer que vejamos disposição, ordem, harmonia, principalmente no mecanismo, nos movimentos, sabemos que existe um designer. Não podemos ser persuadidos de que qualquer máquina bem-sucedida seja um acidente; não podemos, por nenhum esforço, levar nossas mentes a acreditar que as obras de um relógio, ou qualquer coisa semelhante a eles, vieram por acaso, ou apenas aconteceram. Eles não precisam de voz para falar conosco para nos assegurar que eles tiveram sua origem no poder e na inteligência, ou na mente. Assim disse Davi sobre os céus materiais: “Não há fala nem linguagem; e ainda sem elas, sua voz é ouvida.” Ou como Addison expressou lindamente: - AERS 9.1

“Que embora nenhuma voz ou som real, em meio a suas órbitas radiantes sejam encontrados; aos ouvidos da razão todos se regozijam, e pronunciam com voz gloriosa, para sempre cantando enquanto brilham - A mão que nos fez é divina! ” AERS 10.1

Mas, embora as obras da natureza possam nos despertar para sentimentos devocionais, elas não podem guiar nossas devoções. Elas apenas dão evidências da existência de um Projetista todo-poderoso, mas não podem revelá-lo a nós. O próprio homem é "feito de forma espantosa e maravilhosa"; e ele pode ficar maravilhado com o pensamento de seu Criador; ele pode sentir um senso de responsabilidade e de prestar contas ao seu Criador; mas se for deixado apenas à voz da natureza, o mais alto santuário ao qual ele se curvará será o do “Deus Desconhecido”. Ele pode até reconhecer a voz da consciência dentro dele, reprovando-o dos erros que ele tem consciência de que comete; mas a natureza não lhe revela a forma de serviço que seria agradável ao seu Criador e Mantenedor, nem os meios de libertá-lo da culpa e das conseqüências de seus erros. AERS 10.2

O salmista, sem dúvida, tinha essa linha de pensamento passando por sua mente, pois, depois de atribuir à criação tudo o que ela pode fazer para nos incitar à devoção, ele mudou abruptamente de assunto, dizendo: AERS 10.3

“A lei do Senhor é perfeita, e restaura a alma; o testemunho do Senhor é seguro, tornando sábios os simples. Os estatutos do Senhor são retos, alegrando o coração; os

mandamentos do Senhor são puros e iluminam os olhos”. O homem é altamente exaltado quanto às suas capacidades; existem possibilidades maravilhosas em seu ser. No entanto, abandonado inteiramente a si mesmo, ele está desamparado, especialmente na compreensão da moral. E isso não é nada surpreendente; pois ninguém deve compreender a vontade de um governador, ou as leis do governo sob o qual ele vive, a menos que sejam reveladas a ele. O salmista, conforme citado neste parágrafo, atribui à lei do Senhor um cargo que não é possível à criação ou natureza preencher. Os mandamentos do Senhor transmitem instrução, instrução importante e necessária, que não podemos aprender pela observação, nem pelo estudo do universo material. Nenhuma prova deve ser exigida neste ponto. O telescópio ou microscópio mais poderoso nunca pode revelar um único dever moral ou apontar um remédio para um único erro moral. AERS 11.1

Agora, não atribuímos culpa à natureza porque ela não desempenha o papel de uma revelação escrita. Este propósito não foi adotado em seu projeto. Não aprendemos as leis de nosso Governo caminhando pelos campos, estudando suas dimensões e vantagens naturais, nem observando suas benfeitorias públicas. Quando aprendemos tudo o que podemos aprender da natureza, descobrimos, além disso, uma necessidade absoluta de revelação direta. AERS 11.2

Freqüentemente encontram-se opositores da Bíblia que declaram que as doutrinas do Cristianismo são contrárias à razão; ao contrário das conclusões legitimamente tiradas de nosso estudo da natureza, das pesquisas mais profundas da ciência. Especialmente a doutrina da Expição foi objeto de forte oposição, alguns afirmam que é imoral em sua tendência e se baseia em princípios que não estão em conformidade com a justiça. Mas pensamos que toda a objeção se baseia em mal-entendidos; e o objetivo do presente argumento é mostrar que a razão não se opõe à idéia de expiação, mas, ao contrário, leva a ela; que uma coincidência de justiça e misericórdia estrita o exige; e que justifica a majestade da lei e, portanto, honra o governo. É também nosso objetivo mostrar que uma revelação escrita é apenas o suprimento de uma necessidade reconhecida; que o dom de tal revelação é apenas uma conformidade com os princípios de governo mais claros e simples, princípios que são universalmente reconhecidos. E, portanto, a consistência requer que tal revelação, quando dada, seja universalmente recebida e aceita. AERS 12.1

O presente é um estado misto de bem e mal. Não é nosso propósito agora indagar por que é assim; nós o vemos como o encontramos - como ele é; não como gostaríamos que fosse. E confinado em nossas visões ao estado presente, e apenas à observação, ou simplesmente à razão sem uma revelação escrita, é impossível reivindicar a justiça do poder controlador, seja esse poder chamado Deus ou natureza. A virtude é freqüentemente pisoteada na poeira, e ignominiosamente perece em seus representantes. O vício é exaltado nas alturas, triunfa sobre a justiça e o direito, e seu próprio túmulo é decorado com flores e honrado com um monumento. Nas operações da natureza, não há discriminação manifestada, e sem discriminação não pode haver conformidade com a justiça. É verdade que vemos muitas exibições de benevolência, mas também vemos muitas coisas que não podem ser reconciliadas com ela. Os justos e os ímpios, os justos e os injustos, os inocentes e os culpados, os idosos e as criancinhas, compartilham igualmente as generosidades da Providência e, juntos, caem pela pestilência ou afundam sob alguma destruição devastadora. Esses fatos perturbaram as mentes dos filósofos e fizeram com que o filantropo míope ficasse com o coração fraco. Muitos, refletindo

sobre essas coisas e julgando à luz de sua própria razão desassistida, duvidaram que o mundo fosse governado com sabedoria e justiça, e até negaram a existência de um Ser supremo e inteligente. AERS 12.2

Parece singular que aqueles que descartam a idéia de uma Causa inteligente, de um Ser supremo pessoal, geralmente invistam a natureza com os atributos de tal Ser, e atribuem a ela toda a sabedoria do desígnio e o mérito da virtude. Eles falam das leis da natureza, de sua beleza, sua harmonia, sua excelência, como se a natureza fosse o único guia da ação correta e o árbitro adequado dos destinos. Eles esbanjam elogios em suas operações como se ela nunca torturasse um inocente nem permitisse que o culpado escapasse. AERS 13.1

Como antes observado, não encontramos falhas na natureza; mas encontramos falhas na posição irracional assumida por seus devotos. As leis da natureza respondem bem a seus propósitos. Mas essa classe de filósofos se empenha em fazê-los atender a um propósito para o qual nunca foram projetados e que não podem cumprir. E pensamos que pelo raciocínio correto será fácil mostrar que suas idéias são meras falácias. AERS 14,1

Nós levantaríamos a questão: Quando aqueles que negam a obra de um Criador supremo e pessoal falam das “leis da natureza”, o que eles querem dizer com a expressão? Não pode significar as leis feitas pela natureza, quando falamos das leis do homem ou das leis de Deus; pois a natureza nunca fez nenhuma lei. A natureza nunca soube o suficiente para fazer uma lei. Ela não podia deliberar; ela não conseguia planejar; ela não tinha um conhecimento do futuro, pelo qual ela poderia julgar o que era adequado e imaginar meios adequados para o fim. Ou, se ela fez as leis, ela deve ter existido antes de fazê-las. Como, então, suas operações eram regulamentadas antes que as leis existissem? Existe um homem vivo que reivindicará isso para a natureza? Nenhum. AERS 14.2

Temos sido, portanto, particulares em nossas indagações sobre este ponto, porque desejamos notar uma outra fase desse assunto. Já foi dito por alguns que eles não negam a existência do Deus da Bíblia - de um Ser pessoal supremo; mas ainda assim eles acreditam na eternidade da matéria; que nunca foi feito um trabalho como o de criar, no sentido de fazer as coisas existirem. AERS 14.3

E essa matéria, ou a própria natureza, sendo eterna, as leis da natureza também devem ser eternas, porque são inerentes à matéria. Assim, eles dizem, você não pode imaginar que a matéria poderia existir e a gravitação não. E o mesmo ocorre com todas as leis da matéria. Mas, respondemos, isso leva ao mesmo resultado que estivemos examinando. Se as leis são inerentes à matéria, são essenciais para a própria existência da matéria; e segue-se que suspender ou reverter essas leis seria suspender a existência da matéria, isto é, destruí-la. Nesta visão, um milagre é uma impossibilidade. Assim: a matéria não depende de nenhum poder do universo para sua existência. Mas suas leis existentes são necessárias para sua existência. Portanto, as leis da matéria ou da natureza estão além e são independentes de qualquer poder no universo. AERS 15.1

Contra essa teoria, temos objeções a apresentar. Não faz parte de nosso propósito atual argumentar contra isso com base na Bíblia, pois devemos primeiro tentar estabelecer princípios, naturais e legais, fora da prova bíblica. É possível apresentar um argumento que deve ser conclusivo para os crentes na Bíblia, além das declarações diretas daquele

livro em favor da existência de milagres, como fazer nadar ferro sobre as águas, ressuscitar mortos etc. renunciar a isso seria afirmar que, ao admitir a existência de Deus, isso não mudou a questão antes examinada. Esta teoria está aberta a todas as dificuldades que encontramos na teoria hipotética da natureza que cria suas próprias leis. Temos, então, harmonia de movimento sem inteligência; mecanismo sem um mecânico; um design sem designer; um resultado em sabedoria maravilhosa sem plano ou deliberação. Para evitar o fato não científico de um milagre, eles apresentaram diante de nós o maior milagre que poderia ser imaginado! E Davi se enganou quando disse "os céus proclamam a glória de Deus"; pois se a natureza, e suas leis, e suas harmonias, e suas operações quase infinitamente variadas que as acompanham, existiram desde a eternidade, e não pelo poder criativo e ato de Deus, então perguntamos, com um desejo sincero de informações, o que Deus sempre faz? O que ele pode fazer? Por que ele existe? E a natureza e suas leis não "se moveriam e existiriam", como aconteceram desde a eternidade, se Deus não existisse? Outras teorias são projetadas para provar que Deus não existe. Isso é complacente –apenas complacente, não nega Sua existência; seu objetivo é apenas provar que ele não é necessário! que tudo existia por acaso; ele age por acaso; e a interferência de um Deus todo-poderoso, supremo e pessoal só poderia destruir a harmonia da obra! Grande é a filosofia do século XIX, modesta e reverente, como é grande! AERS 15.2

Achamos que há apenas uma construção razoável e admissível que pode ser colocada na frase, a saber: São as leis que o Ser Supremo fez para o governo da natureza. O Criador Infinito, Aquele que fez a natureza, sujeitou-a às operações daquelas leis, sob as quais ela é mantida sob controle. E, claro, essas leis estão dentro do poder e sob a direção de seu Criador. Aquilo que chamamos de milagre é apenas uma suspensão temporária ou mudança nas operações dessas leis. E isso não pode exigir maior exercício de poder por parte do Todo-Poderoso do que estabelecer e manter essas leis em funcionamento. AERS 16.1

É realmente estranho que os homens, de habilidade e inteligência em outros aspectos, neguem que haja qualquer outra coisa além de leis naturais, ou leis da natureza. Eles ignoram a distinção entre as leis naturais e morais. Mas, quando julgadas sob tal luz, as leis da natureza são consideradas imperfeitas e incompletas. Em que aspecto? Nisso, eles não apresentam nenhum padrão de direito e, portanto, não são guias suficientes para a ação humana. Não podemos moldar nossa conduta segundo esse modelo com referência aos direitos de nossos semelhantes. Como amantes da mais expansiva benevolência, podemos nos esforçar para imitar a natureza quando ela espalha suas generosidades: seus preciosos frutos e grãos dourados. Mas novamente ela os retém, e a fome é o terrível resultado. Devemos imitar a natureza nas desolações do furacão, do terremoto e da peste? Devemos espalhar ruína e destruição indiscriminadamente ao nosso redor, envolvendo tanto o inocente quanto o culpado, o idoso grisalho e a criança tagarela? Todos respondem, Não. Mas cada mão que se levanta para impedir tal carreira maluca praticamente reconhece que a natureza, que é tão cegamente adorada por muitos, não nos apresenta nenhum exemplo digno de nossa imitação. AERS 17.1

Assim, de fato, as leis da natureza não satisfazem e não podem satisfazer as aspirações do homem; ninguém pode aceitá-las como um padrão de ação, não importa qual seja sua teoria, porque elas são destituídas do elemento de moralidade. Não podemos traçar um único elemento moral em sua estrutura ou execução. Aquele que os estuda inteligentemente deve estar convencido de que eles foram projetados exclusivamente

para um sistema natural - de forma alguma para um sistema moral. E assim sendo, segue-se que não têm penalidades, mas apenas consequências. Nesse ponto erram muitos homens bem-intencionados, que reconhecem a distinção entre a lei moral e a natural; falam das penalidades das leis da natureza, quando não existem tais penalidades. As violações das leis naturais são acompanhadas de consequências, uniformes em operação, de modo que na natureza vemos uma série ininterrupta de causas e efeitos, sendo os resultados os mesmos, sejam emitidos sobre um objeto responsável ou irresponsável, sem distinção de bem moral ou mal. AERS 17.2

Que as leis da natureza não têm penalidades deve ficar claro para todos, se considerarmos o fato de que elas nunca são aceitas ou consideradas como um sistema judicial. Na execução das penas, deve-se levar em consideração o justo mérito dos crimes cometidos. Mas não existe tal consideração, não existe discriminação alguma no caso de uma consequência da violação do direito natural. Nesse aspecto, as operações da lei natural são tão cegas e irracionais quanto a própria natureza. Está implantado no homem um senso de justiça, ou convicções de direito, para as quais ele não encontra contrapartida nas operações da natureza. Essas convicções são inteiramente morais. Este senso de justiça é erigido na mente humana como um tribunal, uma cadeira de julgamento, onde determinamos a natureza e o deserto das ações. E observe esta verdade: perante este tribunal sempre denunciemos as ações de agentes inteligentes, mas nunca as operações da lei natural. E nisso, o que é verdade para um é verdade para todos; e mostra que todos, quaisquer que sejam suas teorias, fazem de fato e na prática uma distinção adequada entre as leis morais e naturais. Isso deve ser bem e cuidadosamente considerado. AERS 18.1

A principal distinção entre as leis morais e naturais é esta: a primeira diz respeito à intenção - a outra não. O fogo nos queimará e a água nos afogará, quer caiamos neles acidentalmente ou corramos loucamente contra eles. A criança, que ainda não tem consciência de qualquer intenção de bem ou de mal, sofre tão certa e intensamente ao colocar a mão no fogo quanto o homem de mente madura que presunçosamente faz a mesma coisa. E se o homem intencionalmente e maliciosamente atear fogo à casa do vizinho, e a criança, de brincadeira e sem intenção de errar, fizer a mesma coisa, todos culparão um e não o outro. E se um juiz, na administração da lei, impusesse a mesma pena ao homem e à criança, porque as ações e os resultados eram os mesmos, todos detestariam tal perversão da justiça. Assim, não só encontramos homens agindo de acordo com a diferença entre as leis morais e naturais, mas também os encontramos com grande unanimidade julgando as ações dos agentes morais de acordo com suas intenções. AERS 19.1

Mas as operações da lei natural não podem, portanto, ser julgadas, e suas consequências, muitas vezes chamadas erroneamente de penas, não têm qualquer consideração pelas reivindicações da justiça. Como já foi dito, a criança se queima no fogo tão certamente quanto o homem; os bons sofrem com a violação das leis da natureza tão severamente quanto os mais endurecidos e brutais. A idéia não pode ser fortemente impressa na mente de que, confinado em nosso raciocínio ao estado presente, à observação sem uma revelação escrita, a justiça não pode ser alcançada nem justificada. Um sistema moral é necessário, e a idéia de provação deve ser aceita, a fim de atender às exigências da justiça. AERS 19.2

Outro ponto deve ser observado. Quando as exigências de uma lei moral e de uma lei natural entram em conflito, como costumam acontecer neste estado misto de bem e mal, os homens sempre dão preferência à primeira, a menos que suas sensibilidades sejam embotadas. E muitas vezes eles são falsos com as teorias que adotaram para serem verdadeiros a esse fato. Às vezes encontramos homens que negam essas distinções; que afirmam que não existem leis além das leis da natureza; ainda assim eles agem em harmonia com as proposições aqui estabelecidas. Se alguém se recusar a tentar resgatar seu próximo da destruição iminente pelo fogo, e alegar que isso envolveria a violação da lei, já que ele deve ter se queimado no esforço, eles o fariam, tão prontamente quanto outros abominam seu egoísmo. Aqui, eles reconhecem a distinção reivindicada e colocam o dever moral de ajudar nosso próximo acima da conformidade com a lei natural. AERS 20.1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.65#65>

CAPÍTULO II. O SISTEMA MORAL

Tendo suficientemente demonstrado que existe uma distinção entre a lei moral e natural, e que todos os homens a reconhecem e agem de acordo com o fato, mesmo que não o admitam em teoria, temos uma questão de grande importância a propor. Ninguém, a não ser os imprudentes e irrefletidos, podem passar por ela sem dar atenção. O cândido deve admitir que é de grande interesse. É a seguinte: essas aspirações pelo direito, esse senso inato de justiça, a que nos referimos, serão algum dia gratificados? Que eles não são, que eles não podem ser satisfeitos no estado presente, dificilmente precisa de mais informações. Minha natureza moral, meu senso de direito e justiça, está satisfeito em ver a virtude pisoteada? ver o libertino zombando do túmulo de esperanças arruinadas e um coração partido? ver o tesouro inestimável da pureza virtuosa, em torno de qual agrupamos as mais caras esperanças da terra, ostentadas como um mero brinquedo de pouco valor? ver o trabalho honesto afundar sem ser correspondido e se esconder na pobreza miserável e na sepultura de um indigente? ver o vão rolar em riqueza acumulada por fraude e opressão? ver o vício exaltado ao auge da fama? ouvir os louvores daquele cuja presença é repugnante por causa da imundície de suas iniquidades? E quando as palavras deixam de expressar os horrores de tais males semelhantes, devo sorrir complacentemente e dizer: Isso é certo? Minha alma se deleita nisso? Mas isso é apenas um mero olhar para os fatos como eles existem, como eles existiram e provavelmente existem no estado atual. É possível que essas aspirações, essas discriminações do certo e do errado, tenham sido colocadas em nossos seios para serem ridicularizadas - para parecer e desejar em vão? É possível que o Supremo, que tão bem arranjou o mundo material e o sujeitou a certas leis, tenha colocado o equilíbrio moral em nossas mãos sem nenhum propósito? que devemos desejar, mas nunca ver, uma vindicação dos grandes princípios de justiça? Não é bastante razoável concluir que ele tem um governo moral, e que nosso senso moral é uma evidência de que estamos dentro dos limites de um sistema moral? Não são nossas convicções errôneas uma prova para nós mesmos de nossa responsabilidade para com esse sistema? AERS 21.1

O próprio fato de discriminarmos entre as leis morais e naturais, como vimos que todos os homens fazem, e que todos se pronunciam sobre o certo ou o errado das ações da humanidade, é prova do reconhecimento geral da existência de um governo moral. E assim, olhar acima da natureza, reconhecer Deus como um Governador moral, é necessário, sermos fiéis à nossa própria natureza, às convicções plantadas em cada peito. Nesta grande verdade, nossas aspirações encontram descanso. Aqui, nosso senso de justiça se refugia; pois um governo é um sistema de leis mantido, e a própria ideia de um governo moral nos leva a esperar uma vindicação dos princípios ou leis corretos agora pisoteados. Por que devemos nos pronunciar sobre o mérito ou demérito das ações humanas, se não há responsabilidade por essas ações? Nossos sentimentos de responsabilidade (os movimentos da consciência) são apenas a expectativa de um grande veredicto, em ou pelo qual a injustiça, a fraude e todo mal serão recompensados, e a virtude oprimida e a inocência ferida serão exaltadas e justificadas. Esta é, de fato, apenas uma dedução legítima das proposições estabelecidas, e nisto encontramos uma reivindicação segura do Governo divino em relação às anomalias do estado atual. AERS 22.1

Deve-se, entretanto, admitir que há alguns que negam a existência de erro moral e, é claro, da responsabilidade por nossas ações. Mas sua negação ou nossa admissão não enfraquece nosso argumento, pois a negação está apenas na profissão, não na prática. A negação é baseada na alegação da incapacidade do homem de agir, exceto em uma determinada linha. O homem (dizem eles) é uma criatura das circunstâncias; os motivos que o impelem à ação estão fora de sua própria vontade; ele é levado necessariamente a fazer exatamente o que faz e não pode fazer de outra forma. Portanto, ele não é responsável por suas ações. Mas afirmamos que esta é apenas sua crença professada; não sua crença real. Pois, na prática, nós os consideramos uniformemente falsos em sua teoria. Eles irão, tão prontamente quanto outros, julgar e condenar as ações de seus semelhantes. Eles culparão qualquer um por violar seus direitos. Mas certamente era o cúmulo da tolice, a mais grosseira injustiça, culpar alguém por fazer o que não pode evitar. E como é irracional pensar que Deus concede um senso moral, e planta em nós o monitor da consciência, para nos levar a fazer o que é certo, e ainda assim nos obriga a fazer o mal. Nós contamos o homem imoral e degradado que desconsidera as distinções entre certo e errado; que desprezo, então, é lançado sobre o originador do presente sistema pela teoria que admite que essas distinções existem; que de direito eles devem ser preservados, mas afirma que eles não podem ser preservados em qualquer medida. Admitindo a existência de um Deus (e agora falamos às consciências de alguns), o que devemos pensar de um Deus que arquitetaria um sistema em que essas distinções não pudessem ser preservadas? E ainda assim é o caso, se o homem não tem liberdade para agir. Todos nós reconhecemos a diferença entre certo e errado, como princípios; que é certo respeitar a vida e a propriedade do próximo; e, portanto, aquele que os desconsidera faz o mal. E todos estão cientes de que o mal que cometemos é contra nós mesmos; e ninguém jamais procura devolvê-lo a qualquer outro até que seu senso moral seja pervertido pelo egoísmo e pelo falso raciocínio. AERS 23.1

Semelhante à posição acima - pelo menos em sua irracionalidade - é a teoria que admite a existência de Deus, o Governador moral (embora esta admissão não seja essencial para a teoria), e admite que o homem é responsável por suas ações, e admite que todas as violações da lei são certamente punidas, mas nega um julgamento futuro. Isso está intimamente ligado ou é o resultado do erro de que há penalidades para as leis naturais; e que todas as penalidades são infligidas imediatamente após a violação. Assim (dizem eles), se um homem põe a mão no fogo, ele viola uma lei de seu ser; e ele não terá um tempo futuro indefinido para julgamento e punição; ele sofre imediatamente e certamente; e para a violação não há expiação ou perdão. Isso, para alguns, parece ser verdade, pois eles promovem isso; para nós parece uma puerilidade. Repetimos, o sofrimento pelo contato com o fogo não é uma imposição judicial para servir aos fins da justiça, como é a pena; é apenas uma consequência da violação da lei natural; e que recai tão certo e severamente sobre o inocente quanto o culpado. O bebê inocente e inconsciente sofre com o fogo tão prontamente, tão certamente, quanto o homem obstinado. E podemos ir mais longe na ilustração: o homem com malícia cruel pode segurar a mão da criança no fogo; a criança não ofende a lei, pois não pôs a mão no fogo e tenta vigorosamente retirá-la. Aqui o homem faz tudo errado e a criança sofre toda a pena! Tal é a sabedoria, tal a justiça desta teoria. A verdade é que a criança sofre em consequência da transgressão do homem. Ele merece punição (a imposição de uma pena) pela ação; e se a justiça for alguma vez reivindicada, ele será punido, de acordo com sua intenção e sua comissão de um grande erro moral. A admissão de que todo pecado será punido torna necessária a admissão de um julgamento futuro; pois sem isso,

a justiça nunca será vindicada, e nossas aspirações pelo direito nunca serão satisfeitas. AERS 24.1

Mas vamos notar mais uma falácia desse caráter. É encontrada na ideia frequentemente repetida de que Deus é tão amoroso, tão bondoso, que ele não vai condenar nossas aberrações por dever. Não é necessário dizer que isso é uma negação das Escrituras com respeito ao caráter de Deus. Mas, deixando a Bíblia de lado, onde está a evidência de que Deus ama suas criaturas a ponto de não marcar suas faltas ou manter a justiça de seu governo? Certamente não se aprende da natureza que o amor é o único atributo da Divindade. Como surgiu a ideia de que a Divindade deve possuir aquele grau de amor suposto na declaração? De onde eles derivam suas concepções de tal amor e de sua necessidade no caráter divino? Alguém pode dizer? AERS 25.1

Eles podem responder que essas concepções são intuitivas; que eles evoluíram de sua própria consciência; que eles têm um conhecimento inato da adequação moral das coisas e, de acordo com isso, eles revestem a Deidade com os atributos que seu senso moral determina serem adequados a tal Ser. Nossa resposta a isso é dupla. 1. Negamos que tais idéias sejam desenvolvidas por intuição. Os céticos inteligentes desta terra e desta era não derivam seu conhecimento do direito e da abundância do amor no caráter da Deidade, da luz da natureza. Eles derivam isso de seus arredores; da prevalência de influências cristãs e literatura cristã. Para mostrar o que o homem pode aprender da natureza e por mera intuição, devemos considerá-lo totalmente separado da influência da Bíblia e do Cristianismo. E não arriscamos nada ao dizer isso, onde o exemplo cristão e os ensinamentos da Bíblia eram inteiramente desconhecidos, o homem nunca desenvolveu uma idéia exaltada da Divindade. Ao contrário, onde os homens confiaram na luz da natureza e no poder da razão humana, suas concepções da Divindade eram baixas e, geralmente vis; e isso acontecia mesmo onde havia considerável proficiência em filosofia e artes. Muitos negam as Escrituras ao tempo que devem a elas e à sua influência muito do conhecimento de que se orgulham. 2. Exaltando assim o amor no caráter divino em detrimento de outros atributos, eles são apenas parcialmente fiéis à sua natureza superior; parcialmente apenas para sua própria consciência. Nossa consciência, nosso autojulgamento da adequação moral das coisas, nos dá concepções tão definidas e claras de justiça quanto de amor. Todas as proposições estabelecidas neste argumento tendem a este ponto. Temos a tendência de perder de vista a justiça e exaltar o amor. Isso é bastante natural com todos os que têm algum senso de errado (e quem não tem?). Pois sentimos a necessidade de amor ou misericórdia e estamos sempre dispostos ou ansiosos para nos proteger da justiça. Mas nisso, como antes observado, violamos nosso senso moral, para gratificar nossos sentimentos egoístas. Pode alguém raciocinar e refletir desapassionadamente sobre este assunto, e aceitar a idéia de um Deus de justiça mesmo parcial? A ideia é igualmente repugnante à razão e à reverência. Deus deve ser estrita e infinitamente justo. Quem não escolheria ser aniquilado em vez de possuir existência imortal em um universo governado ou controlado por um ser todo-poderoso, mas sem justiça? AERS 26.1

Muitos crentes professos na Bíblia manifestam a mesma tendência de exaltar o amor de Deus acima de sua justiça. É uma grande perversão do evangelho. Deus é infinito em toda perfeição. Seu amor não pode ser mais do que infinito. Se sua justiça fosse menor que infinita, ele seria um ser imperfeito ou finito. O plano do evangelho não foi planejado, e Cristo não morreu, para exaltar seu amor acima de sua justiça, mas para tornar possível manifestar seu amor infinito para com o pecador penitente, sem

menosprezar sua justiça infinita; “Para que seja justo e justificador daquele que crê em Jesus”. Romanos 3: 23-26 . Mas isso será examinado quando chegarmos ao argumento bíblico. AERS 27.1

Talvez nunca tenha havido um tempo em que a ideia expressa por Pope, “Tudo o que é, está certo”, foi tão distorcida e levada a um extremo absurdo; como é no presente. Alguns dizem que toda ação, seja qual for sua natureza, é aceitável a Deus, porque é realizada sob sua mão dominante. Um conhecido “reformador” diz que algo como “pecado, na aceitação comum do termo, não existe”. Afirma-se que o pecado não pode existir; que “não há espaço no universo para o errado existir.” Ouvimos um orador um tanto popular declarar que “o que os homens chamam de crimes são as experiências mais valiosas na marcha do progresso humano”. E essas declarações não são feitas apenas por fanáticos selvagens; elas são discutidas em suas formas mais plausíveis por homens, e mulheres, também, que passam em suas comunidades por pessoas sóbrias. Mas no exame descobrimos que os propagadores dessas teorias as levantam para aliviar a mente de um senso de responsabilidade. Essa classe de filósofos morais sempre formula suas teorias para lançar a culpa do erro, se houver algum erro, sobre Deus, o Criador, e nunca deixá-la sobre si mesmos! AERS 28.1

Esperamos que o leitor perdoe a relação de “uma história verdadeira” que contém um argumento digno de consideração. Dois homens, maquinistas, que trabalhavam em uma ferrovia, conversavam sobre o assunto. Um alegou que, se ele agisse errado, não era responsável pelo erro, pois, disse ele, “eu ponho em prática a disposição que me foi dada. Se eu fizer uma locomotiva e ela não funcionar, você não culpa a locomotiva, você me culpa pelo meu trabalho defeituoso. Mesmo assim, se não respondo ao fim do meu ser, não é minha culpa. A culpa é do meu Criador, que me fez o que sou.” Seu amigo respondeu: “Sua ilustração é justa e convincente, desde que você insista que seu Criador não lhe deu mais cérebro do que você colocou em uma locomotiva!” AERS 29.1

A verdade é que a posse de cérebros e força de vontade acarreta responsabilidade; e essa responsabilidade necessariamente se atribui às criaturas em nosso plano de ser. Se aqueles que negam a existência do erro moral refletissem por um momento, não poderiam deixar de perceber que sua teoria é realmente degradante para eles próprios. Eles são irresponsáveis se forem meras máquinas ou animais irracionais. Mas se eles têm o poder de raciocinar, de querer, de escolher e têm consciência moral, um senso de certo e errado, a responsabilidade deve necessariamente atender ao uso desses poderes. E cada um sente essa responsabilidade; sua consciência não permitirá que negue, até que tenha cauterizado sua consciência e embotado suas sensibilidades morais; isto é, ele, em maior ou menor grau, brutalizou a si mesmo e degradou sua virilidade, seja por raciocínios perniciosos e falsos, seja por uma vida imoral. AERS 29.2

E agora, examinando todo o campo de argumentação sobre esse assunto, perguntamos: Não é um pensamento humilhante que uma palavra seja necessária para provar a qualquer um que existe um erro moral? Devo parar para argumentar com um homem, um ser humano, com todas as suas faculdades em exercício, para lhe provar que é errado roubar, matar ou cometer adultério? Discutir o assunto, ou melhor, admitir que se trata de uma questão discutível, é um insulto ao sentido da humanidade. A verdadeira questão aqui é: como podemos nos livrar do mal que existe? ou, como os criminosos serão resgatados das terríveis consequências de suas violações da lei dAquele que é

infinitamente justo? Não pedimos ao leitor, ou ao nosso amigo duvidoso, que considere a questão de saber se o culpado não pode escapar ao anular ou suspender a justiça, ou como eles podem estar diante de um ser finito, ou um juiz que é comparativamente justo. A verdadeira questão é: como eles se apresentarão perante o tribunal, onde a justiça é mantida e justificada na escala do infinito? onde todo pensamento e intenção maligna são contados como um ato aberto de iniquidade e rebelião contra um governo justo? Isso, e nada menos, está envolvido na própria idéia de um Ser Supremo, um Ser Infinito que é um Governador moral, cujas perfeições exigem que Ele tome conhecimento de todas as ofensas contra Sua autoridade; cada invasão dos direitos de seus súditos. AERS 30.1

Estas são questões solenes e exigem nossa consideração sincera. Se Deus é infinitamente justo - será que ele pode ser de outra forma? - se ele levará todas as obras a julgamento e tivermos que enfrentar os registros de nossa vida ali, como estaremos em Sua presença? Certamente convém que tratemos com franqueza conosco mesmos e compreendamos, se possível, os princípios de justiça que devem prevalecer em um governo sábio e justo. O pecado está em toda parte e em nossos próprios corações. O que deve ser feito em relação a isso? AERS 31.1

Podemos realmente nos gabar de que nossos pecados não foram muito grandes; podemos nos persuadir a acreditar que, em comparação com as de outras pessoas, nossas vidas têm merecido crédito. Mas devemos lembrar que o mal nunca parece odioso para o malfeitor habitual; portanto, ninguém é competente para julgar em seu próprio caso. A decisão não será tomada com base em nossas ações da maneira como elas olham para nós, mas conforme olham para o Legislador e Juiz Infinito. Não seremos comparados com o nosso próximo, no Juízo, mas com a lei que é santa, justa e boa. Não podemos compreender a espiritualidade dessa lei, assim como não podemos sondar a mente de seu Autor. Devemos permanecer à luz da pureza e glória do céu. AERS 31.2

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.100#100>

CAPÍTULO III. REQUISITOS DO SISTEMA MORAL

A administração do governo é um assunto simples, fácil, sim, agradável, onde todos os súditos são perfeitamente obedientes. Nenhum governo desse tipo existe agora nesta terra; mas cada um pode imaginar como seria feliz o Estado onde não houvesse pecado; nenhuma violação da lei; nenhuma invasão de direitos; nenhuma negação ou desconsideração da autoridade; sem discórdia, mas cada um buscando a paz e a felicidade do outro. Quem não oraria: “Venha o teu reino”, se a sua vinda introduzir tal estado de coisas? AERS 32.1

Mas quando o pecado entra, tudo muda. Novas e estranhas relações são introduzidas. Novos interesses surgem. Novos deveres recaem sobre o Governo e o criminoso. O governador deve então tomar medidas para manter a integridade da lei, a honra do Estado e, assim, proteger os súditos das consequências de delitos. Pois toda violação da lei é uma invasão aos direitos e liberdades dos cidadãos. Como veremos mais particularmente a seguir, duas partes surgem; uma, tendo pena do criminoso, implorando por misericórdia; a outra, temendo pela segurança do Estado e pelo bem-estar de seus súditos, pleiteando justiça. E essas são as realidades agora diante de nós. Com esse estado de coisas infeliz, temos que lidar. Essas dificuldades e interesses diversos são encontrados em toda a face da terra. AERS 32,2

Enquanto consideramos os requisitos de um sistema moral em tal estado de coisas, devemos ter em mente que não existe governo moral na terra. Isso quer dizer que não existe governo na terra inteiramente baseado em princípios morais, ou administrado unicamente sobre uma base moral. E, pela própria natureza das coisas, é impossível que haja no estado presente. Nenhum governo humano é administrado em relação às intenções dos súditos além de suas ações. Nenhum governador, nenhum juiz, nenhum júri foi capaz de “discernir os pensamentos e intenções do coração”. Coisas secretas não são, e não podem aqui, ser levadas a julgamento. Um sistema moral, ou governo moral, pode ser administrado somente por Deus. Tudo o que dissemos ou diremos a respeito de um sistema moral, dizemos em referência ao governo e autoridade de Deus, que só pode defender os princípios morais e levar a julgamento os violadores do espírito da lei, bem como os violadores da sua carta. AERS 33.1

Mas os princípios da justiça e do governo podemos compreender e discernir em relação às suas exigências em várias circunstâncias. De acordo com a medida de nossa capacidade, temos a obrigação de manter esses princípios; e embora não possamos discernir as intenções do coração de outras pessoas, devemos guardar nosso próprio coração e respeitar esses princípios em nossa vida. E por mais que recuemos diante da aplicação estrita desses princípios, devemos ter em mente que a lei não apenas nos vincula, mas nos protege; e teríamos todos os motivos para temer os resultados de uma falha em defender e fazer cumprir a lei. Reprovamos a tirania, mas raramente é tão cegamente cruel quanto a anarquia. AERS 33,2

Agora procederemos, o mais brevemente possível, a examinar algumas das reivindicações e exigências do governo bem conhecidas e bem aceitas. AERS 34.1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.109#109>

I. PECADO DEVE SER PUNIDO

A pena dá força à lei e sem ela a lei é nula. E não importa quais consequências possam resultar da violação da lei, o criminoso não é punido até que a pena seja infligida. Podemos encontrar muitos casos em nossos tribunais em que o acusado sofreu consequências mais severas do que a punição que a lei inflige; mas o juiz não pode considerar isso - seu ofício é cuidar para que a penalidade prescrita pela lei seja infligida. Quem infringe a lei corre o risco de sofrer a pena e as consequências intermediárias. Em nome da afirmação de que a transgressão da lei deve ser punida, são apresentadas as seguintes razões: - AERS 34.2

1. Isso fere os súditos do Governo. Um grande objetivo do governo é o bem de seus súditos. A prisão do ladrão, do malfeitor e do assassino responde a um duplo propósito: punir os crimes e impedir que onerem mais sobre nossa propriedade e nossas vidas. A mesma lei que restringe o malfeitor garante os direitos do malfeitor. Portanto, toda violação da lei de um governo é uma invasão dos direitos de seus súditos. Sua tendência será mais claramente vista se imaginarmos por um momento que a lei não será desrespeitada por ninguém apenas, mas por muitos ou por todos. Então, todos os direitos, todas as salvaguardas seriam pisoteados e os objetos do governo inteiramente derrotados. Essa, é claro, é a tendência de toda transgressão. AERS 34.3

2. Isso traz desprezo ao Governo. Em caso de guerra, vimos milhares oferecerem suas vidas em sacrifício para defender o governo e manter sua honra. Se não pode garantir respeito, não pode manter sua autoridade. E se a autoridade for desprezada, nenhum direito e privilégio está seguro. Todos os males notados no parágrafo anterior estão envolvidos nisso. AERS 35.1

3. Insulta e abusa do Criador e Governador. Tão cegante é a influência do pecado que os homens desprezam a autoridade de Deus e o insultam diariamente, sem qualquer remorso aparente. Todas as violações da lei são insultos e abuso de autoridade. Todo indivíduo tem direitos em sua própria esfera, e não há direito mais sagrado do que o da autoridade Suprema de reivindicar o respeito e a reverência dos súditos. E se o governador não for respeitado, seu governo não o será; e se isso não for respeitado, é claro que os direitos dos súditos não o serão. Considere novamente, se este exemplo foi seguido por todos - por todas as inteligências do universo; se todos os homens na terra e todos os anjos no céu se unissem para abusar e insultar o Deus do céu, seu governo se transformaria em um vasto campo de anarquia, e os direitos individuais não seriam mais reconhecidos. Ninguém poderia consentir que Deus sofresse tal estado de coisas e continuaria sem fazer um esforço para reclamar o governo e manter e reivindicar leis corretas. É claro que todos devem concordar que o pecado deve ser punido. AERS 35,2

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.118#118>

II. O PECADOR PODE SER APAGADO?

Esta questão é da maior importância e ninguém deve passá-la levianamente. Todos diriam de uma vez que o pecador pode ser inocentado; mas necessariamente algo deve estar envolvido em garantir sua absolvição. Deve parecer a todos que ele não pode ser inocentado a menos que uma das seguintes coisas aconteça: - AERS 36.1

1. A lei deve ser pisada impunemente. Isso, é claro, não deveria ser permitido, pelas razões apresentadas acima; e podemos dizer, não será permitido, se o executivo tiver um senso adequado de direito e justiça para si mesmo e seus súditos, e o poder necessário para fazer cumprir sua autoridade. Mas os atributos divinos devem ser uma garantia suficiente para guardar este ponto. AERS 36,2

2. A lei seja abolida. Mas isso seria um reconhecimento de fraqueza ou erro por parte do governo, em vez de evidência de erro por parte do transgressor. Ou se a lei não fosse reconhecida como errada, nem o governo errôneo, o caso seria igualmente ruim, apresentando o lamentável espetáculo de um governo abolindo uma boa lei para acomodar um assunto ruim - um de tendências rebeldes. Isso não seria restringir o pecado; seria antes favorecer ou licenciar o pecado e justificar o pecador em seu mau proceder. E teria uma tendência de trazer todos os males da anarquia e arruinar aqueles que consideramos como os resultados inevitáveis da destruição da autoridade governamental. Supor que Deus agiria assim é uma calúnia contra a sabedoria e a justiça do Rei do Céu que não ousaríamos proferir. Essas suposições são inadmissíveis. AERS 36.3

3. O perdão do governador. Esta é uma prerrogativa que pode, sob as devidas restrições e condições, ser exercida com segurança. Portanto, devemos aceitar isso como a única alternativa; como o único meio pelo qual o pecador pode escapar da punição de seus crimes. AERS 37.1

Examinando os pontos anteriores, perceber-se-á que os atos de abolir a lei e de perdoar o transgressor não podem, em caso algum, ser unidos. Um seria uma nulidade se ambos fossem tentados. Isso será melhor apreciado quando considerarmos as condições sob as quais o perdão pode ser concedido, e como o Governo (que sempre deve ser a primeira e principal preocupação) será afetado por isso. AERS 37,2

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.126#126>

III. PERDÃO APÓIA OU RECONHECE

1. A culpa do condenado. Isso é evidente. Perdoar um homem inocente seria absurdo. Os governos humanos às vezes fazem isso declaradamente, como quando se verifica que um homem, que está preso por um período de anos, é inocente do crime pelo qual foi condenado, o governador concede um perdão como meio de sua libertação. Mas é um nome impróprio e realmente um insulto ao homem inocente. A lei deve prever a liberação do confinamento injusto sem sujeitar um homem à vergonha de receber um perdão quando não havia cometido nenhum crime. AERS 37.3

2. O poder do governo. Isso é igualmente evidente. Perdoar é perdoar uma pena que pode ser infligida. Seria uma mera farsa oferecer perdão àqueles que o governo não tinha poder de punir. AERS 38.1

3. A justiça da lei transgrediu. Isso é quase paralelo à primeira proposição e, como ela, evidente; pois declarar um homem culpado é dizer que ele cometeu um erro. E se uma violação da lei for errada, a lei violada deve ser certa. Uma lei injusta é, do ponto de vista moral, uma nulidade. Quando uma lei é declarada inconstitucional ou nula, o prisioneiro sob ela não é realmente perdoado; ele deve ser libertado da prisão falsa; e tal liberação é por justiça, não por misericórdia. Mas o perdão é um favor. Assim, é claro que a justiça da lei é reconhecida no artigo do perdão. Ora, como o perdão supõe a culpa do prisioneiro, o poder do governo e a justiça da lei, em tudo isso pode ser feito para honrar o governo e reivindicar sua integridade. AERS 38,2

Mas existem outros princípios envolvidos. O ato de perdão reconhece as reivindicações da lei, reconhecendo sua justiça. Até agora, ele honra o governo. Mas a questão ainda permanece: essas afirmações são satisfeitas e também reconhecidas? De acordo com uma clara verdade antes observada, o pecador deve ser punido; a justiça o exige imperativamente. Como então o perdão pode ser concedido e a justiça estrita administrada? Nesse caso surgirão dois interesses conflitantes; um de simpatia pelo acusado, inclinando-se para a misericórdia; o outro; extenuante para a integridade do Governo, inclinado para a justiça. Como esses princípios podem ser reconciliados? Ambas as partes podem ficar satisfeitas? Aqui está uma dificuldade; e isso nos levará a perceber as condições ou restrições sob as quais o perdão pode ser concedido com segurança. Pois um perdão indiscriminado e incondicional é perigoso para o governo. Examinando de perto este assunto, encontramos AERS 38,3

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.135#135>

4. O QUE O GOVERNADOR DEVE FAZER NA CONCESSÃO DO PERDÃO

Ele deve fazer uma das seguintes coisas: - AERS 39.1

1. Desconsiderar as exigências estritas da lei e da justiça. Mas isso, é claro, é mau em sua tendência, dando licença ao crime e favorecendo a ilegalidade, em vez de restringi-la, que deve permanecer o verdadeiro objeto do governo. Isso, de fato, é exatamente o que temos evitado o tempo todo. Não podemos admitir isso, pois é perigoso para o Governo. Porque se as reivindicações da lei podem ser desconsideradas em um caso, podem ser em muitos - podem ser em todos; e então o governo chega ao fim. E se o executivo dá o exemplo de desconsiderar as reivindicações da lei, outros podem ser levados a seguir seu exemplo, ou todos podem; e o resultado é o mesmo - ilegalidade e anarquia. E tudo isso seguindo o exemplo daquele que ocupa o trono da justiça! O próprio pensamento é, no mais alto grau, abominável. Só resta uma maneira possível, pela qual o perdão pode ser concedido sem atropelar a justiça e colocar o Governo em perigo; isso é AERS 39,2

2. Cumprir a lei por substituição voluntária. Se a substituição for voluntária, de modo que o substituto seja satisfeito e a pena total da lei infligida, de modo que a lei e a justiça sejam satisfeitas, tudo deve ser satisfeito - todos os interesses e sentimentos conflitantes devem ser reconciliados. Que ninguém diga, para se opor a isso, que tal não é o caso quando o perdão é concedido em governos humanos; pois estes são imperfeitos e, em vez de se conformarem estritamente com a justiça, podem apenas esperar

aproximar-se dela. Os interesses acima referidos nunca são harmonizados com governos humanos. Nestes, se o preso é punido menos do que a pena indicada pela lei, então a lei fica privada na medida do devido. Nesse caso, a justiça não é reconciliada ou reivindicada; é suspensa. Todos devem ver à primeira vista que os meios aqui propostos, por si só, evitam todas as dificuldades. Vamos examinar mais detalhadamente seus efeitos. AERS 40.1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.141#141>

V. SUBSTITUIÇÃO VOLUNTÁRIA,

1. Reconhece as reivindicações da lei. Supomos uma substituição em que todas as partes estão satisfeitas - todos os conflitos reconciliados. Mas se a lei fosse injusta, se o acusado não fosse realmente culpado de um erro, o ato de condenar seria tirânico. Então não poderia haver satisfação, nem para a justiça, nem para o condenado, nem para seu substituto. Portanto, para obter o resultado desejado, deve haver aquiescência com a justeza do procedimento, que é um reconhecimento da justiça da lei que condenou. AERS 40.2

2. Honra e mantém o Governo. Deve-se admitir que toda infração às reivindicações da lei, todo afastamento da justiça estrita, é uma violação dos direitos comuns e põe em perigo o governo. O que quer que honre e justifique as reivindicações da lei e da justiça, tende a manter o governo; e, claro, para reivindicar direitos pessoais sob ele. Essa substituição voluntária sim, como foi mostrado. AERS 41.1

3. Dispensa misericórdia, que de outra forma não poderia ser oferecida de forma consistente com os grandes princípios de direito e justiça. Conseqüentemente, todos os objetos de governo - justiça e misericórdia, verdade e amor - se encontram neste arranjo. Essa é precisamente a ideia de uma Expição - não algo a ser rejeitado, como alguns em vão imaginaram, mas a ser amado e estimado, como uma certa reivindicação de direito e justiça e uma dispensação benéfica de amor e misericórdia. AERS 41.2

No exame dos princípios até agora, descobrimos que a Expição afeta nossa relação com o Governo em dois aspectos: olhar para o passado e para o futuro. Ao passado, na medida em que liberta da condenação por ofensas passadas; e para o futuro, na medida em que reconhece as reivindicações da lei, vinculando-nos assim à futura obediência à lei. AERS 41.3

Mas alguns fingem não descobrir nenhuma harmonia entre esses objetos, embora seja claro que uma proposta de Expição que perdesse de vista qualquer um deles deixaria de unir a justiça e a misericórdia; isto deixaria o pecador condenado, ou desonraria o governo. Pode, no entanto, ser observado mais adiante, AERS 41.4

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.151#151>

VI. POR QUE UMA EXPIAÇÃO É NECESSÁRIA

1. A obediência futura não justificará o culpado. Argumentar isso parece quase desnecessário, pois foi mostrado que a justiça e a misericórdia não se encontram de maneira alguma, a não ser por uma Expição. Mas alguns negam o uso, pelo qual se presume que eles querem dizer a necessidade, ou justiça, de obedecer a uma lei que não justificará o culpado. Mas a deficiência está apenas em sua própria supervisão. Eles não fazem distinção entre justificar o inocente e o culpado. Os inocentes são justificados pela lei; o culpado não pode ser. Mas os inocentes são justificados pela lei apenas se permanecerem inocentes; isto é, se eles continuarem a obedecer. Enquanto o transgressor, já condenado, não está livre da condenação de ofensa passada por obediência futura. Nisso, nada mais é reivindicado do que o que está estabelecido como princípio de ação nas transações jurídicas e mesmo comerciais. Quem matou, no ano passado, não pode oferecer como justificativa que não matou, este ano. O juiz não tem o direito de ouvir a alegação do ladrão, de que ele não roubou recentemente, enquanto a evidência de sua culpa passada é clara. Não libera o homem de uma dívida passada para pagar o que ele compra hoje. A justiça e a moralidade presentes simplesmente respondem a uma demanda presente, deixando o passado sem solução. Mas temos uma pergunta a fazer àqueles que pensam que não é obrigatório guardar uma lei porque ela não justifica o transgressor. Se a lei condena um ladrão, e ele só pode ser inocentado pelo perdão, a concessão do perdão o isenta da obrigação de guardar a lei e o deixa livre para roubar depois disso? AERS 42.1

2. Não temos resgate a trazer. A exigência do governo é obediência; e o dever é perpétuo. Qualquer cessação ou suspensão é uma quebra na cadeia que não podemos restaurar. Não podemos em um dia exercer as funções de outro, de modo a suspender as obrigações nesse outro dia. Apresentando essa ideia em uma base puramente moral, seremos mais capazes de apreciá-la. A obrigação de amar a Deus de todo o coração nos une todos os dias de nossa vida. Suponha que fracássemos em um dia, seria absurdo dizer que poderíamos fazer as pazes com a obediência em outro dia; pois isso seria amar a Deus naquele outro dia com mais do que todo o coração, de modo a aplicar um pouco de nossa superabundância de amor ao passado! Conseqüentemente, o transgressor não pôde salvar a si mesmo, embora retivesse todas as suas forças originais para obedecer; mas a seguinte verdade é bem conhecida: - AERS 43.1

3. Somos incapacitados por práticas imorais. Nisso, apela-se à consciência de cada mente reflexiva e sincera. Todos nós nos reconhecemos sujeitos à tentação e freqüentemente nos encontramos propensos a fazer o que nossas convicções proíbem. Se nos permitirmos fazer coisas erradas, esses sentimentos se tornam ainda mais fortes e somos menos capazes de resistir à tentação. O mal se torna um hábito difícil de resistir ou superar. Assim, quem tem um moderado desejo de beber bebidas alcoólicas ardentes descobrirá que esse desejo é grandemente fortalecido pela indulgência e, finalmente, se for indulgente demais, o deixará completamente sob seu controle. Essa é a tendência de todos os atos errados. Agora todos nos sentimos conscientes de ter feito mais ou menos mal; e é razoável dizer que temos feito mais do que temos consciência, visto que não temos sido suficientemente tenazes quanto ao que é certo, nem muito vigilantes para observar nossos próprios erros. E, de acordo com a pura verdade aqui declarada, nos

tornamos fracos de acordo com o mal que cometemos, e tanto mais precisamos da ajuda de terceiros para nos corrigir com o poder que ofendemos. AERS 43.2

Uma Expição não deve apenas unir justiça e misericórdia e reconciliar o transgressor com a lei, mas a perpetuidade e estabilidade do Governo devem ser a primeira consideração, visto que eles são os primeiros em importância em nossas relações e deveres, porque neles a perpetuidade de todas as relações e direitos privados dependem. Todos concordamos com isso, que o bem público deve ser considerado primordial para o interesse privado. Mas isso só entra em conflito quando nos colocamos em oposição ao governo. Portanto, se nosso interesse conflita com o Governo, que é o conservador dos direitos gerais, revela-se interesse egoísta. Pois, se tivéssemos honrado e apoiado o governo em nossas vidas ou ações, ele nos justificaria ou sustentaria; mas se nossos direitos são perdidos pela desobediência, de que é que o governo é o culpado? Porque o transgressor sacrificou seus direitos, não é, portanto, razoável pedir que a justiça seja desonrada e os direitos dos outros sejam sacrificados em seu benefício. Como o direito deve ser a primeira consideração em todas as transações, o interesse do Governo, o que é certo, deve certamente ser considerado primordial para o bem do transgressor, que está errado. Portanto, ao fazer uma Expição, o cumprimento da lei - a manutenção da autoridade governamental - deve ser considerado de primeira importância. Essa é a única maneira pela qual uma Expição pode honrar o Governo em nome do qual é feita. AERS 44,1

Por uma única violação da lei, perdemos nossos direitos e privilégios; mas por persistir em tal violação, ou induzir outros a fazê-lo, e assim desconsiderar a autoridade da lei, nos classificamos como rebeldes ou traidores contra o governo. Nossa relação com o governo enquanto estivermos nessa posição, e nossa relação com os meios de nossa restauração, devem ser consideradas com grande cuidado e franqueza. AERS 45,1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.163#163>

VII. O PECADOR DEVE ACEITAR, NÃO FAZER, CONDIÇÕES

Esta proposição deve ser evidente para todos, visto que AERS 45,2

1. Traição é o maior crime. Quem comete homicídio tira a vida, mas quem procura subverter a lei procura a destruição da salvaguarda da vida, daquele que deve proteger a vida prevenindo e punindo o crime. Portanto, é a agregação de todos os crimes. AERS 45,3

2. O Governo tem o direito exclusivo de libertar. Isso significa que o Governo unicamente tem o direito de ditar os termos ou condições pelos quais os rebeldes podem ser restaurados à cidadania. Isso é verdade, também, em relação a todos os crimes para os quais o perdão é desejado. E esse direito, o governo deve exercer. Nenhum criminoso tem o direito de ditar os termos de seu próprio perdão ou os meios pelos quais ele pode ser devolvido ao governo. E ninguém que tenha qualquer consideração pelos direitos violados, pela justiça oprimida, pelos sagrados princípios da lei e da ordem, poderia estar disposto a ver o traidor incondicionalmente restaurado a seu lugar e favor. Nenhum governo estaria seguro em seguir tal curso; nem poderia inspirar respeito. AERS 45,4

3. Aquele que não aceita as condições ainda é um traidor. Se o Governo tem o direito exclusivo de ditar termos aos rebeldes, o que todos devem permitir, então o transgressor só pode mudar sua relação com o Governo aceitando esses termos; e se ele se recusa a aceitá-los, ele, é claro, persiste em manter sua posição na rebelião. Ou substituir seus próprios termos não seria melhor, mas sim um insulto ao Governo, uma negação de seu direito e autoridade. Se um criminoso ditasse como os crimes deveriam ser tratados, o governo seria uma farsa e se tornaria o desprezo dos homens honestos. Portanto, duas coisas devem ser exigidas de um transgressor ou rebelde, que só podem ser aceitas, a saber: - AERS 46.1

1. APRESENTAÇÃO NÃO QUALIFICADA ÀS LEIS QUE FORAM TRANSGREDIDAS, e, AERS 46.2

2. ACEITAÇÃO CORATIVA DO PLANO OU CONDIÇÕES OFERECIDAS PARA SUA RESTAURAÇÃO. AERS 46,3

Uma objeção é freqüentemente levantada contra este ponto de vista, a saber, que se um substituto for aceito e a penalidade da lei for imposta a ele, então não há perdão - não há misericórdia, mas justiça apenas na transação. Pois, diz o objetor, se a dívida for paga por outra pessoa, não pode ser justamente considerada contra o principal; o pagamento não pode ser exigido duas vezes. A falha fatal dessa objeção é esta: ela considera o crime uma dívida, o que não é. AERS 47.1

Um homem pode ter uma dívida sem qualquer culpa ligada a ele; mas não é assim com o pecado. Logo no primeiro passo, há misericórdia para com o pecador ao aceitar um substituto em seu favor; e depois que o substituto sofreu a penalidade, o pecador é tão merecedor de punição em sua própria pessoa quanto antes. Ele nada fez para se livrar do ódio de seu crime. Todos devem ver, à primeira vista, que o que foi dito sobre a aceitação das condições é uma parte necessária deste sistema de perdão, pois o Governo não precisa apenas de uma satisfação para o passado, mas de uma salvaguarda para o futuro. Isso o mero pagamento de uma dívida passada não forneceria. Portanto, a aceitação de um substituto que se oferece para arcar com a pena de crime abre o caminho para o perdão a ser concedido de forma consistente com a justiça. Agora, se o criminoso aceita que o substituam de modo a tornar a oferecer a si próprio, e preencher os requisitos necessários, para que ele una os seus esforços com os do substituto em honrar a lei, então o Governo tem a sua salvaguarda contra a futura rebelião. Mas sem isso, todos os males do perdão incondicional podem advir da ação do pecador, mesmo embora um substituto tenha sofrido em seu favor. Mas se a lei for honrada pelo sofrimento do substituto, e o pecador deixar de pecar e aceitar as condições aqui propostas, não resta dificuldade. O governo é honrado na justiça da transação, e o pecador é justificado e salvo por suas provisões de misericórdia. Mas se algum desses detalhes estiver faltando, o sistema estará com defeito. O perdão concedido em quaisquer outros termos tende à iniquidade, violando os princípios de direito e justiça e subvertendo o governo.1 AERS 47,2

É desnecessário argumentar, mas é bom mencionar, que um substituto, para dar satisfação à justiça, deve estar livre de condenação em sua própria vida; ele deve ser inocente aos olhos da lei, ou livre de sua transgressão. Um criminoso oferecer sua vida por outro não seria nenhuma satisfação para a justiça, visto que a sua já estava perdida. AERS 48.1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.178#178>

DIREITOS DOS SUJEITOS

Ao defender as reivindicações do Governo, não devemos perder de vista a verdade de que os súditos também reivindicam justiça. Como muito é devido dos súditos ao Governo, então algo é devido do Governo aos súditos. Espera-se que um governo estabeleça suas leis e que os súditos as obedeçam; mas deve ser capaz de apresentar reivindicações tangíveis e substanciais à obediência. Notamos, então, AERS 48.2

1. O governo deve revelar claramente suas leis. Está registrado que um certo tirano fez com que suas leis fossem postadas em uma altura tal que não podiam ser lidas, e então puniu aqueles que não as cumpriram. Isso era injustiça - era de fato tirania. É a lei que define nosso dever; e para que a obediência possa ser executada com justiça, tal declaração de dever deve ser clara e distinta: não deixada à suposição ou inferência duvidosa. Já consideramos antes que um governo moral, um sistema acima da natureza, é reconhecido; mas o que é devido a esse governo, nossa consciência, ou senso moral, não nos informa. Nesse ponto, nossas opiniões, se não forem guiadas por revelação, serão tão variadas quanto nossos impulsos, nossos interesses ou a diferença de nossas circunstâncias e educação. Mas se nossos deveres forem deixados para nossos próprios julgamentos, com nossos sentimentos e interesses conflitantes, nossas determinações serão tão variadas que confusão e anarquia inevitavelmente serão o resultado. Na verdade, não seria nenhuma lei - nenhum governo. Já houve um governo conhecido que não proclamou leis, mas deixou todas as ações inteiramente à escolha dos sujeitos? Não! não poderia haver governo sob tais condições. Devemos então admitir que Deus, o Criador do céu e da terra, é um Governador moral, e isso fazemos admitindo um sistema moral, mas negamos sua justiça, sua sabedoria e, de fato, seu próprio governo, ao negar a revelação de sua vontade, ou lei, ao homem? Tal negação é muito irracional para ser tolerada; envolve conclusões muito absurdas e depreciativas ao caráter divino. É realmente afundar a Deidade abaixo de nossas idéias de um governador humano sábio. AERS 49.1

Mas, novamente: como é prerrogativa do governo ordenar suas leis, é sua única prerrogativa, como vimos, determinar os meios pelos quais um rebelde pode ser restaurado à cidadania, e como a lei deve ser claramente revelada para servir a fins de justiça, portanto, AERS 50.1

2. O Governo deve revelar claramente as condições de perdão. Sendo o direito de ordenar condições exclusivamente do governo, os súditos ou infratores não podem ter meios de averiguá-los, exceto por revelação direta. Se deixados sem isso, eles nunca poderão ser restaurados; pois seria absurdo deixar que os infratores inventassem seus próprios meios. Isso seria colocar os direitos mais caros do governo nas mãos de criminosos, um pensamento indigno de consideração. Em tudo isso, vemos claramente que uma exigência de justiça é uma revelação escrita. E isso é tão razoável, tão consistente com os princípios mais claros de justiça, que, em vez de objetar a uma revelação escrita, todo aquele que é capaz de raciocinar corretamente deve esperar tal revelação, como estritamente necessária ao governo moral de Deus. AERS 50.2

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.187#187>

OBSERVAÇÕES FINAIS E PERGUNTAS

1. Se Deus instituiu a moral, ele é um governador moral e tem uma lei moral; pois não pode haver um governo sem lei. Se existe uma lei moral, deve ser o único padrão de moralidade; e segue-se que só podemos determinar o caráter de um homem de um ponto de vista moral, comparando sua vida com a lei de Deus - a regra moral. Pois, como já observamos, não existe governo terreno que seja administrado com base em princípios puramente morais. Só Deus pode governar com base nisso. Portanto, quem quer que tenha violado a lei de Deus perdeu seu caráter moral por tal violação, tão certo quanto a moralidade consiste na obediência à lei moral. Mas todos temos consciência de ter violado os princípios de direito e justiça - a maior parte de nossa raça da maneira mais flagrante. Ao nosso redor existem evidências de que o homem se arruinou pelo pecado. Como ele pode ser absolvido e restaurado? Você pode traçar um plano que honre o governo, reivindique a justiça, mantenha a autoridade da lei e, ainda assim, salve o pecador? Você já considerou este assunto? AERS 50.3

2. Consideramos que o Governo tem o direito exclusivo de ditar os termos em que o homem pode ser restituído ao favor. Traçamos uma clara distinção entre os sistemas da natureza e da moralidade; mas em nenhum dos dois, sem a ajuda da revelação direta, podemos descobrir a medida de obediência devida ao governo divino, ou o método ou meios pelos quais podemos ser reconciliados com nosso Criador. Como podemos obter essas informações? AERS 51.1

3. Vimos também a absoluta incapacidade do homem de se salvar da pena de suas transgressões e a necessidade imperiosa de um mediador para expiar por nós e reivindicar justiça em nosso perdão. E nossos semelhantes estão todos na mesma condição, tão desamparados e indignos quanto nós. Quem deve atuar como nosso mediador? AERS 51,2

Amigo leitor! se você confiou na razão e na natureza; se você tem sido cético quanto à revelação divina, pedimos que não se afaste precipitadamente desses pensamentos; faça uma pausa e reflita. Você já se gabou da razão? "Venha, agora, vamos raciocinar juntos." Você pode invalidar, ou negar com razão, as posições assumidas nas páginas anteriores? Você pode responder às três perguntas propostas acima? Você pode dizer com certeza qual é o dever que você tem para com o seu Criador, o Governador moral? ou por qual princípio você espera ser justificado diante de Deus? Você sabe como pode ser restaurado depois de ter ofendido? Você pode mostrar onde podemos aprender tudo isso? Em uma palavra, você não precisa de uma revelação escrita? AERS 52.1

Mais uma vez, não serviria à causa da justiça e aos verdadeiros propósitos do governo ter as leis de nossas vidas, leis morais, publicadas para o benefício de seus responsáveis? Certamente, sim. Longe de ficarmos surpresos com a ideia de uma revelação escrita - uma publicação das leis divinas - devemos esperar por isso; a justiça exige isso. E, se não pudéssemos produzir tal documento, você não consideraria um descuido do Governador? AERS 52,2

Mais uma vez: Supõe-se que uma Expição leva à imoralidade. Mas, de acordo com o que foi provado, é o único método possível de restaurar o favor do pecador que não leva à imoralidade. É prontamente concedido que qualquer teoria pela qual se afirma que a Expição aboliu a lei do Altíssimo ou relaxou suas reivindicações leva à imoralidade. E lamentamos profundamente que existam alguns sistemas que professam representar o Cristianismo, que sustentam tal visão desmoralizante; alguns professos ministros cristãos que pregam que o evangelho pôs de lado, substituiu ou aboliu a lei de Deus que ele havia revelado ao homem. Esses ensinamentos são uma perversão do evangelho; subversivo da justiça e de todos os princípios corretos do governo, e altamente desonroso para o Filho de Deus que veio estabelecer a lei e acabar com a rebelião contra seu Pai. Mas pode isso levar à imoralidade que reconhece a justiça da lei, remove a rebelião e restaura o transgressor à obediência? Você verá que esta objeção surge, não de qualquer defeito no sistema da Expição, mas da ignorância do objetor quanto ao que é esse sistema. Admitimos prontamente que abolir uma boa lei por ter sido desobedecida e, portanto, deixar os homens livres de suas obrigações, é licenciar o crime cometido e subverter totalmente todo o governo. Não reivindicamos nada para uma Expição com base nisso, e devemos ser obrigados a rejeitar qualquer coisa que pretenda ser uma revelação de Deus que leve a tais conclusões injustas e irracionais. A Bíblia apresenta um sistema puro de moralidade e, por meio da Expição, um meio de perdão, consistente com todos os requisitos de justiça e todos os princípios corretos de governo. Não favorece a indulgência nem dá licença. O perdão mantém a lei; a licença defende o crime. Há uma diferença tão grande entre perdão e licenciosidade quanto entre liberdade e licenciosidade; e aquele que não consegue discernir a diferença reconhecida na Expição, pode muito bem ser lamentado. AERS 52.3

Não pense que descartamos a razão porque imploramos pela Bíblia e suas verdades. E imploramos a você que não abuse de sua razão em um esforço vão para fazer com que ela atenda a um propósito que não corresponde e para o qual nunca foi projetada. A razão não é evidência; nem pode criar evidências. Ele só pode pesar as evidências quando apresentadas. Mas a revelação e a evidência são as mesmas. E agora, se puder ser mostrado, como afirmamos, que a Bíblia está em perfeita harmonia com esses princípios e os aplica estritamente, não restará nenhuma objeção razoável contra isso como uma revelação do grande “Legislador”. Você participará de uma investigação paciente sobre este assunto? Nenhum assunto pode ser mais digno de sua atenção. Vamos examinar a própria Bíblia e descobrir qual é a moralidade que ela ensina e que meios ela revela para a salvação daqueles que ousaram desconsiderar as reivindicações do governo divino. AERS 54.1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.205#205>

SEGUNDA PARTE: A EXPIAÇÃO COMO REVELADA NA BÍBLIA

CAPÍTULO I. PRINCÍPIOS DO GOVERNO DIVINO

Em nosso exame dos ensinamentos da Bíblia a respeito dos princípios do Governo Divino, e os meios neles revelados para o perdão e salvação do pecador penitente, pedimos ao leitor que tenha em vista os princípios já estabelecidos, e marque quão perfeitamente a Bíblia se harmoniza com que vigor reforça a esses princípios fundamentais de justiça. A esse respeito, insistimos que a Bíblia é a única. Entre as pretensas revelações que existiram ou agora existem no mundo, não tem rival digno. De todas as religiões conhecidas, somente a Bíblia oferece perdão em termos que honram a justiça divina e infinita. Só ela oferece um sacrifício substitutivo digno de atender às reivindicações da lei de Jeová violada, mas imutável, por meio do qual é possível Deus ser justo - manter sua justiça infinita - e ainda justificar ou perdoar o crente nesse sacrifício. E se ficar claro que a Bíblia é o fiel expositor e defensor desses princípios, então pedimos ao leitor, mesmo que ele possa ter sido cético quanto aos seus méritos e reivindicações, para aceitá-la como a luz necessária do Céu, uma revelação da vontade Divina. Se tal for a natureza de seus ensinamentos; se tais são as suas reivindicações, então todo aquele que é verdadeiramente guiado pela razão e um amor ao certo e à verdade, deve aceitá-la. AERS 55,2

Há uma tendência entre os homens, e achamos que está aumentando, de fazer do amor de Deus o único elemento do evangelho. O universalismo é o verdadeiro expoente dessa teoria, embora milhares se inclinem a ela prontamente repudiando a acusação de serem universalistas. Nunca pudemos ver a consistência daquele sistema que ensinava que todos os homens serão salvos, enquanto ensinava que não há nada em todo o universo do qual eles precisem ser salvos. Consideramos igualmente falha aquela visão que agora é defendida por homens eminentes de quase todas as escolas, a saber, que a morte de Cristo não foi uma imposição penal, que não foi uma vindicação da justiça, mas apenas uma manifestação do amor de Deus, calculado e planejado para comover o coração dos homens para que sejam levados a apreciar seu amor. Em vários aspectos, essa teoria falha em se auto-elogiar. 1. Não está de acordo com os ensinamentos da Bíblia, como procuraremos mostrar nestas páginas. 2. O resultado não é de forma alguma proporcional às despesas. Se esse fosse o único objetivo, as necessidades do caso não exigiam um sacrifício tão imenso como o feito nos sofrimentos e na morte do Filho de Deus vivo. 3. É um fato que as emoções dos homens são mais facilmente despertadas pela consideração dos sofrimentos humanos, por uma recitação dos sofrimentos de sua própria espécie, do que pela leitura dos sofrimentos de Cristo. O Dr. Clarke fez algumas observações impressionantes sobre esse fato. E podemos acrescentar que aqueles que reivindicam a base emocional da morte de Jesus raramente são despertados para visões tão exaltadas do amor de Deus em Cristo como aqueles que acreditam na sua base judicial. A verdade proclamada na palavra de Deus, de que “ele foi ferido pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades”, é atestada pelo Espírito de Deus, que

dá testemunho disso às consciências dos verdadeiramente convictos e convertidos. AERS 56,1

Mas não estamos apresentando um argumento sobre esta questão; que está reservado para o futuro. Nós meramente chamamos a atenção para estes pontos aqui, enquanto os princípios simples de justiça que foram examinados estão frescos na mente do leitor, (1) para levá-lo a considerar que a visão emocional da morte de Cristo não corresponde de forma alguma os requisitos da lei divina. Ignora a reivindicação de justiça do governo divino e realmente torna o pecado uma questão de pouca importância; (2) que possamos estar preparados para apreciar a importância dos princípios e regras de dever que fundamentam todos os propósitos e dispensações de Deus para com o homem; para que possamos entender e perceber por que o evangelho é necessário para trazer o homem de volta a Deus e renovar sua esperança de vida eterna e glória. AERS 57.1

Nossa primeira investigação, então, relaciona-se aos princípios do Governo de Deus, ou, em outras palavras, à sua lei. Isso é fundamental; tudo o mais deve ser baseado nele. É difícil, senão impossível, formar apenas idéias de princípios secundários se não tivermos as idéias primárias. AERS 57,2

Não pode haver diferença entre os atributos de Deus e os princípios de seu governo. Se Deus é justo, a justiça se manifestará como um princípio de seu governo; será administrado com justiça. Se Deus é amor, o amor deve permear seu governo. Se Deus é imutável, os princípios de seu governo devem ser igualmente imutáveis. Não podemos conceber que ele possua um atributo que não resplandeça em seu governo. Mas como a lei é a base do governo, sem a qual ele não pode existir, o que se aplica a um se aplica ao outro. Portanto, compreender os atributos de Deus é compreender a natureza ou o caráter de sua lei, visto que a última necessariamente brota daquela. Isso é evidente demais para exigir prova, pois sua lei nada mais é do que a expressão de sua vontade, e sua vontade deve certamente corresponder aos seus atributos. AERS 58.1

Não consideramos necessário examinar detalhadamente os atributos da Divindade. Todos concordarão que a ele pertencem sabedoria, poder, santidade, verdade, justiça, amor e misericórdia. Pode-se dizer, entretanto, que essas qualidades são atribuídas também ao homem. Assim, as Escrituras falam de homens que eram santos, verdadeiros, justos, sábios, etc. Mas tais expressões em relação ao homem devem ser tomadas com as limitações que surgem da natureza do homem. Existem três atributos que pertencem à Divindade que podem ser aplicados a todos aqueles mencionados acima, mas que o homem não pode possuir, a saber, infinitude, imutabilidade e eternidade. Enquanto o homem é sábio, justo, misericordioso, etc., em certo grau, Deus é infinito, imutável e eternamente sábio, justo, santo, verdadeiro, etc. Esses três qualificam todos os outros. Eles são “perfeições de perfeições”, essenciais ao caráter divino, mas pertencentes a ele somente. Portanto, deve-se entender que, quando falamos da justiça de Deus, a palavra não é usada em nenhum sentido comum, ou como é usada em relação ao homem. A justiça de Deus é infinita, imutável, eterna. Corremos o risco de tornar Deus (em nossas mentes) alguém como nós, e de imaginar que ele olha para o pecado com tão pouca aversão quanto nós, que sempre nos associamos a ele, e em algumas de suas formas sempre fomos inclinados a amá-lo em vez de aborrecê-lo. Quando falamos de Deus e seus atributos, de sua vontade, sua lei, devemos fazê-lo com mais do que respeito - com reverência. AERS 58,2

Observou-se que o governador deve fazer uma revelação clara da lei, à qual os súditos estão sujeitos. Isso o Senhor fez. No início, o Criador conversou com o homem pessoalmente e deu a conhecer a ele diretamente as regras que deveriam governar sua vida. Mas o livro de Gênesis não é um livro de leis; é uma história muito breve da raça, cobrindo um período de mais de dois mil anos. Temos menções frequentes de violação da lei por parte dos homens, com referências à própria lei, mas nenhum código deixado registrado no livro. Mas todas as nações escolheram seu próprio caminho - "eles não gostavam de guardar o conhecimento de Deus" - e ele separou das nações a semente de Abraão, para ser um povo para sua própria glória. Depois de terem estado em longa servidão e sob profundas aflições na terra do Egito, ele "os tomou pela mão", como um pai faz com seus filhos, para trazê-los para a terra de Canaã e conduzi-los no caminho de verdade e retidão. Enquanto todas as famílias da terra estavam se afastando de Deus, indo cada vez mais para as trevas do paganismo, não é surpreendente que o povo de Israel, oprimido na escravidão cruel, tivesse absorvido muito do espírito de seu ambiente, e idéias retidas, mas imperfeitas, da santidade da lei divina. Que este era o caso é provado pela prontidão com que eles adoravam o bezerro de ouro, à maneira dos egípcios, quando as circunstâncias pareciam proibi-los de ceder à força de tais superstições. Foi um grande afastamento da fé e piedade de seus pais Abraão, Isaque e Jacó, e de José. AERS 59,1

Ao revelar sua vontade ao povo escolhido, o Senhor deu a conhecer, por meio de profetas e sacerdotes, os deveres civis e eclesiásticos; mas ele os ensinou, e a todos os que viessem depois deles, a olhar com reverência peculiar para o código moral, proclamando-o com sua própria voz e escrevendo-o com seu próprio dedo em tábuas de pedra. Que os homens sempre consideraram os dez mandamentos um código moral, só se poderia esperar pela maneira como foram dados por Jeová e colocados na arca sobre a qual o sumo sacerdote fez expiação pelo pecado; contendo um resumo do dever e cobrindo todas as relações morais; e do ensino das Escrituras a respeito disso. AERS 60.1

Quando Deus tirou Israel do Egito, ele fez um acordo ou aliança com eles, prometendo considerá-los como um tesouro peculiar acima de todas as nações, se obedecessem à sua voz e guardassem a sua aliança. Eles prontamente prometeram fazer isso. Êxodo 19: 5-8. "Obedecer à minha voz" e "guardar minha aliança" são duas expressões usadas pelo Senhor, referindo-se à mesma coisa; pois quando ouviram sua voz, no terceiro dia depois que a aliança foi feita com eles, ele declarou o pacto que ordenou que cumprissem. Esses foram os dez mandamentos. Deuteronômio 4:12, 13. A palavra "aliança" tem um significado tão extenso que só podemos aprender seu significado em qualquer texto pelo sentido da passagem ou por sua conexão. De acordo com os léxicos e com o uso das Escrituras, aplica-se a uma grande variedade de coisas, como uma promessa; Gênesis 9: 9-11; um acordo; Gênesis 21: 22-32 ; promessas mútuas com condições; Êxodo 19: 5-8 ; uma lei; Deuteronômio 4:12, 13; e também um pacto de lei pode ser a condição de um pacto de promessas, como em 2 Reis 23: 3 . E assim também em Êxodo 19: 5-8, a expressão "Guarda o meu concerto" refere-se ao concerto que ele lhes ordenou, e não ao concerto ou acordo feito com eles. O acordo foi baseado na condição, ou seja, "Obedeça a minha voz"; ou seja, obedecer ao que ele falou a eles quando ouviram a voz dele. Eles não ouviram sua voz quando esta aliança foi feita com eles. Moisés atuou como mediador entre o Senhor e eles. Mas os dez mandamentos foram falados por Jeová diretamente ao povo. Essa lei tem a preeminência em todas as coisas acima das revelações feitas por meio dos profetas. Não foi confiado a Moisés

levar ao povo, como as outras leis. Ela carrega somente a impressão da Divindade. AERS 61,1

O Senhor também disse que se eles obedecessem a essa lei, seriam uma nação santa. Ora, é uma verdade reconhecida que o caráter é formado por nossas ações em referência à lei; e a natureza do caráter é determinada apenas pela natureza da lei. A obediência a uma lei ruim nunca pode resultar em um bom caráter. É evidente, portanto, que o caráter do indivíduo é a contrapartida exata da lei obedecida. Mas temos o próprio testemunho do Senhor de que, se guardassem os dez mandamentos, seriam santos; isto é, eles formariam assim caracteres sagrados; e isso porque seus caracteres seriam apenas uma cópia da lei, pois temos aqui a palavra do Governador do universo de que esta é uma lei sagrada. AERS 62,1

Como a lei é a base de todo governo, e como o governo ou lei é uma certa exposição da mente, do caráter ou dos atributos do legislador, e como o caráter do homem está de acordo com a lei à qual ele obedece, segue-se que obedecer à lei de Deus é alcançar a justiça de Deus, ou a verdadeira santidade. A conclusão é inegável de que a santidade derivada da obediência à lei dos dez mandamentos de Deus é aquela derivada a partir dos atributos divinos, tão puros e imutáveis quanto o próprio céu. Sendo a lei uma transcrição da mente divina, a perfeita obediência à lei nos traria em perfeita harmonia com Deus. AERS 62,2

Que ninguém objete que pela lei nenhum tal caráter é agora formado, pois Paulo nos informa em Romanos 2 e 3 que não há ninguém que obedeça completamente à lei. E seu testemunho é corroborado por muitas outras escrituras. Somos uma raça decaída e degenerada. A lei não pode nos tornar perfeitos, por causa da fraqueza da carne Romanos 8: 3. Mas se quisermos ver o que a lei faria na formação do caráter onde a fraqueza da carne não foi manifestada, onde a obediência perfeita foi prestada, vamos olhar para Jesus, que disse: “Tenho guardado os mandamentos de meu Pai”. Ele não pecou; ele nunca se desviou da lei de seu Pai, e um caráter puro e santo foi o resultado. E este não é um resultado estranho, como todos devem admitir se considerarem a força dos textos das Escrituras que serão citados em breve. AERS 63.1

Como não pode haver atributos diversos ou diferentes da Divindade, então pode haver apenas uma regra de santidade a partir desses atributos - uma lei moral para seu governo. E sob a obediência ou desobediência a esta lei deve todo o bem e mal, vida e morte, ser sujeito. Portanto, as seguintes declarações se aplicam a estes mandamentos, ou a esta lei, e a nenhuma outra: - AERS 63.2

Levítico 18: 5. “Portanto, os meus estatutos e os meus juízos guardareis; os quais, observando-os o homem, viverá por eles.” AERS 63.3

Deuteronômio 30:15, 16 . “Vê que hoje te propus a vida e o bem, a morte e o mal; porque hoje te ordeno que ames o Senhor teu Deus, andes nos seus caminhos e guardes os seus mandamentos, os seus estatutos e os seus julgamentos. ” Veja os versículos 19, 20 ;cap. 11: 26-28 . AERS 64.1

Isaías 51: 7. "Escutai-me, vós que conheceis a justiça, povo em cujo coração está a minha lei." AERS 64.2

Salmo 19: 7. “A lei do Senhor é perfeita, convertendo a alma.” AERS 64,3

Salmo 40: 8. “Tenho prazer em fazer a tua vontade, ó meu Deus: sim, a tua lei está dentro do meu coração.” Também Salmo 119. AERS 64,4

Eclesiastes 12:13. “Temei a Deus e guardai os seus mandamentos; pois este é o dever de todo o homem.” AERS 64,5

Mateus 19:17. “Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos”. AERS 64,6

Romanos 2:13. “Os cumpridores da lei serão justificados.” AERS 64,7

Gálatas 3:12 . “A lei não é da fé; mas o homem que as pratica viverá nelas.” AERS 64,8

1 João 3: 4 . “Pecado é a transgressão da lei.” AERS 64,9

Romanos 7:12. “A lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom”. AERS 64,10

Versículo 14. “Porque sabemos que a lei é espiritual.” AERS 64,11

Esta lei também é mencionada em certas escrituras onde é chamada de santa aliança de Deus, e a aliança ordenada. AERS 64,12

Deuteronômio 4:13. “Ele declarou a vocês sua aliança, que ele ordenou que vocês cumprissem, os dez mandamentos.” AERS 64,13

1 Crônicas 16: 15-17 . “Estejam sempre atentos a sua aliança; a palavra que ele comandou por mil gerações; sim, da aliança que ele fez com Abraão e de seu juramento a Isaque; e o confirmou a Jacó por lei, e a Israel por pacto eterno. AERS 65,1

Gênesis 26: 3-5. “Vou cumprir o juramento que juro a Abraão.... Porque Abraão obedeceu à minha voz e guardou minhas ordens, meus mandamentos, meus estatutos e minhas leis. ” AERS 65,2

Por quebrar esse “convênio eterno”, os habitantes da Terra serão desolados com uma maldição e queimados. Isaías 24: 5, 6. AERS 65,3

Por indignação contra a “santa aliança”, foi estabelecido o homem do pecado, a abominação desoladora. Daniel 11:28, 30 . AERS 65,4

Como esta lei às vezes foi confundida com outras leis, às quais as declarações das Escrituras anteriores não se aplicam, ela estará em vigor para notar a distinção das leis. AERS 65,5

O sistema (não a lei) sob o qual o povo de Deus vivia na dispensação passada era complexo; seus elementos eram morais, civis e cerimoniais. A moral era a base de tudo, existindo antes e independente dos outros, e foi desde o início o padrão de dever para com Deus e nossos semelhantes. O civil impôs o moral, especialmente nas relações dos homens com seus semelhantes, fazendo aplicação de seus princípios à vida cotidiana. O cerimonial expiava as violações da moral e tinha uma referência especial às suas

relações com Deus. Mas tanto o cerimonial quanto o civil eram meramente típicos, aguardando o sacerdócio de Cristo e seu reino; e, portanto, ilustravam a verdadeira relação que mantemos sob Cristo com a lei de Deus, a regra moral, nesta e na futura dispensação. AERS 65,6

Esta distinção das duas leis, moral e cerimonial, é mostrada nas seguintes escrituras: - AERS 66.1

Jeremias 6:19, 20 . “Ouve, ó terra; eis que trarei mal sobre este povo, sim, o fruto de seus pensamentos, porque eles não deram ouvidos a minhas palavras nem a minha lei, mas a rejeitaram. Com que propósito vem a mim incenso de Sabá, e a doce cana de um país distante? Seus holocaustos não são aceitáveis, nem seus sacrifícios doces para mim.” Aqui um foi mantido e o outro rejeitado; mas a observância do cerimonial não era aceitável quando a moral era desconsiderada. Que isso era ilustrativo de nossa posição nesta era é provado por Mateus 7: 21-23 e João 7:16, 17 , onde a eficácia da fé no Filho e do conhecimento de sua doutrina depende da obediência à vontade ou lei do Pai. AERS 66,2

Jeremias 7:22, 23 . “Pois não falei a vossos pais, nem lhes dei ordem, no dia em que os tirei da terra do Egito, acerca de holocaustos ou sacrifícios. Mas esta coisa lhes ordenei, dizendo: Obedeçam a minha voz. ” AERS 66.3

Vimos que obedecer a sua voz era guardar sua aliança, os dez mandamentos; e isso mostra que quando Deus deu sua lei, que ele mesmo declarou ser a regra de santidade, a lei cerimonial de holocaustos e sacrifícios não foi incluída. Ele falou apenas os dez mandamentos e escreveu apenas esta lei nas tábuas de pedra; só isso era colocado na arca sobre a qual o sacerdote fazia expiação pelo pecado. Nenhuma outra lei teve tal honra concedida a ela. AERS 67,1

O próprio Salvador declara explicitamente que não veio para destruir a lei; no entanto, sabemos que ele deixou de lado a lei cerimonial, introduzindo seu antítipo. AERS 67,2

O mesmo é provado por Paulo em suas cartas aos Efésios e Romanos. Em uma, ele fala de uma lei que Cristo aboliu (Gr. Katargeo), Efésios 2:15 , e no outro, ele fala de uma lei que não é anulada (Gr. Katargeo), pela fé, mas sim estabelecida. Romanos 3:31. AERS 67,3

Foi notado em outro lugar que não é compatível com a justiça relaxar as reivindicações de uma lei justa, nem podem os atos de abolir a lei e perdoar o transgressor. Consequentemente, se a lei de Deus tivesse sido abolida pelo evangelho, a justiça seria pisoteada. Mas a Bíblia não é inconsistente com a razão. Deus é infinitamente justo e sua lei deve ser satisfeita; Cristo, um substituto voluntário, é apresentado como nosso Salvador, para que Deus seja justo e o justificador daquele que crê em Jesus. Romanos 3:26. AERS 67,4

Embora muitas outras escrituras possam ser dadas com o mesmo propósito, as citadas são suficientes para mostrar que a Bíblia verdadeiramente se harmoniza com os grandes princípios de governo examinados à luz da razão. AERS 67,5

Como as objeções são mais fortes com algumas pessoas do que até mesmo uma prova positiva, não será errado notar algumas objeções levantadas contra a perpetuidade da lei de Deus, por aqueles que a tornariam nula pela fé e perverteriam o evangelho a um sistema de licença. AERS 68,1

Lucas 16:16. “A lei e os profetas foram até João; desde aquela época, o reino de Deus é pregado, e todo homem chamado para dentro dele.” AERS 68,2

Injustamente infere-se que a questão da existência da lei é aqui introduzida. Os tradutores viram que a passagem era elíptica, mas violaram as leis da linguagem ao inserir a palavra “eram”, o que não torna a frase completa; o verbo “está” sendo a antítese de “foram”, a palavra “pregado” é redundante. O seguinte deve ser a visão correta. A palavra ou palavras compreendidas ou a serem fornecidas devem ser antitéticas às palavras “é pregado”; e, portanto, “foram pregados” completaria a frase. A omissão dessas palavras impede a tautologia, ao passo que nada exigiria a omissão da palavra “eram” se só ela pertencesse ali. “A lei e os profetas foram pregados até João; desde aquela época, o reino de Deus é pregado.” Agora, ninguém alegará que a lei e os profetas cessaram com João; até mesmo a lei cerimonial permaneceu em vigor depois da hora de sua morte. Assim, é evidente que o assunto da existência ou continuidade da lei e dos profetas não foi introduzido nesta escritura; portanto, não há objeção nisso. AERS 68,3

Romanos 3:21. “Mas agora se manifesta a justiça de Deus sem a lei, tendo o testemunho da lei e dos profetas.” AERS 69,1

Ao considerar este texto, e qualquer outro neste argumento, devemos ter em mente que o assunto é a justificação pela fé, e o objeto é “a remissão dos pecados passados”. E ninguém que entenda os princípios do governo insistirá por um momento que um pecador pode ser justificado pela lei que ele transgrediu. A justificação para o transgressor vem por meio do perdão sem a lei; mas nunca chega para a pessoa que continua em transgressão. O perdão, no sistema do evangelho, está intimamente relacionado à conversão, pois ninguém, a não ser o convertido, será jamais perdoado. Mas ninguém é verdadeiramente convertido sem uma conversão de vida. Paulo diz que não devemos pecar para que a graça abunde. A graça superabunda acima do pecado, para salvar dele; mas a graça nunca se combina com o pecado para salvar qualquer um que continue nele. O fato de que a justificação dos pecados passados não tem lei, somente pela fé, não prova que um caráter correto no futuro possa ser formado sem lei ou somente pela fé. Sabemos que sem fé é impossível agradar a Deus; e também sabemos que a fé sem obras está morta, estando só. AERS 69,2

Mas há outra parte deste texto que os objetores da lei nunca consideram. Diz que a justiça de Deus é “testemunhada pela lei”. Mas uma lei não pode testemunhar sobre algo com o qual não se relaciona. Agora Paulo diz que “os praticantes da lei serão justificados.” Romanos 2:13. Isso não prova que qualquer um pode agora ser justificado pela lei, pois, infelizmente, não há praticantes dela. Romanos 3: 9-19 . Mas prova que a lei contém os princípios da justificação; que é dessa natureza que justificaria o homem se ele sempre o tivesse guardado. Em outras palavras, contém os verdadeiros princípios de retidão; é santo, justo, bom e espiritual. Romanos 7:12, 14 . E Salomão atesta a mesma verdade quando diz que os mandamentos contêm “todo o dever do homem”. Eclesiastes 12:13, 14 . Pois o homem é um agente moral, sob um Governo moral no

qual o Governador Supremo diz: “Sede santos, pois eu sou santo”. 1 Pedro 1:16 ; Levitt 19: 2 . E a lei de Deus é a única regra de santidade dada ao homem. Para o pecador, não é meio de justificação, mas para todas as classes e em todas as circunstâncias é a regra da justificação ou da justiça. Testemunha a justiça de Deus porque contém os princípios de sua justiça; é a expressão de sua vontade; o fundamento de seu governo moral; o próprio desenvolvimento de seus atributos. Certamente, não encontramos em Romanos 3:19 nenhuma base para contestar a lei de Deus. AERS 69,3

Romanos 6:14. “Pois o pecado não terá domínio sobre vós; porque não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça.” AERS 70.1

Não é difícil mostrar que a objeção baseada neste texto surge de uma compreensão totalmente equivocada de seu significado. Como pecado é transgressão da lei, o pecado certamente tem domínio sobre o transgressor da lei. Somente os obedientes estão livres do domínio do pecado. Libertar o homem do pecado, impedi-lo de violar a santa lei de Deus, é o objetivo do evangelho. De Jesus foi dito por um anjo: "Ele salvará o seu povo dos seus pecados." Mateus 1:21. E Paulo disse "ele aniquilou o pecado com o sacrifício de si mesmo." Hebreus 9:26 . Ou seja, ele nos salva de quebrar a lei de seu Pai; ele afasta a transgressão. Ele não tinha transgressão própria para repudiar, pois guardava os mandamentos de seu Pai. João 15:10. É claro que ele veio para repudiar nossa transgressão; para restaurar homens pecadores e caídos à fidelidade à lei divina - à lealdade ao governo divino. Mas esse objetivo não é realizado naquele que continua a transgredir a lei de Deus. Esses não são salvos do pecado. Sobre tais o pecado tem domínio; como então eles podem estar sob a graça? AERS 70.2

Se for respondido que todos estão sob a graça agora, porque a dispensação da lei já passou e a dispensação da graça tomou seu lugar, dizemos, então, que isso é destrutivo para o sentido do texto. O apóstolo oferece o fato de estarmos sob a graça como a razão ou a evidência de que o pecado não terá domínio sobre nós. Mas se a relação é dispensacional e não pessoal, então a distinção observada no texto é obliterada; se todos estão sob a graça, então também estão sob a graça as multidões sobre as quais o pecado tem domínio, e o texto não tem força. AERS 71.1

Esta expressão, "sob a lei", não quer dizer, sob a obrigação, mas sob a condenação da lei. Assim, Paulo diz aos Gálatas: “Cristo nos redimiui da maldição da lei”. Gálatas 3:13. Mas certamente seria absurdo falar em redimir da maldição de uma lei que foi abolida. Uma lei abolida não pode infligir maldição. Ora, se os ímpios não estão debaixo da lei, é porque não há lei sob a qual eles possam estar; se estão sob a graça, estão no mesmo plano dos piedosos. Na verdade, se fosse esse o caso, as distinções de piedade e impiedade não poderiam existir; e as escrituras que dizem que o pecado é a transgressão da lei e, pela lei vem o conhecimento do pecado, não teriam lugar nesta dispensação. Até mesmo um texto como este: “O pecado não é imputado quando não há lei”, seria uma prova válida da veracidade do Universalismo. Então, salvar do pecado seria salvar da possibilidade de pecar; e eliminar o pecado seria eliminar aquilo que prova que o pecado é pecaminoso. Veja Romanos 3:20 e 7:13 . AERS 71,2

Que “sob a lei” diz respeito à condenação e não à obrigação da lei, é suficientemente provado por Romanos 3:19. Depois de mostrar que todos, tanto judeus como gentios, são pecadores, o apóstolo acrescenta: “Agora sabemos que tudo o que a lei diz, o diz aos que estão debaixo da lei; para que toda boca seja fechada e todo o mundo se torne

culpado diante de Deus”. São os culpados, aqueles que são condenados pela lei do pecado, que estão sob a lei. Se o homem nunca tivesse pecado, ele nunca teria estado “debaixo da lei” no sentido em que Paulo usa a expressão. Ele nunca teria estado “sujeito ao julgamento de Deus”, como diz a margem de Romanos 3:19. A experiência do salmista teria sido então a feliz experiência de todos: “Andarei em liberdade; pois procuro os teus preceitos.” Salmo 119: 45 . Compare Tiago 1:25; 2: 10-12 . AERS 72,1

A verdade é que eles apenas estão sob a graça, no sentido de Romanos 6:14, por que estão em Cristo; que são convertidos e receberam a graça do evangelho. Todos os que não são de Cristo, que são pecadores, que rejeitam essa graça, estão sob condenação - sob a maldição da lei - “sob a lei” no sentido do texto. Mas ninguém é naturalmente cristão; todos são "por natureza filhos da ira". Efésios 2: 3. Portanto, todos os que se convertem, que se tornam cristãos, em sua experiência passam de estar debaixo da lei para estar debaixo da graça. Antes da conversão, o pecado tem domínio sobre eles; após a conversão, não é assim. AERS 73,1

Mas não devemos esquecer que “o pecado é a transgressão da lei”. Agora, qual é a posição de um homem quando a transgressão da lei não tem domínio sobre ele? É de obediência à lei. Não nos importamos com qual seja sua profissão, contanto que ele transgrida a lei, contanto que o pecado tenha domínio sobre ele. Isso é inegável. AERS 73,2

A posição dos perfeccionistas antinomianos nesse ponto é fraca e enganosa; é oposta a todo o escopo do evangelho e subversiva daquele sistema de graça que tem seu fundamento na justiça imutável. Assim, os chamados perfeccionistas dizem: “O pecado não tem domínio sobre nós; estamos sob o domínio exclusivo de Cristo, que nos liberta da lei; não somos mais obrigados a guardar a lei, mas o pecado não está em nós por que estamos em Cristo”. AERS 73,3

O defeito fatal nesta declaração é que ela nega as verdades mais claras das Escrituras, e edifica o que chama de caráter cristão em uma base falsa. Ele nega as Escrituras por sua total desconsideração das declarações inspiradas: “Pela lei vem o conhecimento do pecado” e “O pecado é a transgressão da lei”. Eles usam o termo “pecado” sem qualquer consideração às definições das Escrituras. De acordo com os textos citados acima, um homem não pode transgredir a lei e não ser pecador. Se quisermos saber o que é pecado, devemos ir à lei para o conhecimento, de acordo com Romanos 3:20. E quando um homem desrespeita ou infringe a lei ele é provado um pecador, de acordo com aquele texto. Não há possibilidade de fugir dessa verdade. E se a fé em Cristo nos isenta da obrigação de guardar a lei, então Cristo seria o ministro do pecado . Mas ele não é; ele é o ministro da justiça, o que equivale à obediência, como será visto mais adiante em nossas observações em Romanos 10: 4. AERS 74,1

Mas temos algo sobre este ponto que é conclusivo sem qualquer argumento. É a declaração do apóstolo no contexto. Seguindo o versículo no qual a objeção é levantada, ele diz: “Pois que? Pecaremos porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça? De modo nenhum. Não sabeis vós que a quem vos apresentardes por servos para lhe obedecer, sois servos daquele a quem obedeceis, ou do pecado para a morte, ou da obediência para a justiça?” Esta declaração é uma finalidade sobre o assunto. O pecado é a transgressão da lei e a transgressão leva à morte, embora estejamos sob a graça. A obediência leva à justiça, por meio da fé em Cristo. A lei não pode nos justificar sem fé,

porque pela transgressão caímos sob sua condenação. Romanos 3:19, 20 . E a fé não anula a lei, mas a estabelece, Romanos 3:31, o que está em perfeita harmonia com os princípios inegáveis de justiça estabelecidos na Parte Um, desta obra. AERS 74,2

A graça de Cristo ao homem é um sistema de favor tornado necessário pela violação da lei divina. É “um sistema corretivo” - um meio de perdão. O argumento do apóstolo é altamente razoável; ele diz que o perdão não anula a lei, e que novamente cairemos sob condenação se pecarmos depois de sermos colocados sob a graça. Perdão não é licença para pecar. Deus deve ser justo na justificação do crente. Romanos 3:26. E ele será justo quer o homem seja justificado ou não. Isso será provado no caso de todo pecador perdido. Deus poderia salvar toda a humanidade, crente ou descrente; obediente ou desobediente. Mas ele não vai, porque ele não pode fazer isso e ser justo. Oh, que perversão do evangelho é aquela que espezinha a justiça de Deus, professando encontrar uma justificativa para isso no evangelho de Cristo! AERS 75.1

Romanos 10: 4. “Porque Cristo é o fim da lei para justiça de todo aquele que crê.” AERS 75,2

Existem três pontos neste texto que chamam nossa atenção. AERS 76.1

1. Cristo não é o fim da lei no sentido de aboli-la; pois Ele mesmo diz que não veio para destruí-la, e Paulo diz que não foi anulada. A palavra “fim” é usada aqui como em Tiago 05h11min: “Ouvistes da paciência de Jó e viste o fim do Senhor”, isto é, o desígnio ou intenção do Senhor. Veja também Romanos 14: 9. Paulo diz que o mandamento foi ordenado para a vida, o que está de acordo com as escrituras que foram citadas com referência à lei. Mas nós merecemos a morte pela transgressão, pois “o salário do pecado é a morte”. Cristo agora cumpre o objetivo ou desígnio da lei, concedendo o perdão dos pecados e concedendo a vida eterna. Nesse sentido, e somente neste, Cristo é o fim da lei. Essa visão é confirmada pelos outros pontos do texto. AERS 76,2

2. Ele é o fim ou objeto da lei para a justiça. A injustiça é pecado e o pecado é a transgressão da lei; isso mostra que a justiça é equivalente à obediência. E Cristo leva o pecador à obediência, como é dito em Romanos 5:19, “Pela obediência de um muitos serão feitos justos”, ou obedientes. Ele guardou os mandamentos de seu Pai e nos convida a segui-lo. Ele disse: “Tua lei está dentro do meu coração” e promete na nova aliança escrevê-la também no coração de seu povo. Salmo 40: 8 : Hebreus 8:10 . AERS 76.3

3. Isso é apenas “para todo aquele que crê”. Ele não é o fim da lei em nenhum sentido para o incrédulo. Isso prova que não significa a abolição da lei, pois quando uma lei é abolida, ela é abolida para todos igualmente. Mostra que o objetivo da lei não é cumprido no incrédulo. AERS 76,4

Gálatas 3:13, 14 . “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se maldição por nós; pois está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado no madeiro; para que a bênção de Abraão viesse sobre os gentios por meio de Jesus Cristo ”. AERS 77,1

Se Cristo abolisse a lei, então não seria verdade que ele nos redimiou de sua maldição, pois, como vimos, a abolição da lei e o perdão não podem andar juntos. E também

vimos que abolir a lei que amaldiçoa o transgressor ou condena o pecado é subversivo ao governo e não reforma o malfeitor, nem o salva do pecado. Novamente, esta redenção da maldição da lei é necessária, para que a bênção de Abraão venha sobre os gentios. Duas idéias importantes são apresentadas nesta declaração. 1. A maldição da lei repousa sobre os gentios, o que prova que os gentios eram e são responsáveis por ela, como também é provado por Romanos 3: 9-19 . 2. A maldição da lei fica entre o transgressor e a bênção de Abraão. É claro que a lei é a base das promessas ou bênçãos abraâmicas. AERS 77,2

Alguns negam que a bênção de Abraão tenha qualquer relação com a lei; mas se eles estivessem certos, como a declaração deste texto poderia ser verdadeira? Se eles não estivessem relacionados, a maldição da lei não poderia nos privar da bênção de Abraão mais do que a maldição da lei da Rússia poderia nos privar da cidadania americana. Quando Deus deu as promessas a Abraão, ele as relacionou com seus mandamentos. Assim, ele disse a Isaque: “peregrina nesta terra e eu serei contigo e te abençoarei; porque a ti e à tua descendência darei todas estas terras e cumprirei o juramento que jurei a Abraão, teu pai; ... porque Abraão obedeceu à minha voz e guardou minhas ordens, meus mandamentos, meus estatutos e minhas leis. ” Gênesis 26: 3, 5 . E o mesmo é ensinado em 1 Crônicas 16: 15-18: “Estejam sempre atentos à sua aliança; a palavra que ele comandou por mil gerações; que ele fez com Abraão e de seu juramento a Isaque; e o confirmou a Jacó por lei, e a Israel por pacto eterno, dizendo: A ti darei a terra de Canaã, quinhão da tua herança ”. Veja também Salmos 105: 8-11. AERS 77,3

Esta escritura contém duas coisas - intimamente conectadas, mas inteiramente distintas em sua natureza - a saber, uma lei e uma promessa. Ambos estão incluídos na aliança abraâmica, de acordo com as palavras que acabamos de citar, tanto em Gênesis 26 como em 1 Crônicas 16 . As promessas de Deus são baseadas em condições. Ele fez as promessas a Abraão e seus filhos por causa de sua obediência à lei. Se for perguntado: Que lei ele obedeceu? a resposta encontra-se na citação acima. Foi essa lei que foi confirmada a Jacó e a Israel como uma aliança eterna. Embora existam muitas alianças mencionadas nas Escrituras, de promessas, acordos, etc., há apenas uma aliança mencionada na Bíblia que é apenas uma lei, e questão os dez mandamentos. Ver Deuteronômio 4:13 : “E ele vos declarou a sua aliança, que vos ordenou que cumpríssemos os dez mandamentos; e ele os escreveu em duas tábuas de pedra. ” AERS 78,1

Esta é a lei na qual as promessas feitas a Abraão foram baseadas; foi confirmada a Jacó como uma lei; a Israel por uma aliança eterna; é a palavra comandada por mil gerações. E se quisermos herdar a bênção de Abraão, devemos “andar nos passos daquela fé que Abraão tinha” ou guardar a lei na qual a bênção foi baseada. Mas, tendo já violado essa lei (pois todos a violaram, tanto judeus como gentios, ver Romanos 3: 9-19) e, portanto, incorremos em sua penalidade, perdemos todo o direito à bênção que só pode ser restaurada por meio de Cristo, que nos resgata da maldição da lei para que a bênção de Abraão venha sobre nós, como diz nosso texto, Gálatas 3: 12-14 . AERS 79,1

O texto também diz que os gentios podem receber a bênção tendo a maldição da lei removida deles. Esta é mais uma prova do que Paulo disse aos romanos, que os gentios são receptivos a essa lei e por ela são amaldiçoados como transgressores. Mas por que um fato tão evidente precisa de prova? Não são os gentios todos pecadores? Não é a lei de Deus universal? Ele não é o "Governador moral supremo?" Não são todos da raça de

Adão agentes morais iguais, a caminho do mesmo Julgamento? E não está “todo o dever do homem” assinalado em seus mandamentos ou lei? Todos os homens, de todas as nações, são naturalmente carnis, naturalmente opostos à lei de Deus (Romanos 8: 7), e para ser reconciliado com Deus devem converter-se por e para a lei de Deus. AERS 79,2

Alguns não admitem que a lei de Deus tem algum agente na conversão. Mas ninguém pode ser verdadeiramente convertido sem convicção de pecado; e ninguém pode ter convicção completa e inteligente do pecado sem o conhecimento da lei, “porque pela lei vem o conhecimento do pecado”. Conseqüentemente, as Escrituras são estritamente verdadeiras (elas são sempre verdadeiras) quando dizem: “A lei do Senhor é perfeita, convertendo a alma”. Salmo 19: 7. Nesta era de conversões superficiais, muitos consideram esta passagem obscura, e alguns se esforçam para mudar seus termos. Acreditamos que o presidente Finney estava totalmente correto em sua expressão de que a multidão de conversões superficiais dos últimos anos se deve à prática que está se tornando tão prevalecente, de pregar um sistema de perdão sem qualquer convicção sincera, a consciência do pecador não é despertada por uma apresentação fiel das reivindicações da lei violada. O arrependimento genuíno é do pecado; arrependimento pela transgressão da lei. Portanto, onde as reivindicações da lei não são reconhecidas, não pode haver conversão real. A verdadeira conversão não é meramente emocional; não só uma questão de sentimentos. É uma mudança radical de vida; uma mudança do errado para o certo. E como isso será efetuado, a menos que sejamos guiados pela regra divina do direito? Somente por ela é operada aquela convicção que nos levará a Cristo, que somente pode nos corrigir. AERS 80.1

A própria conversão de Paulo é grandemente instrutiva neste ponto. Ele diz: “Eu não conhecia o pecado, senão pela lei”. E de nenhuma outra maneira alguém pode saber disso. “Pois eu já vivi sem a lei uma vez.” Sua consciência estava tranquila enquanto ele estava no caminho do pecado. Ele estava tão pouco ciente da verdadeira natureza de suas próprias ações que pensou que estava prestando um serviço a Deus ao perseguir a igreja de Cristo. “Mas quando o mandamento veio, o pecado reviveu.” Na ausência da lei, ou de seu entendimento ou recebimento da lei, o pecado não apareceu. “Eu não conhecia o pecado, senão pela lei.” E quando o pecado reviveu, ou ele conheceu o pecado, então, ele disse: “Eu morri.” Será notado que ele fala da vida e morte do pecado, e da vida e morte de si mesmo, mas nunca da vida e morte da lei. O contrário foi inferido do versículo 6, que diz, no texto: “Mas agora estamos livres da lei, estando mortos no que estávamos presos.” Mas a margem dá a leitura correta: “Estar morto para aquilo em que estávamos presos.” Isso é certo, pois, 1. Concorde com todo o contexto; veja o versículo 4 e outros. 2. Todas as outras versões e todas as autoridades fornecem esta construção. 3. O original para “estar morto” (apothanontes) está no plural e, portanto, não pode se referir à lei, que é singular, mas deve se referir aos irmãos. AERS 80.2

Voltando ao cap. 6: 1-8 , ele fala de estarmos mortos e enterrados . Morto com Cristo; morto para o pecado ou transgressão; morto para a lei na medida em que ela reclama nossas vidas por causa do pecado, pois “o salário do pecado é a morte”. Foi porque Paulo era um pecador que achou que a lei era a morte para ele. Foi “ordenado para a vida”. Isso é confirmado por muitas escrituras. O Senhor disse repetidamente sobre seus mandamentos que aqueles que os cumpriam deveriam viver. Levítico 18: 5 ; Neemias

9:29 ; Ezequiel 20:11 ; Gálatas 3:12 . Vida e morte foram colocadas diante deles nos mandamentos. Deuteronômio 30: 15-20; Mateus 19:17, 18 , etc. AERS 81,1

Alguns ficaram confusos com as expressões “morto para o pecado”, “morto para a lei”, pensando, talvez, que houvesse identidade entre os dois; mas Paulo contradiz diretamente essa ideia, no versículo 7 : “É a lei pecado? Deus me livre. ” A lei é contra o pecado e o pecador. Pelo mandamento o pecado se torna excessivamente pecaminoso. Versículo 13. A conclusão a que o apóstolo chega é o ponto de grande interesse para nós. A conversão a Cristo o afastou da lei e o levou a falar dela em termos de desrespeito? De jeito nenhum. Depois que o mandamento veio, convencendo-o do pecado e, assim, conduzindo-o a Cristo, ele disse: “Portanto, a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom”. E ainda: “Porque sabemos que a lei é espiritual.” E sobre seus próprios sentimentos - os sentimentos de um homem divinamente renovado - em relação à lei, ele disse: “Porque me deleito na lei de Deus segundo o homem interior.” E sobre a relação da humanidade em geral com a lei, ele disse: “A mente carnal é inimizada contra Deus; pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar.” A conversão a Cristo tira a mente carnal e remove a insubordinação ou rebelião contra a lei de Deus. AERS 82,1

Se ainda se afirmasse que a lei de Deus foi abolida, diríamos, pode haver apenas duas razões sugeridas por que deveria ser abolida. 1. Porque era defeituosa em si mesmo e não era digna de ser perpetuada. Mas esta é uma reflexão séria sobre a sabedoria do Legislador; pois se aquela lei não fosse perfeita, então ele deu apenas uma lei falha, não digna do respeito de suas criaturas. Esta é, com efeito, a posição que alguns assumem. Mas nos perguntamos se eles não estão chocados com sua própria irreverência. E esta razão também contradiz todas as escrituras que foram citadas que falam da lei como santa, justa, boa, perfeita, espiritual e contendo todo o dever do homem. 2. Pode-se argumentar que as circunstâncias dos transgressores a tornaram necessária. Sobre isso nos referimos às observações feitas anteriormente sobre as condições do perdão. Certamente não é consistente com bom governo, com justiça, abolir uma lei santa e perfeita porque homens rebeldes a violaram. Nem mesmo essa necessidade pode ser estimulada, uma vez que foi instituído um sistema de perdão que é suficiente para satisfazer plenamente as necessidades do transgressor. Mas em harmonia com todos os princípios de justiça e direito, vale apenas para aqueles que se afastam penitentemente de suas transgressões. AERS 83,1

Como essa lei é santa, justa, boa e perfeita, deve ser em todas as suas partes. Nenhuma parte de uma lei sagrada pode ser impura ou imperfeita de uma lei perfeita. Mas o homem do pecado, o poder papal, apesar de suas profissões, tem procurado corromper e perverter ou mudar a santa aliança. Daniel 7:25. Para estabelecer a adoração de imagens, decidiu-se que o segundo mandamento é cerimonial e, portanto, não deve ser associado a leis morais. Para introduzir um dia de festival ao dia do Sol Romano, decidiu-se que o quarto mandamento é cerimonial, na medida em que se relaciona com a observância de um dia específico, apesar de Deus ter abençoado e santificado o dia específico em que ele descansou, a saber: o sétimo dia. AERS 83,2

Ninguém pode negar que o sábado foi instituído ou criado na criação; pois então Deus descansou no sétimo dia. Este dia não era, portanto, um sábado judaico, como tanto se afirma, mas o sábado (descanso) do Senhor, como a Bíblia sempre representa que seja. O espaço não admitirá aqui um argumento sobre este ponto da lei, mas notaremos duas

objeções proeminentes levantadas contra ela, a saber, que sua observância não era exigida desde a data de sua instituição; e que não é moral como as outras partes do decálogo. Em relação ao primeiro, o Salvador diz que "foi feito para o homem"; e bem sabemos em que período da história do homem foi feito. As seguintes observações parecem decisivas neste ponto: - AERS 84,1

“O verbo hebraico kadash, aqui traduzido como santificado, e no quarto mandamento traduzido como santificado, é definido por Gesenius, 'pronunciar santo, santificar; para instituir uma coisa sagrada, nomear.' É repetidamente usado no Antigo Testamento para uma nomeação ou proclamação pública. Assim, quando as cidades de refúgio foram designadas em Israel, está escrito: 'Eles designaram [margem, hebr. santificado] Cades na Galileia no Monte Naftali, e Siquém no Monte Efraim, 'etc. Esta santificação ou designação das cidades de refúgio, foi por um anúncio público a Israel de que essas cidades foram separadas para esse propósito. Este verbo também é usado para designar um jejum público e para a reunião de uma assembléia solene. Assim está escrito: 'Santifiquem [isto é, designem] um jejum, convoquem uma assembléia solene, reúnam os anciãos e todos os habitantes da terra na casa do Senhor vosso Deus.' 'Tocai a trombeta em Sião, santificai [designar] um jejum, convocar uma assembléia solene. ' 'E Jeú disse: Proclamar [margem, Heb. santificar] uma assembléia solene para Baal. ' Josué 20: 7 ; Joel 1:14 ; 2:15 ; 2 Reis 10:20, 21 ; Sofonias 1: 7 , margem. Esta nomeação para Baal foi tão pública que todos os adoradores de Baal em todo o Israel se reuniram. Esses jejuns e assembléias solenes foram santificados ou separados por uma nomeação pública ou proclamação do fato. Quando, portanto, Deus separou o sétimo dia para um uso sagrado, era necessário que ele declarasse esse fato para aqueles que tinham os dias da semana para usar. Sem esse anúncio, o dia não poderia ser separado dos demais. AERS 84,2

“Mas a ilustração mais notável do significado desta palavra pode ser encontrada no registro da santificação do Monte Sinai. Êxodo 19:12, 23 . AERS 85.1

Quando Deus estava prestes a falar os dez mandamentos aos ouvidos de todo o Israel, ele enviou Moisés do topo do Monte Sinai para impedir o povo de tocar o monte. 'E Moisés disse ao Senhor: O povo não pode subir ao monte Sinai; pois tu nos encarregaste, dizendo: Marca limites ao redor do monte e santifica-o. ' Voltando ao versículo em que Deus deu essa incumbência a Moisés, lemos: 'E estabelecerás limites ao povo em redor, dizendo, Vede, para que não subais ao monte, nem toques nos seus limites. ' Conseqüentemente, santificar o monte era ordenar ao povo que não tocasse nem mesmo em suas bordas, pois Deus estava para descer em majestade sobre ele. Em outras palavras, santificar ou separar para um uso sagrado o Monte Sinai era dizer ao povo que Deus queria que tratassem a montanha como sagrada para si mesmo; e assim também santificar o dia de descanso do Senhor era dizer a Adão que ele deveria tratar o dia como santo para o Senhor. AERS 86,1

“A declaração: 'Deus abençoou o sétimo dia e o santificou', não é de fato um mandamento para a observância desse dia; mas é o registro de que tal preceito foi dado a Adão. Pois como poderia o Criador 'separar para um uso sagrado' o dia de seu descanso, quando aqueles que deveriam usar o dia nada sabem de sua vontade neste caso? Respondam os que podem. ”- JN Andrews 'History of the Sabbath, p. 16-18. AERS 86,2

Quanto à moralidade deste mandamento, podemos compará-lo com qualquer um dos outros, com a certeza de que será sustentado por qualquer argumento isso provará sua moralidade. Pegue o oitavo, por exemplo. Ninguém pode ser considerado culpado simplesmente provando que tomou e usou certa propriedade; além disso, deve-se provar que a propriedade era de outrem, à qual ele não tinha direito. Assim, este mandamento repousa sobre o direito de propriedade; e se isso não fosse reconhecido, seria uma nulidade. Mas certamente ninguém pode provar um direito mais claro, ou apresentar uma reivindicação mais positiva de qualquer propriedade, do que o Senhor fez até o sétimo dia. Muitas vezes, em sua palavra imutável, ele nos disse que era dele; que ele o santificou; e ele nos adverte contra profaná-lo ou apropriá-lo para nosso próprio uso. Se é uma imoralidade tomar sem licença o que nosso vizinho afirma ser seu, quanto mais tomar contra a proibição positiva de Deus o que ele afirma ser seu. AERS 86,3

Um pouco de reflexão ou exame será suficiente para convencer a cada um de que a posição aqui assumida com referência à manutenção e perpetuidade da lei de Deus está em estrita harmonia com os princípios imutáveis de justiça e bom governo. Embora todo argumento apresentado em favor de sua abolição, seja contrário a esses princípios e subversivo do governo. Ninguém que tenha consideração pela honra de Deus e pela integridade de seu governo, deve hesitar por um momento em decidir onde está a verdade sobre este importante assunto. AERS 87.1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.348#348>

CAPÍTULO II. PECADO E SUA PENALIDADE

Nossa relação atual com a lei é facilmente verificada. Embora tenhamos a obrigação perpétua e eterna de obedecer à lei do Altíssimo, não cumprimos nossa obrigação. Nesse ponto, as Escrituras são muito explícitas. Romanos 3: 9-23 contém evidências suficientes. Judeus e gentios estão no mesmo nível - todos pecaram e carecem da glória de Deus; não há ninguém que faça o bem, não, nenhum. A lei fecha toda boca e prova que todos são culpados e sujeitos ao julgamento de Deus. AERS 88.1

Qual é a penalidade pelo pecado? Já dissemos que o governo é um sistema de leis mantido. Esta é uma definição simples que todos podem entender; e que é verdadeiro fica evidente a partir disso, que um governo não pode existir sem lei, e se a lei não for mantida, o resultado é a anarquia e a subversão do governo. É por isso que uma lei sem pena é uma nulidade. Toda a força e sanção da lei é sua pena e, sempre que a lei é violada, a justiça exige a aplicação da pena. Portanto, se entendermos a penalidade da lei - a natureza da imposição a ser infligida ao pecador ou violador da lei de Deus - certamente compreenderemos o que a justiça exige para nossa redenção. Foi plenamente considerado que a justiça só pode ser satisfeita infligindo a pena, seja ao infrator ou a um substituto voluntário. AERS 88,2

A ideia tantas vezes apresentada, de que Cristo não sofreu a mesma penalidade a que o pecador estava sujeito, não pode ser reconciliada nem com a justiça nem com as Escrituras. Se a própria lei for estritamente justa, a pena da lei, nem mais nem menos, atenderá às demandas da justiça. Muitos sistemas de teologia tiveram esse erro incorporado a eles para evitar outras dificuldades aparentes; às vezes porque a distinção entre a pena e a mera consequência é esquecida, e às vezes porque os erros nos sistemas tornaram necessário recorrer a este, ou a algum outro expediente, como meio de alívio. Que uma conclusão é exigida e insistida que está tão em desacordo com a razão, com a justiça e com as Escrituras, é uma forte evidência de defeitos nos sistemas que a exigem. AERS 89,1

O Dr. Barnes foi um escritor competente, cuja memória respeitamos. Não fosse que sua teologia fizesse a conclusão necessária, ficaríamos muito surpresos ao ler o seguinte parágrafo dele: - AERS 89.2

“Será impossível para um substituto suportar os mesmos sofrimentos que o próprio pecador suportará no mundo futuro por seu pecado. Existem sofrimentos causados pelo pecado que pertencem apenas à consciência da culpa, e esses sofrimentos não podem ser transferidos para outra pessoa. O pecado em si não pode ser transferido; e, como é impossível separar o sofrimento da consciência da culpa, segue-se que um substituto não pode suportar o mesmo tipo de sofrimento que o próprio pecador suportaria. Remorso de consciência, por exemplo - uma das fontes mais agudas de sofrimento para o culpado, e que será a parte mais terrível da penalidade da lei no mundo futuro - não pode ser transferida.” - Expiação, p. 228 . AERS 89,3

E novamente ele disse: - AERS 90.1

“O remorso de consciência é manifestamente uma parte da pena da lei; isto é, é uma parte do que a lei inflige como expressão do senso que o legislador tem do valor da lei e do mal de sua violação.”- Idem, p. 235. AERS 90,2

Estamos totalmente convencidos da correção das posições tomadas em comentários sobre a razoabilidade da Expição, embora os parágrafos acima do Dr. Barnes entrem em conflito com eles. Afirmamos, sem hesitar, que o remorso de consciência não faz parte da penalidade da lei. Essa visão, que é de fato a pedra angular do Universalismo, é tão contrária à razão quanto à Escritura, e surge do erro antes notado, de não fazer distinção entre a penalidade da lei e meras consequências. A pena é uma imposição judicial, prescrito pelo estatuto, administrado por autoridade, e sua aplicação deve ser posterior ao Juízo. As consequências são diversas de acordo com as circunstâncias, e não de acordo com o mérito, e podem resultar imediatamente da ação sem qualquer relação com a pena ou com o Julgamento. Todos os ímpios sofrem mais ou menos remorso neste estado atual, mas a Bíblia nos informa que eles estão reservados “até o dia do Juízo para serem punidos”. 2 Pedro 2: 9 . AERS 90.3

Existem dois tipos de tristeza pelo pecado: uma “piedosa tristeza ”e uma“ tristeza do mundo ”. 2 Coríntios 7:10 . A primeira é a do penitente, triste por ter violado uma lei sagrada e ofendido um Deus santo. A outra é a do mundano, que lamenta ser detectado no crime ou em perigo de punição. Ninguém duvida que a tristeza do penitente temente a Deus é mais profunda; que seu remorso é o mais agudo. No entanto, quanto mais próximo ele está de Deus, mais refinadas são suas sensibilidades e mais profundo seu ódio ao pecado, mais forte será seu remorso pelo pecado. Portanto, se isso é parte da pena da lei, é evidente que essa parte é infligida mais severamente ao penitente do que ao impenitente e incorrigível. AERS 90,4

Novamente, Paulo fala daqueles cuja consciência está cauterizada com ferro quente. 1 Timóteo 4: 2 . Isto é, eles chegam a tal ponto no pecado que suas sensibilidades ficam embotadas e eles sentem pouco ou nenhum remorso de consciência. Agora, tanto a razão quanto a revelação nos ensinam que a punição deve ser proporcional à culpa; mas se o remorso de consciência for uma pena, é executado na proporção inversa; ou seja, a punição diminui de acordo com o aumento do crime. AERS 91,1

Mas somos levados a perguntar: Onde o Dr. Barnes (ou qualquer outra pessoa) aprendeu que o remorso de consciência é uma parte da penalidade da lei? A Bíblia diz isso? Isso não; não há nada na Bíblia que dê a menor aprovação a tal ideia. Por que, então, os homens dizem isso? Onde eles conseguiram autoridade para tal declaração? Como é dever e prerrogativa única do governador revelar a sua lei, só ele pode definir a pena. AERS 91,2

Ele fez isso em sua palavra: “O salário do pecado é a morte”. Qualquer esforço para fugir dessa verdade pura, ou torná-la qualquer coisa menos uma verdade pura, envolve dificuldades e contradições. Pois não eliminará a dificuldade de espiritualizar o termo morte, de modo a abranger o remorso de consciência; pois se isso for incluído na morte, tudo o que removerá o remorso removerá tanto da pena, ou da morte, e trará um grau proporcional de vida. Mas o pecado faz isso, como mostra o apóstolo; portanto, de acordo com essa teoria, o pecado remove uma parte de sua própria pena, o que é um absurdo. AERS 92,1

O Dr. Barnes afirma que Cristo não sofreu a penalidade da lei, mas fez algo que substituiu a penalidade. Não há motivo para tal declaração, a não ser que seja encontrada, como já foi dito, nas necessidades de uma teoria. AERS 92,2

Nos ensinamentos da Bíblia não há incerteza neste assunto. Eles nos informam claramente que "o salário do pecado é a morte"; e que "Cristo morreu pelos nossos pecados." Romanos 6:23 ; 1 Coríntios 15: 3 . Como o pecado é a transgressão da lei, a morte, o salário do pecado, é sua penalidade; e como Cristo morreu por nossos pecados, a penalidade foi imposta a ele por nossa causa. Agora, que "Cristo morreu" não é apenas declarado claramente nas Escrituras, mas é uma verdade fundamental no sistema do evangelho; pois é fácil mostrar que, se Cristo não morreu, não pode haver expiação nem redenção. Parece evidente, então, que aqueles que afirmam que Cristo não sofreu a pena da lei, não o fazem porque o fato não é revelado na Bíblia, mas, como antes sugerido, por causa de certas dificuldades que se supõe estarem no caminho desse fato. Essas dificuldades dizem respeito à natureza da pena, a morte. AERS 92,3

Presume-se que a morte, a pena da transgressão, é tripla em sua natureza, consistindo em morte temporal, espiritual e eterna. Se essa suposição fosse verdadeira, deveríamos desistir imediatamente da Expiação como algo impossível. No entanto, foi elaborado por homens de eminência e incorporado em obras reconhecidas como padrão. Vamos examinar. AERS 93,1

1. A morte do homem é temporal apenas em razão de uma ressurreição. Mas a ressurreição pertence à obra de Cristo, e como sua obra não era necessária ou objeto de promessa até depois da transgressão, não pode ter lugar no anúncio da penalidade. Quando a morte foi ameaçada a Adão, não foi dito que ele morreria temporalmente, espiritualmente e eternamente; nem que ele deve morrer uma primeira ou segunda morte; nem a morte que nunca morre; mas que ele certamente deveria morrer. Foi a morte - simplesmente morte. Se uma promessa não tivesse sido feita posteriormente, de "a semente" ferir a cabeça da serpente, teria necessariamente sido a morte eterna. Mas Cristo, introduzindo uma ressurreição para Adão e sua raça, faz com que seja temporal. Mas desde então, essa morte, temporal, não tem sido a penalidade para a transgressão pessoal. Isso é evidente por duas razões: (1) morrem bebês que nunca transgrediram; e (2) No Julgamento, devemos responder por nossos atos, e a segunda morte é infligida pelos pecados pessoais. Mas para aqueles que são santos, "a segunda morte não tem poder"; a pena não os atinge. Assim, parece que a morte que agora morremos é ocasionada pela transgressão de Adão, e é tornada temporal pelo segundo Adão, e vem indiscriminadamente sobre todas as classes e idades, impedindo assim a ideia de que agora é uma penalidade, exceto como relacionada com a primeira transgressão, em que estamos envolvidos apenas por representação. AERS 93,2

2. A morte espiritual não pode ser uma penalidade de forma alguma. A pena é uma imposição para atender aos fins da justiça. Mas a morte espiritual é um estado de pecado ou ausência de santidade; e dizer que Deus inflige impiedade ao homem não é apenas absurdo, mas monstruoso. Isso é confundir o crime com a punição. Deus não torna o homem mau ou pecador como uma imposição; mas o homem se torna mau por suas próprias ações, e Deus o pune com a morte por sua maldade. AERS 94,1

Novamente, haverá uma ressurreição dos mortos, tanto dos justos quanto dos injustos; pois assim como todos morrem em Adão, assim também todos serão vivificados em

Cristo. Agora, se a penalidade sobre Adão incluísse a morte espiritual, a ressurreição por meio do segundo Adão seria para a vida espiritual, ou santidade; e se todos fossem restaurados à vida espiritual por meio de Cristo, não haveria ninguém para cair na segunda morte, pois ela não recai sobre os "bem-aventurados e santos". AERS 94,2

O texto citado acima, 1 Coríntios 15:22, "Porque, assim como todos morrem em Adão, assim também todos serão vivificados em Cristo", foi "espiritualizado" tanto que foi usado pelos universalistas, por muitos que se chamam ortodoxos. AERS 94,3

Mas não favorece de forma alguma o Universalismo, a menos que seja pervertido e posto em conflito com outras escrituras. Jesus disse: todos os que estão nas sepulturas ouvirão a voz do Filho do homem e sairão; os que fizeram o bem para a ressurreição da vida e os que fizeram o mal para a ressurreição da condenação. O texto em questão (1 Coríntios 15:22) não diz mais do que isto, que todos os que morreram terão uma ressurreição; mas se alguns são injustos e ressuscitam para a condenação, isso não ajuda em nada o Universalismo. Mas se a morte aqui significa morte espiritual (como dizemos que não), então os universalistas devem ter a verdade; pois ser vivificado da morte espiritual é ser vivificado espiritualmente, o que nada mais é do que um estado de santidade. Isso está em conflito com as palavras de Cristo que acabamos de citar, de uma ressurreição para a condenação. A morte é simplesmente a ausência de vida; todos morrem e vão para a sepultura, e todos são ressuscitados da sepultura, sem respeito ao seu caráter ou condição. Haverá uma ressurreição dos justos e dos injustos; uma classe para a vida eterna, a outra para a segunda morte. A morte de Adão tornou-se temporal por causa de uma ressurreição, então podemos dizer que a inflição pelos pecados pessoais, a segunda morte, é eterna, porque nenhuma ressurreição a sucederá. Assim, parece claro que desde o início a morte foi a penalidade da lei de Deus, as circunstâncias determinam sua duração. Essa visão, que está em estrita harmonia com a Bíblia, realmente remove toda dificuldade com relação a Cristo ter sofrido a penalidade devido ao pecado. AERS 95,1

Mas ainda outra dificuldade é apresentada a nós, dando uma definição extraordinária para a morte; diz-se que significa miséria eterna. Mas, ao examinar isso, a dificuldade estará inteiramente do lado daqueles que o apresentam. Se, entretanto, a definição estiver correta, há uma dificuldade intransponível, envolvendo toda a doutrina da expiação, e tornando totalmente impossível para Deus ser justo, e também o justificador daquele que crê em Jesus. AERS 96,1

Em primeiro lugar, então, se o significado da morte é "miséria eterna", Cristo nunca morreu; e então todas as escrituras que dizem que ele morreu são falsas; e assim a expiação seria provada impossível, e uma consideração posterior seria inútil. Mas admitindo o testemunho das Escrituras, que o salário do pecado é a morte, e que Cristo morreu pelo pecado, temos a visão bíblica do termo morte, proibindo totalmente tal construção não natural e forçada de uma declaração simples. AERS 96,2

Em segundo lugar. Se a definição correta de morte é miséria eterna, os termos relativos, primeiro e segundo, aplicados à morte antes e depois da ressurreição, são usados de forma absurda. Pois como pode haver uma primeira e uma segunda miséria eterna? O pecado entrou no mundo e a morte pelo pecado; e a morte passou para todos os homens. Mas o próprio fato de que o homem pode ser ressuscitado, libertado da morte, como as

Escrituras ensinam, prova claramente que o uso do termo morte nas Escrituras é totalmente diferente do “uso teológico”, conforme dado acima. AERS 96,3

E, em terceiro lugar, se a morte significa miséria eterna, então essa é a penalidade da lei; mas Cristonão a sofreu, e os remidos não a sofrerão, então segue-se que a justiça nunca é vindicada pela imposição da pena, seja sobre eles ou um substituto; e assim a justiça é suspensa, não satisfeita; e a morte de Cristo (se por alguma razão pudesse ser chamada assim) não é verdadeiramente vicária. Como antes considerado, a justiça exige a aplicação da pena de uma lei justa; e como Deus é imutável e infinitamente justo, a penalidade certamente será infligida ao transgressor ou ao seu substituto. Mas a visão acima torna isso impossível. De acordo com isso, a misericórdia não se harmoniza com a justiça, mas a supera, e a justiça de Deus não se manifesta para justificar o crente. A soma da questão é esta: se a pena for a miséria eterna, então todos os que pecaram devem sofrê-la e ser eternamente miseráveis, ou então as exigências da lei nunca serão honradas. Mas o primeiro resultaria em condenação universal, e o outro degradaria o governo de Deus e contradiria a razão e as Escrituras. AERS 96,4

Essa definição de morte foi adotada necessariamente para se conformar à ideia popular da imortalidade inerente do homem; ainda assim, envolve uma contradição para aqueles que a defendem. Pois é afirmado que os ímpios são imortais e não podem deixar de existir e, portanto, a morte ameaçada nas Escrituras é algo além da cessação da existência, ou seja, miséria. Mas a imortalidade significa isenção da morte; e se o significado bíblico de morte é miséria, e os ímpios são imortais, ou isentos da morte, eles estão, é claro, isentos de miséria! Os defensores desta teoria não são necessariamente universalistas, mas sua posição leva a esse resultado. AERS 97,1

Foi bem dito por aquele grande filósofo cristão, John Locke, que "parece uma maneira estranha de entender a lei, que requer os termos mais claros e diretos, que por morte deve ser entendida a vida eterna na miséria." Vida e morte são opostas; o primeiro é prometido ao justificado, o segundo é ameaçado e infligido ao injusto. Mas vida e miséria não são opostas; a miséria é uma condição de vida. Em tudo, exceto na “teologia”, tal perversão da linguagem não seria tolerada, a ponto de tornar a miséria e a morte eternas, ou mesmo a miséria e a morte, sinônimos. Se eu contasse que um homem estava morto porque eu sabia que ele estava sofrendo muito, seria considerado insignificante - zombaria solene. Com a cessação da vida, todas as condições de vida devem cessar. AERS 98,1

Antes de deixarmos o assunto da pena pela transgressão, compararemos com o anúncio da pena a Adão, a explicação dada pelo próprio Legislador. Quando o homem foi criado e colocado em prova, o Senhor disse-lhe que se ele desobedecesse ao requerimento ou proibição divina, ele "certamente morreria". A isso todas as declarações futuras se conformaram. Na verdade, se houver unidade de design nas Escrituras, todos eles devem estar em conformidade com isso. Conseqüentemente, eles dizem, como já foi citado: “A alma que pecar, essa morrerá.” “O salário do pecado é a morte.” Disse o Senhor a Israel: “Tenho posto diante de ti a vida e a morte”. A pena por violação da lei divina nada mais é do que "pena de morte". Deus é o autor da vida e o homem é sua criatura. “Todas as almas são minhas”, disse o Criador; “Como a alma do pai, assim também a alma do filho é minha; a alma que pecar, ela morrerá.” Ezequiel 18: 4 . O direito de ordenar e dispor a vida cabe apenas a ele. AERS 98,2

Não há método mais seguro de estabelecer o significado de uma pena do que observar como a autoridade apropriada pronuncia ou executa a sentença sobre um transgressor. Adão pecou; ele foi acusado e confessou sua culpa. Ele não podia esconder isso de seu Criador. O juiz neste caso foi o autor e legislador; foi ele quem primeiro anunciou a pena de morte. A sentença ou punição deve ser conforme à pena. Portanto, a sentença será um comentário oficial ou uma explicação da pena. A sentença foi pronunciada com estas palavras: “Porquanto deste ouvido à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: Não comerás dela; maldita é a terra por causa deles; com dor comerás dela todos os dias da tua vida; espinhos e abrolhos também produzirá; e comerás a erva do campo; com o suor do teu rosto comerás o pão, até que voltes à terra; porque dele foste tirado; porque tu és pó, e ao pó voltarás.” De acordo com esta frase, quando o Senhor disse ao homem que ele certamente morreria, ele quis dizer que ele deveria ser devolvido ao seu elemento original, o pó da terra, de onde ele foi tirado quando ele foi feito um homem, uma alma vivente. Isso é o que chamamos de morte literal, pessoal ou física. Nada mais poderia estar implícito, pois o registro não fala de mais nada como pertencente à penalidade ou à sentença. E quem deve emendar a palavra do Senhor, ou questionar sua decisão, em uma questão de sua própria lei e da vida e morte de suas criaturas? AERS 99,1

Sobre o assunto da punição, examinaremos apenas um texto, pois nossos limites não admitem qualquer argumento extenso sobre o ponto. Este texto é Mateus 25:46; e notamos isso porque é suposto que ele conflite em termos diretos com a visão da penalidade dada acima. E sendo este um dos mais fortes, senão o mais forte, no qual uma objeção se baseia, uma exposição disso mostrará que a objeção em si não tem força. AERS 100.1

O texto diz: “E irão eles para o castigo eterno; mas os justos para a vida eterna.” A versão revisada diz castigo eterno e vida eterna. Isso está estritamente de acordo com o original, e ninguém fará objeções à tradução. AERS 100,2

Toda a objeção é baseada em uma compreensão equivocada do termo punição. Muitos parecem pensar que sustentaram totalmente a objeção, uma vez que provaram que a punição dos iníquos é tão eterna quanto a vida dos justos. Assim, Moisés Stuart disse: “Se as Escrituras não afirmam a punição infinita dos ímpios, também não afirmam a felicidade infinita dos justos, nem a glória infinita e a existência da Divindade.” AERS 100.3

Admitimos isso, e então nosso argumento nada perdeu e a objeção nada ganhou. A questão não é a duração da punição, mas a natureza dela. Disto dizemos: - AERS 101.1

1. A palavra punição não é um termo específico. Os homens podem ser punidos com multa, prisão ou morte. O termo inclui tudo isso e pode referir-se a muitas outras coisas, mas não especifica nenhuma delas. AERS 101,2

2. Sendo assim, há apenas uma antítese implícita, não direta, entre as palavras punição e vida. Quando dizemos que um homem será punido, não declaramos com isso o que deve ser feito com ele ou a ele. Mas se dissemos de dois homens que um será punido e o outro terá de viver, a conclusão inevitável seria que o primeiro seria punido com a morte, ou não se permitiria que vivesse. AERS 101.3

3. Se a morte for um castigo, então a morte eterna, da qual não haverá ressurreição, é um castigo eterno. E este é o destino dos ímpios. “O salário do pecado é a morte.” Como haverá uma ressurreição dos injustos, e seu castigo será depois disso, eles sofrerão uma segunda morte, após a qual não haverá mais ressurreição. A segunda morte é, portanto, uma morte eterna. AERS 101,4

4. Vida eterna e morte eterna são contrastes completos. Não haveria forte contraste entre a morte eterna e uma breve vida, ou entre a vida eterna e um breve estado de morte. E não haveria nenhum contraste entre a vida eterna e a prisão eterna. A pena ou punição sendo a morte permite que haja este contraste completo entre a vida eterna e o castigo eterno. Mas não existiria se a punição fosse outra coisa senão a morte. AERS 101,5

5. Paulo, em 2 Tessalonicenses 1: 9, fez um comentário decisivo sobre este texto. Ele usa ambos os termos usados pelo Salvador, com outro termo que é específico e, portanto, explicativo. Dos desobedientes, ele diz: “Serão punidos com destruição eterna, pela presença do Senhor e pela glória do seu poder”. A versão revisada diz o seguinte: “Quem sofrerá o castigo, sim, a destruição eterna da face do Senhor e da glória do seu poder”. Morte e destruição são equivalentes. Muitas vezes as Escrituras dizem que os ímpios serão destruídos. Essa destruição será para sempre. Eles morrerão e nunca mais acordarão. Que desgraça! E pode ser evitado pela obediência a Deus por meio da fé em seu Filho. Mas aquele que morre nessa morte recebe o justo valor de suas próprias obras. “O salário do pecado é a morte.” Não é do agrado do Senhor que alguém seja destruído. “Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” “Vivo, diz o Senhor Deus, e não tenho prazer na morte do ímpio; mas que o ímpio se desvie de seu caminho e viva; desviai-vos de vossos maus caminhos; pois por que morrereis, ó casa de Israel?” AERS 102,1

A força das palavras do apóstolo em 2 Tessalonicenses 1: 9 às vezes se perde ao assumir que significa banido da presença do Senhor e da glória de seu poder. Mas isso não poderia ser, pois em todo o universo ninguém pode ir além de sua presença e poder. Veja Salmo 129: 7-12. A destruição dos ímpios é pelo fogo; e em Apocalipse 20: 9, aprendemos que quando as hostes de Satanás cercam o acampamento dos santos e a cidade amada, “desceu fogo de Deus do céu e os devorou”. E assim a palavra será literalmente cumprida; da presença do Senhor, da glória de seu poder, até mesmo do céu o fogo da destruição cairá sobre os ímpios. “Esta é a segunda morte.” É a morte deles pela segunda vez. Verdadeiramente um “castigo eterno”. AERS 102,2

Por mais que deploremos a perda total de tantos de nossa raça, como amantes da ordem e do governo, aquiescemos com as decisões de justiça infinita. E nos regozijamos porque a justiça decretou a destruição total dos incorrigivelmente rebeldes, em vez de que o universo de Deus seja palco de blasfêmias e miséria eternas. Que a criação seja purificada do pecado e tudo seja amor e paz. AERS 103,1

Repetimos uma declaração antes feita, de que as circunstâncias tornam a morte do pecador uma morte eterna. O termo morrer, ou a pena de morte, como afirmado para Adão, não carrega necessariamente consigo qualquer ideia de tempo ou duração. Morrer

é perder a vida; a morte é a ausência de vida. Não conhecemos nada que mostre mais claramente a natureza da penalidade da lei do que a verdade revelada de que "Cristo morreu por nossos pecados". AERS 103,2

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.415#415>

CAPÍTULO III. JUSTIFICAÇÃO E OBEDIÊNCIA

A relação de justificação e obediência é precisamente a relação de fé e obras. As Escrituras tornam este assunto muito claro, embora dificilmente alguma doutrina pareça ser mais mal interpretada. A dificuldade surge de um desejo amplamente prevalecente e crescente de adiar a lei de Deus ou de pleitear a isenção de sua obrigação. Como a lei é o fundamento de todo governo, sem exceção no governo divino, teremos que observar mais a fundo a natureza de nossa obrigação para com a lei a fim de elucidar sua relação com a justificação pela fé. AERS 104,1

Há uma expressão peculiar em Isaías 51: 6. O Senhor diz: “Minha salvação durará para sempre, e “minha justiça não será abolida”. Que isso se refira a seus atributos ou caráter pessoal, pareceria improvável, mesmo na ausência de qualquer testemunho sobre o assunto; pois a idéia da abolição de seus atributos ou de sua retidão pessoal é absurda demais para receber qualquer aviso. Mas se se refere à sua lei, que é o fundamento de seu governo justo, a expressão é razoável e também necessária como uma revelação. E há a prova de que tem esse aplicativo. No Salmo 119: 172, é dito: “Todos os Teus mandamentos são retidão.” Agora, como o caráter do legislador divino é melhor revelado a nós por meio da revelação de sua vontade, e como seus atributos devem necessariamente ser mostrados em seu governo, a estabilidade de seu caráter é determinada ou demonstrada pela estabilidade de sua lei; pois seria de pouca importância declarar em palavras que ele era imutável, ao passo que mostrasse em ação que não era. Novamente, esta aplicação é confirmada pela conexão: “Ouvi-me, vós que conheceis a justiça, o povo em cujo coração está a minha lei”. Versículo 7. Citamos as escrituras que mostram que a lei dos dez mandamentos de Deus é uma regra de santidade, de justificação, condição de vida, perfeita, todo o dever do homem, etc., que a identifica como a mesma lei referida em Isaías 51: 6, 7 e Salmo 119: 172, que é a personificação da justiça. Consequentemente, aqueles que dizem que a lei dos dez mandamentos de Deus foi abolida, contradizem diretamente essa escritura e estão em vão contendendo com Deus. Essa visão pode ser fortalecida por um exame das palavras do Salvador em Mateus 5: 17-20; mas apenas convidamos a investigação desse texto e passamos ao argumento do apóstolo sobre a justificação. AERS 104,2

Qual é o significado da declaração do apóstolo em Romanos 3:28? Diz: “Portanto, concluímos que o homem é justificado pela fé sem as obras da lei”. Significa que agora formamos nosso caráter na vida cristã sem obras ou sem obediência à lei? Muitos parecem pensar que sim; mas não podemos. 1. Essa visão é altamente irracional. Não podemos formar qualquer caráter por mero sentimento ou crença. É apenas por ações, atos ou obras que qualquer caráter pode ser formado. 2. É contrário a todo o escopo e teor das Escrituras, como tentaremos mostrar. AERS 105.1

A ideia do texto é apresentada também no versículo 21 do mesmo capítulo, que consideramos em outro lugar. Diz: “Mas agora se manifesta a justiça de Deus sem a lei, tendo o testemunho da lei e dos profetas.” Não há dificuldade alguma se tivermos em mente que o assunto é justificação a um pecador condenado. Ora, é uma verdade tão evidente que nenhum argumento é necessário em seu favor, que um criminoso não pode ser justificado pela lei que violou. Certamente não há nada tão estranho nisso que

alguém precise se preocupar para compreender sua força ou influência. É apenas perdendo de vista as relações apresentadas neste capítulo e os princípios que devem caracterizar as ações de um Governo justo no trato com os transgressores, que se encontram dificuldades. De fato, somos “justificados gratuitamente por sua graça”, mas em uma base que capacita Deus a ser justo enquanto é um justificador do crente. Isso nunca deve ser esquecido, se quisermos honrar sua justiça e seu governo. O perdão deve respeitar a lei violada. E como não pode haver condenação sem lei. E como não pode haver condenação sem lei, pois “o pecado não é imputado quando não há lei, ou então a justiça será desconsiderada. Não pode haver determinação de caráter, bom ou mau, sem a lei. Pela lei vem o conhecimento do pecado. Essa é uma direção na qual a lei transmite conhecimento, mas não a única. A lei é uma testemunha da justiça de Deus. O apóstolo diz que somos feitos justiça de Deus em Cristo. 2 Coríntios 5:21 . Isso significa que nosso caráter está de acordo com sua vontade revelada. E a justiça de Deus manifestada em nós, através da fé em Jesus Cristo sem as obras da lei, é apenas esta, que Cristo remove nosso pecado e nos coloca diante do trono da justiça tão livres, tão sem pecado como se nunca tivéssemos quebrado a lei. A lei sendo a medida da santidade, da perfeição e a única regra de julgamento, é certamente um testemunho da justiça assim efetuada. Isso não pode ser negado. A expressão “Os cumpridores da lei serão justificados” é prova suficiente de que a lei contém tudo o que é necessário para justificar os obedientes; e a lei dá testemunho da justiça de Deus, que é efetuada por meio da fé em Cristo no caráter dos fiéis, porque impõe e exige essa justiça. Podemos entender prontamente por que um pecador, um homem de mente carnal, inquieto sob justa restrição, cujo coração é inimizado contra Deus, deve desejar a abolição de tal lei. Mas não podemos compreender por que um homem que professa amar a Deus e ser leal ao seu governo desejaria sua abolição; nem pode acreditar que o Deus de justiça, que levará toda obra a julgamento, consentirá em sua abolição. Ele disse: “Minha justiça não será abolida”, e nós respeitamos sua palavra e nos curvamos à regra de seu justo julgamento. Eclesiastes 12:13, 14 ; Romanos 2:12, 16 . AERS 106,1

Muitos tropeçam no plano do evangelho porque não fazem diferença entre justificação e salvação. Se tivéssemos consideração apenas pela justiça original, não haveria diferença; isto é, se um homem nunca pecou, ele teria sido justificado e, é claro, salvo, por sua obediência. Mas essa justiça original ou pessoal ninguém possui agora. Conseqüentemente, embora os princípios não possam mudar e a regra de justificação seja sempre a mesma, os meios são inteiramente diferentes do que seriam se o homem nunca tivesse pecado. É aqui que muitos erram. Eles supõem, ou parecem supor, que se a lei deixa de ser o meio de justificação, também deixa de ser a regra. Eles não julgam a lei por sua natureza ou objeto original, mas de uma visão parcial da posição de seu transgressor. A lei, como regra de direito, formará um caráter perfeito, mas não pode reformar um imperfeito. A regra do mecânico determinará ou apontará um ângulo reto na extremidade de uma placa que ele está enquadrando; e se o tabuleiro for quadrado - se o ângulo for correto, a regra é justificada ou comprovada. Mas se o ângulo não estiver certo, a regra apontará a imprecisão, mas não o corrigirá. Isso deve ser efetuado por outra ferramenta. Mas se a serra é o meio de fazer o ângulo correto no tabuleiro, a serra se torna a regra para determinar ângulos ou medidas? De jeito nenhum. E existe precisamente essa diferença entre a lei e o evangelho. “Pela lei vem o conhecimento do pecado”; mas o evangelho é o remédio. A lei aponta os erros de caráter, o evangelho os reforma. Sendo a lei a única regra de direito, “os praticantes da lei serão justificados.” Romanos 2:13. Isso é apenas justiça; pois ninguém pode supor que o homem que fez a lei – quem obedecesse a Deus em toda a sua vida, seria condenado. Mas Paulo também

diz que não há praticantes da lei - que todos pecaram; e disso ele tira a conclusão muito evidente, " portanto , pelas obras da lei nenhuma carne será justificada." Romanos 3:20. Portanto, somos justificados agora "gratuitamente por sua graça"; inteiramente pela fé; as obras não entram em nossa justificação. E porque não? Porque, como mostra o apóstolo, essa justificação pela fé diz respeito à "remissão dos pecados passados ". Romanos 3:25. Sobre esses nossos atos futuros de obediência não podem ter influência ou controle. AERS 107,1

Foi daí inferido que o pecador justificado não tem mais nenhuma obrigação de guardar a lei pela qual ele não pode ser justificado. Mas não pode ser que aqueles que ensinam assim não percebam quão destrutiva é essa visão de todos os princípios de direito e justiça; como isso desonra o evangelho de Cristo; como tende a perverter um santo evangelho de amor a um mero sistema de licença. De todos os abusos que o evangelho já recebeu das mãos de seus amigos professos, este é o mais profundo. É contrário às Escrituras e a todo raciocínio justo. Pergunte ao defensor dessa teoria se a lei de seu Estado justifica o ladrão em roubar ou o assassino em matar. Ele responderá: Não; a lei condena tais ações. Pergunte a ele como o criminoso pode escapar do verdadeiro deserto de seus crimes, e ele responderá: Somente com o perdão do governador. Pergunte novamente, se a lei condena o transgressor, e ele só pode ser justificado pelo perdão, esse perdão o isenta da obediência à lei, de modo que ele pode, posteriormente, desconsiderar suas reivindicações? Ele afirma isso por sua própria vontade? Ele vai lhe dizer que esse perdão depois se torna a regra de vida para esse homem? E se o perdoado for novamente cometido por crime, o júri o julgará, e o juiz o condenará pelo perdão do governador, ou pelo estatuto do Estado? Poderíamos fazer com que alguém tomasse a mesma posição irracional em relação à lei do Estado que muitos tomam em relação à lei de Deus? Nunca. Se os anjos choram diante da loucura cega dos mortais, parece que tais ensinamentos fornecem uma ocasião. Ver homens de talento, de erudição, de aparente piedade, despojar o plano de salvação de todo princípio de justiça, pervertê-lo em um sistema de licenciosidade, tirar conclusões diretamente contrárias à razão e ao bom senso e argumentar sobre o governo divino como eles teriam vergonha de argumentar a respeito do Governo do Estado, com certeza, isso é o suficiente para encher os céus de espanto. AERS 109,1

Esse erro não se limita totalmente aos chamados Antinomianos. Todos aqueles que ensinam que Cristo não sofreu a pena da lei, que sua morte não atendeu a todas as demandas da justiça, mas foi substituída por suas demandas, realmente subvertem a lei ao negar que o evangelho honrou suas reivindicações. Acharmos que em muitos casos eles não têm consciência da tendência desmoralizante de sua posição. Isso, no entanto, será considerado mais completamente quando chegarmos ao assunto da morte vicária de Cristo. AERS 110.1

Se o homem nunca tivesse pecado, ele teria sido justificado com base na obediência - pelas obras. Sem pecado, ele não poderia ter sido condenado. Isso mostra que a justificação está nas obras, desde que as obras sejam perfeitas. Negar isso é equivalente a afirmar que o homem teria sido condenado - não justificado - se tivesse continuado em perfeita obediência. E isto é o que dissemos antes, que a justificação está na lei, mas o homem a perdeu pela transgressão da lei. É a obediência apenas que forma um caráter correto. "Quem pratica a justiça é justo." 1 João 3: 7. A fé no sangue de Jesus remove a culpa e nos apresenta diante do trono como justos por imputação; mas a fé, sem obras, não edifica o caráter. Isso quer dizer que somos justificados de pecados passados pela fé

sem obras, mas não podemos manter essa justificação por meio da vida futura pela fé sem obras. A este respeito, "a fé sem obras é morta." Tiago 2:20. E então Paulo instrui os irmãos: "Trabalhem em sua própria salvação com temor e tremor." Filipenses 2:12. AERS 110,2

A justificação pela fé não é um procedimento final; não substitui a sentença, nem torna a sentença desnecessária. Ele olha para algo além de si mesmo para ser realizado no futuro. É claro que esta observação não se aplicaria onde a liberdade condicional foi cortada imediatamente ou logo após a justificação ter ocorrido. Mas certamente se aplica onde a vida é prolongada e a provação continua. A justificação pela fé, no plano do evangelho, pode ser definida por completo como aquela mudança nas relações e na condição do homem em virtude da qual, 1. Ela é contada apenas em relação à sua vida passada, embora sua vida não seja apenas isso. 2. O Governo e seus súditos estão protegidos contra futuras depredações. E, 3. Deus pode consistentemente aceitar seu serviço como o de um súdito leal. AERS 111,1

Quanto ao primeiro ponto, não pode haver dúvida por parte de ninguém. Ao segundo, todos devem conceder que tanto o Governo quanto seus súditos devem ser protegidos contra danos e, para tanto, é necessário não apenas fazer uma obra para o homem, mas, também, nele. Embora o ato de impor a penalidade a um substituto justifique a majestade da lei, e seja tudo o que pode ser feito em relação ao passado, uma mudança de coração, uma correção completa de vida, só pode dar aquela garantia que é razoavelmente e exigida com justiça para o futuro. E isso chamamos de conversão. A justificação pela fé abrange isso. Com nada menos do que isso, não podemos imaginar que alguém seria justificado diante de Deus. AERS 112.1

Mas o terceiro ponto não será tão aparente para todos, pois alguns podem pensar que é consistente que Deus aceite o serviço de qualquer um, a qualquer momento que possa ser oferecido, sem parar para considerar as condições. Mas não podemos concordar com isso. AERS 112,2

Suponha que uma pessoa que nasceu em um país estrangeiro venha aos Estados Unidos e se proponha a participar da execução de nossas leis. Claro que sua proposta é prontamente rejeitada. Mas ele defende seu caso da seguinte maneira: - AERS 112.3

“Em minha terra natal, examinei cuidadosamente os princípios de seu governo e os admirei; portanto, vim para este país. Eu li suas leis; Eu acho que eles são justos. Estou ansioso em ter uma parte na sua execução. Tenho uma educação superior à de muitos que ocupam cargos neste país. Eu alego ter habilidades tão boas quanto eles e amar o seu governo tão bem quanto eles. Por que, então, sou rejeitado para ocupar um cargo?” AERS 112,4

A resposta é prontamente dada, assim: - AERS 113,1

“Por nascimento você é um cidadão de outro governo que é totalmente diferente deste; e, como tal, você tem a obrigação de buscar seu bem-estar e promover seus interesses. Não podemos saber, mas você está agindo sob as instruções de seu soberano. Você deve renunciar publicamente à fidelidade a ele e declarar sua fidelidade a este governo. Você deve ser naturalizado. Então você não será mais considerado um estrangeiro, mas um

cidadão americano, e terá direito a todos os privilégios de alguém nascido neste país.” AERS 113,2

Diante disso todos podem entender; sua razoabilidade, todos podem ver. Sem uma proteção como essa, os inimigos podem entrar e minar nosso governo, abusando e pervertendo suas leis sob o pretexto de executá-las. E é verdadeiramente estranho que qualquer um que ama a justiça e o bom governo, e que sabe que o mal está no mundo e no coração dos homens, tenha dúvidas quanto à necessidade do evangelho, para nos levar à aceitação de Deus, e para nos preparar por uma transformação de coração e vida para um lugar em seu serviço e, finalmente, em seu reino. AERS 113,3

Na ilustração acima, tão notável em todos os aspectos, usamos apenas as idéias que nos foram dadas pelo apóstolo Paulo, em sua carta aos Efésios. Ele havia dito antes aos Romanos que de todo o mundo, Judeus e Gentios, não há justo, não, nenhum. A destruição e a miséria estão em seus caminhos. Todos são culpados diante de Deus. Em harmonia com isso, ele fala de si mesmo e de seus irmãos como sendo "por natureza filhos da ira, assim como os outros." Efésios 2. E dos irmãos, gentios na carne, ele diz: "Que naquele tempo estavas sem Cristo, sendo estrangeiros da comunidade de Israel e estranhos dos pactos da promessa, sem esperança e sem Deus no mundo. Mas agora, em Cristo Jesus, vocês que às vezes estavam longe, pelo sangue de Cristo chegastes perto." Aqueles que eram filhos da ira, estrangeiros e estranhos, têm sua condição inteiramente mudada pela fé em Cristo e por seu sangue. "Agora, portanto", continua o apóstolo, "não sois mais estrangeiros nem forasteiros, mas concidadãos dos santos e da família de Deus". O evangelho de Cristo é a lei da naturalização, por meio da qual os estrangeiros ou estrangeiros são introduzidos na família de Deus e se tornam cidadãos da comunidade de Israel - o Israel de Deus. AERS 113,4

Nas ilustrações, é-nos permitido representar as coisas espirituais por aquelas que são naturais; não temos outro meio de fazer comparações que nossa mente possa apreciar. Mas devemos sempre lembrar que há uma profundidade nas coisas espirituais que o natural não pode alcançar. Um estrangeiro, morando em sua terra natal, pode ter uma alta consideração pelos princípios e governantes de nosso governo, sem menosprezar sua lealdade para com o seu; porque os dois governos mantêm relações amigáveis entre si. Cada um tem seu próprio território e cada um tem direito e jurisdição supremos em seu próprio domínio. Mas a própria natureza do Governo de Deus proíbe que haja, nele, qualquer paralelo com esta condição. AERS 114,1

1. Seu domínio, seu direito de jurisdição, é universal. Nenhum governo contrário tem o direito de existir. AERS 115,1

2. Sua lei, a regra de seu governo, é uma lei moral. Requer conhecimento, não apenas das ações, mas dos motivos e intenções. AERS 115,2

3. Como nenhuma regra contrária tem direito de existir, não pode de direito haver neutralidade em caso de usurpação ou rebelião. Quando uma guerra é travada contra um governo, todo cidadão bom e leal é obrigado a apoiar o governo. A recusa em fazê-lo equivale a dar ajuda ao inimigo. AERS 115,3

Agora, visto que todos se desviaram - todos se afastaram de Deus - o mundo está na condição de uma poderosa rebelião contra seu governante legítimo. Há um desrespeito

geral por sua autoridade e pelos direitos de seus súditos. E ninguém está em terreno neutro; diz o governador: “Quem não é por mim é contra mim”. E tanto o homem caiu de seu “primeiro estado”, que é declarado que “a mente carnal”, o coração natural inalterado, “é inimizado contra Deus; pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar.” Romanos 8: 7. Conseqüentemente, todos são por natureza filhos da ira, porque todos estão alienados, ou mais propriamente, em estado de rebelião contra o Governante Supremo do universo. Alguém pode duvidar da necessidade de naturalização, ou de aceitação da anistia oferecida, para que possamos ser colocados em relações de amizade e lealdade com o único Legislador? Alguém pode negar a razoabilidade da declaração: “Importa nascer de novo”? AERS 115,4

Ninguém, pensamos, pode agora deixar de ver a correção de nossa proposição de que Deus não pode aceitar ou aprovar consistentemente a ação de qualquer pessoa em seu estado natural ou em sua mente carnal. Sendo tal estado de inimizado contra Deus, toda ação que brota do coração carnal ou natural é um ato de rebelião, porque é feito em total desconsideração da autoridade de nosso legítimo Soberano. Cada ato tem sua origem na vontade própria; procede de um espírito que, se pudesse ter domínio indiscutível, destronaria a Jeová e substituiria a sua própria vontade pela dele. AERS 116,1

A aceitação do homem como servo de Deus envolve o dever do homem de servir a Deus. Em vez de a justificação pela fé libertar o homem das obras ou da obediência à lei divina, ela o leva a trabalhar; o obriga a trabalhar; cabe a ele trabalhar. Alguns parecem duvidar de que os reconhecidos princípios de direito e justiça, que são incorporados nos governos humanos, serão exigidos no governo divino; se o evangelho não os substitui até certo ponto. A isso as Escrituras dão uma resposta suficiente: “Deve o homem mortal ser mais justo do que Deus? Deve o homem ser mais puro do que seu Criador? ” O próprio Deus plantou esse respeito pela justiça em nossos corações, e ele não deve respeitar isso? Há realmente uma grande diferença entre Deus e nós a esse respeito, mas tudo é a favor de uma justiça estrita de sua parte. Sua justiça é infinita. AERS 116,2

Observamos que a justificação pela fé não substitui o Julgamento. E o julgamento não é baseado apenas na fé. Nisto é mostrada a necessidade imperiosa de obediência. As seguintes declarações das Escrituras são conclusivas neste ponto e muito impressionantes: - AERS 117.1

“Temei a Deus e guardai os seus mandamentos; pois este é todo o dever do homem. Pois Deus há de trazer a julgamento toda obra”. Eclesiastes 12:13, 14 . AERS 117,2

“Todos os que pecaram na lei serão julgados pela lei, no dia em que Deus julgar os segredos dos homens por Jesus Cristo.” Romanos 2:12, 16 . AERS 117,3

“Pois todos devemos comparecer perante o tribunal de Cristo; para que cada um receba as coisas que fizerem em seu corpo, conforme o que fez, seja bom ou mau ”. 2 Coríntios 5:10 . AERS 117,4

“Pois o Filho do homem virá na glória de seu Pai com seus santos anjos; e então ele recompensará a cada homem de acordo com suas obras. ” Mateus 16:27 . AERS 117,5

“E eis que cedo venho; e minha recompensa está comigo, para dar a cada um segundo a sua obra. ” Apocalipse 22:12 . AERS 117,6

Outros com a mesma intenção podem ser citados. E por estes se vê que não a fé, mas as obras são a única base de determinação e recompensa no Juízo. Então, a pergunta pode ser feita, de que benefício é a fé, se ela não aparece no Juízo? Nós respondemos, ela auxilia as obras; permite-nos trabalhar: apropriar-nos da força de Cristo, a única maneira que podemos trabalhar, pois sem Ele nada podemos fazer. João 15: 5 . Mas a fé sem obras está morta, e de que benefício é a fé morta? AERS 117,7

Isso é inconsistente com a graça? Não; foi a graça gratuita que abriu o caminho para nossa fuga da ruína eterna. A graça tornou nossa salvação possível. A graça nos guia e auxilia em cada passo do caminho. A graça abre o caminho e nos ajuda, mas a graça não garante nossa salvação sem que nos valamos de suas provisões, mais do que o favor e a boa vontade impediriam um homem de morrer de fome se recusasse comer a comida que lhe foi fornecida e oferecida gratuitamente. A graça não destrói o poder de escolha, nem nos liberta do dever e da necessidade de escolher. A graça nos ajudará na obra de vencer, mas a graça não nos livrará da necessidade de vencer. A graça nos vestirá com uma armadura invencível; mas a graça não travará nossas batalhas por nós se ficarmos parados e não fizermos nada. Agora é como antigamente: “A espada do Senhor e de Gideão.” A graça derrubou as paredes de Jericó; mas elas não teriam caído se os filhos de Israel tivessem negligenciado cercar a cidade como foram ordenados a fazer. A graça salvou Noé do dilúvio, mas não o faria se ele não tivesse construído uma arca. Deus fez e fará tudo o que for necessário para tomar todas as providências para nossa salvação. Ele vai cumprir todas as suas promessas, se cumprirmos suas condições . Mas ele nunca fará por nós o que nos ordenou que fizéssemos. A graça incentiva a confiança; não tolera presunção . AERS 118,1

Aqueles que supõem que ensinamos a justificação pela lei, porque cumprimos a obrigação da lei, não podem ter olhado profundamente na palavra de Deus, nem ter considerado os princípios do governo. Se Jesus tira a disposição pecaminosa, nos renova ou nos dá um novo coração, e nos traz em sujeição à lei de Deus, toda nossa obediência a essa lei é em virtude daquela mudança de coração efetuada por ele; portanto, embora ele conceda a nós toda a virtude de seu sangue para a remissão de pecados passados, ele tem direito a toda a glória de nossa obediência no futuro. Portanto, é tudo pela graça, e não temos nada do que nos orgulhar em qualquer aspecto, nem nada a reivindicar em nossa própria conta, pois tudo o que fazemos é pela força comunicada por ele. Aqui temos um sistema que é totalmente graça, e nenhuma licença para pecar; um evangelho digno do Céu - conceder misericórdia livremente e manter a lei e a justiça estritamente. Aqui vemos que sem ele nada podemos fazer; embora trabalhemos nossa própria salvação com temor e tremor, "é Deus que opera em nós o que queremos e o que fazemos segundo a sua boa vontade". Somos justificados pela fé, mas devemos acrescentar virtude à nossa fé; pacientemente fazendo o bem; guardando os mandamentos de Deus; cumprindo a justiça da lei, etc. AERS 119.1

Longe de ensinar a justificação pela lei, afirmamos enfaticamente que um dever moral, seja o que for que os homens possam chamá-lo, seja lei ou evangelho, não pode justificar um pecador. Essa lei que aponta o pecado, que é, portanto, a regra do direito, deve necessariamente condenar o pecador, mas não o fará e não pode justificar. Este é o ensino de Romanos 3:20, 21 . E é singular, mas verdadeiro, que aqueles que ensinam que a lei foi abolida, e declaram contra ela como sendo insuficiente para justificá-la, etc., e que dizem que os mandamentos da lei original que agora são válidos estão

incorporados ao evangelho, realmente ensinam a justificação pela lei - pelos mesmos preceitos que convencem do pecado. E eles são os únicos que ensinam a justificação por lei. Dizemos que a justificação de um pecador pela lei é impossível; é contrário à razão e às palavras do apóstolo em Romanos 3:20. Se a lei fosse incorporada em outro sistema, e chamada por outro nome, isso não mudaria sua natureza; não faria com que justificasse os pecados que proíbe, nem o pecador que o violou. A diferença entre a lei e o evangelho é tão distinta agora como era na época em que o evangelho foi pregado aos pecadores no deserto. Hebreus 4: 1. A lei é uma regra moral; pecado é imoralidade; e o evangelho é o remédio. O evangelho apóia a lei e a aplica na consciência, e a incorpora na vida do crente. Mas não anula a lei nem libera o crente da obrigação de obedecer à lei; nem incorpora a lei em si mesmo, pois os dois não podem ser combinados em um. AERS 119,2

A correção de nossa posição pode ser testada pela seguinte declaração: O sangue de Cristo, o sangue da aliança, é aquele pelo qual temos a remissão de pecados. Hebreus 9:22; Romanos 3:25 . O evangelho é um sistema de remissão; isso são as boas novas de salvação do pecado para a vida eterna. O sangue de Cristo é um presente gratuito; o dom da graça imerecida de Deus. Conseqüentemente, o batismo pode ser uma condição evangélica de justificação, porque não faz parte da obrigação original ou do dever moral. Se fosse um dever moral, não poderia fazer parte de um sistema de remissão de pecados, porque, como tal, seria exigido por sua própria conta. O mandamento que diz: "Não roubarás", não pode tornar-se parte do evangelho; não pode ser incorporado a um sistema de remissão, ou a um sistema de remediação, porque é de natureza moral. É obrigatório sem qualquer consideração a uma condição pecaminosa. É razoável que um plano de remediação diga: "Arrependam-se e sejam batizados para a remissão de seus pecados", pois o batismo não é um dever moral; não é uma obrigação por conta própria. Mas seria altamente absurdo dizer: Não matarás para remissão de pecados; ou, Honra teu pai e tua mãe para a remissão de pecados. E o absurdo não é removido se você mudar a posição, e chamá-los de evangelho; você não pode mudar sua natureza. E os que ensinam a abolição do decálogo e a incorporação desses preceitos ao evangelho são os responsáveis por esse absurdo. Isso pertence à teoria deles. AERS 120.1

Vimos que, ao falar da justificação pela fé, ou do exercício da graça por meio do sangue de Cristo para a remissão dos pecados passados, o apóstolo claramente divide entre fé e obras, e exclui as obras inteiramente. É apenas fé — não obras. Mas quando ele fala da vida futura do justificado, ele fala de uma maneira diferente. Em seguida, ele ensina a "desenvolver sua própria salvação com temor e tremor". Filipenses 2:12. Esta é uma verdade evangélica assim como a outra; mas é uma ordem que não poderia ser dada ou obedecida em relação à justificativa por ofensas passadas, das quais ele está falando em Romanos 3 ; pois ninguém poderia encontrar uma justificativa para uma ofensa passada. AERS 121,1

Mas será que Deus considera o pecado futuro com mais favor do que o pecado passado? Acharmos que não. E, se não o fizer, seria razoável esperar que seu plano de salvação contemplasse tanto a prevenção quanto a cura; e assim o encontramos. Jesus salva do pecado; afasta o pecado pelo sacrifício de si mesmo; diz ao justificado: Vai, não peques mais; ele não é ministro do pecado, mas da justiça; portanto, não devemos continuar no pecado para que a graça abunde. Ambos estão no plano do evangelho. Assim, o homem está sob condenação pelo pecado; ele também tem uma mente carnal, que é inimizada contra Deus e não está sujeito à lei de Deus; Romanos 8: 7; por posição é um pecador -

em disposição, pecador. Não seria suficiente perdoar as transgressões passadas e deixar a disposição pecaminosa, pois deveríamos nos envolver novamente no pecado e ser condenados. Nem seria suficiente remover a disposição pecaminosa e deixar o fardo do pecado passado sobre nós, pois isso nos condenaria no Juízo. Portanto, Cristo se torna um Salvador para nós em ambos os aspectos. Ele perdoa gratuitamente nossos pecados passados, para que estejamos livres e justificados; e ele tira a mente carnal, que é inimizada contra Deus, e não está sujeita à sua lei, e nos torna em paz com Deus – sujeita à sua lei; ele escreve em nossos corações para que possamos nos deleitar. Então, “a justiça da lei” é “cumprida em nós, que não andamos segundo a carne”, a mente carnal, “mas segundo o Espírito”. Romanos 8: 4 . AERS 122,1

As seguintes observações de Andrew Fuller são apontadas e dignas de consideração cuidadosa: - AERS 123.1

“Uma expiação diz respeito à justiça, e justiça à lei ou regra que o homem violou. AERS 123,2

“Se a doutrina da expiação nos leva a nutrir noções degradantes da lei de Deus, ou a pleitear uma isenção de sua autoridade preceptora, podemos ter certeza de que não é a doutrina da reconciliação das Escrituras. Expiação diz respeito à justiça e justiça à lei, ou a vontade revelada do Soberano, que foi violada; e o próprio desígnio da expiação é reparar a honra da lei. Se a lei que foi transgredida fosse injusta, em vez de uma expiação ser exigida por sua violação, ela deveria ter sido revogada, e o legislador assumido a desgraça de tê-la promulgado. Cada instância de punição entre os homens é uma espécie de expiação à justiça do país, cujo objetivo é restaurar a autoridade do bom governo, que a transgressão prejudicou. Mas se a própria lei é ruim, ou a pena muito severa, todo sacrifício feito a ela deve ser um exemplo de crueldade. E se um príncipe de sangue real, em compaixão pelos ofensores, se oferecesse para sofrer em seu lugar, com o propósito de expiação, qualquer amor que pudesse descobrir de sua parte, seria ainda maior crueldade aceitar a oferta, embora pudesse sobreviver aos seus sofrimentos. A voz pública seria: Não há necessidade de qualquer expiação; não fará nenhuma honra, mas desonra, para a legislatura; e chamar a libertação dos condenados de um ato de graça é acrescentar o insulto à injúria. A lei não deveria ter sido promulgada e, agora que foi promulgada, deve ser imediatamente revogada. É fácil ver daí, que na proporção em que a lei é depreciada, o evangelho é minado, e tanto a graça como a expiação anuladas. É a lei como abusada, ou transformada em um estilo de vida, em oposição ao evangelho, pelo qual nunca foi dada a uma criatura caída, que as Sagradas Escrituras o depreciam; e não como a vontade revelada de Deus, o padrão imutável de certo e errado. Nesta visão os apóstolos se deleitavam; e se formos cristãos, teremos prazer nisso também e não faremos objeções a estar sob ela como uma regra de dever, pois nenhum homem se opõe a ser governado por leis de amor. ”- Expiação de Cristo, das obras de André Fuller, pub. por Am. TractSociety, pp. 124, 160, 161 . AERS 123,3

Essas observações são justas e merecem a consideração de todos. Encerramos nosso exame desse assunto citando a linguagem enfática da inspiração quanto ao efeito da justificação pela fé: “Anulamos então a lei pela fé? Deus me livre; sim, estabelecemos a lei.” Romanos 3:31 . AERS 124,1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.496#496>

CAPÍTULO IV. MORTE VICÁRIA DE CRISTO

A pergunta: a morte de Cristo foi vicária? tem recebido muita atenção no mundo teológico e aparentemente perturbou muitas mentes. É uma questão de grande importância, visto que o assunto da eficácia da Expição está envolvido nisso. Talvez possamos dizer mais corretamente, envolve a possibilidade de haver qualquer expiação. Pensamos que a natureza de uma expiação é tal que deve ser efetuada por morte vicária; a vicariação é um elemento essencial de tal transação. Aquilo que é feito para outrem é vicário; e como Cristo morreu por nós, sua morte foi vicária. Aquele que sofre por seus próprios pecados não faz expiação. É verdade que ele satisfaz a exigência da lei, mas está perdido. Se todo o mundo tivesse morrido, a pena teria sido infligida e a justiça honrada, mas não teria havido expiação. Uma expiação só pode ser feita por aquele que sofre por outro, ou outros; e isso mostra que a observação é justa, que não pode haver expiação onde não há vicariato. AERS 125.1

Aqueles que negam uma morte vicária geralmente raciocinam assim: A justiça não admitiria que a pena fosse infligida duas vezes pela mesma ofensa; portanto, se Cristo sofreu vicariamente, ou em nosso lugar, devemos ser libertados por uma questão de justiça, e não de perdão ou favor; pois onde a lei segue seu curso não há perdão. AERS 125,2

Mas esse raciocínio é defeituoso em todos os aspectos. Poderia se aplicar se a misericórdia fosse o único objetivo; mas onde a justiça e a misericórdia se unem, deve haver condições pelas quais nos valamos dos benefícios de sua morte. Mas sua morte foi voluntária e incondicional; uma oferta de livre arbítrio à justiça em nosso nome. Ele honra a lei quer a honremos ou não; e se não o aceitarmos, devemos arcar com as consequências. Ele fez uma oferta à lei divina. Nós não fizemos, e nem terá valor para nós, a menos que O aceitemos e pela fé nos apropriemos de seus benefícios. Sobre este ponto, solicita-se ao leitor que considere novamente as observações, sobre as condições do perdão. AERS 126,1

Novamente, em tal raciocínio, a verdadeira natureza da substituição não é considerada. Se um homem comete um crime digno de morte e outro morre em seu lugar, ele não remove necessariamente a culpa do criminoso por meio disso. Portanto, a morte de Cristo torna a salvação possível ao vindicar a lei em favor do homem e abrir o caminho para o perdão sem infringir a justiça. Mas sua morte não faz necessariamente a salvação de qualquer homem, como será visto a partir do fato de que o perdão é oferecido através da fé nele. Mas se sua morte teve a natureza de pagamento de uma dívida que não poderia ser cobrada uma segunda vez, ou de sofrer uma pena de tal forma que aqueles por quem ele morreu não pudessem suportá-la com justiça, mesmo que persistissem em rejeitá-lo, então não haveria espaço para perdão. Todos os homens podem então exigir sua libertação com base na justiça! Mas esse não é o sistema do evangelho. Isso equivaleria a um perdão indiscriminado e incondicional que, como vimos, é subversivo da justiça e do governo. AERS 126,2

Mas se Cristo não sofreu em nosso lugar, como a justiça é justificada caso sejamos perdoados? Se ele não sofreu a pena em nosso favor, e nós não sofremos porque ele nos

libertou, então a pena nunca é sofrida e a lei não é honrada, pois a justiça é roubada. Alguns parecem pensar que esse é o plano do evangelho; mas apenas porque eles perdem de vista a grande verdade do evangelho de que Cristo é apresentado como uma propiciação, que pela fé em seu sangue podemos receber a remissão dos pecados passados, para que Deus seja justo e o justificador daquele que crê em Jesus. Romanos 3: 23-26. Ninguém pode imaginar que Cristo carregou nossos pecados no madeiro, exceto no sentido de sofrer em sua morte o deserto de nossos pecados, pois a morte é esse deserto. "Ele o fez pecado por nós" - não que ele fosse um pecador, pois ele "não conheceu pecado", mas ele foi considerado um pecador - o pecado foi imputado a ele, por favor, por nossa causa, "para que fossemos feitos justiça de Deus nele." 2 Coríntios 5:21 . Não podemos imaginar como ele foi feito pecado por nós, exceto por ter levado nossos pecados, o que ele fez, e ficando em nosso lugar diante da lei violada. AERS 127,1

Os sacrifícios da lei levítica tipificavam a oferta de Cristo; e qual foi sua morte em tipo, ela certamente deve ser de fato. As formas prescritas nessa lei mostram claramente sua intenção. A exigência de colocar as mãos sobre as cabeças de suas ofertas, foi peculiarmente significativo. "Se algum de vós trazer uma oferta ao Senhor, ... porá a mão sobre a cabeça do holocausto; e será aceito que ele faça expiação por ele. Levítico 1: 2-4 . Veja também 3: 2, 8, 13. Se o sacerdote pecasse, ele deveria trazer um novilho como oferta pelo pecado; "E porá a mão sobre a cabeça do boi". Indivíduo. 4: 4 . Se toda a congregação pecou, então "os anciãos da congregação porão as mãos sobre a cabeça do novilho". Versículo 15 . Também versículo 24 ; indivíduo. 8:14, 22 . AERS 127,2

O objetivo dessa ação é esclarecido no cap. 16:21 , onde a mesma coisa é feita sobre o bode expiatório. O sumo sacerdote estava ali agindo em nome de todo o povo. "E Arão porá ambas as mãos sobre a cabeça do bode vivo, e confessará sobre ele todas as iniquidades dos filhos de Israel, e todas as suas transgressões em todos os seus pecados, colocando-os sobre a cabeça do bode." Este pode ser o único ato em comum de todas as cerimônias. Assim, o pecado foi transferido do pecador para o objeto ou oferta sobre o qual suas mãos foram impostas. E isso nos abre o sentido completo de Levítico 1:4, e passagens paralelas. "Ele porá a mão sobre a cabeça do holocausto" - transferindo assim o seu pecado para a oferta, de forma que carregue o pecado do homem - "e será aceito por ele". É claro que foi aceito como uma oferta à lei violada, em seu lugar, pois tinha seu pecado. AERS 128.1

Enquanto a ação do sacerdote em Levítico 16:21 é conclusiva quanto ao objetivo de colocar a mão sobre a cabeça de sua oferta, de colocar seus pecados sobre a cabeça do sacrifício, não confunde o bode expiatório com a oferta pelo pecado, como alguns imaginaram. Sobre isso falaremos longamente em outro lugar. AERS 128,2

O mesmo é totalmente demonstrado pelo seguinte: Embora o pecador devesse colocar a mão sobre a cabeça da oferta, o sacerdote fazia a expiação por ele; Levítico 4:20, 26, 31, 35 e outros. A expiação foi feita com o sangue da oferta. Foi cedo revelado ao homem que o sangue era a vida. "Mas a carne com sua vida, isto é, com seu sangue, não comereis." Gênesis 9: 4 . "Esteja certo de não comer o sangue; pois o sangue é a vida; e tu não podes comer a vida com a carne." Deuteronômio 12:23 . "Porque a vida da carne está no sangue." "Pois é a vida de toda a carne." "Pois a vida de toda carne é o seu sangue." Levítico 17:11, 14. Portanto, quando o Senhor disse: "De quem derramar

sangue de homem, pelo homem seu sangue será derramado”, era equivalente a dizer: De quem tirar a vida do homem, pelo homem sua vida será tirada; pois ele disse novamente: “Vou exigir o sangue de suas vidas”. Gênesis 9: 5 . AERS 129,1

Agora, "o salário do pecado é a morte" e "sem derramamento de sangue não há remissão". Romanos 6:23; Hebreus 9:22 . Quer dizer, o pecador perdeu sua vida, e a lei desonrada não pode ser satisfeita ou justificada sem o derramamento de sangue, ou tirando a vida, porque a vida é o que lhe é devido. Isso mostra claramente que a pena da lei é executada por derramamento de sangue ou tirando vidas; e também que a remissão de pecados, ou sua penalidade, para o pecador, não relaxa as reivindicações da lei; pois quando seu pecado foi transferido para a oferta, isso foi aceito por ele, e seu sangue ou vida foi tirada em seu lugar. “Porque a vida da carne está no sangue, e eu vo-lo dei sobre o altar para fazer expiação por vossas almas; pois é o sangue que faz expiação pela alma.” Levítico 17:11. Assim, o pecado do pecador foi perdoado e imposto a outro, que sofreu sua penalidade. Com esses fatos diante de nós, notamos que todas as escrituras que falam do sangue de Cristo sendo derramado, são a confirmação de que Ele morreu, ou sofreu as penas da lei. O salário do pecado é a morte - a vida está no sangue; ele derramou seu sangue - ele morreu pelo pecado. Quão clara é a verdade; quão razoável o plano parece quando liberto das perversões e “doutrinas dos homens”. AERS 129,2

Aquilo que é feito para outro é vicário. A morte sofrida por outro é morte vicária; mas nos casos precedentes trazidos das Escrituras, as ofertas pelo pecado nunca foram sacrificadas ou oferecidas por si mesmas, ou por seus próprios erros, mas sempre pelos pecados dos outros. Seu sangue foi derramado no lugar de outros; suas mortes foram verdadeiramente vicárias. E se tirarmos deles todas as idéias de substituição ou vicariato, tiramos a única razão de sua morte, e toda possibilidade de uma expiação consistente com a justiça. AERS 130.1

Não precisa mais do que uma mera referência às Escrituras para mostrar a relação que essas transações levam ao evangelho de Cristo, e que a morte de Cristo foi na verdade substitutiva e vicária. “Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo seu caminho; mas o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos.” Isaías 53: 6 . “Levando ele mesmo em seu corpo os nossos pecados sobre o madeiro..” 1 Pedro 2:24 . “Assim, uma vez, Cristo foi oferecido para levar os pecados de muitos.” Hebreus 9:28. Assim, ele carregou nossos pecados - eles foram colocados sobre ele - ele foi feito pecado por nós; estando nessa relação com a lei em nosso lugar. E visto que o salário do pecado sendo a morte, porque nosso pecado foi imposto a ele, "ele foi ferido pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades." “Pela transgressão do meu povo ele foi atingido.” “Sua alma” foi feita “uma oferta pelo pecado”. Isaías 53: 5, 8, 10 . Aquele que não cumpre todas as palavras da lei é amaldiçoado; mas Cristo é feito uma maldição por nós para nos redimir da maldição da lei. Deuteronômio 27:26; Gálatas 3: 10-13 . “Cristo morreu pelos ímpios.” Romanos 5: 6 . “Foi entregue por nossas ofensas.” Indivíduo. 4:25 . “Cristo morreu pelos nossos pecados.” 1 Coríntios 15: 3 . Ele morreu por todos, pois todos estavam mortos, ou condenados à morte, pois todos haviam pecado. 2 Coríntios 5:14 . Ele “sofreu pelos pecados, o justo pelos injustos”. 1 Pedro 3:18 . “Cristo sofreu por nós.” Cap. 4:1 . Em todas essas expressões, a ideia de substituição é proeminente, como era no tipo. AERS 130,2

Novamente, a mesma verdade é ensinada em todas as escrituras que falam de Cristo nos comprando. Ele deu “sua vida em resgate por muitos”. Mateus 20:28. Resgatar, diz Webster, é resgatar do cativeiro pagando um equivalente. “Que se deu por resgate de todos.” 1 Timóteo 2: 6 . “Vocês não são seus; porque fostes comprados por preço.” 1 Coríntios 6:19, 20 ; 7:23 . “Negando ao Senhor que os comprou.” 2 Pedro 2: 1 . “Não fostes redimidos com coisas corruptíveis, como prata e ouro, ... mas com o precioso sangue de Cristo” 1 Pedro 1:18, 19 . "Ele nos redimiu para Deus pelo Seu sangue." Apocalipse 5: 9. "Que ele comprou com seu próprio sangue." Atos 20:28. Ora, a única ideia de resgatar, comprar ou adquirir por um preço, é substituir por um equivalente, ou receber um em vez de outro. AERS 131,1

George Storrs, de Nova York, em uma pequena obra sobre a Expição, rejeitou a idéia de Cristo morrendo no lugar do pecador; e seus pontos de vista devem ser notados, especialmente porque ele representou uma classe. Ele disse que a expiação deve corresponder à natureza do homem e à exigência da lei, pois "é a satisfação que a justiça legitimamente exige." A melhor satisfação à lei é a obediência; uma expiação é a satisfação prestada pela desobediência. Na verdade, é a satisfação que a justiça exige. Mas seria difícil para qualquer um explicar por que a Expição deve corresponder à natureza do homem e à reivindicação que a justiça tem sobre o homem, se a morte expiatória não for substitutiva. De outra forma, como poderia atender à reivindicação? Mais uma vez, ele disse que "morrendo, embora a morte não tivesse nenhum direito sobre ele, a justiça foi justificada." Agora, se "a morte não tivesse direito sobre ele," como poderia ser justificada a justiça em sua morte? AERS 132.1

E a justiça é justificada com a morte de alguém sobre quem ela não tem direito? Não; é antes uma perversão da justiça. Mas todos admitem que a morte não tinha direito a Cristo, no que se referia a suas próprias ações; portanto, se a justiça foi mantida ou justificada em sua morte, foi porque ele morreu “no lugar e em lugar” daqueles sobre quem a morte tinha direito. Que houve uma transferência de pecado, todos admitirão; nossos pecados foram colocados sobre ele. Mas a morte tem um direito sobre o pecador, pois o salário do pecado é a morte. E se o pecado foi transferido, é claro que a reivindicação da morte também deve ter sido transferida. Portanto, a morte tinha um direito sobre ele; mas apenas enquanto ele estava em nosso lugar. Ele foi feito pecado por nós; portanto ele foi feito maldição por nós. 2 Coríntios 5:21 ; Gálatas 3:14. A ideia de vicariedade, ou substituição completa, é ensinada tão claramente quanto a linguagem é capaz; e o que é surpreendente é que a questão já foi levantada por leitores da Bíblia, ou que a possibilidade de a negativa ser verdadeira alguma vez foi admitida. AERS 133,1

Devemos ainda observar a objeção de que, se um substituto completo for aceito, a justiça será satisfeita e a libertação do acusado será feita por justiça, não por misericórdia. Muitos oradores e autores respeitáveis parecem ter ficado estranhamente confusos sobre este assunto. A objeção parece, à primeira vista, ter força; mas é realmente fundada em uma visão muito parcial e superficial do plano do evangelho. É misericordioso para o criminoso que o Governo aceite um substituto; e é misericórdia para com ele também que o substituto se ofereça ou consinta em ficar em seu lugar. Não é nada além de misericórdia, perdão, dom gratuito, para o pecador, em todas as partes da transação. E seria assim se ele próprio tivesse procurado um substituto; muito mais quando o governador fornece o substituto, ainda mais sendo esse o Filho de seu leite, e convida o pecador a retornar à sua fidelidade e obediência, para que ele possa receber

perdão e vida por meio de seu sangue. Foi notado que a justiça e a misericórdia devem se unir para honrar o governo e poupar o pecador. Paulo mostra que elas se unem no evangelho, pois nele Deus pode ser justo e justificador daquele que crê em Jesus. Sua justiça é demonstrada mantendo a dignidade e a honra de sua lei, mesmo às custas da vida de seu Filho; sua misericórdia é demonstrada justificando-nos por meio de seu sangue. Mas, visto que Cristo não era um pecador, seria muito difícil mostrar onde Deus estava justamente na morte de seu Filho, a menos que ele morresse para encontrar o justo deserto de nosso pecado em nosso lugar. AERS 133,2

Burgeonthe Atonement, uma obra que reflete uma visão um tanto popular, diz: - AERS 134.1

“Se um homem se compromete a realizar certo trabalho, por uma recompensa que é proposta, não faz diferença se ele mesmo faz o trabalho ou procura outro para fazer por ele. Que o trabalho seja feito de acordo com o combinado, e ele terá direito à recompensa. Portanto, se Cristo fez pelos crentes a obra que a lei exigia que eles fizessem, Deus agora está obrigado, pelo princípio da justiça estrita, a conceder a recompensa prometida, a vida eterna. Não há graça, mas justiça severa e inflexível aqui.” Pp. 202, 203. AERS 134,2

Barnes tem substancialmente a mesma visão, e ambos afirmam que Cristo não sofreu a penalidade da lei, mas algo substituiu a penalidade. Essa ilustração apenas servia para mostrar a insuficiência da obediência de Cristo à lei moral para fazer uma expiação, sem o sofrimento da morte, não poderia haver nenhuma objeção levantada contra isso. Mas vai muito além disso. Para que uma ilustração tenha algum valor, deve haver alguma analogia entre seus pontos principais e a coisa ilustrada. Neste caso, não há absolutamente nenhuma. AERS 135,1

O homem é um rebelde, condenado à morte; a lei só pode ser satisfeita com a morte. Agora, no que diz respeito a dar satisfação a uma lei violada, não pode haver nada entre o homem pecador e seu Criador, correspondendo à natureza de um contrato, como esta ilustração supõe. Mas seu defeito é mais claramente visto nisto, que o homem não procura, e não pode, obter um substituto. Se o homem, por seus próprios esforços, tivesse adquirido o sacrifício substitutivo de Cristo, a Expição repousaria em uma base totalmente diferente daquela que está agora. Qualquer ilustração baseada em tal impossibilidade absoluta, que é tão contrária às verdades evidentes e a todo o plano revelado da Expição, não pode ajudar em um entendimento correto dela. Deus estabeleceu seu Filho para ser uma propiciação - para sofrer a morte, a penalidade da lei, por nós; de modo que seu sacrifício substitutivo é dom de Deus, assim como o próprio Cristo foi dom de Deus. “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito.” AERS 135,2

Se presumirmos que a morte de Cristo atende a todas as exigências da lei, ainda assim, enquanto ele for um dom de Deus, haverá misericórdia na transação. Mas o Dr. Barnes acha que não havia misericórdia se atendesse aos requisitos da lei. Ele observa: - AERS 136,1

"Se for dito que houve misericórdia no dom do Salvador, e que, no que diz respeito a isso, a transação é de misericórdia, embora no que diz respeito à lei a transação seja de justiça, pode ser dito que esta não é a representação da Bíblia. A ideia de misericórdia

permeia tudo. Não é apenas misericórdia em fornecer uma expiação; é misericórdia para o pecador. Não é misericórdia no caso. Existe amor. Há mais do que uma mera cobrança da pena. Há mais do que uma transferência. Há uma diminuição do sofrimento”, etc. Pp. 232, 233. AERS 136,2

Ninguém duvida que na Expiação há misericórdia para o pecador; mas não estamos preparados para admitir que a transação (morte de Cristo) não seja de justiça no que diz respeito à lei. Achamos que esta é a representação da Bíblia. A morte de Cristo atendeu às exigências da lei e da justiça ou não. Se sim, então foi, e continua sendo, uma transação legal; então, “justiça severa e inflexível” foi homenageada em sua morte. Mas se não, então deixamos de ver como a justiça divina é justificada em conceder perdão por meio dele; como Deus pode ser justo ao justificar o crente mais do que poderia ser ao justificar um incrédulo, vendo que a justiça não tinha parte na transação. Estamos acostumados a considerar esta declaração do apóstolo (Romanos 3: 24-26) como prova positiva de que a justiça foi satisfeita em sua morte, a fim de que o perdão pudesse ser concedido ao crente sem menosprezar as reivindicações da lei; e não parece ser possível reivindicar o sistema em qualquer outro princípio além deste. E se apenas admitirmos que Cristo sofreu a penalidade da lei, que foi a morte, como as Escrituras abundantemente mostram, então não há qualquer dificuldade neste ponto de vista. AERS 136,3

E só podemos decidir que “há uma diminuição do sofrimento” sendo capazes de medir a extensão ou severidade dos sofrimentos de Cristo, o que nenhuma mente finita pode fazer. A declaração do Dr. Barnes é feita na suposição de que o sofrimento dos perdidos será eterno. Mas vimos que a ideia de “punição eterna” não abrange o sofrimento eterno, mas sim a morte eterna; “Destruição eterna”, como diz o apóstolo. É possível, e o pensamento não é irracional, que os sofrimentos de Cristo, o Filho de Deus, excedam em muito os sofrimentos de um ser humano, como ele é superior em sua natureza acima do homem, ou como seu sangue é mais precioso e de mais valor do que o do homem. É seguro dizer que essa observação do Dr. Barnes foi feita sem a devida consideração. AERS 137,1

As seguintes palavras de Maclaurin são ao mesmo tempo tão sugestivas e impressionantes que temos o prazer de apresentá-las ao leitor: - AERS 137,2

“Os homens podem pintar os sofrimentos exteriores de Cristo, mas não aquela excelência interior de onde fluía a virtude deles, a saber, sua glória em si mesmo e sua bondade para conosco. Os homens podem pintar um crucificado; mas como isso pode distinguir o Salvador dos criminosos? De cada lado dele podemos pintar suas mãos e pés fixos na cruz; mas quem pode pintar como essas mãos costumavam ser sempre estendidas para aliviar os aflitos e curar os enfermos; ou como esses pés sempre fizeram o bem; e como eles curam mais doenças e fazem mais bem agora do que nunca? Podemos pintar a aparência externa de seus sofrimentos, mas não a amargura interna ou as causas invisíveis deles. Os homens podem pintar o maldito madeiro, mas não a maldição da lei que o fez assim. Os homens podem pintar Cristo carregando a cruz até o Calvário, mas não Cristo carregando os pecados de muitos. Podemos descrever os cravos que perfuram sua carne sagrada; mas quem pode descrever a justiça eterna penetrando tanto na carne quanto no espírito? Podemos descrever a lança do soldado, mas não a flecha do Todo-Poderoso; o copo de vinagre que ele apenas provou, mas não o copo da ira que ele bebeu até a última gota; o escárnio dos judeus, mas não a deserção

do Todo-Poderoso, abandonando seu Filho, para que nunca abandonasse a nós, que éramos seus inimigos”. AERS 137,3

Mas vamos examinar mais a fundo os fatos do evangelho e ver se eles justificam a declaração do Dr. Barnes de que havia apenas misericórdia na oferta de Jesus Cristo pelo homem, como um sacrifício pelo pecado. Não vemos como alguém pode considerar cuidadosamente o sacrifício, e a razão de sua existência, e ainda dizer que não houve manifestação da justiça divina na transação. AERS 138,1

O homem é um pecador condenado à morte. A justiça exige sua vida. Mas Deus ama o mundo e dá seu Filho para morrer pelo homem. O Filho se oferece para morrer; o plano é fixo e determinado. Depois de anos de labuta, privação, sofrimento e desprezo, ele vê a hora de sua morte se aproximar. Sozinho com seu Pai, ele implora: "Pai, se for possível, deixe este cálice passar de mim." Ele não chora apenas uma vez. Sua alma está extremamente triste, até a morte. Grandes gotas de suor, como se fosse sangue, explodem pelos poros de sua pele, tão intensa é sua agonia, enquanto ele ora continuamente: "Pai, se for possível, deixe este cálice passar de mim." Logo ele é traído, ridicularizado, esbofeteado, cuspidor, açoitado, uma coroa de espinhos colocada em sua cabeça, falsamente acusado e injustamente condenado, obrigado a carregar sua própria cruz até desmaiar sob o peso e, finalmente, pregado na cruz, o mais cruel meio de morte, e em agonia ele morre. Agora, com toda a franqueza, deixe-nos perguntar, não houve nada além de misericórdia nesta transação? Estava lá alguma misericórdia para o Salvador? É prontamente reconhecido que “a misericórdia permeia tudo”, no que diz respeito ao pecador; mas foi assim com o Salvador? O pecador não foi o único envolvido nessa transação. Ninguém pode fazer ou endossar esta declaração do Dr. Barnes a menos que ele olhe para o benefício acumulado para o pecador, sem considerar os sofrimentos e a morte do Salvador. E essa é certamente uma consideração muito limitada da natureza e do objeto da morte de Cristo que deixa sua morte totalmente fora de vista! AERS 139,1

Pode-se objetar aqui que o Dr. Barnes afirma um excesso absoluto de misericórdia, porque os sofrimentos de Cristo foram apenas uma pequena parte dos sofrimentos que foram justamente devidos ao mundo culpado. Mas isso não faz a menor diferença; pois a questão da justiça ou da injustiça daquela parte por ele suportada deve ser resolvida pelos mesmos princípios que regeriam o caso se ele tivesse suportado o todo. A objeção, entretanto, é totalmente inadmissível, envolvendo um erro material em si mesma; pois a morte é o castigo da lei e o justo valor do pecador. Este Cristo sofreu, e negar isso significava negar todo o evangelho. AERS 140.1

Por que esse imenso sacrifício foi feito? O homem era de tão grande valor que o glorioso Filho do Altíssimo deveria vir para resgatá-lo da ruína? Essa não é, de forma alguma, a única razão. Satanás fez uma tentativa ousada de frustrar o plano do Todo-Poderoso. O homem, com o poder da razão e da vontade que lhe foi conferido por seu Criador, deve ser livre para agir e formar seu próprio caráter aos olhos do Legislador. Ele cedeu às astutas ciladas do tentador e infringiu a lei de seu Criador e Benfeitor. Não apenas a vida do homem, mas a honra de Deus está em jogo. Satanás terá permissão para triunfar, e o homem ser totalmente arruinado e apagado da terra? Ou deve o legislador divino diminuir a rigidez de sua lei, e assim deixar o homem escapar da penalidade em que incorrera? Qualquer um dos dois ofuscaria a glória do Altíssimo. Qualquer um faria com que “os filhos de Deus”, que “rejubilavam de alegria” quando os

fundamentos da terra foram lançados”, agora cobrissem seus rostos em espanto e tristeza. Deus, cujo amor e justiça são igualmente infinitos, determinou abrir um caminho pelo qual o homem pudesse ser recuperado de sua queda, e a integridade da lei ser mantida, e suas reivindicações totalmente honradas. Um caminho, por meio do sacrifício de seu Filho, por meio do qual “ele possa ser justo e justificador daquele que crê em Jesus”. E devemos ainda dizer que o sacrifício de Jesus não foi uma oferta à justiça? que não tinha nenhuma referência à dignidade da lei divina, que havia sido desonrada? Não podemos ver como as pessoas podem ler as Sagradas Escrituras e olhar para as agonias da cruz do Calvário e, ainda assim, dizer que a Expição não atende à demanda da justiça. AERS 140,2

Mas os pontos de vista que citamos de Barnes e outros sobre este ponto, não são aqueles comumente aceitos pelos cristãos evangélicos. E nos regozijamos que eles não sejam. Por outro lado, apresentamos algumas citações, cujos sentimentos, acreditamos, encontrarão uma resposta em muitos corações cristãos fervorosos. A primeira é do Bispo Baring, em um sermão sobre “A morte de Cristo, um sacrifício propiciatório”: - AERS 141,1

“É a constante falha da inteligência limitada do homem em tentar exaltar um atributo de Jeová pela entrega de outro, e lançar luz sobre seu amor, valendo-se de sua justiça. Mas a salvação do evangelho, embora incomensuravelmente aumente a glória de cada atributo, exhibe-os todos em perfeita harmonia; de modo que cada um lança um brilho sobre os demais, e 'misericórdia e verdade se encontram; a justiça e a paz se beijaram.' Salmo 85:10 . Oh, onde podemos encontrar demonstrada em realidade mais terrível a imutabilidade das ameaças de Deus, a severidade de sua justiça, sua infinita aversão ao pecado, do que na simples narrativa da agonia e do suor de sangue, a cruz e a paixão do Filho co-igual de Deus . ” AERS 141,2

O Dr. Chalmers, em um sermão sobre o “Poder do Evangelho”, disse: - AERS 142.1

"Aquele lei que, descansando na autoridade solene de seus requisitos firmes e inalteráveis, exigia um cumprimento até o último jota e til, foi ampliada e foi tornada honrada por um ilustre Sofredor, que aplicou a grandeza de sua força naquela hora sombria do trabalho de sua alma quando ele suportou o fardo de todas as suas penalidades. ” AERS 142,2

Robert Hall, em um sermão, "O Inocente pelos Culpados", no qual ele descreve o evangelho como "a substituição de Jesus Cristo no lugar dos pecadores, sofrendo a pena da lei em seu lugar e abrindo um caminho para sua libertação da sentença de condenação”, raciocinou da seguinte forma: - AERS 142.3

“É altamente conveniente, ou melhor, necessário, que a pessoa admitida como substituta em lugar de outra, reivindique a lei pela qual sofreu. Caso contrário, o que mais ilustra seu caráter, e quanto mais extraordinária sua interposição, mais os sentimentos da humanidade seriam divididos entre a aprovação de seu caráter e a desaprovação da lei pela qual ele sofreu. Seria perigoso lançar o brilho de tal caráter, o esplendor e o peso de seus sofrimentos, na balança oposta àquela que contém a lei. Enquanto ele sofreu a pena, se ele reclamasse da lei que a exigia, por ser muito rígida e severa, por ter exigido mais do que era realmente justo, toda a glória que a lei poderia ter derivado de tal sacrifício teria sido totalmente perdida. A honra da lei teria sido prejudicada na

avaliação dos homens, em proporção à impressão que seu caráter e exemplo haviam causado em sua mente. Mas tão longe está este caso diante de nós, que, ao contrário, encontramos sua linguagem e seus sofrimentos combinados para produzir um resultado. AERS 142,4

“Nunca teve justiça tal advogado como na doutrina de Cristo; ao mesmo tempo, nunca teve uma vítima como em seu sacrifício. Ele ilustrou a lei em sua doutrina, manteve e defendeu sua pureza, e a resgatou das contaminações com as quais os escribas e fariseus a degradaram. Ele engrandeceu a lei e a tornou honrosa. Não havia contrariedade entre seus sofrimentos e sua doutrina; pelo contrário, um forneceu o comentário mais claro sobre a equidade do outro. Cada parte de sua conduta, e cada período de sua vida, foi uma ilustração prática da excelência dos preceitos redigidos naquela lei, cuja pena ele suportou em nome do infrator”. AERS 143,1

Todos devem reconhecer que tudo o que prejudica a honra da lei, prejudica a glória do Legislador. A lei não pode ser reprovada e seu autor honrado. Jesus não buscou a sua própria glória, mas a glória daquele que o enviou; e foi em prol desse objetivo que ele engrandeceu a lei e a tornou honrosa. AERS 144,1

A seguinte linguagem mais impressionante é encontrada em um sermão de John Maclaurin, sobre “Glória na Cruz”: - AERS 144,2

“Aqui brilha a justiça imaculada, a sabedoria incompreensível e o amor infinito, tudo de uma vez. Nenhum deles escurece ou eclipsa o outro; cada um deles dá brilho ao resto. Eles misturam seus raios e brilham com esplendor eterno unido; o juiz justo, o Pai misericordioso e o governador sábio. Nenhum outro objeto oferece tal exibição de todas essas perfeições; sim, todos os objetos que conhecemos não apresentam tal exibição de nenhum deles. Em nenhum lugar a justiça parece tão terrível, a misericórdia tão amável ou a sabedoria tão profunda. AERS 144,3

“Pela infinita dignidade da pessoa de Cristo, sua cruz dá mais honra e glória à lei e justiça de Deus, do que todos os outros sofrimentos que já foram ou serão suportados no mundo. Quando o apóstolo está falando aos romanos do evangelho, ele não lhes fala apenas da misericórdia de Deus, mas também de sua justiça revelada por ela. A ira de Deus contra a injustiça dos homens e é principalmente revelada pela justiça e sofrimentos de Cristo. 'O Senhor ficou satisfeito por causa de sua justiça'. Romanos 1:17; Isaías 42:21. Ao exigir e designar essa justiça, ele engrandeceu a lei e a tornou honrosa... Considerando, portanto, que Deus é o Juiz e Legislador do mundo, é claro que sua glória brilha com indizível brilho na cruz de Cristo como a punição do pecado. Mas isso é exatamente o que impede os amantes do pecado de reconhecer a glória da cruz, porque mostra muito do ódio de Deus por aquilo que amam.” AERS 144,4

O Sr. HH Dobney, em seu excelente trabalho sobre “Punição Futura”, discorrendo sobre a natureza da lei de Deus, diz: - AERS 145.1

“A obra mediadora do Filho de Deus é apresentada como aquela que harmoniza a justiça e a misericórdia. E podemos facilmente perceber que a autoridade da lei, sua força motriz, sua força moral, é mais do que preservada por esse arranjo compensatório, que exhibe tão maravilhosamente a sabedoria e o amor de Deus. Pois aqueles a quem a misericórdia é mostrada por meio do Mediador adquirem, pelos próprios meios

adotados para salvá-los, um senso muito mais profundo de sua culpa em violar a lei do que jamais teriam alcançado; enquanto sua gratidão, admiração e amor excedem o poder da linguagem para descrever; e o pecado se torna para eles inexprimivelmente odioso, enquanto a santidade - conformidade com Deus - se torna a alegria e regozijo de seus corações. AERS 145,2

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.577#577>

CAPÍTULO V. O FILHO DE DEUS MORREU

Alguns pensam que é depreciativo ao caráter de Deus que seu Filho sofra por nós - o inocente pelo culpado. Mas todos esses devem ter visões do governo divino indignas do assunto; indignas da verdade eterna e da justiça infinita de um Deus santo. O Senhor disse que a morte era a pena para a transgressão e que sua lei não deveria ser anulada, nem sua pena reduzida; pois ele de forma alguma inocentaria o culpado. Êxodo 34: 7. Foi necessário que Deus cumprisse sua palavra? Nesse caso, para a salvação do homem, era necessário livrar o homem da culpa - salvá-lo do pecado; pois, como culpado, em pecado, ele não poderia de forma alguma ser limpo. A razão atesta que a salvação de um pecador só pode ser efetuada por meio de um substituto honrado e voluntário. A Bíblia atesta que Deus deu seu próprio Filho, e o Filho se entregou para morrer por nós. Que razão, em nome da justiça e da misericórdia a Bíblia revela no dom daquele Santo, em quem a justiça e a misericórdia infinitas se unem. AERS 146,1

Achamos que todos os que leram cuidadosamente nossas observações sobre os requisitos do sistema moral, devem aceitar a conclusão de que um sacrifício substitutivo é o único meio pelo qual a lei quebrada pode ser justificada, ou a honra do governo mantida, e um caminho aberto para o perdão e salvação do pecador. AERS 146,2

O plano de expiação das Escrituras tem esta peculiaridade, que apresenta uma oferta por muitas ofensas, ou, na verdade, por muitos ofensores. E isso é verdade quer o consideremos à luz do Antigo ou do Novo Testamento; do tipo ou do antítipo. Seus sacrifícios sob a lei levítica eram, de fato, "oferecidos ano a ano continuamente" (Hebreus 10: 1), mas no dia da expiação, cujas ofertas eram o coração e a substância de todo o sistema, um bode era oferecido por todas as pessoas. Levítico 16:15. AERS 147,1

A declaração do apóstolo Paulo, em Hebreus 10: 4, é muito razoável para admitir qualquer disputa. Ele diz: "Pois não é possível que o sangue de touros e bodes tire os pecados". Um touro e um bode eram oferecidos no dia da expiação, dia em que o sumo sacerdote levava o sangue para o lugar santíssimo. A estes o apóstolo se refere. Sua declaração se baseia no que pode ser denominado lei dos equivalentes. Enquanto o maior pode ser aceito pelo menor, a justiça estrita proibiria que o menor fosse aceito pelo maior. Uma cabra não é tão valiosa quanto um homem. Seu sangue ou vida não é tão precioso, de grande valor, como o sangue ou a vida de um homem. Quanto menos poderia uma cabra responder como o equivalente justo de uma nação inteira! Se seu vizinho lhe devesse uma quantia de prata, você se sentiria insultado se ele lhe oferecesse como pagamento uma quantia de latão; mas, ao contrário, você o consideraria justo e generoso se ele se oferecesse para pagar você com uma quantia de ouro. Mesmo assim, um homem pode se considerar rebaixado, se ele estiver sob sentença de morte, se o governo se oferecer aceitar a vida de um bode em seu lugar. "Sou eu", ele pode perguntar, "de tão pouco valor que posso ser resgatado por uma cabra?" AERS 147,2

Novamente, isso não apenas diminuiria a dignidade do homem, mas nos daria uma ideia mesquinha da justiça e da importância da lei. Se a lei quebrada pode ser justificada pelo

sacrifício de uma cabra, um animal mudo, a lei em si não pode ser considerada de grande valor ou importância. AERS 148,1

Mas quão diferente pareceria o caso se o governo anunciasse que a lei era tão justa, tão sagrada e sua violação tão odiosa aos olhos do legislador e de todos os súditos leais, que nada menos do que a vida de um príncipe real poderia ser aceito como um substituto para o transgressor. O anúncio do fato de que nenhum sacrifício menor seria aceito, sem que nenhuma razão fosse dada, iria imediatamente elevar a lei na estima de cada um que a ouvisse, e subjugar o transgressor com o senso da enormidade de seu crime. Agora ele pode perguntar: "É possível que meu pecado seja tão grande que eu só possa ser salvo por um sacrifício tão grande?" Por isso, será visto, como consideraremos ainda mais completamente, que o valor da Expição - sua eficácia como uma reivindicação da justiça da lei e da honra do Governo - consiste inteiramente na dignidade da oferta. AERS 148,2

E isso não é de forma alguma uma reflexão sobre os requisitos ou sacrifícios do sistema levítico. Se considerados como uma finalidade - como não tendo relação com nada a seguir - eles realmente parecem insignificantes e totalmente sem valor. Mas se considerados como tipos de uma oferta maior ainda a ser feita; serviam a um propósito útil como ilustração do deserto do homem por sua transgressão e da aversão de Deus ao pecado, pelo qual o pecador se submete à pena de morte. E nas profecias do Antigo Testamento descobrimos que um sacrifício maior e mais honroso foi apresentado a Israel, como em Daniel 9: 24-26, onde foi anunciado que o Messias prometido seria eliminado, mas não para ele; e em Isaías 52 e 53 onde aquele que havia de ser muito exaltado, perante quem os reis fechavam a boca, seria "ferido pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades". Quão impressionantes são as palavras do profeta: "Portanto lhe repartirei a porção com os grandes, e ele repartirá o despojo com os fortes; porque ele derramou sua alma na morte; e ele foi contado com os transgressores; e carregou o pecado de muitos e intercedeu pelos transgressores." AERS 148,3

Insistimos, e pensamos com a melhor razão, que a lei mosaica atinge sua conclusão lógica apenas no sistema cristão, assim como as profecias de um sacrifício exaltado encontram seu cumprimento em Jesus de Nazaré, o filho de Davi. E a objeção levantada contra a idéia do Filho de Deus morrendo pelo homem, pela transgressão da santa lei de seu Pai, é contrária à razão quanto às Escrituras. Se todos os homens estivessem completamente imbuídos do senso da justiça e dos justos requisitos da lei de Deus, aceitariam conclusões justas em relação a esses requisitos, e eles não poderiam deixar de observar, com admiração e temor, "o mistério da piedade" apresentado na oferta do Filho de Deus como nosso resgate. AERS 149,1

A lei de Deus deve ser honrada e justificada pelo sacrifício oferecido por sua violação; portanto, a morte de Cristo, o Filho do Altíssimo, mostra a avaliação que ele dá à sua lei. Podemos ter visões corretas de qualquer uma das ofertas ou da lei, apenas na medida em que tenhamos visões corretas do outro. Agora, como a glória de Deus foi o primeiro grande objeto do evangelho, Lucas 1:14, e, como vimos, a honra da lei deve ser o principal objeto de uma expiação, seremos mais capazes de estimar o valor da lei de Deus tendo uma visão justa do preço pago pela redenção do homem de sua maldição. E também é verdade que só é possível apreciar apropriadamente o dom de Cristo se avaliarmos corretamente a santidade e a justiça daquela lei pela qual Ele morreu. Aqueles que nos acusam de desprezar levianamente o Salvador porque estimamos muito

a lei de Deus, apenas provam que seu estudo das relações governamentais e das condições bíblicas de perdão foi excessivamente superficial. AERS 150,1

Qual foi, então, o sacrifício oferecido por nós? o preço pago para nos resgatar da morte? Cristo, o Filho de Deus, morreu? Ou um corpo humano morreu e o Filho exaltado de Deus o deixou na hora de seu sofrimento? Se o último estiver correto, prejudicará muito o valor e a dignidade da Expição; pois a morte de um mero ser humano, embora sem pecado, parece ser um sacrifício limitado por uma raça pecaminosa. Mas, seja como for, não devemos questionar o plano de Deus, se for esse o plano. Mas o que dizem as Escrituras? Esta deve ser nossa investigação. A isto apelamos. AERS 150,2

Muitos supõem que o ser preexistente, o Filho de Deus, não poderia sofrer e morrer, mas deixou o corpo no momento de sua morte. Nesse caso, a única humilhação que o Filho manifestou foi deixar o Céu e habitar em tal corpo; e, longe de a morte do corpo ser um sacrifício por parte da natureza superior, foi apenas uma liberação e isenção do estado de humilhação. Isso dificilmente justificaria as declarações das Escrituras sobre o maravilhoso amor de Deus em entregar seu Filho para morrer pelos pecados do mundo. AERS 151,1

A Disciplina Metodista tem uma declaração a respeito do Filho de Deus, que pensamos estar em total harmonia com as Escrituras. “Duas naturezas inteiras e perfeitas, isto é, a Divindade e a humanidade, foram unidas em uma pessoa, para nunca serem divididas, da qual é um só Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, que verdadeiramente sofreu, foi crucificado, morto e sepultado.” Só podemos lamentar que raramente nos encontramos com um autor metodista que assume uma posição tão bíblica como esta. AERS 151,2

A visão que questionamos supõe que havia duas naturezas distintas na pessoa de Cristo; mas não a lemos nos oráculos sagrados. Mas se for assim - se houvesse duas naturezas distintas unidas por um período, e separadas na morte, devemos aprender na revelação a respeito disso. Quais são, então, os termos em que essa distinção é revelada? Que termos expressam sua natureza superior ou divina, e quais termos expressam sua mera natureza humana? Quem quer que tente responder a essas perguntas achará a posição totalmente insustentável. “Cristo” expressa ambos combinados. “Cristo, o Filho do Deus vivo” - “O homem Jesus Cristo”, ambos se referem à mesma pessoa ou indivíduo; não há formas de falar para expressar sua personalidade mais elevada do que o Filho de Deus, ou Cristo; e as Escrituras declaram que Cristo, o Filho de Deus, morreu. AERS 151,3

A divindade e a preexistência de nosso Salvador são mais claramente provadas pelas escrituras que se referem a ele como “a Palavra”. “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. O mesmo estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez.” João 1: 1-3. Isso expressa claramente uma divindade preexistente. O mesmo escritor diz novamente: “Aquilo que era desde o princípio, ... a Palavra da vida”. 1 João 1: 1. O que João chama de Palavra, nessas passagens, Paulo chama de “Filho”, em Hebreus 1: 1-3. “Deus ... nestes últimos dias nos falou por seu Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, por quem também fez os mundos; sendo o resplendor de sua glória e a expressa imagem de sua pessoa, e sustentando todas as coisas pela palavra de seu poder”. Em outros lugares desta carta, este mesmo exaltado é chamado Jesus Cristo. Nessas

passagens encontramos a divindade ou “natureza superior” de nosso Senhor expressa. Na verdade, a linguagem não poderia expressá-lo mais claramente; portanto, não é necessário chamar outro testemunho para prová-lo, já que está suficientemente provado. AERS 152,1

A primeira das citações acima diz que a Palavra era Deus, e também a Palavra estava com Deus. Agora não precisa de prova de verdade, é evidente-que a Palavra de Deus, não era o Deus a com quem estava. E como há apenas “um Deus”, o termo deve ser usado em referência à Palavra em um sentido subordinado, o que é explicado pelo fato de Paulo chamar a mesma pessoa preexistente de Filho de Deus. Isso também é confirmado pelo fato de João dizer que a Palavra “estava com o Pai”. 1 João 1: 2 ; também chamando a Palavra de “seu Filho Jesus Cristo”. Verso 3. Agora é razoável que o Filho deva levar o nome e título de seu Pai, especialmente quando o Pai o torna seu representante exclusivo para o homem, e o reveste com tal poder - “por quem ele fez os mundos”. Que o termo Deus é usado nesse sentido também é provado por Paulo, citando o Salmo 45: 6, 7 e aplicando-o a Jesus. “Mas ao filho, ele diz: Teu trono, ó Deus, é para todo o sempre ... portanto Deus, sim, o teu Deus , te ungiu com óleo de alegria acima de teus companheiros.” Hebreus 1: 8, 9 . Aqui, o título de Deus é aplicado ao Filho, e o seu Deus o ungiu. Este é o título mais elevado que ele pode ter, e é evidentemente usado aqui em um sentido subordinado a sua aplicação a seu Pai. AERS 153,1

É freqüentemente afirmado que este exaltado veio à terra e habitou um corpo humano, que ele partiu na hora de sua morte. Mas as Escrituras ensinam que esse exaltado era a mesma pessoa que morreu na cruz; e nisso consiste o imenso sacrifício feito pelo homem - o maravilhoso amor de Deus e a condescendência de seu único Filho. João diz: “A Palavra da vida”, “aquela que era desde o princípio”, “que estava com o Pai”, aquele Exaltado, preexistente “que ouvimos, que vimos com os nossos olhos, e nossas mãos tocaram.” 1 João 1: 1, 2 . AERS 153,2

Este testemunho de inspiração torna a Palavra que estava com o Pai desde o início, um ser tangível e sensível aos sentidos daqueles com quem se relacionou. Como isso pode ser assim? Para uma resposta, nos voltamos para João 1:14 : “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós”. Esta é uma linguagem simples e sem parábola. Mas essas não são as únicas testemunhas falando com a mesma intenção. Diz Paulo: “Que esteja em ti a mesma mente que também esteve em Cristo Jesus; que, sendo na forma de Deus, achou que não era roubo ser igual a Deus; mas fez-se sem reputação e assumiu a forma de servo e foi feito à semelhança de homens; e sendo encontrado à semelhança como um homem, ele se humilhou;” mais literalmente, despojou-se de si mesmo, ou seja, da glória que ele tinha com o Pai antes que o mundo existisse. Filipenses 2: 5-8 . AERS 154,1

Novamente Paulo fala dele assim: "Visto que os filhos participam da carne e do sangue, também ele mesmo participou do mesmo." Hebreus 2:14 . O anjo também anunciou a Maria, que seu filho Jesus deveria ser chamado de Filho do Altíssimo; e, "Aquele santo que há de nascer de ti será chamado de Filho de Deus." Lucas 1:35 . Não que o “Filho do Altíssimo” devesse habitar naquele que deveria nascer dela, mas seu filho era o Santo, preexistente, portanto, pelo poder do Espírito Santo “feito carne”. Agora, se a natureza humana de Cristo existisse distinta da divina, as declarações anteriores não se aplicariam a nenhum dos dois; pois, se assim fosse, a Palavra preexistente não se fez

carne; não era o homem, nem à semelhança de um homem, nem o servo, jamais se humilhou ou se despojou da glória divina, nunca a tendo possuído. Mas admitindo que o Verbo - o divino Filho do Altíssimo - se fez carne, tomou sobre ele a semente de Abraão e, assim, mudou a forma e o modo de sua existência pelo grande poder de Deus, tudo se torna claro e harmonioso. AERS 154,2

Tendo notado a humilhação do exaltado Filho de Deus, chegamos ao ponto em questão: Quem ou o que morreu pelo homem? A resposta é: Cristo, o Filho do Altíssimo; o pré-existente que estava com Deus no início; a Palavra, que se fez carne. Agora que todas as escrituras citadas se referem à “natureza superior” de Cristo, o pré-existente Filho de Deus, ninguém pode duvidar. Na verdade, se a encarnação do Santo não é ali revelada, ela não pode ser revelada de forma alguma, e o socinianismo é o único recurso. Mas isso é revelado claramente; e é igualmente claro que a própria Palavra, ou Filho, ou Cristo, morreu pelos nossos pecados. Observamos que os títulos do Pai são dados ao Filho, por meio dos quais ele é chamado de Deus. Em Isaías 9: 6, 7, ele é chamado de filho dado; a criança que nasceu; Maravilhoso; Conselheiro; o Deus forte; o Pai da eternidade; o Príncipe da Paz; e ele deve sentar-se no trono de Davi. AERS 155,1

Essas expressões identificam claramente o ungido de Deus, o próprio Jesus. E ele é evidentemente chamado aqui de Príncipe da Paz na mesma capacidade em que é chamado de “Rei da Paz”, em Hebreus 7, porque “ele é a nossa paz”, Efésios 2:14, ou faz a paz para nós no trono do pai dele; pois é apenas em seu ofício sacerdotal que ele é o Rei da Paz, isto é, um sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque. Mas Paulo novamente diz que ele é a nossa paz, reconciliando-nos com Deus pela cruz, sendo “levados para perto pelo sangue de Cristo”. Efésios 2: 13-16. Vimos a necessidade de sangue para fazer expiação, e que o sumo sacerdote nunca entrava no santíssimo sem ele; e Cristo, o Rei da Paz, nosso Sumo Sacerdote, obtém a redenção para nós “por seu próprio sangue”. Veja Hebreus 6:20; 7: 1-3; 8: 1; 9:11, 12. Portanto, aquele exaltado mencionado em Isaías 9: 6, 7, derramou seu sangue ou deu sua vida por nós. Novamente ele é profetizado sob o nome de Emanuel, que Mateus disse que significa “Deus conosco”. O anjo disse que ele deveria “salvar seu povo dos pecados deles”. Mateus 1:21, 23. E Paulo disse que ele cumpriu isso ou eliminou o pecado pelo sacrifício de si mesmo, purgando-nos “pelo seu próprio sangue”. Hebreus 9: 11-14, 26. AERS 156,1

O evangelho segundo João, conforme citado, assume a Palavra, no princípio, como Deus, com Deus, por quem todas as coisas foram feitas; diz que a Palavra se fez carne e habitou entre nós; representa-o dizendo que ele veio do Pai e voltou para ele; como orando para que o Pai restaurasse a ele a glória que ele tinha com ele antes que o mundo existisse; relata como ele ensinou e operou milagres; foi falsamente acusado pelos judeus; foi morto na cruz; seu sangue foi derramado; ele foi enterrado e ressuscitou dos mortos. Agora pedimos ao leitor sincero que olhe para este testemunho e responda: A história de alguma outra pessoa é contada neste livro além daquele que é chamado de Verbo, que foi no princípio? E se alguma outra pessoa ou pessoa foi referida, quem era essa pessoa? AERS 156,2

Filipenses 2: 5-8, conforme citado, fala de Cristo como estando na forma de Deus; ele pensou que não era roubo ser igual a Deus; foi feito à semelhança do homem; humilhou-se e tornou-se obediente até a morte, sim, a morte de cruz. Mais uma vez,

apelamos ao franco: tudo isso não é falado de uma pessoa? Ou uma pessoa se humilhou e outra tornou-se obediente até a morte? AERS 157,1

Paulo, em Colossenses 1: 14-20, usa a mesma forma de expressão que usa em Hebreus 1. Ele diz sobre o Filho: “Em quem temos a redenção pelo seu sangue, a remissão dos pecados; O qual é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda criatura; porque nele foram criadas todas as coisas que estão nos céus e na terra ... todas as coisas foram criadas por ele e para ele; e ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por ele. E ele é a cabeça do corpo, a igreja; Ele é o princípio, o primogênito dos mortos; para que em todas as coisas ele tenha a preeminência. Porque aprouve ao Pai que nele habitasse toda a plenitude; e tendo feito a paz pelo sangue de sua cruz, por ele reconciliou todas as coisas consigo mesmo.” Aqui está uma descrição do poder, da autoridade, da plenitude, da divindade, verdadeiramente maravilhoso; contudo, este exaltado, por quem todas as coisas foram criadas, fez a reconciliação pelo sangue de sua cruz e ressuscitou dos mortos; ele é o cabeça da igreja, e temos a redenção por meio de seu sangue. Esse testemunho não pode ser evitado; não precisa de comentários. AERS 157,2

Jesus, no seu testemunho às igrejas, retoma a mesma ideia expressa pelo seu apóstolo em Colossenses 1, como sendo o criador de tudo e o primogênito de toda criatura, e diz: “Eu sou o primeiro e o último; Eu sou aquele que viveu e estava morto.” Apocalipse 1:17, 18. Aqui é expressamente afirmado que aquele que é o primeiro e o último, estava morto. Assim, é abundantemente mostrado que Cristo, o Filho do Altíssimo, o Verbo, pelo qual os mundos foram feitos, em quem todas as coisas consistem, o primeiro e o último, a imagem do Deus invisível, em quem habita toda a plenitude, foi feito carne e deu a sua vida para nos purificar do pecado e para nos redimir para Deus pelo seu próprio sangue. AERS 158,1

Observamos que não devemos questionar o plano de Deus, seja ele qual for. Mas descobrimos que há uma adequação, uma conformidade com a necessidade das coisas, nos arranjos de Deus. O valor da Expição não está meramente na designação de Deus; pois, se assim fosse, "o sangue de touros e de bodes" poderia ter atendido a todos os propósitos, se Deus assim tivesse designado. Mas Paulo diz que não é possível que esse sangue tire o pecado ou purifique a consciência. Novamente, não é um mero sofrimento; pois, se fosse esse o caso, o homem poderia expiar por si mesmo se ele sofresse por tempo suficiente. Mas é evidente a partir de cada princípio de governo justo, que um homem sob a condenação da morte, de uma lei santa, justa e imutável, nunca poderia fazer expiação por si mesmo. Mas, o valor da expiação realmente consiste na dignidade da oferta. AERS 158,2

Assim como um homem sob condenação não poderia fazer expiação por si mesmo, ninguém da raça poderia fazer expiação por outro, estando todos igualmente envolvidos no pecado. E podemos ir além disso: se uma parte da raça humana não caísse, ou estivesse livre do pecado, eles não poderiam fazer expiação pela outra parte, visto que ainda seriam criaturas de Deus, e o serviço de suas vidas é devido a ele. Portanto, se eles oferecessem suas vidas a Deus por seus semelhantes, eles ofereceriam aquilo a que não tinham direito absoluto. Aquele que deve tudo o que possui não pode dar com justiça sua posse para pagar as dívidas de outrem. AERS 159,1

E o mesmo raciocínio seria válido no caso dos anjos. Eles são apenas os “concertos” de todos na terra que servem a Deus. Apocalipse 19:10 ; 22: 8, 9 . A vida de um anjo seria totalmente inadequada para a redenção do homem, visto que os anjos são criaturas dependentes como o homem, e devem realmente a Deus o serviço de suas vidas como o homem. AERS 159,2

E mais, como o homem tem estado em rebelião, se fosse possível para ele se livrar de sua dificuldade atual, ele não poderia dar nenhuma segurança - nenhuma garantia satisfatória de que nunca mais se desviaria de seu dever. E sobre os anjos, devemos dizer que o pecado entrou em suas fileiras; o “Filho da Alva” se exaltou até a ruína. Isaías 14: 12-15 ; o querubim cobridor levantou-se contra Deus. Ezequiel 28: 13-17 . Qualquer redenção feita por eles, ou por seres dessa ordem, ainda deixaria desconfiança em relação à segurança do Governo de quaisquer tentativas futuras contra sua autoridade. AERS 160.1

Mas havia um Ser a quem esse raciocínio e essas observações não se aplicavam. Era o Filho de Deus. Ele era o deleite do Pai; glorificado com ele antes que o mundo existisse; adorado por anjos. Provérbios 8:30 ; João 17: 5 ; Hebreus 1 . Todas as criaturas foram feitas por e para ele, e ele sustentou todas as coisas pela palavra do poder de seu pai. João 1: 1-3 ; Colossenses 1: 15-17 ; Hebreus 1: 3. Desfrutando da glória do Pai, ele sentou-se com ele no trono de onde procedia toda a lei. Agora é evidente que aquele a quem tais observações se aplicam poderia fazer uma oferta que atendesse às necessidades do caso em todos os aspectos. Ele possuía a dignidade necessária para magnificar e reivindicar a honra da lei de seu Pai ao sofrer sua pena. Ele era a Verdade assim como a Vida, e ele disse que a lei de seu Pai estava em seu coração, o que era uma garantia de que ele não violaria a lei, mas a protegeria da profanação e a resgataria do opróbrio, até mesmo dar sua vida por ele. Ele estava tão distante da rebelião por natureza e posição que não podia ser suspeito de qualquer cumplicidade com ela. Ele estava tão familiarizado com a santidade e justiça de seu Pai que ele podia perceber, como nenhum outro, a terrível condição do pecador, e a terrível deserção de seu pecado. Ele era tão puro e exaltado que seus sofrimentos e morte teriam o efeito desejado nas mentes daqueles que eram os recipientes de sua graça, para produzir neles uma humilhação de si mesmos e uma aversão aos pecados que o fizeram sofrer, e assim, protegeria contra uma rebelião futura entre aqueles que ele redimiu. E ele deixou aquele trono de glória e poder e assumiu a natureza do homem caído. Nele foram misturados “o resplendor da glória do Pai” e a fraqueza da “descendência de Abraão”. Em si mesmo, ele uniu o Legislador ao transgressor - o Criador à criatura; pois ele foi feito “pecado por nós, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus”. Ele era um elo de ligação entre o Céu e a terra; com uma mão no trono de Deus, e a outra estendendo-se para agarrar as pobres criaturas arruinadas sob a condenação de uma lei sagrada. Ele “se humilhou” como não é possível a nenhum outro fazer. “Ele era rico” em certo sentido, e até certo ponto, que nenhum outro era. Ele tinha algo a oferecer, de valor muito além de nossa compreensão, e ele deu tudo gratuitamente por nós. Por nossa causa, ele se tornou pobre. Ele deixou essa glória para levar “Em si mesmo, ele uniu o Legislador ao transgressor - o Criador à criatura; pois ele foi feito “pecado por nós, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus”. Ele era um elo de ligação entre o Céu e a terra; com uma mão no trono de Deus, e a outra estendendo-se para agarrar as pobres criaturas arruinadas sob a condenação de uma lei sagrada. Ele “se humilhou” como não é possível a nenhum outro fazer. “Ele era rico” em certo sentido, e até certo ponto, que nenhum outro era. Ele tinha algo a oferecer, de valor muito além de nossa compreensão,

e ele deu tudo gratuitamente por nós. Por nossa causa, ele se tornou pobre. Ele deixou essa glória para levar sobre si mesmo, pesar e labuta e dor e vergonha e sofrer até a morte; a morte mais cruel que a malícia de seus inimigos poderia inventar, para salvar seus inimigos da merecida ruína. AERS 160.2

"Ó Cordeiro de Deus, sempre houve dor, Sempre houve amor como o teu?" AERS 162,1

Bem, alguém inspirado pode exclamar: "Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis os seus caminhos." Bem pode ele orar para que "possamos compreender com todos os santos, qual é a largura, comprimento, profundidade e altura, e conhecer o amor de Cristo que excede todo o conhecimento." AERS 162,2

Com esse claro testemunho diante de nós, estamos mais bem preparados para valorizar a lei de Deus, para a honra da qual esse incrível sacrifício foi oferecido. Se o estimamos de acordo com o preço pago por sua vindicação, ficamos maravilhados e só podemos orar com Davi: "Abre os meus olhos, para que veja as maravilhas da tua lei". Salmo 119: 18. A lei é santa e justa, e sem uma oferta de sacrifício, o homem deveria perecer. E que oferta! o ornamento mais brilhante do Céu, pelo qual o Pai Eterno fez todas as coisas, que era digno de receber a adoração de anjos, tornou-se obediente até a morte para redimir o homem culpado da maldição da lei de seu Pai, mostrando assim a um universo admirado que a lei não pode ser posta de lado, nem seus julgamentos revertidos. Verdadeiramente o Senhor cumpriu sua promessa de "engrandecer a lei e torná-la honrosa". Isaías 42:21 . Todas as declarações dos escritores da Bíblia são apresentados quanto à isso como total garantia, no que diz respeito à sua perfeição, integridade, como contendo todo o dever do homem, os elementos de justificação, uma regra de santidade, etc. .; também a observação feita anteriormente, de que a santidade desta lei e, claro, daqueles que a cumpriam perfeitamente, é aquela que se origina dos atributos de Deus, tão pura e imutável quanto o próprio céu. E deixamos isso para o julgamento sincero daqueles que desprezam levianamente e desregradamente infringem a lei, se Deus na justiça não poupou seu Filho, seu bem amado Filho em quem ele muito se deleitou, mas o deixou sofrer a pena quando ele tomou suas transgressões sobre ele, como eles podem esperar escapar de sua justiça e sua ira no grande dia que virá, se eles continuarem a transgredi-la? Leitor, você pode esperar que Deus seja mais favorável a você se o pecado for descoberto sobre você naquele dia, do que foi a seu Filho? É verdade que sua morte foi expiatória; ele morreu por você; mas, portanto, não presuma a sua graça, mas abandone o pecado e viva para o seu prazer e glória. Não abuse de sua misericórdia, porque ele concede a "remissão dos pecados do passado", alegando indulgência para os pecados no futuro. Receba o aviso, pois Cristo não é o ministro do pecado, mas da justiça. Ele não vai te salvar no pecado, mas do pecado . Enquanto a mente carnal é inimizada contra Deus, e não está sujeita à sua lei, o cristão pode dizer: "Tenho prazer na lei de Deus". Romanos 7:22 ; 8: 7 . Que esta seja sua feliz experiência. AERS 162.3

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.643#643>

CAPÍTULO VI. DOCTRINA DA TRINDADE É SUBVERSIVA À EXPIAÇÃO

Sem dúvida, parecerá a muitos, irreverente falar assim da doutrina de uma trindade. Mas pensamos que eles devem ver o assunto sob uma luz diferente se examinarem calma e abertamente os argumentos que apresentaremos. Sabemos que escrevemos com o mais profundo sentimento de reverência pelas Escrituras e com a mais alta consideração por todas as doutrinas e fatos das Escrituras. Mas a reverência pelas Escrituras não envolve necessariamente a reverência pelas opiniões dos homens sobre as Escrituras. AERS 164,1.

Não é nosso propósito apresentar qualquer argumento sobre a doutrina da trindade, a não ser aquele que tenha relação com o assunto em consideração, a saber, a Expição. E estamos dispostos confiantemente a deixar a decisão da questão com todos os que lerem atentamente nossos comentários, com um esforço para se livrar do preconceito, se infelizmente o possuem. As inconsistências dos trinitaristas, que devem ser apontadas para libertar a doutrina bíblica da Expição das reprovações sob as quais esteve por muito tempo, são o resultado necessário de seu sistema de teologia. Não importa quão capazes sejam os escritores a quem iremos nos referir, eles nunca poderiam se livrar das inconsistências sem corrigir sua teologia. AERS 164,2

Muitos teólogos realmente pensam que a Expição, no que diz respeito à sua dignidade e eficácia, repousa sobre a doutrina de uma trindade. Mas não conseguimos ver qualquer conexão entre os dois. Ao contrário, os defensores dessa doutrina realmente caem na dificuldade que parecem ansiosos por evitar. Sua dificuldade consiste nisto: Eles consideram a negação de uma trindade como equivalente a uma negação da divindade de Cristo. Se fosse esse o caso, deveríamos nos apegar à doutrina de uma trindade tão tenazmente quanto qualquer um o faz; mas não é o caso. Aqueles que leram nossas observações sobre a morte do Filho de Deus sabem que acreditamos firmemente na divindade de Cristo; mas não podemos aceitar a idéia de uma trindade, como é sustentada pelos trinitários, sem renunciar a nossa reivindicação sobre a dignidade do sacrifício feito por nossa redenção. AERS 164,3

E aqui é mostrado como os mais amplos extremos se encontram na teologia. Os trinitários mais elevados e os unitaristas mais baixos se encontram e são perfeitamente unidos na morte de Cristo - a fé de ambos equivale ao socinianismo. Os unitaristas acreditam que Cristo foi um profeta, um professor inspirado, mas meramente humano; que sua morte foi apenas de um corpo humano. Os trinitarianos sustentam que o termo "Cristo" compreende duas naturezas distintas e separadas: uma que era meramente humana; a outra, a segunda pessoa da trindade, que viveu na carne por um breve período, mas não poderia sofrer ou morrer; que o Cristo que morreu era apenas a natureza humana na qual a divindade habitou. Ambas as classes têm uma oferta humana e nada mais. Não importa quão exaltado seja o Filho preexistente; não importa quão glorioso, quão poderoso, ou mesmo eterno; se apenas a humanidade morresse, o sacrifício seria apenas humano. E no que diz respeito à morte vicária de Cristo, isso é Socinianismo. Portanto, a observação é justa, que a doutrina de uma trindade degrada a

Expição, assentando-a unicamente em uma oferta humana como base. Algumas citações mostrarão a exatidão dessa afirmação. AERS 165,1

“Como Deus , ele obedeceu a todos os requisitos da lei e a tornou honrosa na justificação dos pecadores; como homem , ele suportou sua maldição no madeiro e suportou sua pena.” - Manual of Atonement, p. 25. AERS 166,1

“Os sofrimentos de Cristo foram suportados em sua natureza humana. Embora possuindo uma natureza divina, ele não poderia sofrer e morrer. Seus sofrimentos foram suportados em sua natureza humana.” Id., P. 88 . AERS 166,2

“Não faz parte da doutrina da Expição que a natureza divina, na pessoa do Salvador, tenha sofrido.” - Barnes on Atonement, p. 224 . AERS 166,3

“Era justo que o mediador fosse o homem, para que pudesse morrer; pois, como Deus, ele não poderia morrer.” - Buck's Theol. Dict., Art. Mediador . AERS 166,4

“Os trinitários não se apegam aos sofrimentos ou à morte da divindade.” - Mattison on the Trin., P. 39 . AERS 166,5

“Sua mediação entre Deus e o homem está principalmente em sua natureza humana, na qual só ele era capaz de sofrer e morrer.” - Scott em 1 Timóteo 2: 5 . AERS 166,6

“Não conheço nenhuma escritura bem interpretada que declare que a natureza divina de nosso Senhor foi gerada por Deus, ou Filho de Deus.” - Clarke em Hebreus 1: 8 . AERS 166,7

“É de se admirar que o corpo humano no qual esta plenitude da Divindade habitava, e no qual o castigo devido aos nossos pecados foi pendurado no madeiro, seja exaltado acima de todas as coisas humanas e criadas?” - Id. em Filipenses 2: 9 . AERS 167,1

Dr. Clarke diz que o apóstolo João sem dúvida dirigiu sua primeira carta contra os hereges que então abundavam. Deles ele diz: - AERS 167,2

“Os gnósticos até negaram que Cristo sofreu; o *evo*, ou Ser Divino que habitava no homem Cristo Jesus, segundo eles, o deixou quando foi preso pelos judeus ”, etc. - Nota sobre 1 João 1: 8 . AERS 167,3

No que diz respeito a essa heresia particular dos gnósticos, ela se tornou amplamente difundida e quase prevalecente nas denominações dos dias atuais. Na verdade, não podemos ver, mas o próprio Dr. Clarke foi manchado com isso, de acordo com as citações fornecidas acima. AERS 167,4

Esperamos ter demonstrado, com plena convicção de todo aquele que “treme da palavra” do Senhor, que o Filho de Deus, que existia no princípio, por quem os mundos foram feitos, sofreu a morte por nós; que as declarações freqüentemente repetidas dos escritores teológicos de que um mero corpo humano morreu são, pelas Escrituras, provadas falsas. Esses escritores tomam a doutrina da trindade como base e presumem que Cristo é a segunda pessoa na trindade e não poderia morrer. Novamente, eles assumem que a morte não é uma cessação da vida; e entre as duas suposições

antibíblicas eles se envolvem em numerosas dificuldades e carregam a doutrina da Expição com contradições irracionais. Não teríamos desnecessariamente nos colocado em oposição aos sentimentos religiosos de qualquer classe, se não para limpar a doutrina da Expição das consequências dessas suposições, por isso somos obrigados a notar alguns dos argumentos proeminentes apresentados em favor da doutrina da trindade. AERS 167,5

No “Manual da Expição”, 1 João 5:20 é citado como contendo a evidência mais conclusiva de uma trindade e da Suprema Deidade de Cristo. Alega-se que ele é chamado de “o verdadeiro Deus e a vida eterna.” Todo o versículo diz assim: “E sabemos que o Filho de Deus é vindo e nos deu um entendimento para que conheçamos aquele que é verdadeiro, e estamos naquele que é verdadeiro, sim, em seu Filho Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna.” Uma pessoa fortemente apegada a uma teoria pode ler este versículo e não ver a distinção contida nele entre o Deus verdadeiro e o Filho de Deus. “Nós estamos nele, isso é verdade.” Como estamos Nele? “Em seu Filho Jesus Cristo”. A distinção entre Cristo e o Deus verdadeiro é mais claramente mostrada pelas próprias palavras do Salvador em João 17: 3.: “Que te conheçam a Ti só, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste .” AERS 168,1

Muita ênfase é colocada em Isaías 9: 6 , como prova de uma trindade, que citamos antes, como se referindo ao nosso Sumo Sacerdote que derramou seu sangue por nós. Os defensores dessa teoria dirão que ela se refere a uma trindade porque Cristo é chamado de Pai da eternidade. Mas essa escritura, como outras, afirmamos que não pode fazer referência a uma trindade. Cristo é o Pai na trindade? Se sim, como ele é o filho? ou se ele é Pai e Filho, como pode haver uma trindade? pois uma trindade são três pessoas. Para reconhecer uma trindade, a distinção entre o Pai e o Filho deve ser preservada. Cristo é chamado de “a segunda pessoa da trindade”; mas se este texto prova uma trindade, ou se refere a ela, prova que ele não é o segundo, mas o primeiro. E se ele é o primeiro, quem é o segundo? É muito claro que este texto não faz referência a tal doutrina. AERS 168,2

Ao buscar uma explicação para este texto, devemos ter em mente a obra de Cristo conforme apresentada nesta passagem e nas passagens paralelas. Essas palavras se referem ao “filho nascido”, o “filho dado”, que, como vimos, tem o título de Deus subordinado a seu Pai. E se um apóstolo pode chamar a si mesmo de pai daqueles que ele gerou no evangelho (1 Coríntios 4:15; 1 Timóteo 1:2; Tito 1: 4), quão apropriadamente este título é aplicado ao Príncipe da Paz, que é, em um sentido peculiar, o Pai eterno de todos a quem ele dá a vida eterna. A Nova Jerusalém é chamada de Noiva, a esposa do Cordeiro (Apocalipse 21); Cristo, é claro, é o Noivo, o marido. Mas Paulo diz que a Jerusalém de cima é nossa mãe. Gálatas 4:26 . Em caso afirmativo, por que não seu marido, o noivo, ser nosso pai? Certamente não há nada de impróprio nisso. Mas, como a Nova Jerusalém não é a mãe dos não regenerados, sendo estes considerados filhos da escrava, Cristo não é chamado de pai. Eles não são seus filhos e ele não lhes dá a vida eterna. Portanto, o título é aplicado a ele em um sentido subordinado restrito. Em seu sentido irrestrito e universal, aplica-se apenas ao Supremo, “o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo”. 2 Coríntios 11:31 ; Efésios 1: 3 ; 1 Pedro 1:3. AERS 169,1

Supõe-se que João 12:40, 41, prova a Suprema Deidade de Cristo e, portanto, uma trindade. “Estas coisas disse Isaías, quando viu a sua glória [de Cristo] e falou dele.” Isso se refere a Isaías 6, cujo capítulo fala do “Rei, o Senhor [Jeová] dos exércitos”; e daí se infere que Cristo é o Senhor dos exércitos. Mas aqueles que citam isso dessa maneira devem saber (e alguns deles sabem) que há duas palavras em Isaías 6 traduzidas como Senhor, assim como há no Salmo 110: 1, que diz: “Disse o Senhor ao meu Senhor.” O primeiro é Jeová; o segundo Adonai - o Pai e o Filho. Em Isaías 6: 3, 5, 12, Jeová é usado; nos versos 1, 8, 11, Adonai é usado. Agora João 12:40 é uma citação de Isaías 6:10, que se refere a Adonai, o Filho, e não a Jeová. Muitos foram enganados por uma aplicação errada deste texto. Aqueles que conhecem o fato acima declarado não podem usá-lo honestamente como tem sido usado em controvérsias teológicas. AERS 170.1

Supõe-se que Jeremias 23: 5, 6 fornece a prova decisiva de uma trindade, no sentido de que o “Renovo 'que se levantou para Davi se chamará Jeová. Clarke, em seu comentário, dá a seguinte tradução deste texto, do Dr. Blayney: “E este é o nome pelo qual Jeová o chamará, nossa justiça.” Ele acrescenta: - AERS 170,2

“Dr. Blayney, portanto, explica sua tradução: Literalmente, de acordo com o idioma hebraico, - este é o nome pelo qual Jeová chamará a nossa justiça; uma frase exatamente igual a, 'E Jeová assim o chamará', o que implica que Deus o faria tal como o chamou, isto é, nossa justiça, ou o Autor e meio de nossa salvação e nossa aceitação. De modo que, pela mesma metonímia, é dito que Cristo 'foi feito por Deus para nós sabedoria, justiça, santificação e redenção'. 1 Coríntios 1:30. AERS 170.3

“Não tenho dúvidas de que algumas pessoas ficarão ofendidas comigo, por privá-las, com esta tradução, de um dos argumentos favoritos do Velho Testamento para provar a divindade de nosso Salvador. Mas eu não posso ajudar. Eu o fiz sem má intenção, mas simplesmente porque penso, e estou moralmente certo, que o texto, da forma como está, não admitirá propriamente qualquer outra construção. A Septuaginta assim o traduziu diante de mim em uma época em que não poderia haver qualquer parcialidade ou preconceito a favor ou contra a doutrina mencionada - uma doutrina que extrai suas provas decisivas apenas do Novo Testamento.” AERS 171,1

Sobre isso, o Dr. Clarke comenta: “Prefiro a tradução de Blayney a todas as outras ... Quanto àqueles que colocam o sentido de seu credo nas palavras, eles devem se contentar em ficar fora da lista de críticos hebreus. Acredito que Jesus seja Jeová, mas duvido muito que este texto o chame assim.” AERS 171,2

Devemos ter o cuidado de distinguir entre uma crítica e uma opinião. Depois de definir claramente a doutrina do texto, o Dr. Clarke nos diz em que ele acredita, o que não é a doutrina do texto. Assim somos constrangidos a questionar se ela é a doutrina das Escrituras. Deve haver uma distinção entre o Pai e o Filho; e essa deve ser precisamente a distinção entre Jeová e seu Ungido, Jesus, o Cristo. Recentemente, lemos o argumento de um homem de habilidade indiscutível, que se esforça para provar que Jesus é Jeová, comparando as palavras dos profetas com as do Novo Testamento. Assim, os profetas dizem que Jeová é o Salvador dos homens, e o Novo Testamento diz que Jesus é o Salvador; portanto Jesus é Jeová. AERS 171,3

Isso é aparentemente, mas não realmente, um argumento. Aqueles que falam assim parecem esquecer os ensinamentos do Novo Testamento, que Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo. ” 2 Coríntios 5:19 . “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” João 3:16 . E novamente Jesus disse: “Minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou”. “Aquele que me enviou está comigo; o Pai não me deixou sozinho; pois sempre faço o que lhe agrada. ” “As palavras que vos digo, não falo por mim mesmo; mas o Pai, que habita em mim, Ele faz as obras ”. João 7:16 ; 8:29 ; 14:10. Deus realmente nos falou nestes últimos dias, mas é "por seu Filho". Hebreus 1: 1, 2 . É bem verdade, “que Deus nos deu a vida eterna, e esta vida está em seu Filho”. 1 João 5:11 . O Filho vem em nome do Pai; ele representa o Pai para o mundo; ele cumpre a vontade e o propósito do Pai na redenção. Como Cristo é o Filho de Deus e o único representante do Pai, não poderia ser considerado estranho que ele tivesse o nome e o título de seu pai; “Porque aprouve ao Pai que nele habitasse toda a plenitude”. Colossenses 1:19 . Mas o Filho não é o Pai ; e, portanto, não pode ser que Cristo seja Jeová, mas foi enviado por Jeová para fazer sua vontade e obra, e para tornar conhecidos os conselhos de sua graça. AERS 172.1

Como antes observado, o grande erro dos trinitários, ao discutir esse assunto, é este: eles não fazem distinção entre a negação de uma trindade e a negação da divindade de Cristo. Eles vêem apenas os dois extremos, entre os quais se encontra a verdade; e tomam todas as expressões que se referem à pré-existência de Cristo como evidência de uma trindade. As Escrituras ensinam abundantemente a pré-existência de Cristo e sua divindade; mas elas são totalmente silenciosas em relação a uma trindade. A declaração de que o divino Filho de Deus não poderia morrer está tão longe dos ensinamentos da Bíblia quanto as trevas estão da luz. E gostaríamos de perguntar ao trinitário, a qual das duas naturezas devemos a redenção? A resposta deve, é claro, deve ser: Para aquela que morreu ou derramou seu sangue por nós; pois “temos redenção por meio de seu sangue”. Então, é evidente que, se apenas a natureza humana morresse, nosso Redentor seria apenas humano, e que o divino Filho de Deus não participava da obra da redenção, pois não poderia sofrer nem morrer. Certamente, dizemos certo, que a doutrina de uma trindade degrada a Expição, trazendo o sacrifício, o sangue de nossa compra, ao padrão do Socinianismo. AERS 173,1

Mas não somos os únicos a ver essa dificuldade nas visões trinitárias do sacrifício expiatório. Suas próprias expressões revelam a fraqueza de sua posição e a necessidade de algo mais do que uma oferta humana pela redenção do homem. O Dr. Barnes, conforme citado, diz que “a natureza divina na pessoa de Cristo” não poderia sofrer, nem morrer; ainda, ao falar da natureza da Expição, ele diz: - AERS 174,1

“Se for parte da doutrina da Expição, e essencial para essa doutrina, que o Redentor fosse divino, que ele era 'Deus manifestado na carne', que havia, no sentido adequado, uma encarnação da Deidade, então é claro que tal encarnação e os sofrimentos de tal pessoa na cruz foram eventos adaptados para causar uma impressão no universo em geral, muito mais profundamente do que seria feito pelos sofrimentos dos próprios culpados.” “Todos devem sentir que foi apropriado que o Pai Eterno ordenasse ao sol que retirasse seus raios, e que a terra tremesse e que as rochas se rasgassem - para espalhar uma mortalha universal sobre o mundo - quando seu Filho morreu na cruz. ” “Ele desceu do céu e assumiu a forma de servo. Ele se sujeitou voluntariamente à pobreza, vergonha e desprezo; ele tinha sido amarrado, e açoitado e rejeitado

publicamente; ele havia se submetido a um julgamento simulado e a uma condenação injusta; ele carregou sua própria cruz até o local da crucificação, e voluntariamente se entregou para ser condenado à morte de uma forma que envolvia a mais aguda tortura que o homem poderia infligir.” Pp. 255-7. AERS 174,2

Se fosse verdade que a natureza divina - aquela que “desceu do Céu” - não poderia sofrer e morrer, observações como as acima são apenas calculadas para enganar; e deve parecer a todos que elas traem a consciência, por parte do escritor, de que se o sacrifício fosse apenas humano, como ele havia dito em outro lugar, a oferta carecia de dignidade e a Expição, de eficácia. AERS 175.1

O Manual da Expição, conforme citado, diz que ele só poderia morrer como homem; que em sua natureza divina ele não poderia sofrer nem morrer; e ainda usa as seguintes palavras: - AERS 175.2

“Foi o pecado que tirou Cristo dos céus e o influenciou a levar uma vida de sofrimento neste mundo. Foi o pecado que feriu sua sagrada cabeça - que agonizou sua alma no jardim - que o levou ao Calvário - que o pregou na cruz e tirou o sangue de seu coração como um sacrifício expiatório pelo pecado.” P. 138 AERS 175.3

Quem não suporia do exposto que o próprio Cristo que veio “dos céus” morreu na cruz? Por que essa linguagem é usada? Evidentemente, para impressionar a enormidade do pecado e o valor do sacrifício, que não poderia ser feito pela morte de um ser humano. Esse objetivo pode ser realizado sem qualquer contradição, permitindo o que as Escrituras claramente ensinam sobre a morte do Filho de Deus. AERS 175.4

Dr. Scott, que diz que sua morte foi apenas em sua natureza humana, ainda diz: - AERS 175.5

“Eu sou aquele que vive;’ o sempre vivo, autoexistente Deus, a quem como mediador foi dado ter vida em si mesmo e ser a vida dos homens; e que também foi obediente até a morte pelos pecadores; mas eis que ele estava vivo como as primícias da ressurreição, para não morrer mais.” - Nota sobre Apoc., 1:18 . AERS 175,6

“Esta mesma pessoa, que criou e sustenta todos os mundos, como o sumo sacerdote de seu povo, purificou a culpa de seus pecados, por si mesmo, e o sacrifício de sua morte na cruz.” - Nota em Hebreus 1: 3 . AERS 176,1

Se foi dado ao “Deus auto-existente” ter vida em si mesmo, por quem foi dado? Aqui está uma declaração clara de que “o Deus sempre vivo e auto-existente” morreu pelos pecadores, o que não podemos acreditar, e o Dr. Scott não acreditou, pois ele o contradisse em outro lugar. O Deus existente por si mesmo não poderia purificar nosso pecado “por si mesmo”, mas o Filho de Deus poderia “por si mesmo” (como Paulo diz, Hebreus 1: 3), e o Deus existente por si mesmo poderia fazê-lo por meio de seu Filho; pois Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo. AERS 176,2

Dr. Clarke, em seu Comentário, diz: - AERS 176.3

“Considerando que ele (Paulo) escreveu sob a inspiração do Espírito Santo, então temos, do significado claro e gramatical das palavras que ele usou, a mais completa

demonstração (pois o Espírito de Deus não pode mentir) de que Aquele que morreu por nossos pecados, e ressuscitou para nossa justificação, e em cujo sangue temos a redenção, era Deus sobre todos.”- Clarke em Colossenses 1 . AERS 176,4

Em vista da observação do mesmo autor, que citamos antes, que o sofrimento ou punição devido aos nossos pecados foi suportado no corpo humano, o que foi dito acima é uma declaração notável. Nas citações anteriores, ele disse que a natureza divina não era o Filho de Deus; que a Divindade habitava em um corpo humano, e foi o corpo humano que suportou o castigo devido aos nossos pecados; e na última citação ele diz que "aquele que morreu pelos nossos pecados, e ressuscitou para nossa justificação, e em cujo sangue temos a redenção, era Deus sobre todos." Pode ser possível que ele pensasse que a natureza humana, em distinção da natureza divina que nela habitava, é Deus sobre todos? Bem sabemos que ele pensava que a natureza divina que habitava no humano era Deus; e se a natureza humana, que morreu por nós, também era Deus, então ele certamente nos apresentou dois Deuses, a saber, um Deus divino e um Deus humano! E cada um é Deus sobre todos. Achemos que ele caiu na mesma inconsistência que foi manifestada pelo Manual da Expição, pelo Dr. Scott e pelo Dr. Barnes. Cada um disse que a divindade ou a natureza divina não poderia sofrer nem morrer, e cada um disse que a divindade preexistente sofreu e morreu. O Dr. Scott até disse que o Deus auto-existente morreu como nosso mediador. Acreditamos que a doutrina da trindade está na base desses erros por parte desses autores competentes. A Bíblia não é, e não deve ser responsabilizada por tais inconsistências. Elas não são absolutamente necessárias para o entendimento da Bíblia ou da doutrina da Expição. Pelo contrário, eles impedem pelo Dr. Scott e pelo Dr. Barnes. Cada um disse que a divindade ou a natureza divina não poderia sofrer nem morrer, e cada um disse que a divindade preexistente sofreu e morreu. O Dr. Scott até disse que o Deus autoexistente morreu como nosso mediador. Acreditamos que a doutrina da trindade está na base desses erros por parte desses autores competentes. A Bíblia não é, e não deve ser responsabilizada por tais inconsistências. Eles não são absolutamente necessários para o entendimento da Bíblia ou da doutrina da Expição. Pelo contrário, elas impedem uma compreensão da verdade, e fazem com que os ensinamentos das Escrituras pareçam confusos e incertos aos olhos de todos os que confiam na sabedoria dos sábios deste mundo. AERS 176,5

O Dr. John Harris, em seu primeiro volume sobre Ciência Teológica - a Terra Pré-Adamita - afirmou com muita força a verdade a respeito da pré-existência e manifestação do Redentor. Ele diz: - AERS 178,1

“Desde (épsilon) (nu) (alfa) (delta) (chi) (eta) [o princípio] mesmo então Ele já (eta) (nu) [era]. A afirmação de sua pré-existência está incluída tanto em (alfa) (delta) (chi) (eta) e em (eta) (nu). Pois quando todas as coisas criadas ainda não existiam, Ele já existia. Ele compreende cada ser em si mesmo.” P. 31. AERS 178,2

E da manifestação deste preexistente diz ainda: - AERS 178.3

“Seus discípulos subsequentemente declararam que a vida havia se manifestado e que eles a tinham visto; aquilo que era desde o princípio eles tinham tocado e visto, sim, a Palavra da Vida.” P. 34. AERS 178.4

Agora, quando os discípulos também declaram que aquela Palavra que eles viram e tocaram foi morta na cruz e ressuscitou dos mortos, não podemos evitar a conclusão de

que aquilo que era desde o princípio, que era antes de todas as coisas, realmente morreu pelo homem. É claro que não podemos acreditar no que os homens dizem sobre ele ser igual a Deus em todos os aspectos, e que o divino Filho de Deus não poderia sofrer nem morrer. Estas são meras palavras humanas. Mas que a Palavra, ou Logos, era o Filho de Deus, que ele era antes de todas as coisas, que se fez carne, que foi visto e tocado pelos homens, que foi morto, que foi ressuscitado dos mortos - essas são as palavras da inspiração. “O que é o joio do trigo? diz o Senhor.” AERS 178,5

“O mistério da piedade”, o mistério da encarnação, é realmente grande. É de se duvidar se uma mente finita algum dia será capaz de compreendê-lo. Isso não fala contra um fato; pois podemos aceitar um fato revelado, quando não podemos compreender a natureza do fato. Podemos acreditar que uma certa estrela está a milhares de milhões de milhas da Terra, mas a mente humana não pode ter uma concepção justa de tal distância. Acreditamos no ser do Deus onipotente, mas não podemos compreender seu ser. Cremos que aquele que foi glorificado com o Pai antes que o mundo existisse, se fez carne e habitou entre os homens; em quem, como a Disciplina Metodista justamente expressou, estavam duas naturezas unidas em uma pessoa, para nunca serem divididas; que realmente sofreu e morreu por nós. Que sacrifício para o homem culpado? Que oferta à imutável lei de Jeová! Que vindicação da misericórdia e justiça do Pai! “Aqui está o amor e a tristeza além de qualquer grau; O Senhor da glória morreu pelos homens!” AERS 179.1

“Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis os seus caminhos!” Veja 1 Coríntios 2: 8 ; Romanos 11:33 . AERS 179,2

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.721#721>

CAPÍTULO VII. O QUE É A EXPIAÇÃO

Na primeira parte, consideramos a moral em distinção do sistema natural e certos princípios de governo que são universalmente aceitos, e chegamos à conclusão de que o sacrifício substitutivo é o único meio pelo qual um pecador pode ser libertado da condenação. E a partir dessa conclusão, se os princípios forem considerados cuidadosamente, não podemos ver como alguém pode discordar. Mas um sacrifício substituto é a base de toda expiação; e, portanto, concluímos que uma expiação é consistente com a razão. Os princípios do Governo e o reconhecimento da justiça divina exigem uma expiação ou a destruição total de uma raça pecadora, confrontada com a declaração: “O salário do pecado é a morte”. AERS 180.1

Na Parte II, examinamos, até agora, os princípios do Governo divino revelados na Bíblia, em favor dos quais a Expição deve ser feita. Pois, uma expiação é uma vindicação da justiça por uma oferta à lei violada. E examinamos a natureza da oferta feita para a redenção do homem. Que “o Filho de Deus morreu” não pode haver dúvida, exceto para aqueles que preferem suas próprias teorias ao testemunho claro da palavra de Deus. Que em sua morte ele sofreu a pena, a pena total, da lei, parece não haver fundamento para disputar, a menos que a Escritura seja diretamente negada que diz. “O salário do pecado é a morte.” Que ele morreu pelo “mundo”, “por todos”, que ele “provou a morte por todo homem”, é expressamente declarado; e da suficiência da oferta não pode haver dúvida, admitindo as declarações das Escrituras a respeito da morte real daquele ser exaltado que é chamado de Verbo, que “estava no princípio”, que estava na glória “com o Pai” antes que o mundo existisse. De acordo com os pontos de vista mais comumente aceitos, esses pontos esgotam o assunto, sendo dado como certo que a morte de Cristo e a Expição são a mesma coisa. Mas eles não são idênticos. É verdade que não pode haver expiação sem a morte de um sacrifício; mas pode haver a morte do sacrifício sem uma expiação. AERS 180,2

Embora nos esforcemos para vindicar a verdade de que a morte de Cristo foi vicária - uma verdade que não podemos ver como alguém pode negar e ainda professar crer nas Escrituras - evitamos usar o termo comum, “expição vicária”. Aquilo que é feito por substituição é vicário; e como Cristo faz expiação pelos outros, não por si mesmo, também é chamada de vicária. Mas a palavra é usada apropriadamente em um sentido mais estrito, como de substituição apenas; assim como Cristo faz por nós exatamente o que a lei exige de nós. A lei requer a vida do transgressor, e Cristo morreu por nós; portanto, sua morte foi verdadeiramente vicária. Mas a Expição é a obra de seu sacerdócio e não está incluída no requisito do pecador; pois é algo inteiramente além do limite da ação do pecador. Um pecador pode morrer por seus próprios pecados, e assim atender a demandada Justiça; mas então ele está perdido, e não podemos dizer que nenhuma expiação foi feita por ele. A ação do sacerdote não está no lugar do pecador, pois está além daquilo que o pecador deveria ou esperava fazer; e, neste sentido restrito, não é vicário, como foi a morte de Cristo. Por isso é visto que há uma distinção clara entre a morte de Cristo e a Expição, e enquanto essa distinção for perdida de vista, o termo “expição vicária” transmitirá uma impressão errada à mente. Existem muitas visões diversas da Expição; e há muitos cujas visões são vagas e indefinidas; e acreditamos que tanto a confusão como o erro surgem neste assunto de uma

desconsideração da distinção acima, mais do que de todas as outras causas combinadas. AERS 181,1

Vimos que quando um homem trazia uma oferta, era-lhe pedido que colocasse a mão sobre a cabeça; se o povo tivesse pecado, os anciãos da congregação eram obrigados a impor as mãos sobre a cabeça da oferta; mas em todos os casos o sacerdote fez uma expiação. Ver Levítico 4:20, 26, 31, 35 ; 5: 6, 10, 16, 18 ; 6: 7 ; 16:30, 32 e outros. “Quando o governante pecar ... ele trará sua oferta, um cabrito, um macho sem defeito; e porá a mão sobre a cabeça do bode, e o matará no lugar onde matam o holocausto perante o Senhor; é uma oferta pelo pecado ... E o sacerdote fará expiação por ele.” Levítico 4: 22-26. Observamos três coisas nesta obra em sua ordem: 1. Ele porá a mão sobre a cabeça da oferta. 2. Ele deve matá-la. 3. O sacerdote fará expiação. Aqui é visto claramente que matar a oferta e fazer a expiação são atos distintos e separados; e veremos que em todos os casos em que uma oferta pelo pecado era trazida ao sacerdote, ele tomava o sangue para fazer uma expiação, de acordo com a palavra do Senhor: “Porque a vida da carne está no sangue; e eu dei-vos sobre o altar para fazer expiação por vossas almas; pois é o sangue que faz expiação pela alma.” Levítico 17:11. AERS 182.1

Com relação à cerimônia de imposição de mãos sobre a cabeça de uma oferta pelo pecado, Rollin, em suas observações sobre a religião dos egípcios, diz: “Mas uma cerimônia comum e geral foi observada em todos os sacrifícios, a saber, a imposição de mãos sobre a cabeça da vítima, carregando-a ao mesmo tempo com imprecações e orando aos deuses para desviar sobre aquela vítima todas as calamidades que possam ameaçar o Egito.” Assim, vemos que a ideia de sacrifício substitutivo, ou morte vicária, não se limitou aos hebreus, mas foi reconhecida onde quer que a eficácia dos sacrifícios fosse reconhecida, o que deve ter sido revelado imediatamente após a queda do homem. AERS 183,1

Deixando de lado muitos exemplos do uso da palavra, nos voltamos para Levítico 16 , para a ordem prescrita no dia da expiação, que tipificava especialmente a obra de nosso Sumo Sacerdote e Salvador. No décimo dia do sétimo mês, o sumo sacerdote fazia expiação por todo o povo. O Senhor fixou isso como um estatuto, “para fazer uma expiação pelos filhos de Israel, por todos os seus pecados uma vez por ano.” Versos 29, 34 . Primeiro, ele fez expiação por si mesmo e por sua casa, para que aparecesse sem pecado diante de Deus quando se levantasse pelo povo. Mas este primeiro ato não tipificou nada na obra de Cristo, pois Paulo diz que ele estava separado dos pecadores e, portanto, não precisava oferecer por si mesmo. Hebreus 7:26, 27 .Mas o sumo sacerdote entrava no lugar santíssimo no dia da expiação, e será necessário dar uma breve vista do santuário para compreender esta obra. AERS 183,2

O livro do Êxodo, começando com o capítulo 25, contém uma ordem do Senhor para construir um santuário, com uma descrição completa do mesmo, junto com a fórmula para ungir os sacerdotes e introduzi-los em seus cargos. O santuário era uma construção retangular, dividida em duas partes; o primeiro cômodo era chamado de santo, onde se entrava por uma porta ou véu no lado leste. A segunda parte era chamada de santíssimo, que não tinha entrada externa, mas era acessada por uma porta ou véu na parte de trás ou na extremidade oeste do santo, chamado de “o segundo véu”. Os artigos feitos e colocados no santuário eram uma arca de madeira revestida de ouro e um propiciatório, que era a cobertura da arca. No propiciatório foram feitos dois querubins de ouro, suas

asas cobriam o propiciatório. Na arca foram colocados os testemunhos, ou tábuas de pedra, contendo os dez mandamentos. Ver Êxodo 25: 16-21 ; 31:18 ; 1 Reis 8: 9 . A arca foi colocada no lugar santíssimo do santuário e foi o único artigo ali colocado. No lugar santo, ou primeiro compartimento, estavam a mesa dos pães da proposição, o castiçal de ouro e o altar do incenso. AERS 184,1

Quando foi dado o mandamento de fazer o santuário, o objetivo foi declarado pelo Senhor, que ele pudesse habitar entre eles. Uma santa morada, ou morada do Senhor, é dada como o significado da palavra santuário. De acordo com esse desígnio, o Senhor disse que se encontraria com o sumo sacerdote acima do propiciatório, entre as asas dos querubins, para comunicar a ele todas as coisas que ele lhe daria em mandamento aos filhos de Israel. Êxodo 25:22 . Mas, por outras escrituras, aprendemos que ele se encontraria com eles no lugar santíssimo apenas uma vez por ano, no décimo dia do sétimo mês, que era o dia da expiação. AERS 185,1

Ele prometeu também se encontrar com eles à porta da tenda da congregação, ou lugar santo, onde havia uma oferta contínua ou diária. Êxodo 29:42, 43 ; Hebreus 9: 6, 7 . Deve-se ter em mente que embora a glória de Deus fosse habitar no santuário, ela se manifestou apenas em dois lugares conforme especificado: na porta do santo onde a mesa e o castiçal estavam colocados, e no santíssimo, acima a arca, sobre as asas dos querubins. Às vezes, a glória de Deus enchia todo o santuário; mas quando isso acontecia, os sacerdotes não podiam entrar para ministrar. Veja Êxodo 40:34, 35 ; 1 Reis 8:10, 11 ; 2 Crônicas 5:13, 14 ; 7: 1, 2. Esses poucos fatos são suficientes para nos guiar em nosso exame da expiação; e o leitor é solicitado a examinar com cuidado e guardá-los bem na mente. AERS 185,2

Tendo feito expiação por si mesmo, o sumo sacerdote tomou dois bodes do povo e lançou a sorte sobre eles, um para ser escolhido como oferta pelo pecado, o outro como bode expiatório. O bode sobre o qual caía a sorte do Senhor era então morto, e o sacerdote tomava seu sangue e ia para o santuário e aspergia sobre o propiciatório e diante do propiciatório, fazendo assim uma expiação pelos filhos de Israel, apagando seus pecados e removendo-os da presença de Deus. Que essa era a verdadeira ideia e intenção dessa obra, aprendemos em Levítico 16: 15-19, em que não é apenas dito que o sacerdote fez expiação pelos filhos de Israel, mas também fez expiação pelos lugares santos, purificando-os e santificando-os da impureza dos filhos de Israel. A impureza ou pecados dos filhos de Israel nunca poderiam entrar em contato direto com o santuário, mas apenas por procuração; pois eles (o povo) nunca tiveram permissão para entrar lá. O sacerdote era o representante do povo; ele suportou o julgamento deles. Êxodo 28:30. Desta maneira o santuário de Deus foi contaminado; e como o sangue era dado para fazer expiação, o sacerdote limpava o santuário de seus pecados aspergindo o sangue sobre e diante do propiciatório na presença divina. Que esse processo é chamado de purificação do santuário, aprendemos nos termos mais claros desta escritura. Citamos o seguinte: - AERS 186,1

“Então ele matará o bode da oferta pelo pecado, isto é para o povo, e traga seu sangue dentro do véu, e faça com aquele sangue como ele fez com o sangue do novilho, e aspergirá sobre o propiciatório e diante do propiciatório. E ele fará expiação pelo lugar santo [Heb. , o santuário], por causa da impureza dos filhos de Israel, e por causa de suas transgressões em todos os seus pecados; e assim fará para o tabernáculo da congregação, que permanece entre eles no meio de sua impureza ... E ele aspergirá do

sangue com o dedo sete vezes, e o purificará e santificará da impureza. dos filhos de Israel.” Levítico 16: 15-19 . Desta linguagem não pode haver apelação. AERS 186,2

Foi visto que o pecador trouxe sua oferta; que foi morto; e que o sacerdote tomava o sangue e fazia a expiação; e aqui é ainda estabelecido que a expiação foi feita no santuário. Isso prova mais claramente que o ato de matar a oferta não fez a expiação, mas foi preparatório para ela; porque a expiação era feita no santuário, mas a oferta não era imolada no santuário. AERS 187,1

Essas coisas, é claro, eram típicas e têm seu cumprimento na obra do Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus. Que ele é um Sumo Sacerdote, e o único mediador no evangelho, será prontamente admitido; mas a ordem e a maneira de seu serviço devem ser determinadas pelas Escrituras. O apóstolo afirma que ele é um sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque, ou seja, um sacerdote real, no trono da Majestade nos Céus, um ministro do santuário e verdadeiro tabernáculo que o Senhor fundou, e não o homem. Hebreus 8: 1 . Claro que este é o antítipo do santuário terrestre, do tabernáculo montado ou feito pelo homem. Ele também afirma que se estivesse na terra, não seria sacerdote pela razão evidente de que os sacerdotes do santuário terrestre eram da tribo de Levi, enquanto nosso Senhor surgiu de Judá, tribo da qual Moisés nada falou sobre o sacerdócio, e da qual nenhum homem deu assistência ao altar. Hebreus 7:13, 14 ; 8: 4. Isso corrigirá um erro cometido com frequência, de que o sacerdócio de nosso Senhor começou na Terra. Se ele tivesse entrado na obra de seu sacerdócio no batismo, como foi dito, ele teria agido com aqueles que eram seus tipos; e se, como sacerdote, ele oficiasse no templo, teria sido para fazer ofertas típicas de sua autoria. AERS 187,2

Que Cristo foi um “profeta, sacerdote e rei”, muitos de nós aprendemos desde a infância; mas comparativamente poucos aprendem a verdadeira relação que esses ofícios mantêm uns com os outros. Ele foi “profeta” enquanto esteve na terra; e o testemunho de Paulo dado acima mostra que ele não preencheu nenhum outro cargo. Muitos supõem que seu sacerdócio está relacionado com o reino que foi dado a ele como o Filho de Davi. Mas isso é totalmente proibido pelas declarações claras das Escrituras. Arão não tinha reinado e Davi não tinha sacerdócio; e Cristo não é um sacerdote segundo a ordem de Arão (Hebreus 7:11), então ele não é um rei no trono de Davi (isto é , durante seu sacerdócio). É "segundo a ordem de Melquisedeque", que era rei e sacerdote, que Cristo é um sacerdote no trono de seu pai. Em momentos diferentes, ele ocupa dois tronos diferentes (Ver Apocalipse 3:21); e o trono de seu Pai Celestial, que agora ocupa como sacerdote, “ele o entregará” em sua vinda. 1 Coríntios 15: 23-28 . Então, em sujeição a seu Pai, ele tomará seu próprio trono, também chamado de trono de Davi, no qual ele reinará para sempre - sem fim. Lucas 1:32, 33 . Mas então ele não será mais um sacerdote, seu sacerdócio estando totalmente no trono que ele ocupa agora. O leitor é solicitado a examinar esses pontos cuidadosamente, pois um mal-entendido deles deu origem a muita confusão no "mundo teológico". AERS 188.1

Tendo mostrado a distinção entre os santuários terrestres e celestiais, Paulo passa a estabelecer a relação que as ministrações em cada um mantêm com o outro, dizendo dos sacerdotes na terra: “Que servem para o exemplo e sombra das coisas celestiais”. Hebreus 8: 5 . Como o terreno é a sombra e o exemplo, podemos compará-lo com o celestial, a substância pela qual podemos ter uma idéia mais clara deste último do que nos é proporcionado por qualquer outro meio. Na verdade, a comparação é feita às nossas mãos pelo apóstolo. Observe o texto a seguir, no qual a distinção aqui

reivindicada entre a morte de Cristo e sua obra como sacerdote para fazer expiação, é claramente reconhecida: “Porque os corpos dos animais, cujo sangue é, pelo pecado, trazido pelo sumo sacerdote para o santuário, são queimados fora do arraial. E por isso também Jesus, para santificar o povo pelo seu próprio sangue, padeceu fora da porta”. Hebreus 13:11, 12. Assim, aprendemos definitivamente que, como sacerdote, ele faz expiação; mas seu sacerdócio não está na terra, mas no santuário celestial; e que ele não sofreu no santuário onde a expiação é feita. Não era necessário, no tipo, que o sacerdote matasse a oferta (ver Levítico 1: 4, 5); mas era necessário que o sacerdote tomasse o sangue e com ele entrasse no santuário do Senhor para fazer expiação. Jesus não derramou seu sangue como sacerdote; foi derramado por pecadores. Mas por “seu próprio sangue” ele entrou “nos lugares santos” não feitos por mãos, dos quais os terrenos eram figuras, mas “para aparecer na presença de Deus por nós”. Hebreus 9:12,24. AERS 189,1

Podemos citar muito para mostrar a prevalência do erro, que a Expiação foi feita na cruz, mas isso não é necessário. O “Manual da Expiação”, do qual citamos antes, diz: - AERS 190.1

“Concluída a sua obra de mediação, humildemente entregou-se às mãos de seu Pai celestial, dizendo: 'Nas tuas mãos entrego o meu espírito.’” AERS 190.2

Longe estava seu “trabalho mediador” de ser concluído quando ele estava na cruz, pois ainda não havia começado. A obra mediadora é obra do sacerdote, que não tinha iniciado quando morreu. Paulo diz que entrou no céu “por seu próprio sangue”, “agora para aparecer por nós na presença de Deus”. Mas se sua obra mediadora foi concluída quando ele estava na terra, mesmo antes de sua morte, como a citação acima diz, então ele não pode ser um mediador agora! E tudo o que as Escrituras dizem de seu sacerdócio no trono de seu Pai Celestial, ali fazendo intercessão por nós, é tornado incompreensível ou errôneo. AERS 190.3

Ao confundir assim o sacrifício ou morte de Cristo com a Expiação, supõe-se que esta seja uma obra geral, feita para toda a humanidade. Com isso não podemos concordar. Que Cristo morreu por todos é claramente declarado, mas vimos que isso foi apenas preparatório para a Expiação, e é na Expiação que o sangue é aplicado para a completa remoção do pecado. Isso também é mostrado no tipo. O bode da oferta pelo pecado era morto pelo povo e, é claro, oferecido para atender às necessidades de todos; mas enquanto o sacerdote fazia a expiação, eles deveriam “afligir suas almas” ou vir como humildes penitentes perante o Senhor, e todo aquele que não o fizesse deveria ser excluído do meio do povo. Levítico 16:29 ; 23: 27-29. Isso, então, era exigido deles individualmente, naquele dia, a fim de que seus pecados pudessem ser expiados pelo sacerdote; pois não podemos supor que eles seriam cortados cujos pecados foram realmente apagados, ou removidos da presença do juiz, pelo sangue da oferta com a qual o santuário foi purificado do pecado. AERS 191,1

O mesmo também é ensinado por Pedro, que diz que Deus exaltou Jesus, que foi morto, para ser um príncipe e Salvador, para conceder arrependimento e perdão dos pecados. Atos 5:30, 31 . Agora que “ele morreu por todos”, não pode haver dúvida; e sua morte é absoluta e sem condição. Mas não é assim com a Expiação; pois Pedro diz novamente: “Arrependam-se vós, portanto, e sede convertidos, para que vossos pecados sejam apagados, e venham os tempos de refrigério pela presença do Senhor ”, etc. Atos 3:19 .

Nós descobrimos que, quando o sacerdote fazia a expiação, ele tomava o sangue e limpava o santuário de Deus dos pecados com que havia sido contaminado; e este é o único ato que responderá pela expressão de apagar os pecados, pois o sangue era a única coisa que os removeria. Conseqüentemente, enquanto o sangue de Cristo foi derramado por todos, a eficácia desse sangue em expiar ou apagar o pecado é contingente, e só valerá para aqueles que se arrependem e se convertem. Ele morreu pelo mundo - ele morreu por todos; e ele é capaz de salvar perfeitamente os que por meio dele se chegam a Deus. Hebreus 7:25. Mas ele não salvará outros. AERS 191,2

Outra causa de confusão é que a reconciliação e a Expiação muitas vezes são consideradas iguais; e onde a distinção é reconhecida, sua relação nem sempre é observada, uma desconsideração que tende a quase o mesmo resultado que uma negação da distinção. Assim, foi dito: “A Expiação pode existir sem a reconciliação, mas a reconciliação não pode existir sem a Expiação”. Isso é exatamente o reverso da verdadeira ordem, e o erro é o resultado de confundir a morte da oferta com a Expiação. É bem verdade que a reconciliação visa a Expiação, mas deve preceder a Expiação. A morte de Cristo abre o caminho para a reconciliação para todos, mas ninguém pode ter seus pecados realmente expiados ou apagados se rejeitar a oferta de Cristo, ou quem não está reconciliado com Deus. AERS 192.1

Admite-se que existe uma relação estreita entre os dois; mas a proximidade de relação não questiona a identidade. A morte de Cristo, a oferta de seu sangue, abre o caminho para a reconciliação. A reconciliação assegura um interesse na Expiação; e este por sua vez é feito com o sangue previamente derramado. A oferta de Cristo é a pedra angular de toda a obra, pois “sem derramamento de sangue não há remissão”. É por esta razão que somos tão constantemente direcionados para a cruz de Cristo. Sem isso, não poderia haver reconciliação nem expiação. Mas que a relação e a ordem da obra são como afirmamos aqui, a saber, que sua morte e reconciliação por meio de seu sangue aguardam sua obra sacerdotal de expiação, é provado pelas palavras de Paulo em Romanos 5:10. “Pois se, quando éramos inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, muito mais, sendo reconciliados, seremos salvos pela sua vida.” Reconciliação primeiro; salvação como resultado. AERS 193,1

Duas opiniões são defendidas por diferentes classes de teólogos sobre o assunto da reconciliação. Um, que a reconciliação é apenas da parte do homem; a outra, que a reconciliação é mútua - que Deus é reconciliado com o homem assim como o homem com Deus. Muito freqüentemente acontece que a controvérsia surge entre os homens de uma compreensão equivocada do significado de cada um, e este é, sem dúvida, o caso neste assunto. Se for demonstrado que a reconciliação deve ser por parte de um inimigo ou apenas da parte ofensora, então a primeira visão está correta. Mas se por reconciliação também se entende que a justiça de Deus deve ser apaziguada em favor do ofensor, a última visão é a verdadeira. Podemos dizer que ambos estão corretos, de acordo com as duas construções colocadas sobre a palavra; e as razões podem ser dadas para ambos, já que a maioria das palavras permite diferentes matizes de significado. Sobre este assunto, o Dr. Barnes faz uma declaração muito estranha. Ele diz: - AERS 193,2

“A reconciliação é de fato produzida entre Deus e o homem pela expiação. Deus se torna amigo do pecador perdoado.” - Expiação, p. 268 . AERS 194,1

Passando por cima de sua reversão da ordem real, observamos que isso equivale a dizer que Deus não é o amigo, mas o inimigo, do pecador antes que ele seja perdoado. Mas como, então, o perdão é efetuado? O Salvador disse que “Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito”. Ele, como nosso inimigo, nos amava? como nosso inimigo, dar seu Filho para morrer por nós? estava ele, como nosso inimigo, em Cristo, reconciliando-nos consigo mesmo? e ele, como nosso inimigo, nos perdoa? e ele só se torna nosso amigo depois de nos perdoar? Agora, como o Dr. Barnes era o que se chama de “homem representativo”, seria natural para qualquer um, ao ler tais observações dele, julgar que a própria doutrina era absurda. AERS 194,2

Embora seja inegável que Deus amou o mundo e deu seu Filho para morrer pelo mundo, é igualmente verdade e muito evidente que a morte de Cristo não tira nada de nossa culpa real. Somos tão merecedores de punição como se ele nunca tivesse morrido. E, se não estamos reconciliados com Deus; se não aceitarmos a oferta de Cristo a ponto de nos apropriarmos dela como nossa, e de cessar nossas violações da lei divina, essa oferta de nada nos servirá. A justiça de Deus está disposta contra nós tão realmente como se seu Filho nunca tivesse morrido. Sua morte é uma oferta à lei divina - uma vindicação da integridade e justiça do governo divino, mas não de forma a tornar nosso perdão incompatível com a graça gratuita. Andrew Fuller, o eminente autor batista, diz: - AERS 194.3

“A graça gratuita, de acordo com Paulo, requer uma propiciação, o derramamento do sangue do Salvador, como um meio pelo qual pode ser comunicada com honra.” AERS 195,1

E novamente, falando de sacrifícios pelo pecado, ele diz: - AERS 195.2

“Todos concordam com a ideia de o desagrado da Divindade ser apaziguado por uma vítima inocente sendo sacrificada no lugar do culpado.” AERS 195,3

Esta deve ser a ideia correta. A justiça ou desprazer da Divindade é tornada apaziguável pelo sacrifício, mas é realmente apaziguada pela mediação de nosso Sumo Sacerdote. Se reconciliação pode ser usada neste sentido, então nossa versão de Ezequiel 16:63 pode ser permitida: “E eu estabalecerei minha aliança contigo; e saberás que eu sou o Senhor; para que se lembre e se confunda, e nunca mais abra a boca por causa da vergonha, quando eu estiver pacificado para contigo por tudo o que fizeste, diz o Senhor Deus.” Embora pensemos que admitiria uma tradução um pouco diferente, não vemos razão para objetar a isso, considerando que a justiça de Deus deve ser apaziguada (pacificada); em outros lugares representados como afastar sua raiva do violador de sua lei. AERS 195,4

Não temos disposição de criticar a “Versão Autorizada”, isto é, a tradução comumente recebida das Escrituras. Temos grandes motivos para ser gratos por isso e pela grande bênção que tem provado ao mundo. Mas todos devem admitir que tem defeitos, e estes são, em alguns casos, de natureza a obscurecer uma verdade que poderia ser esclarecida por uma tradução mais judiciosa. Sobre o assunto diante de nós, devemos elogiar a Versão Revisada do Novo Testamento por dar uma visão muito mais clara. Assim, em Romanos 5:11, a Versão Autorizada traduz *katallagee*, expiação, o que é incorreto. A Versão Revisada traduz apropriadamente, reconciliação. Em Hebreus 2:17, a Versão Autorizada torna *hilaskomai*, para fazer a reconciliação, o que também é incorreto. A

Versão Revisada torna isto, propiciação; poderia ser interpretado apropriadamente, expiação. A tradução de Whiting assim o traduz. Outras traduções concordam com a revisada em ambos os textos. Em ambos os Testamentos o leitor encontrará alguma dificuldade em compreender este assunto se guiado apenas pela tradução, pois nem sempre é fácil expressar os vários matizes de significado em uma tradução; e neste assunto parece evidente que os tradutores da Versão Autorizada não marcaram de perto as distinções que existem claramente. Como evidência disso, notamos que a palavra "expição" ocorre apenas uma vez nesta versão do Novo Testamento, Romanos 5:11, e ali por um erro de tradução, como foi notado. Nem ela nem algo parecido a expiação, ocorre propriamente na versão. Mas o fato, a coisa expressa por esses termos é referida diretamente pelos escritores do Novo Testamento. Nada além de um estudo cuidadoso da lei levítica pode nos dar uma compreensão clara da doutrina. É por esta razão, como acreditamos, que as palavras finais do Antigo Testamento, em uma profecia que se refere aos últimos tempos da presente dispensação, dizem: "Lembra-te da lei de Moisés". A lei de Moisés nos dá um "padrão" fiel, ou "sombra e exemplo" da obra de nosso Sumo Sacerdote no Céu, tão importante para entendermos quem vive na época em que sua obra está prestes a terminar, e sua vinda está perto, para salvar todos "os que o procuram" e para se vingar dos que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho. Hebreus 9:28 ; 2 Tessalonicenses 1: 7-10 . AERS 196,1

Qualquer que seja o pensamento sobre a aplicação da palavra "reconciliação", todos devem admitir que há uma grande diferença na posição das partes. O homem é um rebelde, um inimigo de seu Criador. Deus, embora ame o homem em sua condição arruinada, é um governador justo. Seu amor certamente não pode ir além e não concederá mais do que a justiça pode permitir. A justiça deve ser apaziguada ; e embora a oferta torne possível o perdão consistente com a justiça, ela nos deixa culpados, dignos da condenação sob a qual descansamos. Uma vindicação completa da justiça da lei é encontrada no sacrifício do Filho de Deus; mas, no que diz respeito ao pecador, pessoalmente, ele ainda permanece sob condenação, até a mediação de Cristo levá-lo a relações tão harmoniosas com o governo divino que não porá em perigo seus princípios, nem refletirá desonra sobre o governador, perdendo-o livremente e tomando-o de volta em seu favor. AERS 197,1

Quando consideramos que o sacrifício é o meio pelo qual a Expição é feita, podemos compreender prontamente como hilasmos é usado em 1 João 2: 2 , definido por Liddell & Scott, um meio de apaziguamento, um sacrifício expiatório. Jesus Cristo é a propiciação - o sacrifício à justiça divina para todos. É por meio de sua intercessão, seu sangue, que a graça é dada e misericórdia é oferecida a todo o mundo. AERS 198.1

Mas não pode ser freqüentemente pressionado sobre a mente do impenitente que a graça, e a oferta de misericórdia por meio do sangue de Cristo que foi derramado por todos, não assegura a salvação de todos. Davi diz: "Bem-aventurado aquele cuja transgressão é perdoada, e cujo pecado é coberto. Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa iniquidade." Salmo 32: 1, 2 . Essa bênção não vem sobre todos, mas é colocada ao alcance de todos pela morte de Cristo. E os pecados de quem serão cobertos? Evidentemente daqueles que confessaram e abandonaram seus pecados, ou que se reconciliaram com Deus. Esta é exatamente a ordem do trabalho descrito por Pedro em Atos 3:19. "Arrependei-vos, portanto, e sede convertidos, para que vossos pecados sejam apagados e chegue o tempo de refrigério da presença do Senhor." Este apagamento é pelo sangue que o Sumo Sacerdote traz para o santuário para purificá-lo

do pecado. Não podemos, por um momento, supor que o pecado de alguém será apagado ou coberto, se ainda mantiver sua oposição e inimizade para com Deus; mas aquele que confessa e abandona encontrará misericórdia; isto é, aquele que é reconciliado terá seus pecados perdoados e apagados. “Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça.” 1 João 1: 9 . “Aquele que encobre seus pecados não prosperará; mas aquele que os confessa e abandona, terá misericórdia”. Provérbios 28:13 . AERS 198.2

Como a obra do sumo sacerdote segundo a lei em fazer expiação por todas as pessoas, foi apenas a obra de um dia, um curto período de tempo em comparação com a obra contínua de intercessão, esse dia claramente especificado, assim é a expiação por nosso Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, no antítipo. É realizado pouco antes de sua segunda vinda. Se isso aparecer, será outra e uma forte prova de que a reconciliação é distinta dela e deve precedê-la. Mas isso será examinado em um capítulo separado. AERS 199.1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.796#796>

CAPÍTULO VIII. O JULGAMENTO

Não existem verdades isoladas e independentes no grande plano de salvação, assim como não existe um dever especial de “salvação” na vida cristã. É necessária a soma de todas as graças para formar um caráter cristão perfeito; e assim também são necessárias todas as verdades e doutrinas do evangelho para fazer um sistema completo de salvação. O grande fundamento de tudo é o sacrifício de Cristo; o derramamento de seu sangue pelos pecados do mundo. Hebreus 9:22 . A nós pertence a reconciliação por meio de sua morte. Romanos 5:10 ; 2 Coríntios 5:20. Como a obra dos sacerdotes sob a lei só alcançava seu objetivo final quando o sumo sacerdote entrava no lugar santíssimo com o sangue da oferta pelo pecado e limpava o santuário de Deus dos pecados do povo, então o resultado do o evangelho da remissão é totalmente cumprido, não pela morte do sacrifício; não por nosso arrependimento e reconciliação com Deus; mas, pela ação de nosso grande Sumo Sacerdote, que aparece na presença de Deus por nós, apagando nossos pecados e removendo-os para sempre da presença do trono do Altíssimo. AERS 200.1

O assunto do Julgamento pode ser considerado uma continuação do assunto do capítulo anterior, a saber, a Expição. A palavra “Julgamento” pode, no entanto, abranger ou incluir muito mais do que a palavra “Expição”. Este último tem a ver exclusivamente com o povo de Deus, pois a Expição é feita apenas por aqueles que se reconciliaram com Deus pela morte de seu Filho; ao passo que o Julgamento tem a ver com toda a humanidade, pois “Deus há de trazer a juízo toda obra, e até tudo o que está encoberto, quer seja bom, quer seja mau”. Mas o assunto deste capítulo não é tão extenso, pois se limitará ao julgamento dos justos. AERS 200.2

As idéias prevaletentes do Julgamento são vagas e indefinidas. Provavelmente a maioria, certamente muitos, olham para isso sob a seguinte luz: Que o Senhor aparecerá nas nuvens do céu; que todos os mortos, tanto os justos quanto os ímpios, serão ressuscitados, e o Julgamento então se assentará sobre toda a raça humana. Outra opinião, e popular, é que cada um é julgado imediatamente após a morte. Ambos os pontos de vista são proibidos pelas Escrituras, que dizem que os santos julgarão o mundo, 1 Coríntios 6: 2 , e que Deus designou um dia em que o julgamento ocorrerá. Atos 17:31 ; veja também 2 Pedro 2: 9 e 3:10. Agora, não é razoável supor que os santos julgarão o mundo em seu estado atual, ou antes do momento em que eles próprios forem julgados. O seguinte, da revisão de Bliss do Prof. Bush sobre a Ressurreição, é mais razoável e bíblico do que os pontos de vista geralmente aceitos : - AERS 201.1

“Estamos inclinados a acreditar que o julgamento é depois da morte e antes da ressurreição; e que antes desse evento os atos de todos os homens serão julgados; de modo que a ressurreição dos justos é sua absolvição total e redenção - seus pecados sendo apagados quando chegar o tempo de refrigério (Atos 3:19); enquanto o fato de que os ímpios não ressuscitam prova que eles foram condenados anteriormente. ” AERS 201.2

Eld. Josias Litch, em uma obra intitulada “Exposições Proféticas”, disse: - AERS 202.1

“O julgamento deve preceder a execução. Esta é uma proposição tão clara que é suficiente declará-la Mas a ressurreição é a retribuição ou execução de julgamento, pois aqueles que fizeram o bem virão para a ressurreição da vida Não pode haver Julgamento geral ou julgamento após a ressurreição. A ressurreição é o processo de separação, e eles nunca mais se misturarão depois que os santos forem ressuscitados, não importa quão longo ou curto seja o período entre as duas ressurreições. ” AERS 202,2

Que o julgamento dos santos é totalmente cumprido enquanto o Salvador está no santuário no Céu, antes de sua vinda e, portanto, antes da ressurreição, é evidente; pois (1) Seu julgamento deve ser encerrado enquanto Jesus é seu advogado, para que eles possam obter sua absolvição. E (2) Eles são ressuscitados como imortais, o que é a evidência de sua absolvição. O julgamento dos ímpios deve ser subsequente à redenção dos justos (pois os santos participarão desse processo; ver 1 Coríntios 6: 1-3), e ainda antes da segunda ressurreição. É bastante razoável considerar que os ímpios são meramente rejeitados enquanto Cristo é um sacerdote, seus casos sendo deixados de lado para consideração futura; de fato, esta é a única visão que harmonizará todas as Escrituras; e como a ressurreição dos justos para a imortalidade e vida eterna é o anúncio da decisão do julgamento a eles, assim os ímpios são elevados à condenação e à segunda morte, que é a execução do julgamento antes determinado em relação a eles. AERS 202,3

Embora ninguém negue a natureza típica dos sacrifícios e do trabalho dos sacerdotes sob a lei levítica, existem poucos, comparativamente, que traçam o assunto até sua conclusão lógica. Com isso não teríamos qualquer compreensão de que favorecemos aquele sistema de especulação que considera necessário encontrar um significado espiritual em cada volta e dobra, cada pino e coluna do tabernáculo. Tal sistema de interpretação subverte a verdade conduzindo a um campo de conjecturas que é sempre inútil, e tem a tendência de desviar a mente das coisas que são claramente reveladas. O que queremos dizer é o seguinte: Existem poucos que se esforçam para aprender tudo o que o tipo ensina sobre o antítipo, conforme apresentado nas palavras das Escrituras. O Novo Testamento dá algumas explicações muito claras sobre os tipos; mas muitas vezes são esquecidas, especialmente por aqueles que desconsideram as declarações claras da palavra, e só ficam satisfeitos quando as palavras das Escrituras são "espiritualizadas". E esse processo de espiritualização torna-se agradável, porque dá licença à imaginação, e cada investigador se sente na liberdade de colocar sobre o texto sagrado que mais lhe convier essa construção. Mas que triste uso é fazer da mensagem do Céu ao homem caído! AERS 203.1

Em um estudo cuidadoso do livro de Apocalipse, descobrimos que o conhecimento de certas outras partes da Bíblia é indispensável para a compreensão de muitos de seus símbolos. Estas são, a lei de Moisés, a profecia de Daniel e a carta de Paulo aos hebreus. Ou podemos dizer, o que na verdade equivale à mesma coisa, que uma solução dos tipos na lei de Moisés é encontrada no estudo da profecia de Daniel, na carta aos Hebreus e no livro de Apocalipse. AERS 204.1

Foi notado que, embora o trabalho dos sacerdotes fosse "contínuo", ou diário, no lugar santo, o que pode ser considerado uma obra de intercessão, a expiação era a obra de um dia determinado, ocupando apenas um curto período do serviço anual. E quando esta

obra foi completada - quando o santuário foi “purificado e santificado da impureza dos filhos de Israel”, Levítico 16:19, então o povo foi absolvido; então o sumo sacerdote colocava seus pecados sobre a cabeça do bode expiatório e eles eram carregados para longe do acampamento; então o sumo sacerdote poderia pronunciar a bênção celestial sobre o povo de Deus que esperava, que havia “afligido suas almas” diante do santuário. Como diz Kitto: “Neste dia, o sumo sacerdote deu sua bênção a toda a nação”. O trabalho deste dia não era para alguns indivíduos; era para a nação - para todo o povo de Israel. AERS 204.2

Este foi um tipo do “dia do Juízo” para o povo de Deus. Fomos informados por judeus eruditos que eles consideravam isso sob esta luz; eles o consideraram o dia do julgamento. Os talmudistas dizem: “A própria penitência expia as pequenas transgressões; e no caso de pecados mais grosseiros, obtém uma trégua até a chegada do dia da expiação, que completa a reconciliação.” AERS 204.3

Como aquele dia foi designado, anunciado e bem conhecido por todo o povo, assim é feita a provisão feita no antítipo para que o povo de Deus possa compreender sua verdadeira relação com o grande dia da expiação. Em Apocalipse 14: 6, 7 é apresentada uma das proclamações mais interessantes e importantes encontradas na palavra sagrada. Diz o seguinte: - AERS 205,1

“E vi outro anjo voar pelo meio do céu, tendo o evangelho eterno para pregar aos que habitam na terra, e a todas as nações, e tribos, e línguas, e povos, dizendo em alta voz: Temei a Deus, e dai-lhe glória, pois É CHEGADA A HORA DO SEU JUÍZO; e adorai Àquele que fez o céu, a terra, o mar e as fontes das águas.” AERS 205,2

Relacionados ao fato desta proclamação estão vários pontos de grande interesse para o estudante da Bíblia. AERS 205.3

1. Lendo o capítulo, descobrimos que esta mensagem é dada antes do segundo advento e durante a provação do homem. O versículo 8 faz um anúncio a respeito de Babilônia, que é suplementado por outro sobre o mesmo assunto no capítulo 18. Nos versículos 9-12 do capítulo 14 é dada mais uma mensagem, contendo uma advertência mais solene contra a adoração falsa e um chamado para guardar os mandamentos de Deus e a fé de Jesus. Claro que esta mensagem é dada antes do encerramento da liberdade condicional. Nos versículos 14-20, o segundo advento de Cristo, o Filho do homem, é apresentado, junto com o objetivo de sua vinda - fazer a colheita da terra - e uma descrição do terrível destino daqueles que não são seus. Compare 2 Tessalonicenses 1: 7-10 . Isso está em perfeita harmonia com a visão apresentada nestas páginas, de que o Julgamento deve preceder a ressurreição; e a ressurreição, ocorre na aparição de Cristo. 1 Coríntios 15: 51-54 ; 1 Tessalonicenses 4: 13-18 . AERS 205,4

2. Dizemos que o Julgamento precede a ressurreição, mas isso não significa que todos os santos estarão na sepultura quando o julgamento dos justos ocorrer; pois alguns são encontrados guardando os mandamentos de Deus e a fé de Jesus - isto é, eles estão atendendo à advertência do “terceiro anjo” - quando Cristo aparece. E Paulo diz que “não dormiremos todos”; que alguns estarão “vivos e permanecerão” na vinda do Senhor. É claro que seu julgamento ocorre enquanto eles estão vivos; pois, assim como os santos adormecidos são ressuscitados

imortais, provando que foram totalmente absolvidos, os santos vivos daquela época serão transformados, transformados, "em um momento, em um piscar de olhos". A eles, no mesmo instante, será conferida a mesma imortalidade que é concedida aos santos ressuscitados. AERS 206.1

3. Em Apocalipse 11: 15-18 é mostrado que os mortos são julgados - não por toda a dispensação, mas - sob o soar da sétima trombeta. Esta é a última de uma série de trombetas que cobrem todo o período da dispensação do evangelho. AERS 206,2

Sob esta trombeta, os mortos são julgados e a recompensa é dada aos santos. Compare Mateus 16:27 ; Lucas 14:14 ; Apocalipse 22:12 . Sob essa trombeta são destruídos os ímpios - aqueles que corrompem a Terra. Veja 2 Pedro 2: 9 . Sob esta trombeta, Cristo recebe o domínio sobre os reinos da terra, que é dado no final de sua obra sacerdotal no trono de seu Pai. Leia Salmos 2: 6-9 ; 110: 1 ; Hebreus 10:12, 13 . AERS 207,1

4. Esta mensagem de Apocalipse 14: 6, 7 é chamada de “evangelho eterno”, embora seja diferente de qualquer proclamação feita no ministério de Cristo e seus apóstolos. Paulo raciocinou sobre o julgamento que viria; Atos 24:25 : ele disse que Deus designou um dia no qual ele julgará o mundo. Atos 17:31 . Ele não disse e não poderia dizer que aquele dia estava no presente - que havia chegado. AERS 207,2

5. No entanto, não é “outro evangelho”, mas uma parte essencial do mesmo evangelho que eles pregaram; uma parte que não poderia ser pregada em seus dias, pois o Julgamento ainda não havia chegado. Em mais uma prova disso, compare Isaías 61 com os fatos do Novo Testamento. Os primeiros dois versículos daquele capítulo da profecia são assim: - AERS 207.3

“O Espírito do Senhor Deus está sobre mim; porque o Senhor me ungiu para pregar boas novas aos mansos; ele me enviou para curar os contritos de coração, para proclamar liberdade aos cativos e a abertura de prisão para os presos; para proclamar o ano aceitável do Senhor e o dia da vingança do nosso Deus; confortar todos os que choram ”, etc. AERS 207.4

Jesus foi a Nazaré, e, “como seu costume foi ”, ele foi à sinagoga no dia de sábado e levantou-se para ler. O livro do profeta Isaías sendo dado a ele, ele voltou para o capítulo 61 , como o livro agora está dividido, e leu as palavras citadas acima no que diz respeito à frase, "para proclamar o ano aceitável do Senhor", e parou abruptamente , não lendo as palavras que se seguem - "e o dia da vingança do nosso Deus." Quando Cristo se sentou, ele disse ao povo reunido: “Este dia se cumpriu esta escritura em seus ouvidos”. Naquele dia, o ano, estação ou hora aceitável do Senhor foi pregado a eles. Paulo fez a mesma declaração em 2 Coríntios 6: 2: “Eis que agora é chegado o tempo; eis que agora é o dia da salvação ”. Isso foi até onde Jesus pôde ler na profecia e dizer que foi cumprido em seus ouvidos; isso foi tudo o que o apóstolo pôde declarar. O “tempo aceitável” (2 Coríntios 6: 1) havia chegado; poderia então ser proclamado; o dia da vingança - o dia do Juízo - não havia chegado; tinha que

ser reservado para uma futura proclamação. Veja nosso texto, Apocalipse 14: 6, 7 . AERS 207,5

O dia da vingança é equivalente ao dia do Juízo, pois os homens não são julgados apenas naquele dia, mas naquele dia recompensas são dadas a todos. Apocalipse 11:18 diz que os mortos são julgados e a recompensa dada aos santos naquele tempo; 2 Pedro 3: 7 chama de “o dia do julgamento e perdição dos homens ímpios”. Esta terra está reservada para o fogo naquele dia. Como "o dia da salvação" ou "o tempo aceitável" agora continua quase dois mil anos, então "o dia do Juízo" é um período de mais de mil anos -quanto mais não é revelado, —cobrindo o julgamento da investigação dos casos de todos os justos, e a concessão de recompensa a eles; seguido por uma investigação mais aprofundada dos casos dos ímpios (em que os santos tomam parte, 1 Coríntios 6: 1-3 ; Apocalipse 20: 1-4), e sua derrota final ou destruição total. AERS 208,1

Sobre este assunto se apresentam duas reflexões de solene importância: - AERS 209.1

(1) Esta mensagem deve ser dada antes da segunda vinda de Cristo. Se não fosse dado, as Escrituras falhariam; a palavra do Senhor até agora não teria se cumprido. Mas antes que o céu e a terra passassem, do que um jota faltasse a palavra do Senhor. Muitas profecias apontam para o cumprimento desta mensagem. Veja o seguinte: - AERS 209,2

“Tocai a trombeta em Sião, tocai o alarme em meu santo monte; que todos os habitantes da terra [ou a terra] tremam, porque o dia do Senhor vem, porque está perto. Um dia de escuridão e escuridão, um dia de nuvens e escuridão densa, enquanto a manhã se espalhava sobre as montanhas. ” Joel 2: 1, 2 . AERS 209,3

Outras escrituras com o mesmo propósito podem ser citadas, confirmando a verdade de que um aviso será dado ao mundo antes do dia do Senhor, ou a hora do Juízo, começou. AERS 209,4

(2) Como essa advertência é chamada de “evangelho eterno”, sendo parte do evangelho que o Salvador foi ungido para pregar, ela deve ser atendida. Não faz a menor diferença quando ou por quem é proclamado; mas quem proclama faz isso sob a sanção e supervisão do céu. Que sofrerá oposição, e mesmo por parte dos professos servos de Cristo, também é uma questão de profecia. O "servo mau" dirá: "Meu Senhor tarde virá." Mas ele não pode deter a mensagem de advertência, nem impedir a vinda daquele dia. Sua oposição só irá arruinar sua própria alma, pois Jesus disse: “O Senhor daquele servo virá num dia em que ele não cuida e numa hora que ele não conhece, e o separará, e dará a sua porção com os hipócritas. ” De nada lhe valerá o fato de ter sido chamado como servo do Senhor, ou de ter confessado ou reivindicado que o Senhor é seu Senhor. A profecia é dada por inspiração, e quem se afasta dela ou a negligencia, o faz por sua própria conta e risco. AERS 209,5

Mas, a fim de soar o alarme de forma eficaz, ou proclamar que “é chegada a hora de seu Julgamento”, que produza o resultado desejado, aqueles que o pregam devem ser capazes de determinar quando é oportuno; quando a proclamação deve ser feita. Se eles não pudessem saber, a trombeta daria um somido incerto, se, de fato, soasse. AERS 210.1

Na profecia de Daniel há três cadeias de símbolos proféticos, cada uma dando informações por meio das quais podemos saber quando o fim está próximo. No capítulo 2 está a imagem vista por Nabucodonosor em seu sonho, que dá uma breve história dos grandes reinos do mundo desde a época da Babilônia até a divisão ou desintegração do Império Romano. No capítulo 7 está uma série de símbolos consistindo em bestas selvagens, que cobre exatamente o mesmo terreno que o do capítulo 2, mas complementando esse capítulo com eventos posteriores, que vão até o final do século XVIII. Os mesmos símbolos são apresentados em Apocalipse 13, com eventos ainda posteriores, alcançando a última mensagem e o advento do Senhor. Compare Apocalipse 13: 11-18 com o capítulo 14: 9-14. Ao estudar essas profecias e a história das nações que mostra o progresso de seu cumprimento, podemos aprender definitivamente onde estamos na cadeia de eventos que vai até a vinda do Senhor. É verdade que não podemos dizer quanto tempo levará para concluir o cumprimento; não podemos aprender com as profecias sobre o tempo da vinda do Senhor; mas podemos aprender com elas, e também com outras escrituras, quando “ele está perto, mesmo às portas”, como o próprio Jesus deu garantia em suas próprias palavras. Mateus 24. AERS 210.2

Outra série de símbolos é dada no capítulo 8 de Daniel, e a isso devemos dar mais atenção particular. Relaciona-se mais particularmente ao nosso assunto do que os outros, e a interpretação é dada em termos claros e inequívocos. O primeiro símbolo é um carneiro com dois chifres; isso foi explicado por Gabriel significando o reino dos medos e persas. Versículo 20. O carneiro foi sucedido por um bode, tendo um chifre notável entre os olhos. Quando este foi quebrado, quatro chifres surgiram para ele, e estes, por sua vez, foram sucedidos por um chifre pequeno que “cresceu muito”. Tornou-se mais forte do que todos os reinos que o precederam. E disto Gabriel disse: “E o bode peludo é o rei [reino] da Grécia, e o grande chifre que tinha entre os olhos é o primeiro rei [Alexandre]. Mas como foi quebrado, enquanto quatro se levantaram por ele, quatro reinos se levantarão da nação, mas não em seu poder.” A Grécia foi dividida em quatro reinos após a morte de Alexandre. Mas surgiu um poder, pequeno em seu início, que conquistou o mundo e prendeu tudo em suas garras de ferro. Os Impérios Persa e Grego aparecem diante de nós, grandes por conquistas repentinas. Não é assim com Roma. Ela gradualmente se tornou excessivamente grande por conquistas sucessivas. Foi esse poder que “se engrandeceu até o príncipe das hostes” do céu; versos 10-12; ou se levantou contra o Príncipe dos príncipes. Versículo 25. AERS 211,1

Daniel disse que ouviu um santo perguntar a outro quanto tempo essa visão deveria durar, até “o santuário e o exército a serem pisados”. A resposta é dada a Daniel nestas palavras: “Até dois mil e trezentos dias; então o santuário será purificado.” Agora foi visto, em Levítico 16, que a purificação do santuário e a expiação significam exatamente a mesma coisa; pois a expiação era feita pelo sumo sacerdote, aspergindo o sangue sobre o propiciatório e o altar e purificando-os dos pecados do povo. Portanto, esta expressão de Daniel 8:14 é equivalente a dizer: “Até dois mil e trezentos dias, então será feita a expiação”. E, novamente, entender este tempo é entender o cumprimento da mensagem de Apocalipse 14: 6, 7, “é chegada a hora do seu juízo”, pois o Julgamento se assentará quando a Expiação for feita. Assim, vemos que o tempo foi designado e anunciado para fazer a Expiação. Isso está em conformidade com o tipo, onde o décimo dia do sétimo mês foi separado para esse trabalho. Embora este texto seja parte daquela “escritura” que é “proveitosa para instrução”, é interessante e proveitoso indagar onde

terminam esses dois mil e trezentos dias. Mas para entender isso, devemos traçar a conexão entre os capítulos 8 e 9 de Daniel; pois o capítulo 9 é em parte explicativo do capítulo 8 , a explicação do tempo (2300 dias) é dada no último, não no primeiro. Observe os seguintes pontos: - AERS 212.1

1. Gabriel recebeu a ordem de fazer Daniel entender a visão. AERS 213,1
2. Ele explicou no capítulo 8 os símbolos dos reinos ali representados. AERS 213,2
3. Ele não explicou o tempo do versículo 14 . AERS 213.3
4. Daniel disse que não entendeu a visão, o que, é claro, se refere à parte não explicada - o tempo. AERS 213,4
5. No capítulo 9 , Gabriel disse que tinha vindo para lhe dar entendimento e ordenou-lhe que "considerasse a visão". AERS 213,5
6. Nenhuma visão foi mencionada desde o capítulo 8 , o que mostra que Gabriel fez referência à mesma visão que ele foi ordenado a fazê-lo entender naquele capítulo. AERS 213,6
7. No capítulo 9 , ele começou a instruir Daniel na hora certa , a única coisa na “visão” não explicada até então. AERS 213,7
8. Ele disse: Setenta semanas estão determinadas (hebr. Literalmente cortadas) sobre o teu povo. AERS 214,1
9. As setenta semanas começam com o mandamento de restaurar e construir Jerusalém, 457 AC. Ver Esdras 7 . AERS 214,2
10. As setenta semanas são evidentemente “cortadas” dos 2300 dias, o único período dado na visão. Portanto, o tempo de saída do mandamento para restaurar e construir Jerusalém deve ser o início dos 2.300 dias. E se as setenta semanas não são cortadas dos 2.300 dias, isto é, se as setenta semanas não marcam o início daqueles dias, então nenhuma explicação dos dias foi dada, e Gabriel nunca fez o que lhe foi ordenado. Mas tal suposição não será sugerida. Portanto, devemos admitir que em Daniel 9 temos uma pista para os 2300 dias de Daniel 8 , e entendemos que as setenta semanas de Daniel 9 é também entender os 2300 dias de Daniel 8 , os dois períodos começam juntos. AERS 214,3

Em relação à natureza desses “dias”, nenhum argumento pode ser necessário. As “setenta semanas” de Daniel 9 , marcando a manifestação do Messias, que ocorreu na época de seu batismo, ver Mateus 3:16, 17 ; João 1: 32-34 ; Marcos 1:14, 15 , não foram semanas de dias, mas semanas de anos. Negar isso era perturbar uma das evidências mais claras em favor do messianismo de Jesus de Nazaré. Mas como as setenta semanas fazem parte dos 2.300 dias da visão de Daniel 8 , aqueles "dias" não eram dias solares de vinte e quatro horas, mas dias-ano, "cada dia por um ano", de acordo com um método bem conhecido de contagem de tempo. Ezequiel 4: 6 . AERS 214,4

Como o Messias deveria ser cortado, e fazer com que o sacrifício e a oblação cessassem no meio da última semana dos setenta, que foi em 31 DC, e o tempo em que os apóstolos se voltaram para os gentios marca o fim desse período, que foi em 34 DC, é fácil ver que os 2300 dias estenderiam 1810 anos além dessa época, ou até 1844 DC. E como o anjo disse que o santuário deveria ser limpo no final desse período, isto deve se referir, não para o santuário típico que foi destruído pelos romanos em 70 DC, mas para o antitípico “santuário e verdadeiro tabernáculo, que o Senhor fundou, e não o homem”. Hebreus 8: 1, 2 . AERS 215,1

Alguns estão prontos a objetar a este ponto de vista, de que o santuário celestial onde nosso Sumo Sacerdote oficia não pode precisar de limpeza - de que não há nada impuro no céu. O zelo de tais para reivindicar a honra das coisas celestiais é paralelo ao de Pedro, que repreendeu o Senhor por falar de sua morte ignominiosa; ele pensava apenas que a coroa do vencedor para seu Mestre. Mas Deus tem um plano designado, e a morte de seu Filho estava nesse plano; e o zelo equivocado de seus servos não deve interferir nisso. Nesse plano está também a Expição que o agora exaltado Filho de Deus como sacerdote faz no santuário no Céu; e foi suficientemente demonstrado que a Expição é feita pela purificação do santuário. Que esta expressão do anjo se refere ao santuário celestial, e não terrestre, pode ser provado por várias considerações. O que se segue, achamos que é conclusivo neste ponto. AERS 215,2

1. O santuário não foi purificado de qualquer impureza própria, nem de qualquer contaminação pelo uso, como as habitações comuns são purificadas, mas do pecado. Portanto, foi limpo com sangue. Referindo-se posteriormente a Levítico 16, será visto, e será notado a seguir, que o desígnio era tirar os pecados da presença de Deus e removê-los do trono de julgamento. Mas Paulo declara em Hebreus 10: 4, que “não é possível que o sangue de touros e de bodes tire o pecado”; mas esse era o único sangue que os sacerdotes tinham para oferecer no santuário terrestre; portanto, como aquele sangue não removeria o pecado, segue-se que o santuário terrestre nunca foi limpo de forma alguma, exceto em figura, e nunca poderia ter sido se tivesse permanecido e os sacerdotes ainda oficiaram nele até o final dos 2300 dias. No entanto, a necessidade existia; pois as pessoas eram pecadoras de verdade e precisavam ter seus pecados remidos ou apagados. AERS 216.1

2. O santuário, como antes notado, foi contaminado pelos pecados do povo, embora o povo nunca tenha entrado em contato com ele. O sumo sacerdote era seu representante; ele suportou o julgamento deles. Êxodo 28:30. E como ele sozinho foi ao lugar santíssimo, segue-se que foi contaminado por ele ter levado os pecados deles. Agora está claramente declarado que Cristo carrega nossos pecados - eles foram colocados sobre ele - ele é nosso representante perante seu Pai. E parece evidente que uma das seguintes posições é verdadeira: Que Cristo levou os pecados de seu povo, ou seu povo ainda tem seus pecados sobre si. Será admitido que o primeiro é verdade; que como representante e substituto de seus santos, ele leva seus pecados. Mas se ele os leva, para onde os leva? Certamente onde ele está. Agora, é em virtude de seu sacerdócio que ele suporta o julgamento do povo; mas seu sacerdócio está no santuário celestial. Hebreus 8: 1-4. Lá, de acordo com o tipo, é para onde nossos pecados são levados. Mostrar isso é o objeto do tipo. AERS 216.2

3. Que o santuário celestial está purificado, é provado por declarações diretas do Novo Testamento. Paulo, ao escrever aos hebreus a respeito dos tipos e seu cumprimento no sacerdócio do Filho de Deus, diz: “Era, portanto, necessário que os padrões das coisas nos céus fossem purificados com estes [isto é, com o sangue de bezerras e cabras]; mas as próprias coisas celestiais com sacrifícios melhores do que estes.” Hebreus 9:23. Conseqüentemente, ele diz que Cristo entrou nos lugares santos, no próprio Céu, “por seu próprio sangue”. Versículo 12. Este é o melhor sacrifício, ou sangue, pelo qual as coisas celestiais são purificadas ou limpas. AERS 217,1

Resolvido esse ponto, surge outra questão: Existem dois lugares santos no santuário celestial? e em caso afirmativo, Cristo não entrou no santíssimo quando subiu ao alto? Em resposta a este aviso, AERS 217.2

1. Quando Moisés estava prestes a fazer o tabernáculo, ele foi admoestado a fazer todas as coisas de acordo com o modelo mostrado a ele no monte. Hebreus 8: 5; Êxodo 25:40. AERS 217,3

2. Este tabernáculo e seus oficiais serviram “como exemplo e sombra das coisas celestiais”. Hebreus 8: 5. AERS 218,1

3. Os dois lugares sagrados no santuário terrestre são denominados “figuras dos verdadeiros” [lugares sagrados] e padrão das coisas nos céus. E eles não podiam ser os modelos do celestial e ser feitos em “todas as coisas segundo o modelo” mostrado a Moisés, a menos que o celestial também tivesse dois lugares santos. AERS 218,2

4. Que há dois lugares santos no templo celestial é mostrado pelo livro de Apocalipse, no qual a profecia revelou vários eventos nesta dispensação imediatamente relacionados à posição e trabalho de nosso Sumo Sacerdote. AERS 218,3

Quando a criatura vivente (um dos querubins) chamou João “em Espírito” ao Céu, ele disse que viu um trono colocado e descreveu sua aparência, e aquele que estava sentado nele; e disse que havia sete lâmpadas de fogo acesas diante do trono. Apocalipse 4: 2-5. A ordem dada a Moisés, ao erigir o santuário terrestre, era colocar o castiçal com suas sete lâmpadas no lado sul da porta da tenda da congregação, que era o lugar santo. Êxodo 29: 33-35; 40:24. Como isso foi uma sombra e um exemplo das coisas celestiais, aprendemos por este texto no livro de Apocalipse, que a visão de João do trono de Deus estava no lugar santo do templo celestial. Onde estavam as sete lâmpadas de fogo ou castiçal de ouro. Nele o Senhor disse que manifestaria sua presença; Êxodo 29:42, 43; e lá estava nosso Salvador na época da visão de João, oficiando como sacerdote. Nisto, uma oferta contínua ou diária era feita, para que o julgamento pudesse ser interrompido, e o pecador poupado, até o tempo da purificação do santuário, ou fazer expiação, que era o apagamento e remoção total do pecado do santuário de Deus. De acordo com o tipo, esta obra de propiciação ou intercessão o Salvador tinha que cumprir primeiro, a fim de dar ao homem uma oportunidade de se reconciliar com Deus, ou se converter, para que seus pecados fossem apagados no tempo determinado. AERS 218,4

Mas olhamos para o fluxo do tempo ainda mais longe; quando a dispensação está chegando ao fim, e a sétima trombeta soa. O terceiro ai vem sobre a terra, e grandes vozes são ouvidas dizendo: os reinos deste mundo tornaram-se os reinos de nosso Senhor e seu Cristo; os anciãos diante do trono de Deus anunciam que "as nações ficaram iradas, e chegou a tua ira, e é chegado o tempo dos mortos em que serão julgados e darás recompensa aos teus servos, os profetas, e aos que te temem nome, pequeno e grande." Apocalipse 11: 15-17 . Aqui está uma série de eventos, a conexão e localização dos quais não podemos, mostrando que esta trombeta encerra esta dispensação. Com isso não seríamos entendidos como dizendo que não cobre nenhum tempo além do encerramento desta dispensação, mas certamente cobre os últimos dias desta dispensação. Nosso Salvador disse: "Eis que cedo venho e minha recompensa está comigo, para dar a cada um segundo a sua obra". Apocalipse 22:12 . Paulo diz que os santos terão descanso quando o Senhor Jesus for revelado, tomando vingança sobre os ímpios. 2 Tessalonicenses 1: 6-10 . E Jesus disse a seus discípulos que eles deveriam ser recompensados na ressurreição dos justos. Lucas 14:14 . Assim, é mostrado que o julgamento dos mortos, a vinda do Senhor e a ressurreição dos justos são eventos que acontecem sob esta trombeta. AERS 219,1

Não parece admitir a dúvida de que o julgamento dos santos, o apagamento do pecado, a realização da expiação e a purificação do santuário são idênticos. E vimos que no tipo a expiação foi feita - o santuário purificado, quando o sumo sacerdote entrava no lugar santíssimo diante da arca; e o santíssimo só era aberto no dia da expiação. Esse fato também é mencionado na escritura em consideração. Sob o soar da sétima trombeta, é dito: "O templo de Deus foi aberto no Céu , e foi vista em seu templo a arca do seu testamento". Apocalipse 11:19 . AERS 220.1

Foi notado que foi mostrada a João uma porta aberta no céu; um conjunto de trono; e sete lâmpadas de fogo diante do trono. Apocalipse 4 . Mas não foi até a sétima trombeta soar que o templo de Deus no céu foi aberto onde a arca de seu testamento foi vista. Por referência ao "exemplo" das coisas celestiais - ao "figuras da verdade" - aprendemos que as sete lâmpadas, ou castiçais, estavam no santo, e a arca do testamento no lugar santíssimo do santuário. E mais, que a obra de intercessão era contínua no lugar santo, mas o santíssimo não era aberto exceto no dia da expiação. AERS 220.2

Disto aprendemos que a obra de intercessão de nosso Sumo Sacerdote no lugar santo do santuário celestial se estendeu desde o início de seu ministério em 31 DC, até o soar da sétima trombeta (1844), quando o dia antitípico da expiação começou , em que o santuário é purificado. AERS 221,1

Existem diferenças no trabalho do sacerdote nos dois lugares sagrados do santuário. A intercessão, ou obra do sacerdote no santo, é geral, para todo o mundo; e aqui é mostrado o benefício que o mundo inteiro recebe com a morte de Cristo. Todo pecado merece seu castigo, que é a morte; e sem um mediador esta seria a consequência inevitável e universal. Mas, por meio da súplica do Salvador, a sentença contra a má obra não é executada rapidamente; Eclesiastes 8:11; o pecador tem a oportunidade de se arrepender; um tempo de provação é concedido no qual ele pode retornar a Deus por meio de Cristo. Nesse sentido, Jesus é a propiciação pelos pecados do mundo inteiro. Ele preparou uma cobertura sob a qual todos podem encontrar refúgio. Em virtude de sua morte pelo pecado, onde a misericórdia é exaltada e a justiça honrada, o transgressor é poupado e convidado a aceitar o sangue de Jesus como seu substituto, e

ser reconciliado com Deus. E aqui é mostrada a correção da declaração do apóstolo de que Deus é o Salvador de todos os homens; mas há uma salvação especial para aqueles que crêem. 1 Timóteo 4:10 . Os benefícios da graça de que todos desfrutam são pelo sangue e intercessão de Cristo. E certamente esses benefícios não são insignificantes. Embora o pecador possa ignorá-los; pode desprezar a voz de advertência e desprezar o sangue precioso; a incontável multidão de redimidos que são todos reconciliados por esses mesmos meios, atesta para sempre o valor e a plenitude daqueles meios tão cegamente desconsiderados pelos impenitentes. AERS 221,2

Por outro lado, a Expição, feita no lugar santíssimo, é específica e limitada. Com isso não deve ser entendido que o arrependimento e a reconciliação não são concedidos no dia da expiação, como alguns inferiram. Sustentar essa opinião, seria necessário mostrar que o penitente não teria sido recebido, de acordo com o tipo, no dia da expiação. Mas isso não pode ser mostrado; não foi o caso. A oferta naquele dia foi feita por todo o povo; mas só receberam o benefício disso aqueles que “afligiram suas almas”, como o Senhor ordenou. “Pois toda alma que não se afligir naquele dia, será extirpada do meio de seu povo.” Levítico 23:29. O recebimento do benefício do trabalho do sacerdote estava condicionado a esse dia, como a qualquer outro dia; mas neste dia foi completo e definitivo. Para a incorrigibilidade neste dia, não houve extensão do tempo. AERS 222.1

E assim será no antítipo. À medida que Cristo encerra sua obra sacerdotal no Céu antes de vir à Terra e quando vier encontrar tanto justos quanto iníquos vivendo na Terra, segue-se que a Expição será concluída e a provação encerrada antes que ele venha. E assim será, que aqueles que não “afligem suas almas”; aqueles que não se arrependem e deixam seus pecados enquanto nosso Advogado está fazendo aquela última obra, serão eliminados sem remédio. Chorar por misericórdia depois que ele põe de lado suas vestes sacerdotais será inútil. É necessário que estejamos totalmente em harmonia com a obra de Deus em sua última mensagem de advertência (Apocalipse 14: 9-12) para que esse dia não venha sobre nós como um ladrão. AERS 223,1

É um pensamento muito solene que a última geração de homens, vivendo na Terra pouco antes do Senhor aparecer, e até a hora de Seu aparecimento, permanecerá aqui, ocupada com as coisas deste mundo depois que o tempo de graça terminar. A grande maioria se afastou do alarme que soou; tendo rejeitado a advertência dada pelos servos do Senhor, não compreenderemos a grande mudança que ocorreu na posição do Filho de Deus; eles zombarão da idéia de que ele se aproxima e se tornarão mais ousados no pecado à medida que a influência restritiva do Espírito de Deus os deixar. AERS 223,2

Nosso Salvador deu uma lição sobre este assunto que exige cuidadosa consideração de todos. Ele disse: “Mas como foram os dias de Noé, assim será também a vinda do Filho do homem. Pois, como nos dias anteriores ao dilúvio, eles comiam e bebiam, casavam-se e davam-se em casamento, até o dia em que Noé entrou na arca e não souberam até que veio o dilúvio e os levou embora; assim será também a vinda do Filho do homem. ” Mateus 24: 37-39 . AERS 223.3

Em Gênesis 6 , aprendemos que Noé e sua família receberam a ordem de entrar na arca sete dias antes que viesse o dilúvio das águas. "E o Senhor os encerrou." Mas quando Noé foi separado, todos os outros foram excluídos . Eles haviam negligenciado o aviso por muito tempo. Eles disseram como será dito nos últimos dias: “Todas as coisas

continuam como desde o início da criação”. 2 Pedro 3: 4. Mesmo depois que Noé entrou na arca e o Senhor fechou a porta, eles não viram nenhuma mudança; eles foram encorajados em sua dureza de coração porque o julgamento foi adiado. Cada dia os confirmava em suas idéias de sua própria sabedoria, à medida que dia após dia passava e o dilúvio não vinha. Pobres almas! eles não sabiam que seu destino estava selado; que não havia chance para eles entrarem na arca; que eles tinham negligentemente passado além da oferta de misericórdia. “Assim também será a vinda do Filho do homem.” AERS 224,1

O testemunho de Jesus depois de ser glorificado ensina a mesma coisa. Quando ele está prestes a voltar pela segunda vez, ele anuncia: “Aquele que é injusto. Que ele seja injusto ainda; e quem está sujo, suje-se ainda; e quem é justo seja justo ainda; e quem é santo seja santo ainda. E eis que cedo venho ; e minha recompensa está comigo, para dar a cada um segundo a sua obra. ” Apocalipse 22:11, 12 . AERS 224,2

Essa decisão não é tomada quando ele vem, nem depois que ele vem, mas quando ele está prestes a vir. Esta é mais uma prova de que será como nos dias de Noé, e que todo caso deve ser decidido antes que o Filho do homem seja revelado, “tomando vingança sobre os que não conhecem a Deus”. AERS 225.1

A relação de justificação e obediência foi amplamente discutida no Capítulo Três. Mas a relação da justificação com o Julgamento exige consideração. Pedro disse: “Arrependei-vos, portanto, e sede convertidos, para que vossos pecados sejam apagados, e venha o tempo de refrigério da presença do Senhor; e ele enviará Jesus Cristo, que antes vos foi pregado; a quem os céus devem receber até os tempos de restituição de todas as coisas, ”etc. Atos 3: 19-21 . É evidente que Pedro não pensou que seus pecados seriam apagados quando eles se convertessem, mas em algum tempo futuro; e as Escrituras mostram claramente que esse tempo é quando o santuário é purificado e a Expição feita. AERS 225,2

Mas, ao usar assim este texto, torna-se necessário justificar a tradução. Alguns afirmam com muita segurança que " quando vierem os tempos de refrigério" é uma tradução incorreta, e que deveria ser - " para que cheguem os tempos de refrigério". Liddell e Scott dão como uma definição do original: “Do tempo em que uma coisa está acontecendo, quando, tão logo .” Pickering diz: “ Quando , quanto ao tempo.” Barnes, embora admita que a objeção tem a seu favor o uso mais comum da palavra, diz: “Outros a traduziram, de acordo com nossa tradução, quando , significando para que encontrassem paz no dia em que Cristo voltasse para o julgamento, que para eles seria um dia de descanso, embora de terror para os ímpios. Assim Calvino, Beza, a Vulgata Latina, Schleusner, etc. A construção gramatical admitirá qualquer um. ” AERS 225.3

Assim, vê-se que a afirmação de que a Versão Autorizada está errada está longe de ser estabelecida. Não temos dúvidas de que “quando” deve ser retido no texto; que a expressão "tempos de refrigério" se refere especialmente à bênção do Espírito que será dada aos santos quando forem selados com o selo do Deus vivo (Apocalipse 7), que os habilitará a permanecer em pé quando Jesus cessa seu trabalho sacerdotal, e durante o tempo de derramar as sete últimas pragas. AERS 226,1

E ainda outra questão foi levantada, na qual algumas mentes ficaram perplexas. Se o apagamento dos pecados é feito na obra final do sacerdote, quando o santuário é

purificado, ou seja, no Juízo, então os pecados de todos os santos devem permanecer registrados até aquele momento. Agora foi mostrado (Capítulo Três) que a justificação pela fé e a salvação não são idênticas; o primeiro é um fato da experiência na atualidade, enquanto o último depende da “persistência em fazer o bem” por parte do justificado. Como foi observado, “a justificação pela fé não é um procedimento final; não substitui a sentença, nem torna a sentença desnecessária. Olha para algo além de si mesmo a ser realizado no futuro.” AERS 226,2

A mesma perplexidade surgiu sobre o apóstolo nas palavras em Atos 2:38 , “Arrependei-vos e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos pecados”. Disto foi inferido, mas sem razão suficiente, que o pecado é remido no ato do batismo. Essa ideia não é expressa no texto. Evidentemente, os termos significam a remissão dos pecados; e é demais afirmar que, ao trabalhar para obter certo objetivo, esse objetivo é obtido no próprio ato de trabalhar. Deus disse a seu povo que eles deveriam ter vida - vida eterna - se guardassem seus mandamentos, que, para os fiéis, será cumprido “quando Cristo, que é a nossa vida, aparecer”, e não antes disso. A declaração acima citada, de Atos 2:38 , aponta para o mesmo fato que no capítulo 3:19. A remissão de pecados é a obra do Juízo; e o crente deve permanecer justificado pela fé, olhando para o sacerdote para a realização de sua esperança. AERS 226,3

Mas que o pecado não é realmente apagado, ou expiação feita no batismo, ou em qualquer outro ponto do período de graça, é provado pela palavra do Senhor a Ezequiel 18:26 : “Quando o justo se desvia da sua justiça, e comete iniquidade e morre nelas; pela iniquidade que cometeu, morrerá ”. Novamente, no capítulo 33:13 : “Nem toda a sua justiça será lembrada.” Ou seja, ele deve ser tratado como se nunca tivesse sido justo. Ora, a justiça dos justos é pela fé; portanto, se ele se voltar e cometer iniquidade, será tratado como se nunca tivesse tido fé; sua justificação é anulada - ele cai em desgraça. AERS 227,1

Para uma demonstração da veracidade dessa visão, olhamos para os casos de fiéis que viveram antes da época de Cristo. Se fosse admitido que a Expição foi feita com a morte de Cristo, ainda permaneceria um fato nos casos dos patriarcas e profetas que seus pecados não foram expiados, não realmente apagados até que o sangue fosse derramado pelo qual eles são apagados. Mas eles foram justificados pela fé e morreram naquele estado justificado, aguardando a obra de Cristo quando o objetivo de sua fé fosse realizado; quando seu sangue deveria tirar os pecados dos quais eles já se arrependeram ou, em outras palavras, quando a Expição deveria ser feita. Isso é decisivo nesse ponto. Prova, sem dúvida, que é possível para uma pessoa ser justificada pela fé, aceita por Deus e morrer na esperança, sem realmente ter seus pecados apagados quando ele morrer. E se os patriarcas e profetas pudessem descansar na esperança, esperando que o sangue do Messias que viria fosse derramado para apagar seus pecados, então os santos de uma era posterior podem tomar posse desse sangue pela fé, esperando por Jesus, nosso Altíssimo Sacerdote para apagar seus pecados quando chegar a hora de refrigério. AERS 228,1

Achamos que nossa posição é totalmente provada pelas Escrituras, que, por mais intimamente que a justificação e a reconciliação sejam aliadas, a Expição é subsequente a ambas. E isso porque é o Julgamento . Se formos justificados ou reconciliados, e assim continuarmos até o fim, podemos esperar que nossos pecados sejam apagados quando chegar o tempo de refrigério na presença do Senhor. Este

trabalho é realizado no lugar santíssimo, onde está a arca do testamento; este lugar foi aberto no céu sob o soar da sétima trombeta; e esta trombeta introduz o julgamento dos mortos, a vinda de Cristo sem pecado para a salvação dos que o procuram; a recompensa dada a todos os seus servos e a destruição dos que corrompem a terra. Esses eventos ultrapassam os limites da provação humana e encerram a dispensação do evangelho. AERS 228,2

Tendo rastreado este assunto até agora; tendo encontrado o que é a Expição; por quem e onde é feita; e também para quem; podemos voltar aos “primeiros princípios” e novamente considerar a lei de Deus e a posição que ela ocupa no evangelho. No tipo, o testemunho - a lei - era colocado na arca, no lugar santíssimo; e era sobre a lei que o sangue era aspergido pelo sumo sacerdote no dia da expiação. A glória de Deus estava acima dos querubins; estes estavam sobre o propiciatório e este estava sobre a arca em que estava a lei. Ao desprezar a lei de Deus, a própria base de seu governo, sua justiça foi despertada, pois sua lei foi violada. Mas a misericórdia se interpôs; o sumo sacerdote entrava com o sangue que traz remissão, que havia sido oferecido para vindicar a majestade da lei. O sangue foi aspergido “sobre o propiciatório e diante do propiciatório”. AERS 229,1

Novamente o Senhor despreza sua lei, mas entre ele e a lei está o propiciatório aspergido com o sangue da vítima; a lei é honrada; sua pena foi aplicada; um substituto foi aceito; e o pecador penitente é perdoado. Notamos que aqui estava uma lei real, tomando conta das relações morais das criaturas de Deus; que aqui foi uma transgressão real; por parte das criaturas, um desrespeito às obrigações morais. Mas, sob o sacerdócio Arônico, não houve remoção real desse pecado; restava ser tirado pelo sangue de Cristo. Portanto, Cristo oficia em nome dessa mesma lei, como Paulo mostra em Hebreus 9:15.; e, portanto, a arca de seu testamento no céu contém a mesma lei, onde Jesus oferece seu próprio sangue. Nosso sumo sacerdote declarou que tinha prazer em fazer a vontade de Deus, sim, a lei estava em seu coração; ele engrandeceu a lei e a tornou honrosa; ele manteve isso em sua vida; ele o honrou em sua morte, sofrendo sua pena para reivindicar sua justiça; ele implora seu sangue no céu em favor daqueles que o quebraram. AERS 229,2

Você que afirma que a lei de Deus está abolida: olhe para o seu templo celestial, onde está Jesus, nosso grande Sumo Sacerdote, e veja-o ali alojado em segurança na arca. Você que diz que a lei foi alterada - eis o original no céu, do qual apenas uma cópia foi dada a Israel. Deus não falou com sua própria voz? Ele não escreveu com seu próprio dedo? Ele não o deu como regra de santidade de vida? Não foi perfeito? Não continha todo o dever do homem? Sim; e por meio dela Deus trará toda obra a julgamento. Aqui está a justiça e o julgamento que são a base de seu trono. Salmo 89:14 . Que evidência você tem de que o registro celestial da vontade imutável de Deus mudou? Os homens podem mutilar a cópia que ele lhes deu; eles podem riscar o nome do Santo e inserir um termo de reprovação em seu lugar, mas com ele não há variação nem sombra de variação. AERS 230.1

Pedro diz que o governo irá “punir os malfeitores para o louvor dos que fazem o bem”. Todos os direitos e privilégios são protegidos pelo governo - por lei. Subverter a lei é destruir a segurança de nossos direitos. O poder legislativo tem o direito exclusivo de alterar ou abolir as leis. No entanto, no caso do quarto preceito da lei de Jeová, os homens não apenas mudaram seus termos, mas agora afirmam que têm o direito de

determinar se devem mantê-lo como o “único legislador” o proclamou, ou fazer mudanças em e observe-o de acordo com suas próprias emendas! Deus disse: “O sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus”, e deu a razão, que ele descansou no sétimo dia quando criou os céus e a terra. Mas os homens dizem: "O sétimo dia é o antigo sábado judaico,"E colocaram em seu lugar outro dia que não era o dia de descanso de Deus, sobre o qual ele nunca concedeu sua bênção, que ele nunca santificou, e que ele nunca ordenou que os homens guardassem. Eles têm seguido esse caminho por tanto tempo que acham que é uma questão de pouca importância fazer tal mudança. Mas como deve parecer aos olhos do céu? Como Deus deve considerar o desprezo colocado em sua autoridade? AERS 231,1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.931#931>

CAPÍTULO IX. O BODE EXPIATÓRIO

Ao comentar a posição de certos autores sobre as relações da morte de Cristo, observou-se que o perdão, durante a provação, não é absoluto, mas relativo. É condicional, como as Escrituras mostram claramente. Deus nunca desrespeita as reivindicações de sua lei - de justiça. Ao perdoar o pecador para que ele escape da penalidade que ele merece, Deus não ignora o crime, nem o trata como um assunto que deve ser negligenciado levemente. Mas ele transfere o pecado para outro que o carrega em seu lugar e sofre por ele. O pecado foi considerado ainda existente - uma ofensa ao Rei dos Céus. Isso é ainda demonstrado pela ação do sacerdote no dia da expiação. Seu serviço não terminou com a limpeza do santuário, ou em apagar os pecados do povo do livro do julgamento. O pecado ainda existia, embora eles estivessem limpos; e foi removido da presença de Deus para outro objeto. AERS 232.1

Dois bodes foram apresentados perante o Senhor e a sorte foi lançada sobre eles; um para ser uma oferta pelo pecado, para ser morto, o sangue do qual foi aspergido no santuário; o outro para um bode expiatório, que não foi morto e a respeito do qual o sacerdote não tomou nenhuma atitude até depois que a Expiação foi feita. Não deixe o leitor confundir a importância desta expressão. Não dizemos que o sacerdote não tomou nenhuma atitude com o bode expiatório até depois que a oferta pelo pecado foi sacrificada. A declaração vai muito além disso; ele não tomou nenhuma atitude com relação ao bode expiatório até depois de ter levado o sangue da oferta pelo pecado para o santuário e exercer seu ofício sacerdotal ali, apagando os pecados do povo. Se esta distinção for bem considerada, pode preparar a mente para ver a verdade concernente ao objeto e antítipo do bode expiatório. Supõe-se que esse bode também seja um tipo de Cristo; mas essa é uma suposição para a qual as Escrituras não dão a menor garantia. AERS 232,2

Alguns autores consideram que, assim como a oferta pelo pecado tipificou o Salvador crucificado, o bode expiatório apresentado vivo perante o Senhor tipificou o Senhor ressuscitado para a justificação de seu povo. Mas essa visão é inadmissível na ordem do serviço. Notamos que, AERS 233.1

1. O bode foi morto como oferta pelo pecado; isso tipificou a morte de Cristo no Calvário. AERS 233,2

2. O sacerdote tomava o sangue e entrava no santuário do povo; isso tipificou o Salvador ressuscitado indo para o "próprio céu, pelo seu próprio sangue, para aparecer na presença de Deus por nós." AERS 233,3

3. Depois de haver encerrado a reconciliação dos santos, ou seja, depois de feita a expiação totalmente no santuário, o sacerdote trazia o bode vivo e impunha ambas as mãos sobre a cabeça do bode e confessava sobre ele os pecados dos filhos de Israel, colocando-os sobre a cabeça do bode. Isso certamente tipificará algo no futuro a ser realizado depois que o santuário no Céu for purificado. Mas os pecados colocados no bode expiatório podem ser apenas daqueles que "afligiram suas almas" e são aceitos por Deus, pois aqueles que são impenitentes

e continuam a transgredir a lei de Deus, levam seus próprios pecados - seus pecados estão sobre suas próprias cabeças. E quando os pecados do povo de Deus foram transferidos por meio do sacerdote para o santuário de Deus, e dali removidos para a cabeça do bode emissário, o bode é então enviado para "uma terra não habitada", e lá "solto, "Ou fez com que permanecesse. E por isso é claramente visto que o perdão do pecado é relativo; que o pecado é removido do crente penitente apenas por transferência; mas tal transferência não destrói ou elimina o pecado, pois uma ação futura em referência a ele é designada pelo Senhor. AERS 233,4

Há algo análogo a isso no Novo Testamento, e está de acordo com o significado de Levítico 16: 8 , conforme dado por autoridades respeitáveis. A palavra hebraica para bode expiatório, conforme dada na margem de Levítico 16: 8 , é Azazel. Sobre este versículo, Jenks em seu Comentário Compreensivo comenta: "‘Cabra-bode.’ Veja diferentes opiniões em Bochart. Spencer, segundo as opiniões mais antigas dos hebreus e cristãos, pensa que Azazel é o nome do diabo; e então Rosenmuller, quem vê. O siríaco tem Azzail , o anjo (forte) que se revoltou. ” O diabo é evidentemente apontado aqui. Assim, temos a definição do termo das Escrituras em duas línguas antigas, com a opinião mais antiga dos cristãos a favor da visão de que o bode expiatório é um tipo de Satanás. AERS 234,1

Charles Beecher em sua obra, “Redentor e Redimido”, argumenta que o nome Azazel se refere a Satanás, do qual extraímos o seguinte: - AERS 234.2

“O uso da preposição implica isso. A mesma preposição é usada em ambos os nomes, La-Yehová, La Azazel; e se um indica uma pessoa, parece natural que o outro o faça, especialmente considerando o ato de lançar a sorte. Se um é Jeová, o outro pareceria ser outra pessoa ou ser; não seria possível que Jeová fosse seu próprio bode. AERS 235,1

“O que confirma isso é que as paráfrases e traduções mais antigas tratam Azazel como um nome próprio. A paráfrase caldeu e os targums de Onkelos e Jonathan certamente o teriam traduzido se não fosse um nome próprio, mas não o fizeram. A Septuaginta, ou versão grega mais antiga, é traduzida por (alfa) (pi) (omicron) (pi) (omicron) (mu) (pi) (alfa) (iota) (omicron) (sigma) [apompaios], uma palavra aplicada pelos gregos a uma divindade maligna, às vezes apaziguada por sacrifícios. AERS 235,2

“Outra confirmação é encontrada no livro de Enoque, onde o nome Azazel, evidentemente uma corrupção de Azazel, é dado a um dos anjos caídos, mostrando claramente qual era o entendimento predominante dos judeus naquele dia. AERS 235,3

“Ainda outra evidência é encontrada no árabe, onde Azazel é empregado como o nome do espírito maligno. AERS 235,4

“Além disso, temos a evidência da obra judaica Zohar e dos escritores cabalísticos e rabínicos. Eles nos dizem que o seguinte provérbio era corrente entre os judeus: 'No dia da expiação, um presente para Sammail.' Daí que Moisés Gerundinensis se sinta chamado a dizer que não se trata de um sacrifício, mas apenas feito por ordem de Deus. AERS 235,5

“Outro passo na evidência é quando encontramos esta mesma opinião passando da Igreja Judaica para a Igreja Cristã primitiva. Orígenes foi o mais instruído dos pais, e em um ponto como este, o significado de uma palavra hebraica, seu testemunho é confiável. Diz Orígenes: 'Aquele que é chamado na Septuaginta (alfa) (pi) (omicron) (pi) (omicron) (mu) (pi) (alfa) (iota) (omicron) (sigma) , e no hebraico Azazel , não é outro senão o diabo. ' AERS 236,1

“Por último, é mencionada uma circunstância do imperador Juliano, o apóstata, que confirma o argumento. Ele apresentou uma objeção contra a Bíblia, que Moisés ordenou um sacrifício ao espírito maligno. Uma objeção que ele nunca poderia ter pensado, se Azazel não fosse geralmente considerado um nome próprio. AERS 236,2

“Em vista, então, das dificuldades relacionadas a qualquer outro significado, e as evidências acumuladas a favor disso, Hengstenberg afirma, com grande confiança, que Azazel não pode ser outra coisa senão um outro nome para Satanás.” Pp. 67, 68. AERS 236,3

Ainda sobre a opinião de que o bode expiatório tipificou o Salvador após sua ressurreição, o Sr. Beecher tem o seguinte: - AERS 236,4

“Matthew Henry diz: 'O bode morto era um tipo de Cristo morrendo por nossos pecados, o bode expiatório um tipo de Cristo ressuscitando para nossa ressurreição.' Mas ele se esquece de que o bode era tão impuro que seu toque tornava o homem por quem foi enviado impuro, e necessitava de uma lavagem completa. Cristo foi impuro em sua ressurreição? É dito, 1 Timóteo 3:16 , que ele foi 'justificado no Espírito'; e Romanos 4:25 , 'Ele foi entregue por nossas ofensas, mas ressuscitado para nossa justificação.' AERS 236,5

Pureza é a grande ideia associada à ressurreição de Cristo e, portanto, tal visão do tipo é manifestamente impossível. ” AERS 237,1

Irineu, escrevendo em 185 DC, cita as palavras de um ancião contra Marco, que foi acusado de heresia, como segue: - AERS 237.2

“Marcus, tu formador de ídolos, inspetor de presságios, hábil em consultar as estrelas, e profundo nas artes negras da magia. Sempre por meio de truques como esses que confirmam as doutrinas do erro. Fornecendo sinais para aqueles envolvidos por você em engano, maravilhas de poder que está totalmente separado de Deus, e apóstata, que Satanás, seu verdadeiro pai, permite que você ainda realize, por meio de Azazel, aquele anjo caído, mas poderoso. Fazendo-te assim precursor de suas próprias ações ímpias. ”- Irineu contra Heresias , Livro 1, capítulo 15, p. 68. AERS 237,3

Isso mostra que essa opinião era mantida pelos cristãos naquela época. AERS 237,4

Na aceitação comum da palavra, o termo bode expiatório é aplicado a qualquer vagabundo miserável que se tornou detestável às reivindicações da justiça; e embora seja revoltante para toda a nossa concepção do caráter e glória de Cristo, aplicar este termo a ele, deve parecer a todos como uma designação muito apropriada do diabo, que é denominado nas Escrituras, o acusador, o adversário, anjo do abismo, Belzebu, Belial,

dragão, inimigo, espírito do mal, pai da mentira, assassino, príncipe dos demônios, serpente, tentador, etc. AERS 237,5

Em Apocalipse 20 , há algo que tem uma analogia notável com a ação do Sumo Sacerdote em relação ao bode expiatório, e é, sem dúvida, um cumprimento desse tipo. Esta escritura, dando início à primeira ressurreição - a ressurreição dos justos, que são ressuscitados na vinda de Cristo - certamente se refere a um período além da provação humana e, portanto, após o santuário ser purificado. Um anjo é visto descer do céu e amarrar o dragão, que é o diabo, e lançá-lo no abismo, onde ele está encerrado por mil anos. Por referência ao uso que as Escrituras fazem deste termo abismo (traduzido como abismo sem fundo), encontramos a própria ideia de Levítico 16:21, 22, pois é literalmente um deserto, vazio ou terra não habitada. Em todo lugar onde o termo é usado de maneira a determinar uma localidade, ele está conectado com a terra, ou com uma parte da terra. Em Apocalipse 9 , ao soar a quinta trombeta, o abismo foi aberto, e gafanhotos saíram, etc. Isso descreve a ação do poder maometano. No capítulo 11 , a besta que sobe do abismo faz guerra contra as duas testemunhas e as mata. Por cuidadosos expositores de profecia, isso se refere à Revolução Francesa. No cap. 17 , diz-se que a besta de sete cabeças e dez chifres ascende do abismo. Indivíduo. 13: 1-10 refere-se à mesma besta em outra fase de sua existência, e esses capítulos apontam claramente as potências europeias. Até agora, o encontramos confinado à terra. Paulo, em Romanos 10: 7, usa esse termo da mesma maneira. “Quem descera às profundezas? (isto é, ressuscitar Cristo dentre os mortos). ” O abismo, aqui tornado profundo , em outros lugares tornado poço sem fundo, refere-se ao túmulo, ou, no máximo, ao estado de morte. Em Gênesis 1: 2 , “e as trevas cobriam a face do abismo”, o abismo indica um vazio, deserto ou estado inabitável da terra; e em nenhum caso, onde é possível rastrear sua conexão, tem qualquer outro local além da terra. AERS 237,6

Dois fatos só precisam ser notados para mostrar o cumprimento perfeito dos tipos na escritura em consideração. (1) Satanás é chamado de príncipe das potestades do ar. Por sua criação como um anjo exaltado, ele tem o poder de atravessar o ar assim como a terra. Privá-lo desse poder e confiná-lo à terra cumpriria Apocalipse 20 . (2) Quando Satanás for preso, na vinda de Cristo, a terra será desolada e deixada sem habitante. Como um breve resumo da prova neste ponto, os seguintes fatos e escrituras são oferecidos: - AERS 239.1

Na vinda de Cristo, os santos ascenderão para encontrar o Senhor nos ares e serão levados às mansões que Ele foi preparar para eles. “Pois o próprio Senhor descera do céu com grande alarido, à voz do arcanjo e ao som da trombeta de Deus; e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; então nós, que ainda estivermos vivos, seremos arrebatados com eles nas nuvens, para encontrar o Senhor nos ares; e assim estaremos para sempre com o Senhor. ” 1 Tessalonicenses 4:16, 17 . “Filhinhos, ainda um pouco estou com vocês. Vocês devem me procurar; e como eu disse aos judeus: Aonde eu vou, vocês não podem ir; então agora eu digo a você. ” “Simão Pedro disse-lhe: Senhor, aonde vais tu? Jesus respondeu-lhe: Para onde eu for, não podes seguir-me agora, mas depois me seguirás. ” “Não se turbe o seu coração; credes em Deus, credes também em mim. Na casa de meu Pai há muitas moradas; se não fosse assim, eu teria lhe contado. Vou preparar um lugar para você. E se eu for e preparar um lugar para você, voltarei e te receberei para mim mesmo; para que onde eu estou, vós também estejais. ” João 13:33, 36 ; 14: 1-3 . Compare Apocalipse 4: 6 e 15: 2 . AERS 239,2

Todos os ímpios serão destruídos da face da terra naquele tempo. “Vendo que é uma coisa justa da parte de Deus recompensar tribulação aos que vos perturbam; e para vocês que estão perturbados, descanse conosco, quando o Senhor Jesus for revelado do céu com seus anjos poderosos, em chamas de fogo tomando vingança sobre aqueles que não conhecem a Deus, e que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo; que será punido com destruição eterna, pela presença do Senhor e pela glória de seu poder.” 2 Tessalonicenses 1: 6-9 . A prova mais decisiva para o mesmo ponto é dada em Apocalipse 19: 11-21. O Rei dos reis e Senhor dos senhores, que com justiça julga e faz guerra, aparece para ferir as nações e pisar o lagar da ira de Deus. Um anjo chama as aves do céu para virem à ceia que o grande Deus preparou para elas; “Para que comereis a carne dos reis, e a carne dos capitães, e a carne dos valentes, e a carne dos cavalos, e dos que se assentam neles, e a carne de todos os homens, livres e escravos, pequenos e grandes.” Os exércitos da terra são então reunidos contra o Conquistador, e a besta e o falso profeta, e seus adoradores são mortos. “E os restantes foram mortos à espada daquele que estava montado no cavalo, espada essa que saía de sua boca.” AERS 240.1

E assim Paulo fala do "ímpio" na vinda de Cristo: "O qual o Senhor consumirá com o espírito da sua boca e destruirá com o esplendor da sua vinda." 2 Tessalonicenses 2: 8 . Deus, cuja voz uma vez abalou a terra, quando proferiu sua lei no Sinai, falará novamente com uma voz que abalará a terra e o céu. Hebreus 12:25, 26 . E aprendemos que “uma grande voz do templo do Céu, do trono”, será ouvida quando a última praga for derramada, como Jesus disse: “Eis que venho como um ladrão. Bem-aventurado aquele que vigia.” Apocalipse 16: 12-21 . AERS 241,1

Jeremias descreve como as nações beberam da taça do vinho da fúria de Deus, que “todos os reis do norte, de longe e de perto, uns com os outros, e todos os reinos do mundo, que estão sobre a face da terra,” Beberão; e todos eles “cairão e não se levantarão mais”, por causa da espada que o Senhor enviará entre eles. O Senhor tem uma controvérsia com as nações, ele entrará em juízo com toda a carne. “E os mortos do Senhor serão naquele dia, desde uma extremidade da Terra até a outra; não serão lamentados, nem recolhidos, nem sepultados; eles serão esterco no chão.” Jeremias 25:15 até o final do capítulo. AERS 241,2

Nota sobre estes textos: Paulo diz que a voz do Senhor será ouvida apenas uma vez do céu. João diz que isso é pouco antes de Cristo vir como um ladrão. Joel diz que é no dia da grande batalha, e no pisar do lagar da ira de Deus. Veja também Apocalipse 14: 14-20 . Jeremias diz que todas as nações beberão do cálice de vinho da fúria de Deus, e “todos os ímpios” serão entregues à espada. Agora, quando os justos forem tirados da terra e todos os iníquos mortos, a terra ficará vazia e sem habitantes. Portanto, as seguintes escrituras referem-se a essa época. Jeremias 4: 19-29 . Versículo 23 diz que a terra era sem forma e vazia; no mesmo estado caótico em que estava quando foi criada, antes que o Espírito de Deus, em poder formativo, se movesse sobre a face do abismo - o abismo. “Eis que o Senhor esvazia a Terra e a assola, e a vira de cabeça para baixo e espalha seus habitantes.” Isaías 24: 1 ; todo o capítulo é sobre este assunto. AERS 242.1

“Eu consumirei totalmente todas as coisas da terra, diz o Senhor ... O grande dia do Senhor está perto, está perto e se apressa muito, sim, a voz do dia do Senhor; o homem poderoso deve chorar amargamente. Esse dia é um dia de ira, um dia de angústia e angústia, um dia de ruína e desolação. ... Nem sua prata nem seu ouro poderão livrá-los no dia da ira do Senhor; mas toda a terra será devorada pelo fogo do seu ciúme; porque

ele fará uma rápida libertação de todos os que habitam na terra. ” Sofonias 1: 2, 14-18 . AERS 242,2

Assim, as Escrituras provam claramente que a terra ainda está para ser desolada, desabitada, quebrada, sem forma e vazia, como era quando foi criada, antes que o homem fosse feito para habitar nela. Nessa condição, era chamada de "abismo", "abismo", que em nossa versão é traduzido como "poço sem fundo". Aquele que foi “o príncipe das potestades do ar”, ficará confinado ali durante os mil anos, Apocalipse 20: 4 , para contemplar a desolação que sua rebelião causou. E assim o protótipo do bode expiatório será mandado embora, com os pecados do verdadeiro Israel de Deus sobre sua cabeça, "para uma terra não habitada". Levítico 16:22. De tudo o que Deus revelou por seus santos profetas, nada mais cumpre, ao pé da letra, o tipo de bode expiatório sobre o qual o sumo sacerdote colocou os pecados de Israel depois que a expiação foi totalmente feita - quando ele saiu da presença de Deus para pronunciar a bênção do Céu sobre seu povo que o espera. AERS 243,1

Alguns têm se preocupado com Levítico 16:10 , onde o bode expiatório é reservado também “para fazer expiação com ele, e deixá-lo ir para o deserto como bode expiatório”. Embora, em geral, a definição do original seja, para cobrir, expiar ou perdoar, Gesenius dá como uma definição, "eliminar ou obliterar." Agora, temos constantemente insistido que o perdão dos pecados era relativo ; não absoluto , como a maioria dos escritores sobre a expiação afirmam. O perdão no tempo de prova, em sermos justificados pela fé, tem referência às decisões do futuro Julgamento. E não na remissão final, na expiação, o pecado não é “apagado” a ponto de ser contado como não existindo mais. O pecado é uma terrível mancha no belo universo de Deus. Não é um assunto a ser negligenciado levemente. Quando é totalmente perdoado aos penitentes, e totalmente removido do povo de Deus, ainda tem uma existência e cai em outro lugar; no tipo, no bode expiatório; no antítipo, no diabo. E quando ele é destruído, o pecado perece com ele, é, em sua extinção, literalmente "aniquilado ou obliterado". Mas ele não tem nada a ver com a Expiação. Tão logo os pecados de Israel são removidos do santíssimo - o lugar do julgamento - a obra é terminada para o povo, o julgamento sendo feito em seu favor; e o sacerdote não os representa mais como um povo em perigo de condenação; não carrega mais o pecado como seu pecado , mas apenas para colocá-lo na cabeça de seu originador. Praticamente, no que diz respeito ao povo de Deus, não faria a menor diferença se fosse colocado sobre Satanás ou eliminado de alguma outra forma; pois eles estarão seguros quando o sangue no propiciatório lhes for libertado, ao serem absolvidos no trono do julgamento. AERS 243,2

Embora a conclusão pareça inevitável de que Satanás é o protótipo do bode expiatório, em cuja pessoa o pecado é finalmente destruído ou obliterado, não podemos ceder à afirmação de que Satanás, por meio disso, participa da obra de expiação pelo homem, ou carrega o pecado no sentido de sofrer a pena de nossas transgressões. Foi afirmado, e pensamos corretamente, que um substituto voluntário é necessário para atender às demandas da justiça. Esta posição ocupada por nosso Salvador; mas nem a Escritura nem a razão nos levam a supor que Satanás algum dia consentirá em morrer por nós ou por nossos pecados; ele nunca é chamado de resgate; nunca disse para morrer por nós; nunca representado como um meio de redenção. E, conforme citado pelo Sr. Beecher, o bode expiatório não era considerado um sacrifício. O que quer que seja feito em última instância com nossos pecados sob a designação de Deus; tudo o que pode ser feito com

ou para Satanás no encerramento da grande rebelião contra o trono do Céu; levar nossos pecados e morrer por nós, e atender em sua própria pessoa as exigências da lei violada por nós, está clara e distintamente exposto na palavra divina como a obra de Jesus Cristo, o Filho de Deus; e neste trabalho ele está sozinho - ninguém o compartilha com ele em qualquer extensão. E a ele será a glória, a honra e o louvor para sempre. Mas qual é a parte que Satanás desempenha? Simplesmente receber sobre si o peso infinito dos pecados por ele instigados e ser mandado embora sob seu peso insuportável. AERS 244,1

E aqui perguntaríamos: O que poderia ser mais adequado do que o autor e instigador de todo pecado receber a culpa das transgressões que ele incitou os mortais a cometer, mas das quais eles se arrependeram, de volta sobre sua própria cabeça? E o que poderia ser um antítipo mais impressionante da antiga cerimônia de enviar o bode expiatório para o deserto, do que o ato do poderoso anjo em amarrar Satanás e lançar ele no abismo sem fundo no início dos mil anos? AERS 245,1

Este é um ponto de interesse transcendente para todo crente. Então, os pecados do povo de Deus serão levados embora para não serem mais lembrados para sempre. Então aquele que os instigou, os receberá de volta. Então a cabeça da serpente terá sido ferida pela semente da mulher. Então o “homem forte armado” (Satanás) terá sido amarrado por um homem mais forte do que ele (Cristo), e a casa do homem forte (a sepultura) terá seus bens despojados, os santos. Mateus 12:29 ; Hebreus 2:14 . Então, será a obra do inimigo em semear joio entre o trigo (Mateus 13: 24-45), findada para sempre, e o joio terá sido recolhido em feixes para queimar, e o trigo recolhido no celeiro. Então nosso grande Sumo Sacerdote terá saído do santuário para pronunciar a bênção eterna sobre seu povo que espera. Então chegaremos ao Monte Sião e à cidade do Deus vivo, a Jerusalém celestial, e a um inumerável grupo de anjos. Então os redimidos, colocando o pé do triunfo sobre o mundo, a carne e o diabo, erguerão suas alegres vozes no cântico de Moisés e do Cordeiro. Oh, dia glorioso! Que o Senhor apresse a seu tempo. Quem não aceitaria, em vista disso, a petição do amado João: “Ora vem Senhor Jesus!” AERS 246,1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.992#992>

CAPÍTULO X. O REINO DE CRISTO

A doutrina do reino de Cristo exige atenção especial a esse respeito; embora alguns possam, à primeira vista, pensar que não está diretamente relacionado ao assunto da Expição. Aqui podemos repetir uma declaração feita, que não há verdades isoladas e independentes no grande plano de salvação. São necessárias todas as verdades e doutrinas da Bíblia para formar um sistema completo; e a Expição é a grande obra central, em virtude da qual todas as outras partes da obra de salvação e redenção são realizadas. Mas a razão especial pela qual o assunto do reino deve receber atenção aqui é esta: Há outra classe de textos nas Escrituras que falam de Cristo em seu trono que são mal aplicadas por muitos mestres religiosos, que os referem também ao seu sacerdócio real. Eles parecem ter como certo que cada declaração das Escrituras a respeito de sua autoridade real deve referir-se a ele enquanto estava sentado como um sacerdote no trono de seu Pai no céu. Mas as próprias Escrituras distinguem muito claramente entre essas duas classes de textos, e amalgamar-los é apenas criar confusão e obscurecer a luz de algumas verdades preciosas da Bíblia. AERS 247,1

Em Atos 1: 6 está registrado que os discípulos perguntaram a Cristo: "Senhor, restaurarás tu neste tempo o reino a Israel?" Sobre isso, notamos primeiro que o termo "Israel" principalmente era indicativo de caráter, e não de nascimento. Jacó foi chamado de Israel, e Esaú não, embora fossem filhos dos mesmos pais - irmãos gêmeos. Posteriormente, o termo foi aplicado a todos os descendentes de Jacó, embora nunca tenha perdido seu significado principal. Foi por esse fato que Paulo provou que as promessas de Deus são estrita e literalmente cumpridas, embora a nação descrente tenha sido rejeitada e reivindicou o direito exclusivo a esse título. Nem todos os que são de Israel são israelitas, nem são todos os herdeiros das bênçãos de Abraão, descendentes dele. A promessa de glória real precedeu a existência da nação (ver Gênesis 17: 5-7), e a rejeição de qualquer parte da nação, ou mesmo do todo como uma nação, não destruiu e não poderia destruir as promessas. Quando Jesus, por causa de sua rejeição da mensagem do Céu, predisse a rejeição dos judeus, ele o fez na seguinte linguagem: "Portanto, eu vos digo: O reino de Deus vos será tirado e será dado a uma nação trazendo os seus frutos. " Mateus 21:43 . Isso significava que o reino deveria ser tirado do Israel nominal e entregue ao verdadeiro Israel , os vencedores fiéis. Veja também Gálatas 3:29 . AERS 247,2

E com isso concorda as palavras do Senhor a Davi, conforme registrado no Salmo 89 . "Fiz uma aliança com meus escolhidos; Jurei ao meu servo Davi: Estabelecerei para sempre a tua descendência e edificarei o teu trono de geração em geração. " Versos 3, 4 . E ainda: "Sua semente também farei para durar para sempre, e seu trono como os dias do céu ... Uma vez, jurei por minha santidade que não mentirei a Davi. Sua semente durará para sempre, e seu trono como o sol diante de mim. Será estabelecido para sempre como a lua e como uma testemunha fiel no Céu. " Versos 29-37 . Não é apenas uma teoria que depende da verdadeira interpretação dessas promessas. Devemos nos esforçar para mostrar que as verdades que eles contêm são eminentemente práticas, e que uma aplicação errada delas leva a sérias perversões do evangelho e das relações do Cristianismo com os reinos do mundo presente. AERS 248,1

Voltamo-nos agora para a questão encontrada em Atos 1: 6. A opinião que prevalece amplamente entre os comentaristas de hoje é que os discípulos estavam se entregando a uma ideia muito errônea a respeito do reino, que foi a causa de fazerem tal pergunta. Dr. Barnes diz: “Eles não perguntaram se ele faria isso, ou se eles tinham visões corretas do reino; mas, tomando isso como certo, eles perguntaram se aquele era o momento em que ele faria isso. ” E daí ele chega à conclusão de que nada é tão difícil de remover quanto "preconceito em favor de uma opinião errônea". Pode-se sugerir que o preconceito contra a verdade é tão cego e irracional quanto o preconceito a favor do erro. Mas o Dr. Barnes pensava que, a partir dos ensinamentos do Salvador a respeito de seu reino, eles deveriam ter conhecido melhor sua natureza do que fazer tal pergunta. E seu comentário expressa, sem dúvida, as opiniões da maioria dos comentaristas da atualidade. AERS 249,1

Dizemos “dos dias atuais” porque a visão popular dos dias atuais nem sempre foi a visão popular sustentada pela Igreja Cristã. Mas com isso não nos importamos; nossa pergunta é: "O que diz a Escritura?" AERS 250.1

A questão dos discípulos era unicamente em relação ao tempo de estabelecer o reino. A resposta do Salvador foi em referência ao assunto da questão, o tempo, e não foi calculado para corrigir uma impressão errada com respeito à natureza do reino, se eles estavam descansando em um erro sobre esse assunto. “Não é para você saber os tempos ou as estações, que o Pai colocou em seu próprio poder.” Esta resposta foi certamente bem calculada para confirmá-los na opinião que defendiam. Não sugere a correção de um erro, mas, ao contrário, eles foram informados de que o tempo pelo qual eles perguntaram não lhes seria revelado. A versão revisada diz: "que o Pai estabeleceu dentro de sua própria autoridade." Margem - "nomeado por." Um exame cuidadoso de todo o assunto deve convencer qualquer um de que isso é paralelo a Mateus 24:36. “Mas daquele dia e hora ninguém sabe, não, nem os anjos do Céu, mas apenas meu Pai.” A declaração de que o tempo do qual eles perguntaram foi estabelecido ou colocado sob a autoridade do Pai, não sendo conhecido por ninguém, é exatamente o oposto de uma sugestão de que a questão se referia a algo que nunca aconteceria. AERS 250.2

O versículo 3 diz que, após sua ressurreição, Jesus foi visto pelos discípulos “quarenta dias, e falando das coisas pertencentes ao reino de Deus. ” Alguns parecem pensar que o tempo e as oportunidades eram bastante limitados para obterem instrução neste importante assunto. Mas, lembrando que "o reino" era o encargo de todo o ensino e pregação de Jesus e seus discípulos durante todo o seu ministério, de modo que ele chamou seu evangelho de "este evangelho do reino", Mateus 24:14 , preferimos aproveitar a oportunidade como os discípulos que tiveram de aprender a verdade sobre o assunto, do que fazer um “curso de três anos” em qualquer escola teológica já existente. AERS 250.3

Temos outro exemplo do Salvador dando instruções sobre esse assunto, em que a questão do tempo estava em primeiro lugar em suas mentes. “Ele acrescentou e contou uma parábola, porque estava perto de Jerusalém e porque pensavam que o reino de Deus deveria aparecer imediatamente.” Lucas 19:11. Nessa parábola, ele falou de si mesmo como um nobre que foi a um país distante para receber para si um reino e retornar. Que isso representa sua ida ao Pai Celestial para receber um reino, e retornar a esta terra, é evidente, pois, ele disse: “Mas seus cidadãos o odiavam e enviaram após ele uma

mensagem, dizendo: Não queremos que esse homem reine sobre nós. E aconteceu que quando ele voltou, tendo recebido o reino, "então ele recompensou seus servos e destruiu seus inimigos. Mas isso não se aplicará a nenhuma outra localidade, mas a esta terra. E corresponde exatamente à sua afirmação do que acontece na sua vinda, "no final doo mundo." Mateus 13:41, 43 . "O Filho do homem enviará seus anjos, e eles recolherão de seu reino todas as coisas que ofendem e os que praticam a iniquidade ... Então os justos brilharão como o sol no reino de seu Pai." Deve-se ter em mente que "o campo é o mundo"; que os que praticam a iniquidade são representados pelo joio, que cresce com o trigo até a colheita. Que a colheita é feita na vinda do Filho do homem é mostrado em Apocalipse 14: 14-20 e outras escrituras. AERS 251,1

O reino e o domínio sobre este mundo são dados a Cristo, o "nobre", não no início desta dispensação ou próximo a ela, como muitos acreditam, mas perto de seu fim. Isso é provado por Apocalipse 11:14, 15 . Sob a terceira trombeta de ai, que é a última das sete trombetas e que introduz o Julgamento (versículo 18), uma voz proclama: "Os reinos deste mundo tornaram-se [os reinos] de nosso Senhor e de seu Cristo; e ele reinará para todo o sempre. " Sob esta trombeta, a dispensação chega ao fim. AERS 252.1

Também a profecia de Daniel é decisiva neste ponto. No capítulo dois, no sonho de Nabucodonosor, o rei ou reino da Babilônia respondia pela cabeça de ouro da estátua. Este reino foi sucedido pelo dos medos e persas, ver Daniel 5:30, 31 , que correspondia ao peito e aos braços da estátua. E o persa foi sucedido pelo grego, Daniel 8: 3-8, 20 , que foi representado pelo corpo de latão da imagem. Outro reino, o quarto, era forte como o ferro - representado pelas pernas de ferro - mais forte do que tudo o que o precedeu; e foi dividido em dez partes, ou reinos, na imagem representada pelos pés e dedos dos pés. Este foi o reino romano, que foi sucessor do grego, e que exerceu um domínio de ferro sobre todo o mundo. Foi dividido em dez reinos. Estas são as várias partes da imagem que foi vista por Nabucodonosor; e tal foi a interpretação do sonho, dada por Daniel. AERS 252,2

Mas outro objeto foi visto no sonho, e também representava um reino. Era "uma pedra cortada da montanha sem auxílio de mãos". O original é reflexivo na forma, transmitindo a ideia de automovimento. Esta pedra feriu a imagem "em seus pés, que eram de ferro e barro". Isso quer dizer que feriu a imagem algum tempo depois que o reino romano foi dividido, pois a pedra não podia ferir os pés e os dedos da imagem antes de eles existirem. Ou, no cumprimento, o reino representado pela pedra não poderia destruir os reinos representados pelos pés e dedos dos pés da imagem até que eles surgissem - até que o Império Romano fosse dividido em dez partes ou reinos. AERS 253,1

No sonho, o efeito da ferida da imagem pela pedra é assim descrito: "Então foram o ferro, o barro, o latão, a prata e o ouro, despedaçados e tornaram-se como a palha das eiras de verão; e o vento os carregou, e nenhum lugar foi achado para eles; e a pedra que feriu a imagem tornou-se uma grande montanha e preencheu a terra inteira. " Na interpretação está assim declarado: "Nos dias desses reis o Deus do Céu estabelecerá um reino que nunca será destruído; e o reino não será deixado a outras pessoas, mas ele se despedaçará e consumirá todos esses reinos, e permanecerá para sempre. " Daniel 2:35, 44 . Isso descreve, não a conversão de poderes terrestres, mas a destruição total de todos os poderes terrestres, seus lugares sendo preenchidos pelo reino de Deus, pelo qual eles são quebrados em pedaços. Veja o mesmo predito em Jeremias 25: 15-33.

Neste capítulo é dito que "todos os reinos do mundo, que estão sobre a face de toda a terra", beberão do cálice da fúria de Deus ", e cairão, e não se levantarão mais, por causa da espada que enviarei entre eles. Nenhuma destruição como a descrita em Jeremias 25 jamais ocorreu; mas será, porque a palavra do Senhor o declara. Então a interpretação do sonho de Nabucodonosor será cumprida. AERS 253,2

É verdade que Daniel 2 não dá definitivamente a cronologia do estabelecimento do reino de Deus; mas definitivamente o coloca após o desenvolvimento completo da imagem, incluindo as divisões do poder romano. Isso o leva a vários séculos além dos dias dos apóstolos. Mas em Daniel 7: 9-14 ele está localizado, como em Apocalipse 11: 14-18, no tempo do Juízo. Em Daniel 7 está registrada uma visão do profeta, que foi explicada por um anjo. Sob os símbolos de bestas e chifres, apresenta os mesmos reinos e os mesmos eventos que são dados em capítulo 2 na grande imagem. No capítulo 7, o Império Romano e suas divisões são representados por uma besta terrível e terrível com grandes dentes de ferro, que tinha dez chifres. Este capítulo contém, no entanto, dois pontos importantes que não são encontrados no capítulo 2. (1) O surgimento e o trabalho do "chifre pequeno", após o surgimento dos dez, que era bastante diferente dos outros, e finalmente se tornou mais forte do que todos os outros. (2) A sessão do Julgamento, que ocorre antes que os reinos do mundo sejam dados ao Filho do homem. AERS 254,1

A obra do "chifre pequeno" foi de perseguição. "E ele falará grandes palavras contra o Altíssimo, esmagará os santos do Altíssimo e pensará em mudar os tempos e as leis; e eles serão entregues em suas mãos até o tempo e os tempos e metade de tempos ". Este desgaste dos santos do Altíssimo - a mais terrível perseguição que a igreja de Deus já sofreu - estava sob o poder romano, mas principalmente sob sua forma eclesiástica. O anjo continuou: "Mas o Julgamento se assentará, e eles tirarão o seu domínio, para consumi-lo e destruí-lo até o fim". Essas palavras contêm uma confirmação da visão que apresentamos, de que o Julgamento está antes do fim; antes da vinda do Filho do homem; e antes que o domínio seja tirado deste poder perseguidor. É digno de nota que, nos últimos anos, o poder civil foi inteiramente retirado da igreja de Roma. A "Itália Unida" literalmente destronou o chefe da igreja, que agora paga impostos ao Governo como qualquer outro cidadão! E o próximo evento na interpretação do anjo da visão é este: "E o reino e o domínio, e a grandeza do reino debaixo de todo o céu, serão dados ao povo dos santos do Altíssimo, cujo reino é um reino eterno e todos os domínios o servirão e obedecerão. " Daniel 7: 25-27. Isso encerra a interpretação. O último evento em cada linha de profecia é a entrega do reino e domínio a Cristo e seu povo. E, como foi mostrado, e será notado posteriormente, este dom é rapidamente seguido pela derrubada e destruição total de todos os reinos e domínios do mundo. AERS 255.1

Não se pode objetar que essas profecias se referem à introdução do evangelho e ao estabelecimento da igreja de Cristo na era presente. O escopo das profecias o proíbe. Os eventos dados na visão de Daniel 7 cobrem toda a dispensação do evangelho e até mesmo vão além dela. Se isso for negado, podemos também negar o Julgamento e as recompensas futuras de uma vez. E - o que deve ser decisivo para todos - o Novo Testamento apresenta a posse do reino como uma questão de promessa e esperança para os santos. Assim, Tiago diz: "Escutai, meus amados irmãos. Não escolheu Deus os pobres deste mundo, ricos na fé e herdeiros do reino que prometeu aos que o amam? " Tiago 2: 5. Da mesma maneira Pedro fala "para aqueles que obtiveram como preciosa fé

conosco,"e informa-lhes o que devem fazer para aperfeiçoar seu caráter, “porque assim vos será ministrada abundantemente a entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo”. 2 Pedro 1: 1-11 . E Paulo também mostra a seus irmãos o mistério da posse do reino. Ele diz "que a carne e o sangue não podem herdar o reino de Deus, nem a corrupção herda a incorrupção." 1 Coríntios 15:50. Nas escrituras já citadas, está escrito que o reino é eterno - permanece para sempre. “Carne e sangue” é uma expressão que indica uma condição mortal, perecível, corruptível. Um homem mortal e corruptível não poderia herdar um reino eterno e incorruptível; pois ele morreria e deixaria para seus sucessores. Mas isso destruiria a escritura que diz "isso não será deixado para outras pessoas." Neste presente estado mortal, os santos são herdeiros do reino; quando eles o herdarem , sua herança cessará. AERS 256,1

O próprio Senhor disse que seu povo herdará o reino quando o Filho do homem vier em sua glória, sentado no trono de sua glória. Mateus 25: 31-34 . Mas quando o Filho do homem vier, a voz do arcanjo e a trombeta de Deus serão ouvidas, e os santos ressuscitarão dos mortos. 1 Tessalonicenses 4: 15-17 . E Paulo ainda diz que quando a última trombeta soar, “este corruptível se revestirá de incorrupção, e este mortal se revestirá da imortalidade”. Então a morte será tragada pela vitória. 1 Coríntios 15: 51-54 . Então os santos estarão preparados para herdar um reino incorruptível, pois eles nunca morrerão nem deixarão sua herança para outros. Assim, as Escrituras se harmonizam maravilhosamente neste assunto. AERS 257,1

Agora estamos preparados de forma compreensiva para examinar o erro daqueles que aplicam as profecias que observamos aqui ao reinado de Cristo como um sacerdote no trono de seu pai. AERS 258,1

A posição que Cristo agora ocupa no trono de seu Pai, como um rei-sacerdote, ele algum dia renunciará. Leia 1 Coríntios 15: 23-28 . Seu sacerdócio não durará para sempre. Em vez de implorar para sempre seu sangue em favor dos homens pecadores, ele deixará aquele trono e virá à terra novamente, “tomando vingança dos que não conhecem a Deus e dos que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo”. 2 Tessalonicenses 1: 6-10 . Em vez de desfrutar para sempre os privilégios do dia da salvação e viver sob a misericórdia do Cordeiro, os ímpios irão, naquele dia vindouro, orar para serem escondidos “da face daquele que está assentado no trono e da ira do Cordeiro; [dizendo] porque o grande dia da sua ira é chegado ; e quem será capaz de ficar em pé? "Apocalipse 6: 15-17 . AERS 258,2

E agora com respeito à fé dos discípulos, conforme indicado por sua pergunta em Atos 1: 6 , afirmamos com segurança que sua crença estava em perfeita harmonia com a letra e o espírito das escrituras que citamos. E temos ainda mais evidências, e se possível ainda mais conclusivas, para produzir. AERS 258,3

O anjo que anunciou que Jesus deveria nascer, usou a seguinte linguagem: “Grande será e será chamado Filho do Altíssimo; e o Senhor Deus lhe dará o trono de seu pai Davi. E ele reinará sobre a casa de Jacó [Israel] para sempre, e seu reino não terá fim ”. Lucas 1:32, 33 . Estas são as palavras de um mensageiro direto do Céu, e não podem ser negligenciadas levemente. E com todas essas escrituras diante deles, e tendo desfrutado por tanto tempo da instrução pessoal do próprio Príncipe, "das coisas pertencentes ao reino", pensamos que é totalmente injustificado supor que os discípulos estavam trabalhando sob "preconceito em favor de uma opinião errada. ” AERS 258,4

Este último texto citado resolve a questão de que o trono e reino que ele agora ocupa não é aquele ao qual é feita referência nas profecias que foram examinadas. Pois, como mostrado em 1 Coríntios 15: 23-28, e outros textos, haverá um fim para este reinado; seu reinado sacerdotal cessará. E o trono que ele agora ocupa não é “o trono de seu pai Davi”. Esse trono ele ocupará no futuro; e seu reinado não terá “fim”. E tão longe de os discípulos terem seus erros corrigidos pela inspiração que receberam no dia de Pentecostes, como sugerido pelo Dr. Barnes, Pedro confirmou sua crença, em seu sermão daquele dia. Falando de Davi, ele disse: “Portanto, sendo profeta, e sabendo que Deus lhe tinha feito juramento, que do fruto de seus lombos, segundo a carne, ele levantaria a Cristo para se sentar em seu trono”. E uma das evidências mais decisivas de que Jesus ainda não está sentado no trono de Davi, o trono que é seu pordireito de seu nascimento, é encontrado em suas próprias palavras em Apocalipse 3:21 : “Ao que vencer, concederei que se assente comigo no meu trono , assim como eu também venci e estou assentado com meu Pai no seu trono . ” Seu pai, em cujo trono ele está agora sentado, não é seu pai Davi . O trono em que ele está agora não é e nunca foi o trono de seu pai Davi. Esta prova é absolutamente incontestável. Mas, tão certo quanto as “Escrituras não podem ser anuladas”, ele ainda se assentará no trono de seu pai Davi; sobre esse trono ele governará a casa de Jacó para sempre; desse reino e reinado não haverá fim. E só assim o juramento do Senhor a Davi pode ser cumprido. AERS 259,1

As Escrituras nos informam que a posição que o Filho de Deus ocupa agora é de expectativa. O apóstolo diz que está assentado à destra de Deus, desde agora esperando até que seus inimigos se tornem seu escabelo. Hebreus 10:13 . Essa expectativa se baseia na promessa feita no Salmo 110: 1 : “Disse o Senhor ao meu Senhor: Senta-te à minha direita, até que eu faça dos teus inimigos o escabelo dos teus pés.” Seus inimigos não foram colocados sob seus pés no início do período em que estava sentado à direita de seu pai. Se fosse esse o caso, a declaração de Paulo em Hebreus 10:13 não estaria correta. Mas eles serão colocados sob seus pés quando chegar a hora de ele deixar o trono, renunciar ao seu cargo sacerdotal e vir destruir seus inimigos. O Salmo 2: 7-10 nos informa que disposição ele fará deles quando forem dados a ele. AERS 260.1

“Tu és meu Filho; hoje te gerei. Pede-me, e eu te darei os gentios por herança, e as extremidades da terra por possessão. Tu os quebrarás com uma barra de ferro; tu os despedaçarás como um vaso de oleiro. E 2 Tessalonicenses 1: 6-10 , já citado, mostra que será na sua segunda vinda que ele se vingará dos que não conhecem a Deus, e não obedecem ao evangelho. E isso novamente está em harmonia com Apocalipse 11: 15-18, onde é mostrado que sob a sétima trombeta, que encerra esta dispensação, os reinos deste mundo são dados a Cristo. E em conexão com este presente é dito: “E as nações ficaram iradas, e a tua ira é chegada, e é chegado o tempo dos mortos em que serão julgados e darás recompensa aos teus servos, os profetas, e aos santos, e para aqueles que temem o teu nome, pequenos e grandes; e devias destruir os que destroem [corrompem] a Terra. ” Parece desnecessário repetir que a recompensa dos santos será dada quando Jesus voltar. Mateus 16:27 ; Lucas 14:14 ; Apocalipse 22:12 . AERS 261,1

Foi plenamente notado que o julgamento dos santos deve ser concluído antes que Cristo deixe o trono de seu sacerdócio. Mas não é assim com o Julgamento dos ímpios. No Julgamento que ocorrer durante seu sacerdócio, será determinado os nomes que não terão lugar no livro da vida; mas seus casos devem ser examinados para que a medida de sua punição possa ser determinada. Localizar adequadamente este trabalho, tem sido

um objeto do presente argumento, ao distinguir entre os dois tronos. Ainda há uma obra de julgamento depois que Cristo renuncia ao seu ofício sacerdotal no trono de seu Pai; depois que seus inimigos lhe foram dados, e ele despedaçou as nações e os reinos do mundo. AERS 261,2

Uma ordem de eventos é apresentada em Daniel 7:21, 22, da qual obtemos instruções importantes sobre esse assunto. Falando daquele poder perseguidor, já notado, que exauria os santos do Altíssimo, o profeta disse: “Eu vi, e o mesmo chifre fez guerra aos santos e prevaleceu contra eles; até que veio o Ancião de dias, e o julgamento foi dado aos santos do Altíssimo; e chegou o tempo em que os santos possuíam o reino.” Com relação ao tempo em que os santos possuirão o reino, citamos ainda o seguinte: “Na regeneração, quando o Filho do homem se sentar no trono de sua glória, vós também vos sentareis em doze tronos, julgando as doze tribos de Israel.” Mateus 19:28. Estas são as palavras do próprio Senhor aos seus doze discípulos. E pelas palavras de Paulo localizamos prontamente o tempo desse julgamento, se, de fato, qualquer outra prova puder ser solicitada. Ele disse que “os santos julgarão o mundo” (1 Coríntios 6: 2), mas também disse: “Portanto, nada julgue antes do tempo, até que venha o Senhor.” 1 Coríntios 4: 5 . Apocalipse 20: 1-6 introduz a vinda de Cristo, o aprisionamento de Satanás, a ressurreição dos bem-aventurados e santos - a primeira ressurreição, que será na vinda de Cristo - e os tronos de julgamento dados aos vencedores. AERS 262.1

E é ainda uma questão de prova de que os santos não entram e não podem entrar nesta obra de julgamento na vida presente ou no estado presente. Em 1 Coríntios 6: 1-4, o apóstolo reprova os irmãos por irem à justiça, e isso perante os incrédulos, como se eles não fossem competentes para resolver suas próprias dificuldades temporais. “Não sabeis que os santos julgarão o mundo? e se o mundo deve ser julgado por vocês, vocês são indignos de julgar as menores questões? Não sabeis que devemos julgar os anjos? Quantas mais coisas que pertencem a esta vida? ” Observe que o julgamento de que ele fala, o do mundo e dos anjos, não está “nesta vida”. AERS 263,1

E há uma razão para isso; nesta vida não podemos discernir os motivos e assim compreender as vidas e os corações do mundo para poder julgá-los corretamente. Muito menos podemos julgar os anjos. Os anjos caídos, que pecaram, estão reservados para o Julgamento do grande dia. 2 Pedro 2: 4 ; Judas 6 . Até mesmo sobre eles os santos julgarão. Mas nenhum santo, por mais fiel e exaltado que seja, está qualificado para julgá-los nesta vida. Chegará o tempo, entretanto, em que nosso conhecimento parcial passará; quando conheceremos assim como somos conhecidos. 1 Coríntios 13: 8-12. Paulo tinha o Espírito de Cristo, o Espírito de profecia; mas apenas para “conhecer em parte” e “profetizar em parte”. Mas uma luz mais clara deve irromper em sua visão quando o Senhor vier; quando este mortal assume a imortalidade. “Quando vier o que é perfeito, então o que é em parte será aniquilado.” “Por enquanto vemos através de um espelho, obscuramente; mas depois cara a cara; agora eu sei em parte; então conhecerei como também sou conhecido.” Todas essas escrituras não deixam espaço para dúvidas de que a obra do julgamento do mundo, da qual os santos farão parte, será após o fim do sacerdócio de Cristo; após sua segunda vinda; depois que os santos são imortalizados e glorificados. AERS 263,2

Mas a pergunta ainda pode ser feita: Se já deve ter sido decidido quem são os perdidos; se seus nomes não estão no livro da vida, por que um novo julgamento em seus casos? Para essa questão, as Escrituras oferecem uma solução fácil. AERS 264,1

Nas recompensas dos justos haverá graus de glória. “Pois a estrela difere da estrela em glória; assim também é a ressurreição dos mortos.” 1 Coríntios 15:41, 42 . Um é feito governante de dez cidades; outro em cinco cidades. Lucas 19: 17-19 .“ Os que levam muitos para a justiça [brilharão] como as estrelas para todo o sempre”. Daniel 12: 3 . E assim, na punição dos ímpios, haverá graus reconhecidos de demérito. Alguns serão açoitados com muitos açoites e outros com poucos açoites. Lucas 12: 45-48 . Para alguns, será mais tolerável no dia do Juízo do que para outros. Mateus 10:15 ; 11: 22-24 . AERS 264,2

O Dr. Bloomfield diz de 1 Coríntios 6: 2 : - AERS 264.3

“No todo, não há, afinal, nenhuma interpretação que envolva menos dificuldade do que a comum , apoiada por alguns Padres latinos, e, dos teólogos modernos, por Lutero, Calvino, Erasmo, Beza, Cassaubon, Crélio, Lobo, Jeremy Taylor, Doddridge, Pearce, Newcome, Scott e outros, pelos quais se supõe que os servos fiéis de Deus, após serem aceitos em Cristo, serão, em certo sentido, assessores judiciais , por concordância, com Cristo, e sendo participantes do julgamento a ser realizado por ele sobre os homens ímpios e anjos apóstatas; que são, como aprendemos em 2 Pedro 2: 4 ; Judas 6 , reservado para o julgamento do último dia.” AERS 264,4

E o Dr. Barnes observa: - AERS 265,1

"Grotius supõe que isso significa que eles serão primeiro julgados por Cristo, e então agirão como assessores dele no julgamento, ou se juntarão a ele na condenação dos ímpios." AERS 265,2

Certamente, essa visão tem um conjunto de autores respeitáveis a seu favor; e bem pode ter sido, pois não podemos ver como qualquer outra visão do texto pode, com qualquer demonstração de razão, ser aceita. Ao falar do julgamento dos justos, foi observado que quando Cristo vier, seus eleitos serão transladados ou elevados à imortalidade em um momento, num piscar de olhos. E este ato de glorificá-los provará que eles já foram julgados e absolvidos; aceito do Juiz de todos. Mas como há duas ressurreições, uma dos justos e outra dos injustos, o fato de os injustos não serem ressuscitados naquele momento é prova conclusiva de que eles já terão sido rejeitados ou julgados indignos da vida eterna. Mas uma coisa é determinar que uma pessoa é culpada, e outra coisa é determinar o grau de sua culpa e a medida da punição que ele deve receber com justiça; se ele deve ser derrotado com poucos ou muitos juízos. A primeira é feita diante do trono do Altíssimo, enquanto Jesus, como Sacerdote, está apagando os pecados de seu povo, ao passar por aqueles que são injustos e ímpios. A segunda é feita por Cristo e os santos, que, como diz Bloomfield, atuam como assessores judiciais . AERS 265,3

Como o julgamento dos santos ocorre antes de sua ressurreição, e eles são levantados para receber a recompensa determinada em seus respectivos casos, o mesmo ocorre com os ímpios. Em Apocalipse 20 , aprendemos que aqueles que participaram da primeira ressurreição sentaram-se em tronos de julgamento por mil anos. E na mesma escritura, aprendemos que “o resto dos mortos” - em distinção dos bem-aventurados e santos - “não viveram novamente até que os mil anos se completassem”. Assim, o julgamento de avaliação - para usar a ideia apresentada por muitos autores - ocupará os mil anos de

Apocalipse 20 e, no final desse período, os ímpios serão ressuscitados para receber sua recompensa - a segunda morte no lago de fogo. AERS 266,1

Quando consideramos a grande multidão de perdidos que viveram desde a época de Caim, e que cada caso deve ser examinado, não parece estranho que mil anos sejam separados para a obra. Os santos são representados como reis e sacerdotes para Deus; mas eles não são realmente reis até que os tronos lhes sejam dados, o que não acontecerá antes do segundo advento. Em Apocalipse 5: 8-10, as quatro criaturas vivas e os vinte e quatro anciãos apresentam frascos de incenso diante do trono no Céu, que se diz ser "as orações dos santos". Qualquer que possa ser a cronologia desta parte do capítulo - seja a música por antecipação ou cantada quando a primeira parte é cumprida - é verdade que há um passado e um futuro na música. Eles foram redimidos de toda tribo e língua, e povo e nação, o que indica a plenitude da obra do evangelho como então realizado, e eles foram feitos reis e sacerdotes para Deus, e eles "reinarão na terra" Parece evidente que eles foram feitos reis e sacerdotes antes de reinarem na terra. E essa é a ordem apresentada em outras escrituras. A única obra sacerdotal dos santos é feita enquanto eles estão nos tronos de julgamento, o que ocorre durante ou dentro dos mil anos. AERS 266,2

Um fim importante que será obtido por este exame dos casos de todos os ímpios pelo registro de suas vidas, é a completa vindicação do Governo e providência de Deus. Para toda a raça humana, embora eles apenas "conheçam em parte", muitos dos caminhos de Deus são sombrios e misteriosos. Nas palavras do poeta: - AERS 267,1

"Esse vício deve triunfar, o vício de obedecer à virtude, AERS 267,2

Isso levantou algumas dúvidas sobre o domínio da Providência. " AERS 267,3

E este é o caso com os justos, enquanto os ímpios têm murmurado abertamente e negado tanto a justiça quanto a bondade de Deus. Foi dito pelo Salvador que mesmo um copo d'água dado a um discípulo em nome de um discípulo não perderá sua recompensa. E quem é tão adequado para alegar tal ato em favor de um perdido como a pessoa a quem a bondade foi mostrada? AERS 267,4

Paulo diz: "Portanto, nada julgue antes o tempo, até que venha o Senhor, que tanto trará à luz as coisas ocultas das trevas quanto tornará manifestos os conselhos dos corações; e então todos terão louvor a Deus. " 1 Coríntios 4: 5 . Na última frase deste texto, Barnes observa: - AERS 267,5

"A palavra aqui traduzida louvor (epainoe) denota recompensa neste lugar , ou aquilo que é devido a ele; a justa sentença que deve ser pronunciada sobre seu caráter. Não significa, como nossa tradução implicaria, que todo homem receberá então a aprovação divina - o que não será verdade; mas que todo homem receberá o que é devido ao seu caráter, seja bom ou mau. Então Bloomfield e Bretschneider explicam isso. " AERS 268,1

E esta é sem dúvida a verdadeira interpretação da passagem. Greenfield diz sobre a palavra: "Por recompensa, retribuição, recompensa. 1 Coríntios 4: 5. " Este trazer à luz as coisas ocultas das trevas, e tornar manifestos os conselhos dos corações, significa que eles serão revelados ou manifestados aos santos por seu exame das "coisas que foram

escritas nos livros”. Apocalipse 20:12 . Como deve haver graus de punição, é evidente a partir das escrituras notadas, que a determinação da medida de punição é obra dos santos, onde todas as circunstâncias atenuantes serão apresentadas e consideradas. Este é o sentido em que eles serão sacerdotes nesse julgamento. AERS 268,2

A objeção levantada contra este ponto de vista, de que isso não está de acordo com a idéia do trabalho dos sacerdotes de acordo com a lei levítica, não pode mentir contra porque não podemos traçar um paralelo entre o serviço dos sacerdotes sob a lei e o dos santos no Juízo. Devemos decidir pela definição da palavra e pelos fatos do Novo Testamento. A palavra sacerdote não implica necessariamente um mediador no sentido de quem oferece sacrifícios. Robinson e Greenfield definem, "Aquele que realiza os ritos sagrados." Esses ritos podem referir-se à oferta de sacrifícios ou à mediação, ou não. Se os santos têm a tarefa de determinar o grau de culpa e fixar o valor da punição, seu ofício é propriamente o de um sacerdote. E deve ser evidente para todos que nossas idéias sobre o trabalho dos sacerdotes, se recolhidas daquelas dos sacerdotes judeus, devem ser grandemente modificadas quando consideramos o ofício dos santos, visto que o sacerdócio dos santos está nos tronos de julgamento, o que não era o caso com os sacerdotes judeus. Não podemos raciocinar de um para o outro, mas devemos deixar cada classe ocupar seu próprio lugar, de acordo com a obra atribuída a ela nas Escrituras. AERS 268,3

Mas não são apenas os justos que precisam ter os mistérios da providência de Deus abertos a eles. Como observamos, os iníquos viveram e morreram reclamando dos caminhos de Deus. O Julgamento será o meio de levá-los a confessar seu erro e a perceber que somente eles foram responsáveis por sua própria ruína. O Senhor irá "convencer todos os que são ímpios entre eles de todas as suas ações ímpias que eles cometeram impiamente, e de todos os seus discursos duros que pecadores ímpios falaram contra ele.” Judas 15 . Miríades morreram, gloriando-se em sua iniquidade - no sucesso de seus planos egoístas - não se convencendo da impiedade de suas ações. Mas todos eles ficarão convencidos; todos serão levados a ver a enormidade de seus crimes contra o Deus Altíssimo e a confessar a justiça de seus julgamentos. Como foi dito pelo profeta: “Jurei por mim mesmo; esta palavra saiu da minha boca em justiça e nunca mais voltará. Que a mim todo joelho se dobrará , toda língua jurará. Certamente, alguém dirá, no Senhor tenho justiça e força; até mesmo a ele os homens virão; e todos os que estão indignados contra ele serão envergonhados.” Isaías 45:23, 24 . AERS 269,1

Os mil anos de Apocalipse 20 são apenas o início do reinado do querido Filho de Deus, depois que ele renuncia à sua posição de sacerdote no trono de seu pai. O anjo disse que de seu reino, no trono de seu pai Davi, “não haverá fim”. Da pedra, que representava o reino de Deus, é dito em Daniel 2:35 que "se tornou uma grande montanha e encheu toda a terra ". Em Daniel 7:27 é dito que “o reino e o domínio, e a grandeza do reino debaixo de todo o céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo”. Todos os reinos do mundo, que estão na face de toda a terra, devem ser destruídos. Jeremias 25: 26-33. Os reinos deste mundo são dados a Cristo, e por ele serão quebrados com uma barra de ferro e lançados em pedras como um vaso de oleiro. Salmo 2 . Eles não devem ser transformados ou fundidos no reino de Cristo, mas ele os destrói e seu reino toma o lugar deles. Ele preenche toda a terra. AERS 270,1

E isso deixa claro Mateus 25:34 . “Venham, benditos de meu Pai, herdem o reino que está preparado para vocês desde a fundação do mundo.” Quando Deus fez o mundo, ele

disse que era "muito bom". Havia todas as árvores agradáveis à vista e boas para comer. Sem espinhos, sem cardos marcando a face da bela criação. Nenhum mal foi encontrado nele. E ao homem foi dado “domínio sobre os peixes do mar, e sobre as aves do céu, e sobre o gado, e sobre toda a terra”. Gênesis 1:26 . Este foi “o primeiro domínio, o reino [que] virá à filha de Jerusalém”. Miquéias 4: 8 . E este será o cumprimento da promessa de que “os mansos herdarão a terra”. Mateus 5: 5. O salmista acrescenta uma condição que a bem-aventurança do Salvador apenas implica: “Os mansos herdarão a terra e se deleitarão na abundância de paz”. Salmo 37:11 . AERS 271,1

E esta é a prova de que o reinado dos santos sobre toda a terra - sob todo o céu - não está neste estado. "No mundo tereis aflições." João 16:33 . O trigo e o joio crescerão juntos até a colheita, que é o fim do mundo ou desta era. Mateus 13: 36-42 . O “chifre pequeno” irá praticar, prosperar e prevalecer até que o julgamento seja dado aos santos do Altíssimo. Daniel 7:21, 22 . “Aquele homem do pecado”, o maligno, se exaltará até que seja destruído pelo resplendor da vinda de Cristo. 2 Tessalonicenses 2: 1-8 . Estas e muitas outras passagens com o mesmo propósito que podem ser citadas, provam conclusivamente que neste mundo - neste estado - os ímpios gozarão de seu triunfo; e os santos ainda devem permanecer na expectativa dos seus; eles são apenas " herdeiros do reino que Deus prometeu aos que o amam". Tiago 2: 5. Não pode haver “abundância de paz” para os mansos, enquanto o joio cresce com o trigo, o que durará até a colheita ou o fim do mundo; enquanto o homem do pecado se opõe e se exalta contra Deus, o que acontecerá até a vinda de Cristo. Não neste mundo, mas no mundo vindouro, os santos reinarão e a vontade de Deus será feita na terra como é feita no céu. Bem, o poeta disse: - AERS 271,2

“Há uma terra, uma terra melhor do que esta; Esta é a minha casa, esta é a minha casa.” AERS 272,1

Não há a sombra de uma contradição entre as duas declarações, que os santos terão tribulação neste mundo, e os mansos herdarão a terra. Se a Terra estivesse sempre em seu estado e condição atuais, onde os ímpios prosperam e os justos são oprimidos, então não seria possível que os mansos herdassem a Terra e se deleitassem na abundância de paz. Mas a terra nem sempre deve permanecer sob a maldição. O espinho e o cardo nem sempre devem estragar a face do domínio que foi dado ao homem no início, e que o homem eventualmente herdará para sempre. AERS 272,2

O propósito original de Deus será cumprido; seu conselho permanecerá. A obra do Capitão de nossa salvação não terminou quando ele morreu na cruz; quando sua alma foi feita uma oferta pelo pecado. Isaías 53:10 . Sua obra ainda não estará terminada quando ele tiver purificado o santuário espargindo seu sangue sobre o propiciatório. A Expição tem em vista a plenitude da glória da redenção. É necessário entender o que está incluído na obra da redenção, a fim de entender o que o sangue de Cristo comprou para nós; o que sua Expição realiza pelo homem; e quais são as riquezas da glória de seu reino. AERS 273,1

Essa glória é grandemente obscurecida por causa de visões limitadas do desígnio da Expição e da obra de redenção. “A grandeza do reino sob todo o céu”, que “será dada ao povo dos santos do Altíssimo”, não será realizada até que a obra de redenção seja totalmente concluída, ou até a “restituição de todas as coisas , que Deus falou pela boca de todos os seus santos profetas desde o início do mundo. ” Atos 3:21 . E,

especialmente, limitam a obra do Salvador e roubam sua glória aos que afirmam - e muitos afirmam - que a obra da redenção já foi concluída. É necessário que demos a este assunto nossa atenção cuidadosa. AERS 273,2

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.1094#1094>

CAPÍTULO XI. REDENÇÃO

Por mais intimamente que a salvação e a redenção possam estar relacionadas no plano do evangelho, há uma diferença entre as duas. Salvação é salvar ou evitar, e redenção é trazer de volta. A grande salvação por meio de Cristo é da morte - a segunda morte. A grande redenção é da mortalidade da morte - a primeira morte. O Senhor prometeu redimir seu povo da morte e da sepultura. Oséias 13:14. Mas isso não se aplicará, estritamente falando, a Enoque e Elias, pois eles foram salvos da morte; de ir para o túmulo. Mas sua redenção da mortalidade - daquela condição que traz a humanidade para a sepultura - foi a mesma que a de outras pessoas. É verdade que ambas as palavras têm uma aplicação diferente daquela aqui observada; como, nós somos salvos do pecado, e redimidos de nossa conversa vã. Mas tal aplicação não refuta a afirmação feita a respeito da diferença dos termos e de sua aplicação geral. AERS 274,1

O apóstolo Paulo diz que nós, que temos as primícias do Espírito, estamos gemendo por redenção. Romanos 8:23 . E Jesus nos instrui, quando virmos os sinais de sua vinda, a olharmos para cima e erguermos a cabeça; pois nossa redenção se aproxima. Lucas 21:28 . Com isso, vemos que a obra do amor redentor ainda não foi realizada pelos santos de Deus. O túmulo ainda mantém em seu abraço frio miríades de fiéis, que morreram na esperança. Eles descansaram na promessa de Deus por meio de Cristo, e poderia dizer com Jó: “Eu sei que o meu Redentor vive”; e com ele eles esperavam a “melhor ressurreição”. Sobre os antigos dignos, agora dormindo, Paulo disse: “Todos estes, tendo obtido boa fama pela fé, não receberam a promessa; Deus providenciou algo melhor para nós, para que eles, sem nós, não fossem aperfeiçoados. ” Hebreus 11:35, 39, 40 . Eles estão descansando e esperando a redenção pela qual estamos esperando e gemendo. AERS 274,2

E o mesmo apóstolo nos informa que “as primícias do Espírito” que recebemos, são também uma garantia, “o penhor de nossa herança até o resgate da posseção adquirida”. Efésios 1:14 . Quando o homem caiu - quando a sentença foi pronunciada sobre ele, sua posse compartilhou com ele a maldição. No início, ele recebeu domínio sobre a terra; mas o Senhor disse: “Maldita é a terra por tua causa”. E quando a semente da mulher se comprometeu a machucar a cabeça da serpente, ele não apenas comprou o homem com seu sangue, mas também comprou sua propriedade, e com ela resta a redenção. Satanás pode prejudicar a obra de Deus, mas não pode frustrar seu propósito. A obra de Deus finalmente será aperfeiçoada e a obra do diabo será destruída. 1 João 3: 8. Assim, a futura obra de redenção tem dois grandes objetivos a cumprir. E, como disse antes, aqueles que dizem que a obra da redenção está consumada; os que negam a grande obra a ser realizada roubam ao Redentor a glória de sua obra. Resta-nos examinar esse trabalho em relação a esses dois objetos. E, AERS 275,1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.1101#1101>

1. A REDENÇÃO DO HOMEM

O homem foi feito do pó da terra e colocado em prova por uma vida eterna. Foi-lhe dito que se desobedecesse ao seu Criador, deveria morrer. Claro, se ele obedecesse, ele viveria - viveria para sempre. Mas ele desobedeceu; ele assumiu o terrível risco e fez o que seu Criador lhe disse, nos termos mais explícitos, que ele não deveria fazer. Nessa transação, o homem se sujeitou a duas grandes perdas: 1. Ele perdeu sua inocência, que era essencial para sua felicidade; 2. Ele perdeu sua vida - seu próprio ser. AERS 276,1

O plano de salvação e redenção inclui uma obra de recuperação ou restauração. Não, entretanto, meramente trazer o homem de volta à posição que ocupava quando foi criado e colocado no jardim do Éden; mas, colocá-lo onde Deus originalmente planejou que ele ficasse quando tivesse passado seu estado probatório. Na provação, ele foi sujeito à tentação; livre para cair. Em seu estado final, ele será colocado fora do alcance da tentação, fixado em sua integridade, não mais em perigo de cair; não mais exposto ao risco de morrer. Não podemos imaginar que o evangelho de Cristo fará menos pelo homem do que foi adotado no propósito original de seu Criador. AERS 276,2

O método de restaurar o homem a um estado de inocência e de completa felicidade e consideramos plenamente nos comentários sobre a Justificação e sobre a própria Expição. Isso abrange o perdão dos pecados e a renovação de sua natureza moral; uma transformação de sua vontade e afeições. Esta é uma recuperação da primeira das perdas que ele sofreu em seu afastamento do caminho do direito. AERS 276,3

A segunda perda foi totalmente diferente em sua natureza. Ela se apoderou do ser físico do homem e o reduziu aos seus elementos originais; isto o devolveu ao pó da terra. Com isso, não seríamos entendidos como dizendo que a natureza moral ou física de um homem pode ser seriamente afetada sem afetar a outra. Quando o homem perverte suas faculdades morais, ele degrada seu sistema físico e o sujeita a males incalculáveis. Todo sofrimento que existe e que sempre existiu no mundo, teve sua origem nessa fonte. E, quando o homem abusa de seu sistema físico, ele enfraquece suas faculdades morais. Essas proposições não serão negadas. Mas é igualmente inegável que aquilo que afeta diretamente um só pode afetar indiretamente o outro. Um homem pode perverter seus caminhos e desprezar seu Criador e ferir sua consciência, e ainda assim viver muitos anos; embora o fim dessas coisas seja a morte. E a justificação do pecado pode ser recebida com uma consciência purificada e um coração renovado, embora o sistema físico esteja sujeito à decadência e morte; assim também a permanência nesse estado justificado - perseverança no que é certo - certamente conduza à vida eterna. É verdade que o primeiro passo para recuperar o homem das consequências da queda visa a recuperação completa em todas as coisas; mas existem etapas progressivas no trabalho; uma é levada antes da outra. AERS 277,1

Por razões puramente teóricas, muitos nesta época negam que a morte - a morte do corpo físico homem - é o resultado do pecado. Eles dizem que o homem que foi feito do pó da terra teria morrido se nunca tivesse pecado; que, sendo feito de material perecível, ele deve ter perecido, pela própria natureza de seu ser. Mas esta declaração é defeituosa e errônea. (1) O universo material, a terra, não é necessariamente perecível. Pode passar por grandes mudanças, mas não podemos acreditar que um dia foi feito em vão ou que

vai desaparecer. Quando foi criado, foi considerado muito bom e sobre ele "as estrelas da manhã cantaram juntas, e todos os filhos de Deus rejubilaram de alegria". Nem há qualquer evidência de que o homem, que foi "feito de forma espantosa e maravilhosa", teria perecido se não tivesse pecado. Na melhor das hipóteses, é apenas uma suposição simples e não sustentada pela razão. Mas, (2) É diretamente contrário à palavra do próprio Jeová, que disse: na sentença sobre o pecado do homem, visto que ele tinha comido da árvore da qual estava proibido de comer, a terra da qual ele foi tirado, sobre a qual ele recebeu o domínio, deveria ser amaldiçoada e ele deveria retornar a ela. E, cumprindo esta sentença, o homem foi excluído da árvore da vida, para que não estendesse a mão e pegasse e comesse (um ato puramente físico) e vivesse para sempre. Se considerarmos a palavra do Senhor, devemos admitir que a morte, a morte de todo o homem, foi o resultado de sua desobediência. E nenhuma outra morte, mas uma morte literal ou física foi ameaçada ou poderia ser infligida. Pois, como já consideramos, a morte espiritual não é uma imposição, mas um crime; não é uma penalidade, mas incorre em uma penalidade. AERS 277,2

Este é um ponto importante, pois a amplitude da obra de redenção está envolvida nele. A redenção deve ser tão extensa quanto a perda; caso contrário, não seria completa. Se a perda envolveu a morte da natureza física do homem, então a redenção deve tomar conta de sua natureza física. E isso veremos que sim. Consideramos então, AERS 279,1

1. Cristo, nosso sacrifício substitutivo, morreu uma morte física. Esta é certamente uma boa razão para acreditar que o evangelho se apodera das relações físicas. Não podemos ver como, de outra forma, o método ou a natureza do sacrifício podem ser contabilizados. AERS 279,2

2. Após a morte e sepultamento, e permanecendo na sepultura pelo tempo designado pela profecia, ele teve uma ressurreição física. Alguns chegaram a negar isso. Com relação à ressurreição, as seguintes palavras foram copiadas de um sermão pregado em uma igreja ortodoxa: - AERS 279.3

"A ressurreição é típica da vida da alma; a figura de um corpo espiritual ensina, não a ressurreição do corpo material, mas a imortalidade da alma." AERS 279,4

Essa é a opinião de muitos professores considerados ortodoxos. Em harmonia com isso, um escritor, que era espírita e professava crer na Bíblia, expressou sua fé da seguinte forma: - AERS 279.5

"Na morte o homem real, ou seja, sua alma e espírito, parte dele ou sai para fora de seu corpo morto; que no Novo Testamento isso é denominado anástasis, ou ressurreição." AERS 279,6

Essas citações são incluídas para que o leitor possa ver a necessidade do argumento que formulamos sobre a ressurreição literal ou física de Cristo. Todos os que defendem esse ponto de vista colocam a "ressurreição" ou ressurreição do espírito imortal no momento da morte do corpo. Mas a ressurreição de Cristo não correspondia de forma alguma a tal visão. AERS 280.1

a. A ressurreição de Cristo não foi a elevação de seu espírito para fora de seu corpo; pois ele não ressuscitou até o terceiro dia após sua morte. E

difícilmente eles irão argumentar que seu espírito não deixou seu corpo até que ele estivesse morto três dias! no entanto, eles são consistentes com essa teoria. AERS 280.2

b. O que ressurgiu foi colocado sob a tutela dos soldados romanos. Mas ninguém pode acreditar que, depois de algumas horas de morte de Jesus, os soldados foram colocados em guarda para evitar a fuga de seu espírito, e daí o relato de sua ressurreição. AERS 280.3

c. Seus inimigos negaram sua ressurreição e relataram que seus discípulos o haviam roubado. Eles queriam negar que seu espírito deixou seu corpo, e afirmar que seus discípulos vieram e roubaram seu espírito enquanto dormiam? AERS 280.4

d. O anjo disse aos que foram ao sepulcro: “Ele não está aqui; pois ele ressuscitou, como tinha dito. Venha, veja o lugar onde o Senhor estava.” Mateus 28: 6 . AERS 280.5

e. Quando seus seguidores foram ao sepulcro, após sua ressurreição, eles “não acharam o corpo do Senhor Jesus”. Lucas 24: 3 . AERS 280.6

f. Quando ele se encontrou com seus discípulos após sua ressurreição, ele disse a eles para tocar nele, para examinar as feridas em suas mãos, pés e lado, e ver que era ele mesmo; e ele comeu e comeu diante deles. Lucas 24: 36-43 . AERS 280,7

g. Em seu sermão no dia de Pentecostes, Pedro provou a ressurreição de Cristo pela promessa de Deus a Davi, que do fruto de seus lombos segundo a carne, ele levantaria Cristo para se sentar em seu trono”. Atos 2:30, 31 . Esta é uma prova positiva de uma ressurreição corporal. AERS 281.1

Podemos ir mais longe e provar pelas Escrituras que nem os crentes nem os incrédulos, judeus ou gregos, tinham qualquer ideia de tal ressurreição mística como agora é ensinada por homens de várias religiões nos dias de hoje. Mas não é absolutamente necessário, pois se uma ressurreição corporal ou física não for provada pelos pontos aqui notados, então a linguagem não pode ser moldada para ensiná-la. Notamos agora, AERS 281.2

3. Que Jesus, em sua ressurreição, foi "as primícias dos que dormem". 1 Coríntios 15:20 . Essa linguagem é significativa tanto em tipo quanto em ordem. Vimos que, no Novo Testamento, no caso do Salvador, sua ressurreição foi de um corpo material. Também é dito que os corpos de muitos santos deixaram os túmulos na época de sua ressurreição. E esta é uma garantia de que a ressurreição de todos os santos também será a do corpo. AERS 281.3

Dizemos que as primícias indicam o tipo e também a ordem. Os primeiros frutos de qualquer produto eram pagos a partir desse produto, e não de outra coisa. Um feixe de cevada não seria as primícias de um campo de trigo. Uma medida de trigo não seriam os primeiros frutos de um pomar de oliveiras. Considerar assim

os primeiros frutos seria apenas um absurdo. Mas isso não seria mais absurdo do que fazer a ressurreição de Jesus de uma morte física e um sepultamento na sepultura, os primeiros frutos de almas imortais, que nunca morreram e não poderiam morrer! Nenhuma incongruência maior poderia ser apresentada. Certamente, aqueles que ensinam tais teorias fantasiosas não podem ter considerado bem o resultado de sua ação. "Eles não sabem o que fazem." Nada além da ressurreição literal dos corpos físicos ou materiais responderá às primícias apresentadas na ressurreição de nosso Salvador. AERS 281.4

4. Apresentaremos brevemente algumas provas diretas da ressurreição; devemos selecionar aquelas que tenham relação com sua natureza. AERS 282.1

(1) "Não deixarás a minha alma no inferno; nem permitirás que o teu santo veja a corrupção." Salmo 16:10 . Este é um dos últimos textos que seriam selecionados por aqueles que espiritualizam as Escrituras, para provar a ressurreição do corpo; mas a isso se refere, pois a inspiração diz que é uma profecia da ressurreição de Cristo "segundo a carne". Atos 2:30, 31 . AERS 282,2

(2) "Teus mortos viverão, junto com meu cadáver ressuscitarão. Despertai e cantai, vós que habitais no pó; porque o teu orvalho é como o orvalho das ervas, e a terra lançará fora os mortos." Isaías 26:19 . AERS 282.3

(3) "Assim diz o Senhor: Evita o choro da tua voz e as lágrimas dos teus olhos; porque o teu trabalho será recompensado, diz o Senhor; e eles voltarão da terra do inimigo." Jeremias 31:16 . Aprendemos em Mateus 2: 16-18 que essa língua foi falada às mães cujos filhos foram mortos por Herodes. A morte é o inimigo (1 Coríntios 15:26) de cuja terra eles serão trazidos. AERS 282.4

(4) "Assim diz o Senhor Deus: Eis, povo meu, abrirei as vossas sepulturas, e vos farei sair das vossas sepulturas e vos introduzirei na terra de Israel." Ezequiel 37:12 . A visão do vale de ossos secos é freqüentemente mencionada como uma profecia de um avivamento espiritual. Mas as palavras citadas acima são da explicação do Senhor sobre a visão; e ninguém deve presumir explicar a explicação do Senhor. É clara e está em harmonia com as outras escrituras. AERS 283.1

(5) "E muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e desprezo eterno." Daniel 12: 2 . AERS 283,2

(6) "Eu os resgatarei do poder da sepultura; Eu os redimirei da morte; Ó morte, eu serei tua praga; Ó túmulo, eu serei tua destruição. " Oséias 13:14 . AERS 283,3

(7) "Mas, se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dentre os mortos habita em vós, aquele que ressuscitou Cristo dentre os mortos também

vivificará os vossos corpos mortais, pelo seu Espírito que habita em vós.”
Romanos 8:11 . AERS 283,4

(8) “Porque sabemos que toda a criação geme e está juntamente com dores de parto até agora. E não só eles, mas também nós mesmos, que temos as primícias do Espírito, até nós mesmos gememos em nós mesmos, esperando a adoção, a saber, a redenção de nosso corpo. ”
Romanos 8:22, 23 . AERS 283,5

(9) “Nem todos dormiremos, mas todos seremos transformados, em um momento, num abrir e fechar de olhos, ao som da última trombeta: porque a trombeta soará, e os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transformados. Pois isto que é corruptível deve revestir-se de incorrupção, e o que é mortal deve revestir-se da imortalidade. ” 1
Coríntios 15: 51-53 . AERS 284,1

Se toda palavra for estabelecida pela boca de duas ou três testemunhas, não há necessidade de que esta linha de prova seja levada mais longe. Nenhuma dessas declarações pode falhar, pois "as Escrituras não podem ser violadas". E nos regozijamos com a certeza. De fato, "gememos dentro de nós mesmos"; nossas doenças e dores são evidências de nossa mortalidade. Ansiamos pelo dia em que este mortal revestir-se-á da imortalidade; quando a morte for tragada pela vitória; quando a obra da redenção pelos santos sofredores for concluída. AERS 284,2

Sobre a natureza da ressurreição, estamos dispostos a submeter o que precede a todo leitor sincero e reverente das páginas de inspiração divina. Sobre a importância da ressurreição, devemos dar alguns testemunhos. AERS 284,3

Quando Jesus estava instruindo seus discípulos a respeito de seu dever para com os pobres, ele disse: “Porque eles não podem te recompensar; porque serás recompensado na ressurreição dos justos ”. Lucas 14:14 . É preciso lembrar que a ressurreição ocorre quando o Senhor Jesus vier pela segunda vez; não pode acontecer antes, e se ele nunca viesse, não haveria ressurreição dos mortos. E, portanto, qualquer texto que introduza a ressurreição dos justos, necessariamente introduz também a vinda de Cristo. E, da mesma maneira, qualquer texto que fala da vinda de Cristo, introduz em nossas mentes a ressurreição dos justos, visto que eles estão inseparavelmente conectados. Veja a seguinte prova decisiva: “Porque o próprio Senhor descerá do céu com alarido, à voz do arcanjo e ao som da trombeta de Deus; e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro. Então nós, que ainda estivermos vivos, seremos arrebatados com eles nas nuvens, para encontrar o Senhor nos ares; e assim estaremos para sempre com o Senhor. Portanto, confortem uns aos outros com estas palavras. ” 1 Tessalonicenses 4: 16-18 . Observe os pontos introduzidos na conexão: - AERS 284,4

1. O próprio Senhor virá; será uma vinda pessoal e real. AERS 285.1

2. A voz do arcanjo (o Filho de Deus, compare com João 5: 27-29), e a trombeta de Deus serão ouvidas. AERS 285,2

3. Os mortos em Cristo ressuscitarão. AERS 285.3

4. Os santos vivos serão arrebatados com eles, trasladados, para encontrar o Senhor. AERS 285,4

5. Assim, desta maneira, estarão sempre com o Senhor. AERS 285,5

6. Estas são palavras de conforto para os santos. Em Lucas 14:14 estão as palavras de Jesus de que seremos recompensados na ressurreição dos justos. Neste último texto aprendemos de que maneira e em que circunstâncias a recompensa será dada. Intimamente relacionado a isso, em suas várias circunstâncias, é a instrução dada em 1 Coríntios 15 . Todo o capítulo é um argumento sobre a ressurreição, mas especialmente os versículos 42-54 , que falam diretamente da ressurreição dos justos. AERS 285,6

1. Eles serão ressuscitados em glória. AERS 286,1

2. Nem todos dormiremos; alguns serão trasladados. AERS 286,2

3. A trombeta soará; o último trunfo. AERS 286,3

4. Devemos ser revestidos da imortalidade, ou seja, a morte será tragada pela vitória. AERS 286,4

A vinda de Jesus não é mencionada, mas é bem compreendida, pois nenhum desses eventos pode ocorrer antes que ele venha. AERS 286,5

E assim o seguinte: “Quando Cristo, que é a nossa vida, aparecer, então vós também aparecereis com ele na glória.” Colossenses 3: 4 . Iremos aparecer com ele na glória naquele tempo, porque os santos são “ressuscitados na glória”, imortalizados, naquele tempo. Outro apóstolo testifica a mesma coisa. “Sabemos que, quando ele aparecer, seremos como ele ; porque o veremos como ele é. ” 1 João 3: 2 . AERS 286,6

“E quando o supremo Pastor aparecer, receberéis uma coroa de glória que não desaparece.” 1 Pedro 5: 4 . Este é um texto paralelo e de grande clareza e força. E ainda mais várias vezes encontramos o Filho de Deus apontando para o advento e, claro, para a ressurreição dos justos, como o tempo de conferir a recompensa. “Porque o Filho do homem virá na glória de seu Pai, com seus anjos; e então ele recompensará a cada homem de acordo com suas obras. ” Mateus 16:27 . “Eis que cedo venho; e minha recompensa está comigo, para dar a cada homem segundo seu trabalho. ” Apocalipse 22:12 . Veja também Mateus 25: 31-34 . AERS 286,7

A infinita importância deste assunto para os santos, como o tempo e os meios pelos quais eles serão glorificados, justifica plenamente o apóstolo Paulo ao chamá-lo de "a bem-aventurada esperança". “Buscando aquela bendita esperança e a gloriosa aparição do grande Deus e nosso Salvador Jesus Cristo.” Tito 2:13 . Mais literalmente: “E o aparecimento da glória do grande Deus e nosso Salvador Jesus Cristo”. Compare Mateus 16:27 , citado acima. AERS 287,1

Não podemos deixar de citar algumas palavras dos comentários do Dr. Clarke sobre 1 Coríntios 15 . No versículo 32 ele diz: - AERS 287,2

“O que o apóstolo diz aqui é uma conclusão regular e legítima da doutrina de que não há ressurreição; pois se não houver ressurreição, então não pode haver julgamento; nenhum estado futuro de recompensas e punições; por que, portanto, devemos carregar cruzes e nos manter sob contínua disciplina! Comamos e bebamos, tenhamos todo o prazer que pudermos, pois amanhã morreremos; e haverá um fim para nós para sempre.” AERS 287,3

Muito poucos escritores teológicos da atualidade, reconhecidos como eminentes e ortodoxos, usariam a linguagem aqui usada pelo Dr. Adam Clarke. Uma grande mudança ocorreu nas mentes do mundo cristão a esse respeito. Dr. Clarke disse que, em seus dias, no início do século presente, a fé e a pregação da igreja diferiam muito, neste assunto, das dos apóstolos e da igreja primitiva. E em nenhuma parte do cristianismo o sentimento era popular, a respeito da natureza e importância da ressurreição, e que mudou tão rápido desde o tempo do Dr. Clarke até o presente. A seguir estão suas palavras: - AERS 287,4

Uma observação que não posso deixar de fazer; a doutrina da ressurreição parece ter sido considerada muito mais importante entre os cristãos primitivos do que agora! Como é isso? Os apóstolos estavam continuamente insistindo nisso, e estimulando os seguidores de Deus à diligência, obediência e alegria por meio dela. E seus sucessores nos dias atuais raramente mencionam isso! Assim, os apóstolos pregaram; e assim creram os cristãos primitivos; assim nós pregamos, e assim nossos ouvintes crêm. Não existe uma doutrina no evangelho que tenha maior ênfase; e não há uma doutrina no atual sistema de pregação que seja tratada com mais negligência!” AERS 288.1

O Doutor pergunta: “Porque isso?” Não é difícil explicar o motivo: a igreja aceitou um substituto para a vinda de Cristo e a ressurreição. A Bíblia diz que a imortalidade é trazida à luz por Cristo no evangelho. As escolas de teologia cristã ensinam que ela foi trazida à luz com mais força por Platão - mostrado como inerente à natureza do homem. A Bíblia diz que devemos buscar a imortalidade. “O que o homem vê, por que ainda espera?” Por que buscar o que já possuímos? A Bíblia diz que devemos revestir-nos da imortalidade na ressurreição. A teologia ensina que, se houver alguma barreira para a plenitude de nossa imortalidade, ela será removida pela morte! por meio da qual somos conduzidos a um estado de alegria imortal. A Bíblia diz que ressurgiremos em glória quando Cristo, nossa Vida, aparecer. Mas a teologia ensina que somos glorificados pela morte, que abre os portões perolados para a alma libertada dos obstáculos de nossa natureza física. O contraste pode ser levado muito mais longe, mas ninguém que lê a Bíblia pode deixar de vê-lo. E para mostrar que nossa apresentação do contraste é estritamente justa, citamos o seguinte parágrafo de um dos jornais religiosos mais influentes dos Estados Unidos. Era parte de um comentário sobre 1 Tessalonicenses 4: 13-18, que nos ensina a consolar uns aos outros com o fato de que o Senhor está vindo, os mortos em Cristo serão ressuscitados e os santos vivos serão trasladados. Segue: - AERS 288,2

“Para todos os fins práticos de conforto, a doutrina da bendita imortalidade dos justos, a imortalidade da alma, toma o lugar para nós de qualquer doutrina duvidosa da segunda vinda do Senhor. Na nossa morte, o Senhor vem para nós. Isso é o que devemos esperar e vigiar. Os mortos já passaram para a glória. Eles não esperam pela trombeta para seu julgamento e bem-aventurança.” AERS 289,1

Como a igreja pode apreciar muito a vinda de Cristo e a ressurreição dos mortos, ao mesmo tempo que se apegue a esses pontos de vista? A pergunta pode ser levantada: Se a imortalidade da alma e a glorificação na morte “tomam o lugar para nós” do advento e da ressurreição, por que não tomaram o lugar para Paulo e seus irmãos? “Aquela bendita esperança” realmente foi substituída por outra no plano do evangelho, ou a igreja está mostrando uma representação das verdades da inspiração divina? Este é um assunto da maior importância; diz respeito à nossa lealdade à verdade do Altíssimo e à honra de nosso Salvador, cujos planos e compromissos estão sendo menosprezados perante o mundo. AERS 289,2

A vida é o maior presente que pode ser conferido a uma criatura. Todos os prazeres, todas as esperanças, todas as possibilidades estão centrados na vida. A perda de vidas é o agregado, a soma total de todas as perdas. O homem pode perder muitas coisas na vida; quando a vida está perdida, ele não tem mais nada a perder. A morte é a pena extrema da lei. É a penalidade pela transgressão da lei de Deus. Esta penalidade - esta perda de tudo - o homem incorreu pela desobediência ao seu Criador. Jesus, o Filho de Deus, veio buscar e salvar o perdido; ele veio abrir um caminho pelo qual o homem pudesse escapar da morte e ter vida eterna. Ele é o grande Restaurador da vida; ele é “nossa vida”. Colossenses 3: 4 . “Deus nos deu a vida eterna, e esta vida está em seu Filho”. 1 João 5:11 . AERS 290.1

Deve ficar claro para todo leitor da Bíblia que, quando o homem foi colocado em liberdade condicional, foi por causa sua vida. Quando ele pecou, ele incorreu na penalidade da lei que dizia que ele deveria morrer. A sentença contra sua transgressão era que ele retornasse ao solo de onde foi tirado. O meio empregado para executar a sentença estava privando-o do acesso à árvore da vida, para que não comesse e vivesse para sempre. Um contraste é apresentado em toda a Bíblia: vida ou morte. AERS 290,2

A morte é um inimigo que Jesus veio para vencer e destruir. 1 Coríntios 15:26 ; 2 Timóteo 1:10 . A raça humana é literalmente uma raça moribunda; sem Jesus não há esperança. A terra se tornou um vasto cemitério, marcado com seus túmulos de uma extremidade a outra. A morte rompe os laços mais queridos da terra; despoja os corações e traz a mais aguda angústia aos que amam. Suas conquistas são quase universais; ela mantém em sua prisão sombria os incontáveis milhões de nossa raça malfadada. Mas, como inimiga dos santos de Deus, a própria morte está condenada. A tumba voraz será roubada de seus despojos. “Mas não quero que ignoreis, irmãos”, disse um inspirado apóstolo, “a respeito dos que dormem, para que não vos entristeçais, como outros que não têm esperança.” Ele então remove toda ocasião de ignorância e dá a eles a base da esperança do evangelho a respeito de seus entes queridos que dormem na morte. Ele baseia tudo no fato de “que Jesus morreu e ressuscitou”. E então relata em ordem os fatos futuros nos quais a esperança do cristão possa descansar. 1. O Senhor, “o próprio Senhor descerá”, e a trombeta soará. 2. Os que dormem, “os mortos em Cristo ressuscitarão”. 3. Nós, que estamos vivos e permanecemos, seremos arrebatados juntamente com eles e assim sempre estaremos com o Senhor. Sua conclusão é: “Consolemos uns aos outros com estas palavras”. E isto, disse o apóstolo, “nós vos dizemos pela palavra do Senhor”. Aqui não há conjecturas; a fé repousa aqui, sem dúvida. AERS 291,1

Que os enlutados e tristes olhem para cima; pois a redenção se aproxima. Oh, a glória daquele dia quando Jesus vier para reunir seus resgatados em casa. A voz do arcanjo

deve abrir as sepulturas dos justos, que uma vez sentiram o aguilhão da morte. Na flor da juventude imortal, eles se levantam para encontrar seu Senhor. Lembrando-se das dores da morte que uma vez sofreram, e conscientes de que, para eles todas as dores e lágrimas passaram para sempre, eles gritam em triunfo: "Ó morte, onde está o teu aguilhão?" Olhando para aquelas camas empoeiradas onde há muito dormiram, eles perguntam exultantes: "Ó túmulo, onde está a tua vitória?" E os trasladados juntam-se a eles em uma canção arrebatadora: "Graças a Deus, que nos dá a vitória por nosso Senhor Jesus Cristo". Bem poderia o lamento de Bliss antecipar o triunfo daquele dia quando ele cantou: - AERS 291.2

"Toda alegria que seus entes queridos trazem, Quando Jesus vier; Todo o louvor através do céu tocando Quando Jesus vier; Toda beleza brilhante e primaveril, Quando Jesus vier; Toda glória, grande, eterna, Quando Jesus vier. " AERS 292.1

Quando este corpo corruptível se revestir de incorrupção e isto que é mortal se revestir da imortalidade ", Deus enxugará todas as lágrimas dos olhos de seu povo; e não haverá mais morte, nem tristeza nem choro; então, compreenderemos, como não podemos agora, o valor do sangue de Jesus e a glória de sua Expição. Então, e só então, a igreja poderá cantar sua canção de vitória completa; então, para os santos, a obra redentora do amor realmente será realizada. AERS 292,2

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.1194#1194>

CAPÍTULO XII. REDENÇÃO - CONTINUAÇÃO

A redenção do homem dos efeitos da queda de Adão e dos pecados inerentes à nossa condição decaída é pelo perdão dos pecados e pela ressurreição dos mortos. Esses meios da graça divina foram amplamente notados. Mas a obra da graça não é concluída neles, assim como a maldição da transgressão não recaiu somente sobre o homem. Tendo sido feito do pó da terra, ele foi intimamente aliado à terra sobre a qual ele recebeu o domínio, e a terra foi amaldiçoada por causa dele. Não é necessário investigar aqui todas as razões pelas quais a terra foi amaldiçoada por causa do homem; é suficiente para o nosso propósito atual aceitar o fato conforme revelado na palavra de Deus. AERS 293,1

Para cumprir o conselho ou propósito original do Criador, a obra de redenção deve incluir mais do que a recuperação do homem do pecado e da morte; deve incluir a restauração da terra. A maldição deve ser removida e a terra restaurada ao estado de liberdade do mal em que se encontrava quando Deus declarou tudo "muito bom". Sem a redenção da terra, a criação nunca seria totalmente recuperada da mancha imunda trazida pelo pecado. Satanás triunfaria até agora, se uma reprovção e uma mancha não fossem apenas lançadas sobre a obra do Criador, mas sim perpetuadas; o mal seria imortalizado. Ou, para evitar isso, a própria obra teria que ser destruída. AERS 293,2

A destruição é apenas um ato de justiça onde recai sobre um probacionista inteligente, que escolhe seu próprio destino e se recusa a cumprir a vontade de seu Criador e o objeto de seu ser. Deus pode permitir o mal de forma consistente, tanto moral quanto física, por um tempo, a fim de que um agente inteligente possa desenvolver seu caráter, com a provisão para um Julgamento em que a justiça e a verdade sejam plena e certamente vindicadas. E ele pode destruir consistentemente o transgressor obstinado da lei divina. Mas destruir a obra de suas próprias mãos, que não teve vontade de sofrer a maldição, seria uma vitória final para o inimigo. Permitir o mal sem referência a um julgamento, para perpetuá-lo e imortalizá-lo no universo, seria uma reprovção eterna no plano e na obra do Criador. Isso estragaria para sempre a beleza e a pureza de seu trabalho; impedindo para sempre a realização de seu propósito original, a menos que pecado e miséria estivessem em seu propósito original, o que não podemos admitir. Não vindicaria a justiça, porque a eternidade do mal não tem relação com a penalidade da transgressão originalmente anunciada. AERS 294,1

O conselho de Deus permanecerá. O que quer que ele possa permitir temporariamente é para fins de provação e de julgamento, não podemos supor que seu propósito original será finalmente frustrado, de modo que aquilo que se originou na vontade de Satanás e na rebelião prevalecerá eternamente e obscurecerá o que se originou exclusivamente na vontade e mente de Jeová. Mas, razoável como é nossa proposição, não somos deixados a raciocinar a conclusão. A revelação da mente de Deus a respeito do homem e de sua herança é deixada clara e, portanto, procedemos ao exame das Escrituras a respeito de AERS 294,2

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.1203#1203>

2. A REDENÇÃO DA TERRA

Foi observado que a redenção do homem não contemplava meramente uma restauração ao estado que ocupava quando foi criado; pois ele foi então colocado em liberdade condicional por toda a vida. Mas aqueles que são redimidos do pecado e da morte passaram pela provação; eles garantiram a vida eterna; eles são levados à condição que Deus determinou que o homem ocupasse depois de cumprir fielmente seu período de provação e receber a bênção da imortalidade. Da mesma forma, a Terra será mais do que restaurada à sua condição primitiva. Quando o homem foi criado, seu domínio não estava na condição para a qual foi projetado. Foi-lhe dito para “multiplicar e encher a terra e subjugar-la.” O Senhor “plantou um jardim ao leste, no Éden”, e o homem foi designado “para cultivá-lo e mantê-lo”. Se ele tivesse permanecido inocente e mantido sua posição no jardim, à medida que seus descendentes se multiplicavam, teriam estendido o jardim no processo de subjugar a terra, até que sua superfície se tornasse um vasto jardim - um cenário de beleza incomparável. Mas o pecado interrompeu imediatamente a obra. O chão estava amaldiçoado; o jardim foi removido; a árvore da vida foi tirada; e em seu lugar espinhos e abrolhos surgiram para aumentar os cuidados e trabalhos. A maldição sobre a terra, o crescimento de espinhos e abrolhos, a ausência da árvore da vida, não eram mais parte do propósito original de Deus com relação à terra, do que o pecado e a miséria eram não eram seu propósito original com relação ao homem. E, é claro, o cumprimento total de seu propósito original levará toda a terra a um estado de beleza; quando o deserto se regozijar e florescer como a rosa, e o deserto como o Éden, sim, como o jardim do Senhor. Isaías 35: 1 ; 51: 3 . Tanto o homem quanto seu domínio devem e serão colocados fora do alcance da maldição; além do poder e do perigo do mal moral e físico. AERS 295,1

A maravilhosa misericórdia e amor de Deus em fornecer um meio de salvação em um sacrifício tão imenso como o presente de seu próprio Filho querido, não foram apreciados pela raça caída. À medida que os homens se multiplicavam na Terra, eles corromperam seu caminho diante de Deus, e a terra encheu-se de violência e iniquidade. Quando eles se desviaram quase sem exceção, o Senhor determinou interromper essa carreira de crime e destruir a geração perversa. Somente Noé, de todos os milhões de vivos, manteve sua integridade. O propósito de misericórdia para com a raça foi cumprido nele. AERS 296,1

Depois do dilúvio, à medida que os habitantes da terra aumentaram novamente, em vez de se humilharem perante o Altíssimo, que tão maravilhosamente tornara conhecidos sua justiça e seu poder, eles fizeram do dilúvio uma desculpa para justificar sua ambição insana, e se propuseram construir uma torre por meios pelos quais eles podem desafiar o poder do Todo-Poderoso! Nisto eles mostraram tão pouca consideração por sua autoridade e poder, que eles não tinham fé em sua promessa da qual o arco na nuvem era um símbolo. Mas o Senhor não se limita em recursos para frustrar os propósitos dos rebeldes. Ele confundiu a linguagem deles para que eles não pudessem mais planejar e trabalhar em conjunto, e eles, por necessidade, "pararam de construí-la". AERS 296,2

Como as pessoas na terra estavam agora divididas em nações, e todas se afastando do Senhor, tornou-se necessário separar uma família, um povo, para preservar o conhecimento de Deus e desenvolver o plano de salvação e identificar a semente

prometida da mulher que machucaria a cabeça da serpente. Em meio a toda essa perversidade, Abraão somente ficou, um homem de integridade e firmeza singulares no que é direito, de modo que foi agraciado com o notável título de "o amigo de Deus". Ele foi constituído o pai de todos os fiéis que deveriam viver na Terra, até o fim dos tempos; e à promessa feita a ele somos orientados a buscar nossa esperança. Veja Hebreus 6: 11-20 . AERS 297,1

Também é dito: “E se sois de Cristo, então sois descendência de Abraão e herdeiros conforme a promessa”. Gálatas 3:29 . Nossa herança está, portanto, diretamente relacionada à promessa feita a Abraão. Qual é a promessa? De que somos herdeiros? Tem sido dito por alguns que a única promessa dada a Abraão na qual temos algum interesse é a “semente”, ou Cristo. Mas isso não pode ser assim, pois o apóstolo neste mesmo capítulo, Gálatas 3:16 , diz que as promessas foram feitas a Abraão e a Cristo; não de Cristo. Se somos de Cristo, somos herdeiros das mesmas promessas. Isso é ainda mais provado em Romanos 8:17 , onde é dito que, se somos filhos de Deus, somos “herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo ”. Assim, parece que certas promessas foram feitas a Abraão e sua semente; que a semente é, primariamente, Cristo e, secundariamente, aqueles que são de Cristo; herdeiros com ele das promessas. AERS 297,2

De acordo com as Escrituras, é uma consideração importante sermos reconhecidos como descendência ou herdeiros de Abraão. Agora, não pode ser uma questão importante ser provado um herdeiro daquele que nada tem a dar. Qual foi, então, a promessa, qual a herança que podemos esperar receber de Abraão, nosso pai? Que a promessa era de uma herança, de uma posse, ou, por assim dizer, de uma propriedade rural, é amplamente provado em ambos os Testamentos. Assim, Paulo disse de Abraão: “Pela fé ele peregrinou na terra da promessa como em um país estranho, habitando em tabernáculos com Isaque e Jacó, herdeiros com ele da mesma promessa.” Hebreus 11: 9 . E mais adiante no versículo 13: “Todos estes morreram na fé, não tendo recebido as promessas, mas vendo-as de longe, foram perseverantes e as abraçaram e confessaram que eram estrangeiros e peregrinos na terra”. AERS 298,1

Como estranhos e peregrinos, eles habitaram na terra da promessa; embora fosse para ser sua herança, eles moravam como em um país estranho, e morreram na fé da promessa ainda a ser cumprida. Esta linguagem é inconfundível em seu significado. E seu significado óbvio, é totalmente sustentado pelas palavras de Estevão. O Senhor disse a Abraão: “Sai da tua terra e da tua parentela e entra na terra que eu te mostrarei ... E ele não lhe deu nenhuma herança nela, não, nem mesmo para estabelecer seu pé ali; ainda assim, ele prometeu que daria a ele como uma posse, e à sua semente depois dele, quando ainda não tinha filhos ”. Atos 7: 3-5 . E aprendemos em Hebreus 11 que ele morreu sem recebê-la; portanto, a promessa continua a ser cumprida; e se para ser cumprida com ele, é claro “para sua semente,” - todos os que são de Cristo. AERS 298,2

Quando examinarmos as promessas originais do Antigo Testamento, às quais os escritores do Novo Testamento se referem, descobriremos que “a terra” é seu encargo principal. Quando o Senhor chamou Abraão pela primeira vez, disse-lhe que fosse para uma terra que ele lhe mostraria. E quando ele entrou em Canaã, o Senhor apareceu a ele e disse: “À tua semente darei esta terra; e ali ele edificou um altar ao Senhor ”. Gênesis 12: 1, 7 . Depois que Ló foi separado dele, a promessa foi renovada. Para que se veja a

proeminência deste ponto, copiamos na íntegra o que lhe foi dito nesta ocasião. AERS 299,1

“E o Senhor disse a Abrão, depois que Ló se separou dele: Levanta agora os teus olhos e olha desde o lugar onde estás ao norte e ao sul, e ao leste e ao oeste; para toda a terra que vês, pois Eu a darei a ti e à tua descendência para sempre. E farei a tua semente como o pó da terra; de maneira que, se um homem pode contar o pó da terra, então a tua semente também será contada. Levanta-te, percorre esta terra, no seu comprimento e na sua largura; porque eu te darei.” Gênesis 13: 14-17 . AERS 299,2

Na próxima repetição da promessa, este ponto torna-se especialmente proeminente, como segue: “E disse-lhe: Eu sou o Senhor que te tirou de Ur dos Caldeus, para te dar esta terra para a herdares.” Gênesis 15: 7 . E novamente: “Dar-te-ei a ti e à tua descendência depois de ti a terra de tuas peregrinações, toda a terra de Canaã em perpétua possessão, e serei o seu Deus.” Gênesis 17: 8 . Assim, o Senhor disse a palavra de que ele tirou Abraão de sua terra natal para dar a ele a terra que ele mostraria a ele e à sua descendência como possessão perpétua. Este era o seu propósito; mas esse propósito nunca foi cumprido; Abraão, com sua posteridade, morreu pela fé em seu cumprimento, e como Deus é fiel, isso certamente acontecerá. AERS 300.1

Que esta promessa da terra ficou profundamente impressa na mente dos patriarcas é provado por suas referências a ela. Quando Abraão enviou seu servo para tomar uma esposa para Isaque, ele disse: “O Senhor Deus do Céu, que me tirou da casa de meu pai e da terra de minha parentela, e que falou comigo, e que me jurou, dizendo: À tua descendência darei esta terra; ele deve enviar seu anjo antes de ti, e tu tomarás uma esposa para meu filho dali.” Gênesis 24: 7 . AERS 300.2

O Senhor também apareceu a Isaque em Gerar, quando ele estava a caminho do Egito, e disse-lhe: “Não desça ao Egito; habita na terra de que te hei de falar. Peregrina nesta terra e eu serei contigo e te abençoarei; porque a ti e à tua descendência darei todas estas terras e cumprirei o juramento que jurei a Abraão, teu pai.” Gênesis 26: 2, 3. É digno de nota que neste, o único exemplo registrado de Deus falando a Isaque, ele começa com a renovação da promessa da terra, em cumprimento de sua palavra e juramento a Abraão. E no único caso registrado de Isaque referindo-se às promessas de Deus a seu pai, “a terra” é o assunto principal de menção. Ele mandou Jacó tomar uma esposa de sua parentela em Padã-Harã, dizendo: “E Deus Todo-Poderoso te abençoe e te faça fecundo e te multiplique, para que sejas uma multidão de pessoas; e te dê a bênção de Abraão, a ti e à tua descendência contigo; para que possas herdar a terra de tuas peregrinações, que Deus deu a Abraão.” Gênesis 28: 3, 4 . AERS 301.1

E Jacó seguiu seu caminho, e o Senhor também apareceu a ele em sonho, e disse: “Eu sou o Senhor Deus de Abraão, teu pai, e o Deus de Isaque; a terra em que estás deitado, a ti darei a ti e à tua descendência.” Gênesis 28:13 . E novamente, após sua estada naquela terra, o Senhor apareceu quando saiu de Padã-Harã e disse-lhe: “Eu sou o Deus Todo-Poderoso: frutifica e multiplica-te; uma nação e uma multidão de nações sairá de ti, e reis sairão de teus lombos; e a terra que dei a Abraão e a Isaque, a ti a darei, e à tua descendência depois de ti darei a terra.” Gênesis 35:11, 12 . E, finalmente, José ordenou a seus irmãos que carregassem seus ossos para fora do Egito, dizendo: “E Deus certamente vos visitará e vos trará desta terra para a terra que jurou a Abraão, a Isaque e a Jacó.” Gênesis 50:24 . AERS 301,2

E assim é claramente mostrado que a herança, a posse, a terra, era o grande objeto da promessa na aliança abraâmica, sem a qual as outras promessas nunca poderiam ser cumpridas. AERS 302.1

Muitos supõem que todas as promessas de posse da terra foram cumpridas aos descendentes naturais de Abraão, que moraram na terra de Canaã. Já mostramos nas Escrituras várias linhas de prova mostrando que a posse da terra de Canaã não cumpriu a promessa; que aquela terra, na condição em que a receberam, não era a verdadeira herança da semente de Abraão, mas apenas típica dela. AERS 302,2

1. A habitação dos filhos de Israel na terra de Canaã não foi um cumprimento da promessa de que Abraão, Isaque e Jacó deveriam possuí-la. Não foi dito apenas que seus filhos deveriam herdá-la, mas que eles e sua semente deveriam recebê-la como possessão eterna. Estevão disse que Abraão não teve herança nela, não, nem mesmo colocou o pé nela. Isso se provou literalmente verdadeiro, pois ele teve que comprar dos habitantes da terra um lugar para enterrar Sara, sua esposa, em Hebron. E Paulo disse que Abraão, Isaque e Jacó, herdeiros com ele da mesma promessa, morreram sem recebê-la, e confessaram que eram estrangeiros e peregrinos na terra. Isso por si só seria suficiente para provar que a promessa ainda não foi cumprida. AERS 302.3

2. De acordo com o testemunho de Paulo em Gálatas 3:16, Cristo foi a semente a quem a promessa foi feita; e ele, como Abraão, foi peregrino na mesma terra. Ele não tinha “onde reclinar a cabeça”. Ele foi o Criador do mundo, destinado a ser o Redentor do mundo, mas ainda assim passou uma vida de labuta e sofrimento no mundo sem um lugar de descanso ou lar na Terra. Ele comprou a redenção da terra carregando em sua pessoa a maldição da terra, da mesma forma que redimirá o homem porque suportou a maldição do homem. Quando o solo foi amaldiçoado, o Senhor disse que produziria espinhos por causa da transgressão do homem; estes ele nunca teria produzido se o pecado não tivesse entrado. E Jesus, quando ele foi feito uma oferta pelo pecado; quando ele foi colocado nas mãos dos poderes da terra, foi coroado com espinhos. O velho manto púrpura e a coroa de espinhos eram uma zombaria de seu direito como rei, mas eles se tornaram parte do meio de seu triunfo final - um meio de vindicar a justiça de Deus perante os homens e anjos no Juízo. Ele era "o herdeiro" que os homens da vinha expulsaram e mataram. Mas ele virá novamente para reivindicar os seus, e eles serão destruídos. Mateus 21: 33-42 . AERS 303.1

3. Há um argumento de analogia sobre este assunto que é muito conclusivo, além das declarações diretas das Escrituras, mostrando que toda a terra foi contemplada na promessa original. Este argumento deve ser admitido por todos os que afirmam ser a semente de Abraão e reconhecem como válida a aliança feita com ele. Nesta aliança encontramos três pontos importantes, a saber, 1. A terra da promessa. 2. A semente a quem a promessa foi feita. 3. O símbolo da aliança, que é a circuncisão. Tudo o que será reivindicado aqui nos pontos 2 e 3 será prontamente aceito por todos os crentes do Novo Testamento. AERS 304.1

A semente. O leitor do Antigo Testamento pode facilmente concluir que “a semente” a quem as promessas foram feitas incluía apenas os descendentes literais de Abraão. Mas

o termo logo foi restringido e mostrou-se que se referia não a todos os descendentes de Abraão, mas aos descendentes dele por meio de um de seus filhos, Isaque. E no Novo Testamento é mostrado que o termo se refere principalmente a Cristo, o verdadeiro filho da promessa, e secundariamente a todos os que são de Cristo pela fé. Assim lemos: - AERS 304.2

“E não é judeu o que o é exteriormente; . . Mas é um judeu interiormente. ” Romanos 2:28, 29 . E ainda: “Porque nem todos os que são de Israel são Israel; nem por serem descendentes de Abraão, são todos filhos; mas, em Isaque será chamada a tua descendência. Isso é, eles que são os filhos da carne, esses não são os filhos de Deus; mas os filhos da promessa são contados como a semente. ” Romanos 9: 6-8 . AERS 304.3

Portanto, os verdadeiros herdeiros da promessa não são contados por descendência natural, mas são de todas as nacionalidades, como diz o apóstolo: - AERS 305.1

“Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; porque todos sois um em Cristo Jesus. E, se sois de Cristo, então sois descendência de Abraão e herdeiros conforme a promessa. ” Gálatas 3:28, 29 . AERS 305,2

“Portanto, lembrai-vos de que vós noutro tempo éreis gentios na carne, e chamados incircuncisão pelos que na carne se chamam circuncisão feita pela mão dos homens; Que naquele tempo estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel, e estranhos às alianças da promessa, não tendo esperança, e sem Deus no mundo. Mas agora em Cristo Jesus, vós, que antes estáveis longe, já pelo sangue de Cristo chegastes perto.” Efésios 2: 11-13 . AERS 305.3

Os gentios eram "estrangeiros da comunidade de Israel e estranhos para a aliança da promessa"; mas o evangelho de Cristo é o meio de sua naturalização, de modo que agora eles pertencem ao verdadeiro Israel de Deus se eles são da fé, e são “co-herdeiros, e do mesmo corpo, e participantes de sua promessa em Cristo por o Evangelho.” Efésios 3: 6 . AERS 305,4

O símbolo. Quando a aliança foi feita com Abraão, um sinal, ou símbolo, foi dado a ele. O Senhor disse a ele: “Todo filho varão entre vós será circuncidado. E circuncidareis a carne do vosso prepúcio; e será um símbolo da aliança entre mim e você. ” Gênesis 17:10, 11 . Isso, mais do que qualquer outra coisa, foi um sinal de separação entre judeus e gentios. E isso, a partir de seus termos, foi confinado à porção masculina dos filhos de Abraão, "Cada filho varão entre vocês." AERS 305,5

Mas no Novo Testamento tudo sobre este assunto é diferente, tanto na substância como na maneira. Como vimos que não é judeu, ou filho de Abraão, o que o é exteriormente, então “nem a circuncisão é aquela exterior na carne ... A circuncisão é aquela do coração, no espírito, e não na carne; cujo louvor não vem dos homens, mas de Deus. ” Romanos 2:28, 29 . “No qual também sois circuncidados com a circuncisão feita sem mãos, ao despojar o corpo dos pecados da carne pela circuncisão de Cristo.” Colossenses 2:11 . AERS 306.1

A circuncisão era chamada de "símbolo da aliança"; no Novo Testamento é chamado de sinal e selo; Romanos 4:11 . E o selo, ou circuncisão, do Novo Testamento é explicado

como segue: “Em quem também depois que crestes, fostes selados com o Espírito Santo da promessa, que é o penhor de nossa herança”. Efésios 1:13, 14 . AERS 306,2

O penhor é o mesmo que o selo ou sinal. Novamente está escrito: - AERS 306,3

“Não entristeçais o Espírito Santo de Deus, pelo qual fostes selados para o dia da redenção. Efésios 4:30 . “Quem também nos selou e deu o penhor do Espírito em nossos corações. ” 2 Coríntios 1:22 . AERS 306,4

Esta é a circuncisão do coração, no espírito; o verdadeiro símbolo ou sinal de nossa herança. E como foi dito a Abraão que o filho varão incircunciso deveria ser eliminado — ele não tinha parte na aliança; então agora é dito: “Se alguém não tem o Espírito de Cristo, este tal não é Dele”. Romanos 8: 9 . Ele não tem o selo ou símbolo da aliança e não tem parte na aliança. AERS 307.1

Agora observe a analogia. Todos os cristãos acreditam que a semente ou filhos de Abraão e a circuncisão têm um lugar no evangelho; que eles foram trazidos para esta dispensação; apenas ampliados em seus termos, e feitos para se aplicarem àqueles aos quais pareciam não se aplicar quando a primeira aliança foi feita. Ora, ampliá-los é exatamente o oposto de anulá-los ou fazê-los expirar por limitação. AERS 307,2

Mas se aqueles a quem uma certa promessa é feita, e o sinal ou garantia dessa promessa, são trazidos para o Novo Testamento, por que não é trazida também a própria promessa? E se os termos do outro forem ampliados, é razoável esperar que estes também o sejam. E assim encontramos escrito: “Porque a promessa de que ele deveria ser o herdeiro do mundo , não foi dada a Abraão, ou à sua descendência, pela lei, mas pela justiça da fé.” Romanos 4:13 . “Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra .” Mateus 5: 5 . AERS 307,3

Acreditamos plenamente, como observamos antes, que o propósito original de Deus na criação da Terra será cumprido; que a restauração da terra da maldição, dos espinhos e abrolhos, e de tudo que pudesse incomodar seus habitantes, estava incluída na promessa de que a semente da mulher machucaria a cabeça da serpente; ou, nas palavras do Novo Testamento, que Cristo deve destruir as obras do diabo. O “primeiro domínio” dado ao homem será devolvido a ele, mas a promessa de restauração foi feita para e por meio de Abraão e sua semente, e nós a recebemos como seus herdeiros. Os mansos herdarão a terra. Herdar é possuir por herança; mas nossa herança é exclusivamente a mesma de nosso pai Abraão. AERS 308.1

No livro de Hebreus há várias linhas de argumento provando a natureza exaltada, ofício, e a messianidade de Jesus de Nazaré. É afirmado, e provado pelas Escrituras, que ele é superior aos anjos, a Moisés, a Josué e a Arão. No último ponto, o escritor dilata-se, apresentando uma longa argumentação sobre o sacerdócio. Que Moisés, Josué e Arão foram tipos de Cristo é algo indiscutível. A respeito de Moisés está escrito: “E Moisés em verdade foi fiel em toda a sua casa, como servo, para testemunho das coisas que depois haviam de ser faladas; mas Cristo como um filho sobre sua própria casa ”; etc. Isso fixa a posição de Moisés e a natureza típica de sua obra. Da mesma maneira, o escritor argumenta que Josué não deu à casa de Israel o resto ou a herança que foi prometida, masque ainda está para ser dado ao povo de Deus. AERS 308,2

Que o Senhor deu descanso na terra de Canaã aos descendentes de Abraão não é maior prova de que a promessa se esgotou ali, do que o fato de que foram circuncidados os descendentes de Abraão cumprindo tudo o que foi designado na circuncisão, e atenderam por completo tudo o que foi expresso pelo termo semente. Mas vimos que não foi esse o caso. E vimos também que a promessa era para Abraão, bem como para sua semente, e que ela não foi cumprida para ele em nenhum sentido; também que a promessa era “que ele seria o herdeiro do mundo”, o que isso nunca foi cumprido para ele ou para qualquer um de seus descendentes. Este é aquele “descanso” que permanece para o povo de Deus, do qual Paulo fala em Hebreus 4: 9. AERS 309,1

Tem sido assumido, e muitos supõem, que, porque o sábado significa descanso, portanto, sempre que a palavra descanso é encontrada, é equivalente ao sábado. Mas este não é o caso, como um exame das Escrituras irá mostrar claramente. AERS 309,2

Quando Lameque gerou um filho (Gênesis 5:28, 29) “chamou seu nome de Noé, dizendo: Isto nos consolará quanto ao trabalho e labuta de nossas mãos”. A margem diz: “Ou seja, descanso ou conforto”. O nome era profético; significa descanso. Essa palavra foi usada por Moisés em seu discurso às duas tribos e meia que escolheram sua herança a leste do Jordão. Ele disse: “Naquele tempo ordenei-te, dizendo: O Senhor teu Deus te deu esta terra para a possuíres; vocês devem ir armado diante de vossos irmãos, os filhos de Israel, todos os que estão aptos para a guerra ... Até que o Senhor dê descanso a vossos irmãos, bem como a vós, e até que também possuam a terra que o Senhor vosso Deus lhes deu além do Jordão.” Deuteronômio 3: 18-20. E ainda: “Porque ainda não entrastes no descanso e na herança que o Senhor vosso Deus vos dá.” Cap. 12: 9. AERS 309,3

Josué também usa a mesma palavra quando fala sobre o mesmo assunto: “E aos rubenitas, e aos gaditas, e à metade da tribo de Manassés, falou Josué, dizendo: Lembra-te da palavra que Moisés, o servo do Senhor, te ordenou, dizendo: O Senhor vosso Deus vos deu descanso, e vos deu esta terra ... Passareis armados diante de vossos irmãos, todos os homens valentes, e os ajudareis: até que o Senhor dê descanso a vossos irmãos, assim como ele deu a vós, para que eles possuam a terra que o Senhor teu Deus lhes deu.” Josué 1: 12-15. AERS 310.1

E também, depois que a terra além do Jordão foi subjugada diante deles, está escrito: “E o Senhor deu-lhes descanso em redor, conforme tudo o que jurou a seus pais; e nenhum homem de todos os seus inimigos apareceu diante deles.” Josué 21:44. E às duas tribos e meia Josué disse: “E agora o Senhor vosso Deus deu descanso a vossos irmãos, como lhes prometeu; portanto, agora voltai e ide às vossas tendas e à terra de vossa possessão, que Moisés, o servo de Deus, vos deu do outro lado do Jordão.” Cap. 22: 4. AERS 310.2

Nessas passagens, essa palavra repouso/descanso é usada como o equivalente a herança e, quando aplicada, refere-se à posse pacífica da terra. AERS 311.1

Mas a geração que saiu do Egito, com exceção de dois homens, rebelou-se contra o Senhor e não teve permissão para ver a boa terra. Sobre isso o Senhor falou, dizendo: “Por quarenta anos estive magoado com esta geração e disse: É um povo que erra de coração e não conhece os meus caminhos; a quem jurei em minha ira que não entrariam em meu descanso”. Salmo 95:10, 11. Essa recusa de permitir que eles entrem em seu

descanso está registrada em Números 14:23 , nestas palavras: “Certamente não verão a terra que jurei a seus pais, nem os que me provocam a verão”. E no versículo 30: “Sem dúvida não entrareis na terra a respeito da qual jurei que vos faria morar nela.” Por meio desses textos, vemos novamente que “o descanso” era a posse da terra prometida a eles. AERS 311.2

Este é o assunto do argumento do apóstolo em Hebreus 3 e 4 . “Mas com quem ele sofreu durante quarenta anos? Não foi com os que pecaram, cujos cadáveres caíram no deserto? E a quem jurou que não entrariam no seu descanso, se não aos que não creram? Portanto, vemos que eles não puderam entrar por causa da incredulidade. ” Hebreus 3: 17-19 . Ele então passa a exortar seus irmãos (exortação essa que nos é dirigida), dizendo: "Temamos, pois, que, porventura, deixada a promessa de entrar no seu repouso, pareça que algum de vós fica para trás. Cap. 4: 1 . AERS 311.3

Essa exortação contém o anúncio de que, assim como os rebeldes hebreus que caíram no deserto não entraram no descanso por causa da incredulidade, devemos temer não perder isso; e trabalhar para “entrar naquele descanso, para que ninguém caia no mesmo exemplo de incredulidade”. Versículo 11 . Isso equivale a uma declaração de que a promessa que lhes foi feita continua a ser cumprida; para que possamos herdar o descanso oferecido a eles, ou deixar de recebê-lo - “não conseguir” - se seguirmos seu exemplo de incredulidade. E sustentar essa ideia é a intenção do argumento em Hebreus 4: 1-9 . Mas antes de examinar este argumento, devemos chamar a atenção para os usos das palavras hebraicas às quais nos referimos. AERS 312.1

Os verbos hebraicos sha-vath e noo-ah podem ser usados alternadamente, na medida em que simplesmente transmitem a ideia, "descansar". Disto é prova suficiente citar Êxodo 20:11 , onde noo-ah é usado: “E ele descansou no sétimo dia”. Mas quando usados em uma forma substantiva, eles, ou seus derivados, diferem a esse respeito: Shab-bath significa um tempo ou período de descanso; enquanto que no-ah (menoo-hah) passa à ideia de um local de descanso; um lugar de descanso . Esse Shab-bath, refere-se a um período de descanso que todo leitor conhece; que noo-ah carrega a ideia de um lugar de descanso é suficientemente demonstrado pelas passagens citadas. Menoo-hah (terminação feminina ah , da raiz noo-ah) é a palavra usada no Salmo 95:11. E a citação de Paulo deste Salmo em Hebreus 3: 7-11 prova que aquele descanso, ou lugar de descanso, a possessão, a herança, é o assunto de sua exortação e argumento no capítulo 4 . AERS 312.2

De acordo com o Novo Testamento, as pessoas dos tempos antigos sabiam muito mais do conselho de Deus, através dos tipos e sombras dados a eles, do que costumamos dar-lhes crédito, e até mais do que alguns cristãos são capazes de descobrir naqueles mesmos tipos. Abraão teve o evangelho pregado a ele, Gálatas 3: 9 ; e ele se alegrou em ver, pela fé, o dia de Cristo; João 8:56 . Os judeus no deserto da Arábia beberam da rocha que os seguia, e essa rocha era Cristo; 1 Coríntios 10: 4 . Foi “o opróbrio de Cristo” que Moisés considerou como maiores riquezas do que os tesouros do Egito; Hebreus 11: 24-26 ; e o evangelho foi pregado aos rebeldes cujas carcaças caíram no deserto. Hebreus 4: 2. Nós, nesta época, somos muito aptos a traçar uma linha de distinção entre a fé dos antigos dignos e a dos fiéis desta dispensação, que não existe. Seu evangelho, sua fé, sua esperança eram idênticos aos nossos. Por meio dos tipos, eles ansiavam pela “bendita esperança” que alegra nossos corações. “O descanso” que foi prometido a eles é prometido a nós; e, como muitos deles caíram sob o desprazer de

Deus, e não foram autorizados a ver nem mesmo a terra que era típica da verdadeira herança (e que, é claro, resultou em sua perda do verdadeiro), podemos deixar de receber a verdadeira herança se seguirmos seu exemplo de incredulidade. AERS 313.1

Mas a questão é levantada: Se a eterna herança é o assunto do argumento, por que o escritor introduz o sétimo dia e também fala de outro dia? Aqueles que fazem esta pergunta parecem pensar que o apóstolo está discutindo sobre o sábado semanal e sua mudança para outro dia; mas, certamente, eles nunca teriam tal ideia se lessem ou estudassem cuidadosamente as conexões dos textos. Além dos fatos já apresentados, mostrando que a herança é o objeto do discurso, notamos. AERS 313,2

1. Se o sábado é “o descanso” mencionado, então o Senhor deve ter jurado em sua ira que eles não deveriam guardar o sábado! Longe disso, ele mandou matar alguns que se recusavam a respeitar o sábado. E ele declarou que eles não deveriam entrar na terra de Canaã. AERS 314.1

2. Aqueles que caíram no deserto não descumpriram o sábado, mas o guardaram em suas jornadas. Mas eles não viram “o descanso” que foi dado aos sobreviventes. AERS 314,2

3. O descanso que resta é o antítipo daquilo que Josué deu a eles. Mas Josué não lhes deu o sábado, ele lhes deu “o descanso e a herança” para possuírem, desde que deixaram o Egito. AERS 314.3

Olhando para isso em todas as luzes, vemos apenas este fato, que a herança é apenas o assunto do argumento. AERS 314,4

Em resposta à pergunta, primeiro observamos que a herança dos santos e o reino que será dado a eles estão intimamente relacionados. No que diz respeito ao território, eles são idênticos. Assim como Abraão, com sua semente, deve ser o herdeiro do mundo e possuir toda a terra, o Filho de Davi deve receber os reinos do mundo e reinar até os confins da terra; o reino e o domínio “debaixo de todo o céu” serão dados aos santos. Como este descanso ou herança foi concluído na fundação do mundo, assim também do reino foi preparado desde a fundação do mundo. Mateus 25:34. E pelo texto em questão Paulo prova que foi acabado desde a fundação do mundo. No final da obra da criação “Deus descansou no sétimo dia de todas as suas obras”. Isso prova que “todas as suas obras” foram concluídas naquela época, pois o descanso é posterior ao trabalho. Este foi o “domínio” dado a Adão, que ele perdeu pelo pecado. Deve ser redimido e restaurado pelo último ou segundo Adão; e ele o fará como à semente de Abraão, sob um convênio ou promessa feita a Abraão. Este é o uso, o único uso que Paulo faz do sétimo dia. Está relacionado ao descanso prometido para atestar que a promessa não era uma questão de incerteza; relaciona-se com o que já foi feito. E agora estamos preparados para apreciar a observação que ele faz sobre o Salmo 95 . AERS 314,5

Está registrado que os filhos de Israel receberam um certo descanso, ou possessão, sob o comando de Josué; também que alguns que saíram do Egito provocaram o Senhor, e foram privados desse descanso. Mas o Espírito Santo por Davi, cerca de quatrocentos anos depois, exortou os filhos de Israel que estavam então na terra de Canaã, para não seguir os caminhos dos rebeldes que falharam em entrar no descanso. E a conclusão é tirada por Paulo que se aquela terra fosse na verdade a herança pretendida na promessa,

então aqueles que viveram nos dias de Davi não precisavam da exortação, visto que já a possuíam. Assim ele fala: - AERS 315,1

“Vendo, portanto, que alguns deveriam entrar ali, e aqueles a quem as boas novas foram pregadas não conseguiram entrar por causa da desobediência, ele novamente definiu um certo dia, dizendo em Davi, depois de tanto tempo: Hoje, como já foi dito: Hoje, se ouvirdes a sua voz, não endureçais os vossos corações. Pois se Josué lhes tivesse dado descanso, não teria falado disso depois. Resta, portanto, um descanso sabático para o povo de Deus.” Hebreus 4: 6-9 , Versão Revisada. AERS 316.1

Como Paulo falou por inspiração, isso deve ser conclusivo; e esse descanso que resta deve ter a mesma relação com o que Josué deu à casa de Israel e que Cristo tem com Josué - o último é o antítipo do primeiro. É a substância da "promessa original feita por Deus aos pais". E isso prova que a casa de Israel não recebeu mais a herança prometida a Abraão e sua semente, do que a circuncisão na carne, exteriormente, é a verdadeira circuncisão que Deus requer, ou que um israelita não convertido, aquele que rejeita a Cristo, é da semente de Abraão, um herdeiro de acordo com a promessa. AERS 316,2

A única dificuldade aparente apresentada no argumento de Paulo sobre "o descanso" em Hebreus 4 , é a mudança do uso da palavra grega *katepauasis* , descanso, para *sabbatismos* , literalmente "a guarda do sábado", ou um descanso sabático, no versículo 9 . Mas não há dificuldade real quando consideramos que *sha-vath* e *noo-ah* são trocados como verbos. *Katepauasen* representa adequadamente o último, mas no versículo 4 , Paulo segue a Septuaginta e usa *katepauasen* em uma citação de Gênesis 2: 3 , onde *sha-vath* é usado no hebraico. *Sabbatismos* tem um significado, de acordo com os léxicos e os mais judiciosos comentaristas, além da guarda literal do sábado. Assim Greenfield diz: “falou de um descanso eterno com Deus. Hebreus 4: 9. ” Robinson sobre o mesmo: “no NT somente de um descanso eterno com Deus. Hebreus 4: 9. ” Dr. Smith, no Bible Dictionary, nota as opiniões que foram oferecidas que se referem ao sábado, e diz: "As objeções, no entanto, a esta exposição são muitas e grandes, e a maioria dos comentaristas considera a passagem como não tendo nenhuma referência ao sábado semanal. ” AERS 317,1

O “Comentário Bíblico” diz: - AERS 317,2

“ Restam. —Ou, v. 6 , 'ainda resta' - ainda deve ser procurado no futuro, além daquele descanso na terra de Canaã. Segue-se essa inferência, visto que o Espírito Santo nos fala nos Salmos. Um descanso. —Realmente um descanso sabático; aceso. 'a guarda do sábado'; quando o povo de Deus, o 'Israel de Deus', Gálatas 6:16 , obterá descanso de todos os que os afligem; 2 Tessalonicenses 1: 7 ,e quando todos os inimigos forem colocados sob os pés de Jesus, o Capitão do exército do Senhor. Então, por fim, os fiéis 'entrarão no gozo de seu Senhor'. (Mateus 25:21, 23). ” AERS 317,3

A Enciclopédia de M'Clintock e Strong tem o seguinte: “repouso sabático (*sabbatismos*, Hebreus 4: 9 , descanso AV), um repouso do trabalho assim apreciado por Deus na criação; um tipo de eterno sábado celestial. Veja Descanso.” E de "descanso", diz: "Descansar também significa uma habitação fixa e segura;" e refere-se aos textos citados sobre o assunto. AERS 318.1

A grande dificuldade em referir Hebreus 4: 9 a um sábado semanal reside nisto: deixa o argumento do apóstolo sem qualquer conclusão lógica. Embora o versículo comece com a palavra “portanto” (no grego), se se refere ao sábado semanal, não tem nenhuma conexão lógica com o argumento anterior; certamente nenhuma relação com a declaração no versículo 8, de que se Josué lhes tivesse dado descanso - implicando o descanso da promessa - ele não teria falado mais tarde sobre outro dia - para guardar. E esta é a opinião da maioria das autoridades. Dr. Clarke diz: - AERS 318,2

“O apóstolo mostra que, embora Josué tenha trazido os filhos de Israel para a terra prometida, este não poderia ser o descanso pretendido; porque, muito depois desse tempo, o Espírito Santo, por meio de Davi, fala desse descanso; o apóstolo, portanto, conclui - versículo 9 : 'Portanto, resta um descanso para o povo de Deus.' Não foi, 1. Não era o descanso do sábado; 2. Não era o descanso na terra prometida, pois o salmista escreveu muito depois dos dias de Josué; portanto, há outro descanso, um estado de bem-aventurança, para o povo de Deus ”. AERS 318,3

O Dr. Barnes fala longamente sobre este assunto e marca claramente a relação entre argumento e conclusão. Citamos brevemente. Em Hebreus 3:11, ele diz: - AERS 319.1

“O descanso particular referido aqui era o da terra de Canaã, mas que sem dúvida era considerado como emblemático do descanso no céu. Nesse descanso, Deus disse solenemente que eles nunca deveriam entrar. ” AERS 319,2

E no cap. 4: 8, 9, ele diz: - AERS 319,3

“O objetivo é provar que Josué não deu ao povo de Deus um descanso que tornasse impróprio falar de descanso depois desse tempo. Se Josué lhes tivesse dado um descanso final e completo; se ao conduzi-los à terra prometida tudo que havia sido contemplado pela promessa tivesse sido feito, então não teria sido aludido novamente, como foi no tempo de Davi. Josué deu-lhes descanso na terra prometida; mas não era tudo o que se pretendia, e não excluía a promessa de outro e mais importante descanso. ... AERS 319.4

“Resta, portanto, um descanso. Esta é a conclusão a que o apóstolo chega. O significado é o seguinte: de acordo com as Escrituras, agora há uma promessa de descanso feita ao povo de Deus. Não se referia apenas àqueles que foram chamados para ir para a terra prometida, nem para aqueles que viveram na época de Davi, mas ainda é verdade que a promessa de descanso pertence a todo o povo de Deus de cada geração. O raciocínio pelo qual o apóstolo chega a esta conclusão é resumidamente este: 1. Que havia um descanso chamado 'o descanso de Deus' - falado no período mais antigo do mundo - sugerindo que Deus queria que ele fosse desfrutado. 2. Que os israelitas, a quem a promessa foi feita, falharam em obter o que foi prometido, por sua incredulidade. 3. Que Deus pretendia que alguns entrassem em seu descanso - visto que não seria provido em vão. 4. Que muito depois de os israelitas terem caído no deserto, encontramos a mesma referência a um descanso que Davi em seu tempo exorta aqueles a quem ele se dirigiu a se esforçarem para obter. 5. Que se tudo o que significava a palavra descanso e a promessa tivesse sido cumprido quando Josué conduziu os israelitas à terra de Canaã, não deveríamos ter ouvido falar em outro momento de quando seria possível perder esse descanso pela incredulidade. Concluiu-se, portanto, que havia algo além disso; algo que pertencia a todo o povo de Deus, algo que o nome de descanso ainda poderia ser dado, e

que eles ainda foram exortados a obter. A palavra descanso neste versículo, sabbatismos, sabbatismo, na margem é traduzida como 'guarda do sábado'. É uma palavra diferente de sabbaton—O sábado; e não ocorre em nenhum outro lugar do Novo Testamento, e não é encontrado na Septuaginta Significa aqui um descanso, ou uma observância do repouso sagrado, e se refere, sem dúvida, ao céu, como um lugar de descanso eterno com Deus. Não pode significar o descanso na terra de Canaã, pois a tendência do escritor é provar que não é essa a intenção. Não pode significar o sábado, apropriadamente assim chamado, pois então o escritor teria empregado a palavra usual sabbaton, sábado. Não pode significar o sábado cristão, pois o objetivo não é provar que existe tal dia a ser observado; e seu raciocínio sobre ser excluído dele pela incredulidade e pelo endurecimento do coração seria irrelevante.” AERS 319,5

Esta é uma declaração muito justa do caso, embora o escritor pareça quase perder de vista o objetivo da promessa ao se referir ao céu. Ele certamente está correto quando diz: “Se Josué lhes tivesse dado um descanso completo e final; se ao conduzi-los para a terra prometida, tudo que havia sido contemplado pela promessa tivesse sido feito, então não teria sido aludido novamente.” Deve-se ter em mente que a promessa que não se esgotou em sua posse de Canaã, foi "a promessa feita por Deus aos pais", especialmente a Abraão e sua semente, e abrangia "a terra da promessa", que segundo para o Novo Testamento, era "o mundo", ou "a terra", - toda a terra, ou como o anjo disse a Daniel, "debaixo de todo o céu". AERS 321.1

E aqui repousamos o argumento sobre este ponto, crendo que está amplamente provado que os filhos de Israel “segundo a carne” não eram todos “a descendência de Abraão”; que sua circuncisão na carne não era tudo o que se pretendia naquela ordenança; e que uma possessão temporária pelos descendentes naturais de Abraão da terra da Palestina não era tudo o que se pretendia na promessa de que ele e sua semente deveriam herdá-la para uma possessão eterna. As promessas a Abraão serão cumpridas somente quando “os mansos herdarão a terra e se deleitarão na abundância de paz”. AERS 321.2

Notaremos mais uma objeção; não tanto por causa de sua força ou plausibilidade, mas porque foi sugerida por alguns eminentes estudiosos da teologia, em cujas opiniões as pessoas podem ter confiança. Foi dito que os justos, os mansos, agora possuem a terra; que todas as bênçãos e alegrias deste mundo realmente pertencem ao povo de Deus. Mas essa objeção é prontamente descartada; na verdade, parece estranho que qualquer pessoa com o Novo Testamento em suas mãos exija que os mansos agora herdem a terra; que as promessas agora estão sendo cumpridas para eles. Isso é refutado pela maioria das declarações explícitas das Escrituras. AERS 322.1

(1) Os pobres deste mundo, os ricos na fé, são apenas “ herdeiros do reino que Deus prometeu aos que o amam”; o reino preparado “desde a fundação do mundo”. AERS 322.2

(2) Quando os mansos herdarem a terra, “eles se deleitarão na abundância de paz”. Salmo 37:11 . Este não é o caso atualmente, como todos sabemos por observação e experiência; as seguintes palavras de nosso Salvador o definem : AERS 322.3

(3) “No mundo tereis aflições; mas tende bom ânimo, eu venci o mundo. ” João 16:33 . O gozo ou bênção do cristão não vem ou é do mundo, mas do que Jesus

fez por nós para vencer o mundo. Longe de os mansos terem “abundância de paz” neste mundo, eles sofrem perseguições e aflições; sua vida é apenas uma guerra, na qual eles são rapidamente vencidos se deixam de lado sua armadura. AERS 323.1

(4) Os ímpios herdam mais deste mundo do que os justos, sendo os últimos “os pobres deste mundo”, enquanto uma desgraça é pronunciada sobre os ricos. Mas a escritura diz: “Expulse a escrava e seu filho, porque o filho da escrava não será herdeiro com o filho da livre.” Gênesis 21:10 : Gálatas 4:30 . Se a herança é deste mundo, o filho da escrava deveria ficar com a maior parte. AERS 323,2

(5) Abraão habitou na terra, mas não a herdou. Ele e outros herdeiros com ele da mesma promessa, habitaram na terra da promessa como em um país estranho. E então o apóstolo disse que seus irmãos eram “estrangeiros e peregrinos”. 2 Pedro 2:11 . Abraão teve que comprar um lugar para enterrar seus mortos na terra que foi prometida a ele como posse perpétua; mesmo assim agora, os filhos de Abraão têm uma morada na terra apenas pagando tributo aos poderes terrestres. Mas disso não reclamamos. O tempo de herdarmos a terra ainda não chegou. AERS 323.3

(6) Que o Espírito é um "penhor de nossa herança" é a prova neste ponto. O fervoroso olha para o cumprimento de uma promessa no futuro. Quando Deus prometeu a terra a Abraão, deu-lhe a circuncisão como um sinal, uma garantia de sua promessa. Portanto, agora temos a circuncisão do Espírito, “que é o penhor da nossa herança”. Por quanto tempo precisamos do penhor ou do sinal? Até tomarmos posse da herança. E quanto tempo é isso no futuro? “Até o resgate da posse adquirida.” Os mansos não herdarão a terra antes que ela seja redimida, pois em seu estado atual eles só podem possuí-la em comum com os filhos da escrava e não podem "deleitar-se na abundância de paz". Jesus comprou a terra com o direito de redimi-la da maldição. E ele certamente reivindicará seu direito, e seu povo receberá sua recompensa. A expectativa dos pobres não perecerá. “O reino e domínio, e a grandeza do reino debaixo de todo o céu , serão dados aos santos do Altíssimo. ” Daniel 7:27 . AERS 323,4

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.1332#1332>

CAPÍTULO XIII. CONCLUSÃO

A Bíblia é um livro eminentemente prático; seu grande objetivo é tornar o homem de Deus perfeito; para fornecê-lo completamente para todas as boas obras. 2 Timóteo 3: 15-17. Para tanto, apresenta deveres, advertências e promessas, oferecendo incentivos por todos os meios para nos conduzir ao caminho da vida e da paz. Ele dá história e profecia, espalhando diante de nós o passado, o presente e o futuro. Aqui temos a única cosmogonia confiável - a única “ciência das razões suficientes” da origem dos céus e da terra. Só aqui podemos aprender o futuro do homem e sua morada. Pedro diz: “Pela palavra de Deus os céus existiram desde a antiguidade, e a terra se erguendo sobre a água e na água; por meio do qual o mundo que então existia, sendo inundado com água, pereceu. Mas os céus e a terra que agora existem, pela mesma palavra, são guardados, reservados para o fogo para o dia do Juízo e da perdição dos homens ímpios”. E naquele dia do Senhor “os céus passarão com grande estrondo, e os elementos se derreterão com calor fervente, a terra também, e as obras que nela existem serão queimadas.” “Não obstante, nós, de acordo com sua promessa, esperamos novos céus e uma nova terra, em que habita a justiça.” 2 Pedro 3: 5-7, 10, 13 . AERS 325,1

O mundo já foi inundado com água; as fundações do grande abismo foram quebradas; a terra estava em um naufrágio; sua superfície foi tão alterada que talvez não seja reconhecida por aqueles que a viram antes; e seus habitantes, exceto oito almas que foram atiradas nas profundezas turbulentas, se foram - todos se foram. Seus milhões de alegres e ocupados desapareceram de repente. AERS 326,1

O Senhor prometeu que não deveria haver “mais um dilúvio para destruir a terra”. Mas ele não prometeu que a terra não seria mais destruída. Assim como uma vez “pereceu” pela água, também perecerá mais uma vez, mas pelo fogo. “Os céus e a terra que agora existem” são apresentados em contraste com aqueles antes do dilúvio. Mas o material é o mesmo; a terra só muda em sua forma ou características. Assim será com os novos céus e nova terra; haverá uma segunda mudança, operada pela agência do fogo, e a Terra surgirá purificada de todas as obras da raça caída. Então a “propriedade adquirida” será redimida da maldição, e os santos glorificados possuirão “o reino preparado desde a fundação do mundo”, sim, “o primeiro domínio”. E então “Deus enxugará de seus olhos todas as lágrimas; e não haverá mais morte, nem tristeza, nem clamor, nem haverá mais dor; pois as primeiras coisas já passaram”. Existe bem-aventurança, existe alegria, existe glória, muito além de nossa concepção; como está escrito: “O olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem as coisas que Deus preparou para aqueles que o amam.” AERS 326,2

“Não há mais fadiga, não mais angústia, Nenhum pecado ou morte pode chegar a esse lugar; Nenhuma lágrima se misturará com as canções Que gorjeiam em línguas imortais.” AERS 327,1

Leitor, não há valor infinito na expiação? Não é o sangue de Cristo precioso? A herança eterna, o peso muito maior e eterno da glória, não apresenta atrações além de tudo o mais que seu coração concebeu? A vida eterna no reino de Deus não parece um benefício muito precioso? Então junte-se a todos os santos na bênção de Deus pela rica

provisão por meio de seu Filho, e pela palavra, o Livro Sagrado, onde somente tal graça incomparável e tais alegrias infinitas são reveladas. Sem a revelação da vontade de Deus, quão incerto, quão escuro tudo pareceria! Sem isso, quem deveria nos ensinar o conhecimento de Deus? quem deve nos familiarizar com os princípios da moralidade e da verdade, pelos quais podemos honrar e agradar ao nosso Criador? que deve levar o caído e errante a um remédio para o pecado, onde a justiça e a misericórdia podem ser harmonizadas? Somente a eternidade pode revelar, e somente seres imortalizados podem perceber, quão grande é nossa dívida para com Deus por sua palavra. Feliz o homem que pode dizer, AERS 327,2

“Bíblia Sagrada, livro divino, Tesouro precioso, tu és meu.” AERS 327,3

Mas para aqueles que desprezam as riquezas de sua graça, e desprezam seu conselho e não querem nenhuma de sua reprovação, há outra revelação na palavra de Deus. Ele não apenas enviou a redenção a seu povo, mas preparou para seus inimigos uma condenação compatível com seu crime. AERS 327,4

Tendo mostrado que a obediência à lei e a aceitação do evangelho são necessárias para a salvação; que a salvação em quaisquer outros termos seria depreciativa para o caráter e governo de Deus, segue-se necessariamente que aqueles que rejeitam esses termos não podem ser salvos. A pena de seus pecados paira sobre eles, logo descerá sobre suas cabeças culpadas; pois em estrita justiça Deus reserva os ímpios para o dia do Juízo para serem punidos. 2 Pedro 2: 9 . E como a vida eterna é um dom de Deus, aqueles que não a buscam por meio do Filho devem necessariamente receber o salário do seu pecado, que é a morte. “Quem não crê no Filho não verá a vida; mas a ira de Deus permanece sobre ele. ” AERS 328.1

Existem duas ressurreições ensinadas na Bíblia; pois o que o impenitente perde involuntariamente pelo pecado de Adão, será restaurado a eles sem consideração por sua vontade e ação. Além da ressurreição da vida, já notada, há também “a ressurreição da condenação”. Aqueles que participaram da primeira ressurreição são abençoados e santos; sobre eles a segunda morte não terá poder. Eles são ressuscitados em poder, em glória, em incorrupção, enquanto os que semeiam na carne, “da carne ceifarão a corrupção”. Gálatas 6: 8 . Eles estarão sujeitos à segunda morte. Uma vez que morram por causa do pecado de Adão; deste estado eles são ressuscitados por Cristo. Mas na segunda vez eles morrem por causa de seu próprio pecado; e desta morte não há redenção. Nenhuma esperança é oferecida para aqueles que caem sob seu poder. Nenhuma manhã de ressurreição amanhece na escuridão e na escuridão da segunda morte. AERS 328,2

Ao examinar o tipo de bode expiatório, encontramos o demônio confinado no abismo por mil anos. No final desse período, todos os habitantes da sepultura são chamados; os ímpios de todas as idades se levantam em vida, e o grande inimigo de Deus e do homem está mais uma vez entre as vítimas de seus enganos. Ele carregou o pesado fardo de muitos pecados colocados sobre sua cabeça, mas seu castigo ainda o aguarda. A sentença está reunida e suas decisões ainda não foram executadas. Mas com a certeza da destruição diante dele, sua malignidade não diminuiu. Seu ódio ao sempre glorioso Filho de Deus e aos santos, que, pelo sangue de seu Mestre, venceram seus enganos e seu poder, o leva a instigar as nações ressuscitadas a levantarem mais uma vez os braços contra seu Criador. Esforço inútil! Aqueles que agora pensam que eles

podem se opor ao seu poder com sucesso, descobriram então o quão fatalmente eles se enganaram. “E desceu fogo de Deus do Céu e os devorou.” Apocalipse 20: 9 . Como uma vez esta terra foi inundada com água, então ela será inundada com fogo. Este é o “dia do Juízo e da perdição dos homens ímpios”, para o qual esta terra amaldiçoada pelo pecado é “guardada”. Este é aquele dia terrível “que arderá como um forno; e todos os orgulhosos, sim, e todos os que cometem iniquidade, serão restolho; e o dia que está por vir os queimará, diz o Senhor dos exércitos, para que não lhes deixe nem raiz nem ramo. ”Alto sobe “a fumaça de seu tormento”, que muitas vezes zombou dos julgamentos de Deus; pois “os iníquos perecerão e os inimigos do Senhor serão como a gordura dos cordeiros; eles consumirão; em fumaça eles se consumirão. ” Salmo 37:20 . E como está escrito que o Senhor “feriu os primogênitos do Egito e derrotou Faraó e seu exército no Mar Vermelho; pois sua misericórdia dura para sempre ”; Salmo 136: 10, 15 ; assim, nos terrores daquele grande dia ardente, contemplamos o poder do sangue de Jesus; pois ele sofreu “para que pela morte destruísse aquele que tinha o poder da morte, que é o diabo”. Hebreus 2:13 . E com ele todas as suas obras são destruídas.1 João 3: 8 . Isso encerra o grande conflito mundial. AERS 329.1

Quando a “destruição eterna, pela presença do Senhor e pela glória de seu poder”, é visitada sobre os iníquos; quando os justos são apresentados “a uma herança incorruptível e imaculada e que não se desvanece”, o registro do grande futuro é dado brevemente. Nenhuma descrição elaborada dessa eternidade de alegria é oferecida; pois as palavras não podem descrever todas as suas glórias; nem poderiam nossas mentes, sempre tendo se associado com coisas mais mesquinhas, apreciar a descrição. Mas temos a permissão, pela fé na revelação sagrada, de olhar além da cena de terror que estivemos considerando. A fúria das chamas crepitantes se esgota; onde o fogo fervente queimava profundamente e ferozmente eles definham por falta de presa. À medida que a fumaça sobe da terra, é revelada à nossa vista uma cena grandiosa e adorável; suas palavras de beleza insuperável não podem expressar; mas acima de tudo se ouve uma voz: “Eis que faço novas todas as coisas!” E agora desperta o coro universal: “E toda criatura que está no céu, e na terra, e debaixo da terra, e como está no mar, e tudo o que está neles, ouvi eu dizer, Bênção e honra, e glória e poder sejam para Aquele que está assentado no trono e para o Cordeiro para todo o sempre.” O universo novamente está livre de pecado. A obra da redenção está concluída. Além está o vasto oceano da eternidade, todo radiante de glória. AERS 330.1

Aqui a mente descansa alegremente na contemplação da cena celestial. E agora, enquanto o escarnecedor, que nunca pensou na justiça eterna e infinita de Deus, declara que a Expição é desnecessária, que palavras adequadas de sabedoria devo escolher para persuadi-lo de sua verdade e controlar sua irreverência? Quão fraco é o esforço que um mortal faz para apresentar um argumento digno desse tema. Da agonia moribunda; daquele precioso sangue fluindo; daquela graça intercessora; daquela manhã de ressurreição brilhante; da terra renovada; daquele peso de glória muito maior e eterno, eu me viro e olho para o meu próprio coração; e olhando para lá, ó homem, sua zombaria é em vão. Essa glória eu desejo possuir; esse sangue, essa graça, esse amor, eu preciso me preparar para estar na presença do meu Deus. E devo eu, um verme da terra sem valor, contaminado pelo pecado, contemplar essa glória e desfrutar ela para sempre? Então, verdadeiramente Deus é amor. Nada além do amor divino pode aperfeiçoar uma obra tão grande. E somente para ele, o Deus da graça, procuro “a vitória por meio de nosso Senhor Jesus Cristo”. AERS 331,1

Leitor, que você e eu nos encontremos aí. AERS 332.1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.1360#1360>

APÊNDICE A

Embora uma doutrina deva ser mantida ou admitida com base na força ou correção de seus princípios, na mente de alguns uma objeção é tolerada para obscurecer um princípio, por mais bem que ele seja estabelecido. Muitos foram tão completamente doutrinados na ideia de que a morte de Cristo é equivalente à Expição que é realmente difícil para eles avaliarem nosso argumento sobre a justificação pela fé e entender a relação de tal justificação com um julgamento futuro. E novamente, ao presumir que a morte de Cristo e a Expição são idênticas, eles se envolvem em uma controvérsia sem fim a respeito da aplicação dos benefícios da Expição. Não parecerá fora de lugar observar melhor esses pontos. AERS 333.1

Lemos que Cristo morreu por todos. Alguns que acreditam que a morte de Cristo é a Expição concluem prontamente que os pecados de todos foram expiados e argumentam que nenhuma condenação pode permanecer para ninguém. O argumento é razoável, mas a premissa é defeituosa. AERS 333.2

Outros, assegurados pelas Escrituras de que nem todos serão salvos, que alguns o fazem agora e finalmente descansam sob condenação, estão fechados para a conclusão de que a Expição não é feita para todos. Eles também consideram a morte de Cristo e a Expição como a mesma coisa e, portanto, são necessariamente precipitados ao extremo oposto, que Cristo não morreu por todos, mas apenas por uma parte escolhida da humanidade. Aqui, novamente, as dificuldades do ultracalvinismo residem na suposição na qual seu argumento se baseia. A distinção aqui defendida e sustentada por fatos e declarações simples das Escrituras remove os erros de “universalistas” e “parcialistas” e, se reconhecida, reuniria todos no testemunho harmonioso da palavra de Deus. AERS 333.3

E exortamos à consideração do leitor que, supondo que a Expição foi feita no Calvário, uma das posições acima deve necessariamente ser admitida. Ou a morte de Cristo foi por um número limitado (como é a Expição), ou os pecados de todos foram expiados e todos devem ser salvos. Se a Expição já foi feita, se o santuário já foi purificado e o pecado apagado por um ato há muito passado, não podemos ver como o destino do homem será afetado pela proclamação e fé na verdade. Dir-se-á que nossa fé apodera-se daquilo que foi feito por nós; e se a declaração se referia apenas ao que as Escrituras dizem que foi feito, seria correto. Mas se nosso pecado foi removido ou apagado muito antes de nascermos, é difícil ver como o fato poderia ser mais um fato, ou tornado mais certo por nossa crença disso; ou se nossos pecados não tivessem sido apagados, nossa descrença não poderia afetar a omissão. Mas “Cristo morreu por todos”; e ainda assim o impenitente será “punido com destruição eterna.” Isso está em harmonia com o que foi mostrado no comentário de Romanos 5:10, a saber, que a morte de Cristo por si só não salva ninguém, mas torna a salvação possível a todos. É surpreendente que os leitores da Bíblia por um momento tenham reconhecido como verdadeira a ideia de que a morte faz uma expiação, quando a Expição é sempre representada como a obra do sacerdote, realizada no santuário, com o sangue da oferta. AERS 334,1

A posição de um indivíduo que é justificado pela fé pode ser ilustrada assim: A deve a B uma quantia que ele não pode pagar e C compromete-se a assumir a responsabilidade pela dívida em certas condições; e para ter certeza, C deposita para B uma quantia suficiente para cobrir a dívida. Agora está estipulado que se A cumprir as condições, B deverá cancelar a dívida do depósito feito por C. E enquanto A cumprir fielmente as condições, B estará satisfeito com relação à dívida; e é claro que ele não incomodará A por isso, sabendo que é seguro. Assim, A é considerado justo, aos olhos de B, embora não necessariamente em si mesmo, porque ele deixa de pagar uma dívida justa. Ele é considerado justo, ou justificado pela obediência às condições de C, que é seu fiador. Mas se A se recusar ou deixar de cumprir as condições, o depósito de C não está mais disponível para ele; ele cai em desgraça com B, que ele tinha desfrutado por meio desse arranjo, e a dívida está contra ele tão totalmente como se C nunca tivesse se comprometido a pagá-la sob qualquer condição. AERS 335.1

Essa justificação pela fé, ou o perdão que recebemos durante a provação, é um perdão condicional, é provado pelas palavras de nosso Salvador em Mateus 18: 23-35. Aqui é apresentado o caso de um servo que devia a seu senhor dez mil talentos; mas não tendo nada a pagar e manifestando honestidade de intenção, "o senhor daquele servo, movido de compaixão, soltou-o e perdoou-lhe a dívida." Mas esse servo encontrou seu conservo, que lhe devia a soma insignificante de duzentos dinheiros; e que implorou por misericórdia nos mesmos termos em que o primeiro pleiteara com tanto sucesso diante de seu senhor. Mas este servo não mostraria misericórdia; ele jogou seu conservo na prisão até que pagasse a dívida. Ouvindo isso, seu senhor chamou-o e disse-lhe: "Ó servo iníquo, perdoei-te toda aquela dívida, porque me desejava. Não devias tu também ter compaixão do teu conservo, assim como eu tive pena de ti? E o seu senhor indignou-se, e o entregou aos algozes, até que pagasse tudo o que lhe era devido." Dizemos que é a visão bíblica do perdão no evangelho, ou justificação pela fé, enquanto aguardamos as decisões do Juízo. E, neste caso claro, não devemos simplesmente tirar uma conclusão; o Salvador fez o pedido por nós, e deste pedido não pode haver apelação. Ele diz: "Da mesma forma, meu Pai Celestial fará com vós, se de coração não perdoardes, cada um a seu irmão, as suas ofensas." AERS 336.1

Que esta é uma representação verdadeira da posição do penitente fica evidente nas declarações de que "aquele que perseverar até o fim" - aquele que for "fiel até a morte" - será salvo; enquanto aquele que é justificado pela fé pode, pela desobediência, perder essa justificação, e sua justiça não será lembrada. O sangue de Jesus é o suprimento abundante - o rico depósito onde todos podem encontrar uma cobertura para seus pecados; mas se seus pecados são realmente expiados e removidos por aquele sangue, depende de sua aceitação dele e de sua fidelidade às condições de aceitação. Sem fé e obediência, esse depósito nunca valerá para ninguém. AERS 337,1

Mesmo assim, ouvimos muitos dizer, com a maior segurança: "Minha dívida está totalmente paga; Não posso estar perdido, pois Cristo morreu por mim." Mas esta não é a linguagem da fé; mas da presunção. A fé reivindica a promessa de Deus no cumprimento de sua condição. Não podemos consentir com a ideia de salvação incondicional. Estejam eles cientes disso ou não, esta é a posição de todos os que esperam ser salvos porque sua dívida foi paga ou porque Cristo morreu por eles. Todo ser humano pode dizer o mesmo. AERS 337,2

Mas devemos notar o verdadeiro ponto desta doutrina, a saber, que Deus escolheu uma certa parte da humanidade e predeterminou que eles deveriam ser salvos, ignorando ou reprovando o restante. Em 2 Coríntios 5:14, somos informados de que “Cristo morreu por todos;” em Hebreus 2: 9, “que ele, pela graça de Deus, provasse a morte por todo homem”; e em 1 João 2: 2, que ele é a propiciação “pelos pecados de todo o mundo”. Cristo derramou seu sangue por esses réprobos? Ele é seu mediador? E parte dessa fé responderá negativamente; dirão que ele não morreu por eles, mas apenas pelos eleitos. Mas se ele não morreu por eles, algo foi feito por eles? E como se pode dizer que eles “negligenciam tão grande salvação” (Hebreus 2: 3), se nenhuma salvação lhes foi fornecida? ou atropelar a graça divina, que não era graça para eles? AERS 337,3

Por conta do caráter repulsivo inerente à doutrina conhecida como “Calvinismo”, freqüentemente encontramos pessoas que afirmam sustentá-la de uma forma modificada. Mas isso é impossível; não pode ser modificado. Ele é fixo e inflexivelmente rígido em todos os recursos. É a crença de que Deus decretou e determinou irrevogavelmente todas as coisas; e a crença não pode ser modificada mais do que um decreto fixo da Deidade pode ser modificado. Só pode ser trocado por outra coisa; mas em si não admite graus; no momento, que uma condição é incorporada a ele, é outra coisa. O Calvinismo ensina eleição pessoal incondicional; e a reprobção pessoal incondicional é o seu oposto e o acompanhante necessário. AERS 338,1

As Escrituras ensinam claramente essas coisas, a saber: graça gratuita, justificação pela fé e a necessidade de boas obras para a salvação; e tudo isso está em harmonia. AERS 338,2

Não é nosso propósito examinar detalhadamente os vários textos citados sobre este assunto; mas antes, para observar os princípios sobre os quais a verdadeira doutrina se baseia, e introduzir textos suficientes para corroborar os princípios. AERS 338,3

A grande questão a ser decidida é esta: em que aspecto o plano do evangelho é incondicional e em que aspecto é condicional? Se houver tal distinção em algum lugar, e se pudermos traçar claramente a linha, o assunto deve, portanto, ser aliviado de muitas dificuldades. Examinando isso, descobrimos que, AERS 339,1

1. A introdução do evangelho, ou apresentação de Cristo como o caminho da salvação, era incondicional. Mas, AERS 339,2

2. A aplicação do evangelho à salvação individual é condicional. AERS 339,3

Não vemos como alguém que acredita na Bíblia pode discordar de qualquer uma dessas declarações. Não é dito ao mundo, nem a nenhuma classe no mundo, que se eles fizessem alguma coisa, Cristo morreria por eles. Mas é dito que se eles crerem e fizerem certas coisas, eles serão salvos por seu sangue tão livremente derramado pelos pecados do mundo. “Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” João 3:16. Livre e incondicionalmente ele deu seu Filho para ser uma propiciação pelos pecados do mundo inteiro, para morrer por todos; mas não para que eles sejam salvos de perecer se eles se recusarem a se arrepender e crer. A salvação foi comprada gratuitamente pela morte de Cristo, mas nunca será dada àqueles que a negligenciam. Hebreus 2: 3. A vida eterna por meio de Cristo foi livre e incondicionalmente trazida ao homem; Romanos 6:23; no

entanto, se não quiserem perecer, devem "agarrar-se à vida eterna"; 1 Timóteo 6:19 ; que eles só podem garantir "pela continuação do paciente em fazer o bem;" Romanos 2: 7 ; e assim, "operem sua própria salvação com temor e tremor". Filipenses 2:12 . Mas, ao unir as obras à fé, nada diminuimos da graça e glória de Cristo, pois nada podemos fazer em nossa própria força desassistida. João 15: 5 . Com esta distinção em vista, não encontramos dificuldade em harmonizar todas as Escrituras. Mas notaremos alguns textos para mostrar ainda mais a natureza condicional das promessas de Deus ao homem. AERS 339,4

Quando o Senhor enviou Moisés aos filhos de Israel, foi com esta mensagem: "Dize-lhes: O Senhor Deus de vossos pais, o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, apareceu-me, dizendo: Tenho certeza visitei-vos e vi o que vos foi feito no Egito; e eu disse: Eu vos farei subir da aflição do Egito para a terra dos cananeus, e dos heteus, e dos amorreus, e dos perizeus, e dos heveus, e dos jebuseus, para uma terra que mana leite e mel." Êxodo 3:16, 17. Novamente ele lhes disse: "E eu vos tomarei a mim por um povo e serei vosso Deus; e sabereis que eu sou o Senhor vosso Deus, que vos tirei de debaixo do peso dos egípcios. E eu vos introduzirei na terra que jurei dar a Abraão, a Isaque e a Jacó; e eu o darei a você como herança; Eu sou o Senhor. " Êxodo 6: 7, 8 . No entanto, por mais direta e positiva que fosse essa promessa, o Senhor não os trouxe para aquela terra, mas os destruiu por sua desobediência. AERS 340.1

Novamente, foi dito ao Faraó: "Assim diz o Senhor: Israel é meu filho, meu primogênito. E eu te digo: Deixa ir meu filho, para que me sirva; e se recusares deixá-lo ir, eis que matarei teu filho, sim, teu primogênito. " Êxodo 4:22, 23 . O primogênito era o muito estimado e amado. Ainda assim, na instituição da Páscoa, eles teriam sido destruídos com os primogênitos do Egito, se não tivessem permanecido em suas casas e aspergido o sangue nas ombreiras das portas; e foram posteriormente destruídos como notado acima. Isso nos ensina que o escolhido de Deus - seu primogênito, continuará a desfrutar de seu favor apenas sob a condição de obediência contínua. A natureza condicional de suas promessas graciosas é mostrada por sua palavra por meio de Jeremias, onde ele ordenou a Israel que o obedecesse, dizendo: " Para que eu possa cumprir o juramento que fiz a vossos pais". Jeremias 11: 3-5. E novamente, onde ele mostrou o princípio fixo sobre o qual ele cumpre suas promessas e ameaças. "Em que instante falarei a respeito de uma nação e de um reino para arrancar, derrubar e destruir; se aquela nação contra a qual tenho pronunciado se desviar do seu mal, arrepender-me-ei do mal que pensei fazer-lhes. E em que instante falarei a respeito de uma nação e de um reino para construí-lo e plantá-lo; se fizer mal aos meus olhos, que não obedeça a minha voz, então me arrependerei do bem com que disse que os beneficiaria. " Jeremias 18: 7-10 . E isso é verdade não apenas para as nações, mas também para os indivíduos. Assim, o Senhor disse a Eli: " Na verdade, eu disse que tua casa e a casa de teu pai andariam diante de mim para sempre; mas agora o Senhor diz: Longe de mim; porque os que me honram honrarei, e os que me desprezam serão desprezados ". 1 Samuel 2:30 . AERS 341.1

Argumenta-se que aquele que tem interesse no Salvador não pode ou não vai perdê-lo. Veja o que o próprio nosso Senhor diz: "Eu sou a videira, vós as varas ... Se um homem não permanecer em mim, é lançado fora como a vara e seca." João 15: 5, 6 ; e no versículo 2 : "Cada ramo em mim que não dá fruto, ele o tira. " Isso destrói completamente a doutrina que afirma que, se alguém está em Cristo pela fé, não pode ser tirado. Ele pode "afastar-se da fé". É recomendado, e com verdade, que ninguém

pode arrancá-los de sua mão. Mas isso supõe que eles “dêem frutos” ou continuem fiéis. Aquele que perseverar até o fim será salvo. Como os judeus foram rejeitados por causa de sua infidelidade, Paulo diz aos convertidos gentios, que, pela fé, foram enxertados na oliveira boa, eles deveriam continuar fiéis ou seriam cortados também. De acordo com o esquema de eleição pessoal incondicional, não poderia haver perigo disso, e se assim fosse, a advertência do apóstolo era enganosa. Ele diz também que aqueles em quem o Espírito de Deus habita, que só podem referir-se aos crentes aceitos, são o templo de Deus; e se eles contaminarem o templo de Deus, isto é, eles próprios ou seus próprios corpos, Deus os destruirá. E Pedro afirma que alguns se levantarão na igreja, os quais negarão o Senhor que os comprou e trarão sobre si uma rápida destruição. 2 Pedro 2: 1 . AERS 342.1

Novamente, é dito que somos escolhidos nele antes da fundação do mundo. Mas todos devem admitir que há um tempo em que nos tornamos de Cristo, estando nele, etc. “Todos vocês que foram batizados em Cristo, revestiram-se de Cristo”. Também é dito que recebemos a Cristo pela fé. Portanto, é evidente que não estamos “em Cristo” antes de termos fé. Antes desse evento, éramos os “filhos da ira, assim como os outros”. Efésios 2: 3 . Que somos pessoal e incondicionalmente eleitos antes da fundação do mundo não pode, portanto, ser o sentido daquela escritura. Jesus Cristo foi o escolhido - “o eleito” - para ser o Autor da salvação para todos os que crêem e obedecem; e todos os que o recebem e são revestidos Desse, ou são batizados nele, tornam-se um com ele, membros de seu corpo; e, é claro, são participantes de seus privilégios e de sua eleição. Que a eleição foi um evento anterior é admitido; mas que tenhamos qualquer parte nele antes de nos tornarmos membros do corpo de Cristo é negado. A escolha é de Cristo e, por meio dele, todos os que estão "nele"; mas, pessoalmente, não atinge os que estão fora dele, filhos da ira, como todos éramos por natureza. Com este ponto de vista, vemos a razoabilidade da exortação de Pedro para tornar nosso chamado e eleição seguro, 2 Pedro 1:10 ; mas com a visão calvinista, isso é irrazoável. E assim também de todas as exortações e ameaças na Bíblia; se o homem não é livre para escolher ou recusar, obter pela obediência ou perder pela desobediência, eles não podem ser o que pretendem ser. AERS 343,1

A verdade sobre esse assunto repousa principalmente na diferença entre a morte de Cristo e a Expição, para o argumento ao qual remetemos o leitor. AERS 344.1

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.1405#1405>

APÊNDICE B. CRISTO, MAOMÉ OU CONFÚCIO?

Aqueles que rejeitam a Bíblia e a Expição freqüentemente referem-se a Maomé e Confúcio como tendo o mesmo direito com Cristo, senão mais do que ele, de honra e adoração. AERS 344,2

Quando as pessoas comparam o Alcorão com a Bíblia e colocam Maomé em igualdade com Cristo, somos constrangidos a pensar que eles nunca leram o Alcorão (talvez não a Bíblia), e nunca investigaram os princípios do governo divino, nem procurou encontrar uma maneira de salvar a humanidade caída e reivindicar a justiça divina. Lemos o Alcorão com esse pensamento em mente, desejando encontrar ali esses grandes princípios e dar-lhe crédito por eles, se encontrados; mas não os encontramos. E a partir da nossa leitura, deveríamos antes colocar a história de “Jack, o Grande Assassino” no mesmo nível da Enciclopédia Americana, do que colocar o Alcorão no mesmo nível da Bíblia. AERS 344.3

Todos estaremos de acordo com relação à aplicação da punição quando ela corresponder ao fim da justiça; e que o divino Governante tem o direito perfeito de escolher seus próprios instrumentos para realizar seus próprios objetivos; que quando as nações se tornam grosseiramente imorais, ele pode usar inundações, fogo e tornado, o terremoto, ou outras nações, para efetuar sua derrubada. Quando todas as nações da terra se tornaram corruptas, tornou-se necessário escolher uma família e plantá-los em um povo separado e remover ou destruir a idolatria de sua terra, para familiarizá-los com a verdade e preservar uma genealogia para que o mundo pudesse ser assegurado de que as promessas e profecias foram cumpridas no Messias. Assim como Deus derrotou os egípcios enfurecidos em misericórdia para com seu povo, assim as nações de Canaã, mergulhadas na idolatria e sensualidade, foram exterminadas em misericórdia para com a raça, para revelar as doutrinas e fatos do futuro reino do Messias. Vemos a sabedoria de Deus na lei levítica, para o desenvolvimento gradual do grande plano de salvação, tanto para torná-lo claro para a razão humana quanto para impressioná-lo profundamente no coração humano.1 AERS 345,1

A Bíblia revela as falhas do povo de Deus, mas não as justifica. Ensina amor, bondade, boa vontade, humildade, abnegação, pureza e tudo o que há de “amável e de boa fama” no caráter humano; ao mesmo tempo que oferece o único meio de elevar e restaurar os errantes ao favor de um Criador justo. AERS 345,2

Oferece apenas alegrias puras, livres de vaidade e corrupção; livre de tudo o que é baixo e sensual. O Alcorão, ao contrário, leva ao ódio, à violência, ao derramamento de sangue, sem mesmo um esforço para fazer disso um mero elemento ou necessidade de um plano para resultar em redenção; apresenta a esperança de poder aqui, e de gratificação luxuriosa no futuro; a esperança de derrubar seus inimigos aqui como o melhor meio de desfrutar de uma pluralidade de esposas no paraíso! Nenhum princípio de justiça a ser obtido - nenhum atributo de Deus honrado e glorificado. Na verdade, ele

deve ser ignorante ou depravado (ou ambos) quem compara o Alcorão com a Bíblia; e que isso é frequentemente feito, tomamos como evidência da perversidade da humanidade. AERS 346,1

O Bispo Sherlock fez a seguinte comparação justa: - AERS 346,2

“Vá para a sua religião natural; estava diante dela Maomé e seus discípulos vestidos em armaduras e em sangue, cavalcando em triunfo sobre os despojos de milhares e dezenas de milhares que caíram por sua espada vitoriosa. Mostre a ela as cidades que ele incendiou, os países que ele devastou e destruiu, e a miséria de todos os habitantes da terra. Quando ela o tiver visto nesta cena, leve-a para seus aposentos, mostre-lhe o aposento do profeta, suas concubinas e esposas, e deixe-a ver seus adultérios e ouvi-lo alegar revelação, e sua divina comissão, para justificar seus desejos e sua opressões. Quando ela estiver cansada com essa perspectiva, mostre-lhe o bendito Jesus, humilde e meigo, fazendo o bem a todos os filhos dos homens, instruindo pacientemente os ignorantes e os perversos. Deixe que ela o veja em suas privacidades mais retiradas; que ela o siga até o monte e ouça suas devoções e súplicas a Deus. Leve-a para sua mesa, para ver sua comida pobre e ouvir seu discurso celestial. Que ela o veja ferido, mas não provocado. Que ela o acompanhe ao tribunal e considere a paciência com que ele suportou o desprezo e as reprovações de seus inimigos. Conduza-a à cruz e deixe que ela o veja nas agonias da morte e ouça sua última oração por seus perseguidores: 'Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem.' Quando a Religião Natural tiver visto os dois, pergunte qual é o profeta de Deus. Mas a resposta dela nós já tivemos; quando ela viu parte dessa cena pelos olhos do centurião que o atendeu na cruz; por ele ela disse, Verdadeiramente, este é o Filho de Deus. ”1 AERS 346,3

Confúcio, sem dúvida, tem direito a mais respeito do que Maomé, pois não parece haver nenhuma evidência de que ele era um impostor; pois ele não era um líder religioso. E, portanto, aqueles que o apresentam como um rival de Cristo não têm mais direito ao crédito do que os devotos ou apologistas de Maomé. Tudo o que se sabe de Confúcio é pela tradição chinesa, que para aqueles de alguma forma familiarizados o caráter chinês, não parece merecer nenhum grande crédito. Sustentando que todos além de suas próprias fronteiras são bárbaros, eles se fecham em sua presunção; e pelos títulos divinos e honras pagas a seus governantes, podemos pronta e justamente concluir que a memória do “Mestre”, como eles chamam de Confúcio, não sofreu em suas mãos. Eles nunca falam de seus governantes sem usar a linguagem mais extravagante; e se seu imperador está doente, ele não pode ter nada menos do que uma “doença celestial”! Sua literatura é geralmente considerada abaixo da mediocridade; seus sistemas educacionais sobrecarregam mais a memória do que o julgamento; como então podemos chegar a uma certeza quanto aos verdadeiros méritos de Confúcio? AERS 347,1

Como um exemplo de sua literatura, tome o seguinte: - AERS 348.1

“O grande extremo é apenas o princípio imaterial. Não é uma existência independente e separada; é encontrado nos princípios masculino e feminino da natureza, nos cinco elementos, em todas as coisas; é apenas um princípio imaterial e, por se estender até o limite extremo, é, portanto, chamado de grande extremo AERS 348.2

“O grande extremo é simplesmente o ponto extremo, além do qual não se pode ir; aquilo que é mais elevado, mais misterioso, mais sutil e mais divino, além do qual não

há passagem ... É o princípio imaterial dos dois poderes, as quatro formas e as oito mudanças da natureza; não podemos dizer que ele não existe e, no entanto, nenhuma forma ou corporeidade pode ser atribuída a ele. A partir deste ponto é produzido o princípio único masculino e feminino na natureza, que são chamados de poderes duais; as quatro formas e as oito mudanças também procedem disso, todas de acordo com uma certa ordem natural, independentemente da força humana em sua disposição. Mas, desde a época de Confúcio, ninguém foi capaz de ter essa ideia. ”-Chinese Repository, vol. 13 . AERS 348.3

Se este fosse um espécime da filosofia de Confúcio (o que provavelmente não é), não poderíamos nos surpreender que AJ Davis o colocasse no "Panteão"; pois o acima se assemelha à filosofia de Davis o suficiente para ter sido escrito por seu irmão gêmeo! AERS 349,1

O “Império do Meio”, uma história do Império Chinês, contém a seguinte declaração: - AERS 349.2

“As observações de Confúcio sobre assuntos religiosos foram muito poucas; ele nunca ensinou o dever do homem a nenhum poder superior do que o chefe do Estado ou da família, embora se supusesse comissionado pelo Céu para restaurar as doutrinas e costumes dos antigos reis. Ele admitiu que não entendia muito sobre os deuses; que estavam além e acima da compreensão do homem, e que as obrigações do homem consistiam antes em cumprir seu dever para com seus parentes e a sociedade, do que adorar espíritos desconhecidos. ”- Vol. 2, pág. 236 . AERS 349.3

Isso é tão bom quanto poderíamos esperar de um político pagão; mas que professores reformadores, que reconhecem as relações morais e a obrigação moral, devem citá-lo como um oráculo, ou colocá-lo no nível de Cristo, e seus ensinamentos no nível da moralidade da Bíblia, é realmente estranho. Só o evangelho mostra como Deus pode ser justo e justificador daquele que crê em Jesus; só ela mostra a verdadeira importância relativa do amor a Deus e do amor ao próximo; somente ela proclama: “Glória a Deus nas alturas e paz na terra, boa vontade para com os homens”. AERS 349,4

Fonte documento original: <https://m.egwwritings.org/en/book/1485.1433#1433>

O AMOR DE DEUS

"Deus é amor." Ele é o mesmo de eternidade a eternidade. Com ele há "nenhuma variação, nem sombra de variação". Tiago 1:17 . Muitos cometeram o grave erro de supor que Deus mudou com as mudanças nas relações do homem com seu governo. Se eles não falam diretamente em palavras, o pensamento muitas vezes se descobre em seus raciocínios, que Deus é diferente, seja em propósito ou disposição, na queda do homem, ou nas mudanças de dispensações, do que ele era nos tempos mais remotos de sua eternidade. Muitos mostram que o consideram apenas como um ditador frio na obra da criação, não tendo sentimentos profundos, sérios e intensos de simpatia e amor pelo trabalho de suas mãos; que ele era apenas um legislador rígido na dispensação levítica, e que se manifestou como amor apenas na presente dispensação ou na dispensação do evangelho. Em nada que possamos conceber poderia haver maior deturpação do caráter divino do que em tal visão. Ele proferiu uma forte reprovação para aqueles que pensam que ele é tal como eles. Salmo 50:21 . E em nada esse erro é mais manifesto do que em representá-lo como mutável em caráter e propósito. AERS 351,1

Deus é amor e ele sempre foi amor. Todas as suas obras foram e são feitas com amor. Não era uma emoção cega e irracional que fez com que todos os filhos de Deus gritassem de alegria quando o grande Criador lançou os alicerces da terra. Um sistema glorioso foi apresentado a sua visão extasiada, e eles entenderam bem que foi para o prazer e a glória do Criador que ele foi trazido à existência. Apocalipse 4:11 . Ele fez com que suas obras maravilhosas fossem lembradas. Salmo 111: 4 . E as criaturas de seu poder não se alegraram sozinhas naquele dia. No sétimo dia, Deus descansou de todo o seu trabalho, "e foi revigorado". Êxodo 31:17. Isso só pode significar que ele gostou do trabalho que fez. E o seu prazer e a importância da sua obra são demonstrados nisto: que ele sempre se revelou, em contraste com os ídolos das nações, como o Deus que fez os céus e a terra. Jeremias 10: 3-16 ; Atos 17:23, 24 ; Apocalipse 10: 5, 6 ; 14: 6, 7 . Verdadeiramente, "os céus proclamam a glória de Deus" (Salmo 19: 1) e, portanto, todos os homens são indesculpáveis diante dele, porque seu poder eterno e divindade são "compreendidos pelas coisas que são feitas". Romanos 1:20 . Para todos esses propósitos elevados, seu trabalho foi considerado "muito bom". AERS 351,2

Novamente, todos eles se alegraram porque foi aberto para seus olhos maravilhados um caminho para a felicidade incomensurável de vastas multidões das criaturas do Altíssimo. Entre aquela multidão alegre e gritando não havia egoísmo. Eles encontraram sua alegria naquilo que trouxe alegria para os outros. A criação do homem apresentou a suas mentes vastas possibilidades, que redundariam para a glória de Deus e para a felicidade da raça. AERS 352.1

Eles ansiavam pelo tempo em que o propósito do Criador seria realizado; quando a terra fosse subjugada e cheia de habitantes, todos felizes como eram, que compartilhariam da eternidade e do favor de Deus, e cantariam para sempre louvores à sua graça. AERS 353.1

Da felicidade que foi armazenada para o homem em sua criação, nós, em nosso estado decaído, com os efeitos da maldição em todas as partes e em nós mesmos, podemos ter apenas uma débil concepção. Colocado em um lindo jardim, com o privilégio de estender sua beleza por toda a terra, no qual estava toda árvore boa para alimento e agradável à vista, ele não precisa trabalhar duro para obter seu alimento ou para ministrar aos seus sentidos, de prazer. A natureza apresentou uma fonte inesgotável de prazer intelectual. O botânico, que passa seu tempo no estudo da vegetação, só pode perceber o prazer que pode ser encontrado em conversar com as flores. Aquele que treina os animais inferiores - que, por sua associação com eles, aprende um pouco de sua inteligência, de sua afeição e fidelidade a seus amigos e benfeitores, pode perceber em um pequeno grau o prazer que sua presença poderia ter proporcionado ao homem se a morte e a maldição não tivessem caído sobre todas as raças. O astrônomo pode apreciar melhor as palavras de inspiração, "que os céus declaram a glória de Deus." Para aquele que entra nos segredos da natureza, cada estrela cintilante, cada botão que se abre, cada folha que cai, cada pedra na montanha, cada animal e inseto, cada combinação dos elementos, apresenta uma página aberta, interessante e instrutiva, tudo levando o observador a louvar e adorar a sabedoria e a bondade do Criador. AERS 353,2

Se Adão tivesse vivido até os dias atuais e tudo permanecido puro e pacífico, que tesouros de conhecimento ele poderia possuir agora! Que profundo deleite ele poderia encontrar no domínio sobre o qual seu amoroso Criador o havia colocado! E, em comparação com sua existência imortal, estes seriam apenas os dias de sua infância; comparado com o que sua mente sempre em expansão poderia alcançar na eternidade, ele ainda estaria nos rudimentos de seus estudos das maravilhosas obras de Deus. Quem pode medir o gozo intelectual que Deus preparou para o homem na criação dos céus e da terra? Quem pode medir o amor de Deus manifestado ao criar o homem com tais capacidades e colocá-lo no meio de tais ambientes? AERS 354.1

Mas o gozo intelectual não era o mais alto, o mais querido, que foi preparado para o homem. A associação com as raças inferiores, o estudo da criação, por mais agradável que fosse, não poderia ter satisfeito toda a sua natureza. O emprego mais agradável, as cenas mais bonitas podem se tornar cansativas sem companhia. Deus, em sua infinita sabedoria e bondade, viu que não era bom para o homem ficar só. Ele fez uma "ajudante" para ele. Em nossa condição caída, com nossas sensibilidades embotadas pelo contato contínuo com o pecado; com todas as nossas faculdades prejudicadas, e especialmente nossa natureza moral enfraquecida, podemos ter apenas uma vaga concepção do amor que animava os seios de Adão e Eva; da felicidade para ele, e para sua raça, que foi armazenada na instituição do casamento. O céu sorriu para eles e os anjos se alegraram com eles em sua plenitude de alegria. AERS 354,2

Mas havia um que tinha ciúmes de sua alegria; com inveja da glória que a terra recém-feita trouxe ao seu Criador. E ele incitou outros a compartilharem de seu ciúme e a se juntarem a ele em sua obra do mal. Ele decidiu, se possível, manchar a obra de modo que se tornasse um cenário de miséria para seus habitantes e repreendesse seu Criador. Ele tentaria a mulher - a mais fraca do nobre casal - a desconfiar da benevolência de Deus e a considerar seu Criador como um governante arbitrário. Ele despertaria sentimentos de egoísmo e obstinação em seu coração, e faria com que ela transmitisse essas qualidades perniciosas para sua posteridade. Ele operaria a ruína, a destruição do homem, e transformaria as alegrias dos anjos em choro pelas desolações que ele

operaria na terra. E, infelizmente, ele conseguiu. Escolhendo uma das criaturas mais brilhantes e sábias da terra como seu instrumento, ele se aproximou da mulher (que, presumindo por suas forças para ficar sozinha, havia deixado o lado de seu marido, como muitas de suas filhas fizeram desde então), e, de maneira insinuante, assim ele se dirigiu a ela sugestivamente: - AERS 355.1

"Deus até mesmo negou a você o privilégio de comer de todas as árvores do jardim? E, principalmente, desta, a mais desejável de todas as árvores para tornar sábio? Deus sabe que, se você comer dele, seus olhos se abrirão e você será semelhante a um deus. É por isso que ele os privaria de seus benefícios. Ele tem ciúme de sua felicidade; com ciúme de sua própria exaltação, para que você não se tornasse mais parecido com ele. Por isso, ele o priva do maior benefício que o jardim possui. E quanto à ameaça de morte - você não morrerá; você não pode morrer. Na melhor das hipóteses, seu corpo é apenas pó. Olhe além disso, para o desenvolvimento de sua natureza superior. Você tem uma parte imortal, sobre a qual a morte não pode ter controle. Não permita que sua elevada natureza imortal seja assim diminuída, mas afirme sua liberdade - seu direito às alegrias daquele conhecimento que somente esta árvore pode transmitir." AERS 355,2

"E quando a mulher viu que a árvore era boa para comida e que era agradável aos olhos, e uma árvore desejável para dar sabedoria, ela tomou do fruto dela, e comeu, e também deu a ela marido com ela; e ele comeu." AERS 356.1

Na transgressão, Adão não foi enganado. 1 Timóteo 2:14 . Ele entendeu muito bem as consequências de sua ação. Mas estar separado daquela que era parte de seu ser e mais querida para ele do que sua vida - perdê-la pela morte e continuar caminhando sozinho pela terra - isso era mais do que ele podia suportar. Se ele nunca a tivesse conhecido, a vida poderia ter sido agradável sem ela. Mas ser privado dela depois de tê-la conhecido e estar associado a ela, a vida não era suportável. Por que esforço ele deve ter passado para chegar a essa conclusão! Ele tinha gostado da presença e conversa de seu Criador; ele tinha se associado com os anjos; ele tinha visto a glória de Deus - uma glória da qual não temos concepção; sua mente captou a beleza do jardim e a beleza da terra como ela seria, quando subjugada pelas mãos dele e de seus filhos; belezas eternas, bênçãos eternas e o favor eterno de Deus revelaram-se diante dele; e ele sacrificou tudo para morrer com sua amada esposa. Ele caiu porque também não confiava em Deus. Ele não podia acreditar que Deus poderia fornecer qualquer bênção que pudesse expiar a perda disso. AERS 356.2

Mas quando ele pecou, a cena mudou - tudo mudou. Todos os seus nobres poderes caíram. Seu amor por sua esposa degenerou. Antes de sua queda, ele escolheu sacrificar a vida, alegrias indescritíveis, o favor de Deus, tudo, por amor a ela. Mas agora, aquele que não foi enganado, que pecou por escolha, estava disposto a jogar a culpa sobre sua esposa e, indiretamente, sobre seu Criador, que, no fundo do amor, havia providenciado para ele uma contrapartida. "A mulher que tu deste para estar comigo, ela me deu da árvore, e eu comi." E assim tem sido desde aquele dia até hoje. A pureza e o altruísmo do primeiro amor do homem foram perdidos. O homem continuou a se desculpar e a jogar a culpa de suas ações sobre outro. Ele abusa dos melhores dons do Céu e culpa o Doador porque eles não respondem bem ao propósito pretendido, quando assim pervertido. Mas toda evasão de responsabilidade, toda desculpa que é oferecida, é prova de uma natureza caída, egoísta e perversa. Pobre homem caído! Ele escolheu seu

próprio destino; e saiu a sentença de que ele deveria morrer e retornar à terra de onde foi tirado. AERS 357,1

Mas a misericórdia de Deus não falhou; ele ainda amava suas criaturas caídas. Era necessário que o homem, inteligente e bem instruído, formasse seu próprio caráter e fosse responsabilizado por suas ações. A obra do Criador foi prejudicada, mas seu conselho não pode ser destruído. A justiça exige que o homem morra, mas o amor pede que se abra um caminho para sua recuperação. O propósito de Deus em criar a terra deve ser vindicado. “Ele o criou não em vão; ele o formou para ser habitado.” Isaías 45:18 .Satanás triunfou sobre o homem, mas o triunfo do mal não é para sempre. O amor de Deus pelo homem é mais profundo do que o de uma mãe por seu filho pequeno. Isaías 49:15 . Foi o mesmo amor que motivou a criação do homem, que motivou a instituição de meios para sua redenção. O evangelho traz ao homem aquilo que estava incluído no propósito original de Deus. E sua honra e glória estão preocupadas com o sucesso deste plano; na salvação do homem e na restituição de seu domínio. O universo não deve ser roubado desta jóia na coroa da glória de seu Criador. AERS 358.1

Assim como pelo próprio homem veio a maldição, também pelo homem deve vir a recuperação. “Visto que a morte veio por um homem”, foi ordenado que também viesse por um homem a ressurreição dos mortos. 1 Coríntios 15:21 . Quando a mulher foi levada à tentação pela serpente, foi determinado que a semente da mulher machucaria a cabeça da serpente. Outro Adão (ver 1 Coríntios 15:45) deve aparecer para tirar o opróbrio do primeiro; fazer o que o primeiro falhou e desfazer o que errou. E desde o momento em que deu a promessa, o Pai multiplicou as instruções para conduzir a raça caída ao conhecimento do grande plano que ele havia arquitetado para destruir o inimigo e suas obras. 1 João 3: 8 ; Hebreus 2:14 . AERS 359,1

E quando as nações se multiplicaram, e todos escolheram seu próprio caminho - “eles não gostavam de reter a Deus em seu conhecimento” - seu amor ainda os seguia. Ele separou Abraão e sua semente das nações, para torná-los os depositários especiais de sua verdade, missionários para o mundo, o povo entre o qual seu conhecimento poderia ser perpetuado e entre as quais o Cristo do Senhor deveria ser revelado. E daí em diante a promessa foi mantida sempre diante deles por sinais e símbolos, por tipos e figuras, da vinda da esperança do mundo, o Ungido. O altar, o profeta, o sacerdote e o rei, todos anunciaram, e todos igualmente representaram, o Messias prometido. Com muita ansiedade este “povo escolhido” aguardava ansiosamente o momento em que o Libertador deveria aparecer. Todo o seu serviço assumiu caráter desta esperança: “O Messias virá;”O“ Ungido do Senhor ”será revelado. Esta foi a palavra de ordem de Israel através dos tempos. AERS 359,2

Mas, com o passar dos séculos, eles se cansaram de esperar. Muitas vezes eles se voltaram para seus próprios caminhos, e Deus os deixou nas mãos de seus inimigos. Muitas calamidades se abateram sobre eles. E quando a "nação de semblante feroz" (Deuteronômio 28:50) inundou a terra, eles, como as nações ao seu redor, fizeram uma aliança com o poder conquistador, na esperança de encontrar aquela paz e segurança nas quais não tinham fé e paciência para esperar o cumprimento do plano de Deus onisciente. Deus havia proposto que Israel “não fosse contado entre as nações”. Números 23: 9. E foi assim que o vínculo com o qual eles consentiram se tornou enfadonho. Aquilo para o qual buscavam alívio tornou-se um fardo. Em sua tristeza,

eles ansiavam excessivamente por libertação e finalmente chegaram a fazer da libertação do jugo romano o principal objetivo da vinda do Messias - o objeto de suas esperanças e o fardo de suas orações. À medida que sua esperança degenerou em um objetivo mundano, eles se tornaram mundanos em sua religião. Eles ansiavam pela restauração do reino, mas deve ser por métodos de sua própria escolha, ou de forma a satisfazer seus desejos ambiciosos. O jugo romano pesava sobre eles; mas a escravidão do pecado, as corrupções de uma natureza decaída e do coração carnal, eles não perceberam. AERS 360.1

Mas Deus não ficou sem testemunhas. Ele deu provas abundantes do tempo e da natureza do trabalho a ser realizado pela vinda de seu Filho. Nascido na obscuridade, não como os reis da terra, não da maneira que satisfaz as mentes dos ambiciosos e mundanos, Jesus ainda tem uma hoste celestial para anunciar seu advento e cantar: “Glória a Deus nas alturas, ” sobre seu desprezado local de nascimento. Os que aguardavam o Santo foram inspirados a anunciar que o menino Jesus era a esperança de Israel e um grande profeta. João Batista foi especialmente comissionado para apresentá-lo formalmente ao povo e declarar que em seus dias o machado foi posto na raiz da árvore e que o fruto da justiça era necessário para encontrar aceitação do Senhor e de sua Ungido. AERS 360.2

No devido tempo, o Messias apareceu. Mas em vez de buscar a exibição e pompa de poder, ele era manso e humilde, e anunciou que o reino dos céus era para os pobres de espírito; que posições exaltadas na igreja, um desejo de ser contado escrupulosamente piedoso, já tem sua recompensa no louvor dos homens, que eles estão buscando, e que eles não puderam acreditar nele enquanto receberam honra um do outro, e não buscaram isso honra que vem de Deus. AERS 361,1

Para nós, neste dia, parece maravilhoso que, com as profecias apontando claramente para a sua vinda; com os inspirados então vivos que declararam ser a salvação de Deus, a esperança de Israel; com o testemunho de João (em cuja luz eles se alegraram por um tempo) de que Jesus era o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo; com o testemunho do Espírito, que repousou visivelmente sobre ele em seu batismo; com o testemunho do Pai falando do Céu, dizendo: Este é meu Filho amado; com a evidência de seus próprios milagres, que parecem colocar todas as dúvidas fora de questão, - dizemos que parece maravilhoso que Israel, a igreja de Deus, seu próprio povo escolhido, feche os olhos contra todas essas evidências, e até mesmo exija sua morte vergonhosa. Mostra o grande perigo de perverter ou negligenciar as palavras dos profetas, e de rebaixar nossa religião para que abrace uma posição exaltada neste mundo. AERS 361,2

E pode ser questionado por que Deus revela seus planos e propósitos gradualmente e por tipos e símbolos; por que ele sofre influências malignas e provações e ambientes desfavoráveis para cegar a mente do povo e impedir o progresso daqueles que desejam escapar das armadilhas do inimigo. Não é apenas justo, mas necessário, que Deus seja honrado exatamente onde foi desonrado. O homem caiu cedendo à tentação; ele deve se levantar vencendo a tentação. Ele caiu ao ser tentado a desconfiar de Deus; ele deve se levantar, se é que ele se levanta, por uma obra de fé. O primeiro passo na queda foi nutrir o desejo de elevar-se acima da posição que um Pai amoroso havia atribuído a ele; o primeiro passo em sua recuperação é pela renúncia de si mesmo, pela humildade, carregando a cruz. Os descendentes de Abraão perderam de vista a fé de Abraão, por

meio da qual “ele foi chamado amigo de Deus”, e andou no caminho de seu primeiro representante, Adão, e se rebelou contra a palavra de seu Criador. Um Salvador do pecado - um Messias em humildade de espírito - eles não podiam aceitar. “Ele veio para os seus e os seus não o receberam”. AERS 362.1

Não podemos dizer que Deus é movido por mais amor em um momento do que em outro, mas podemos dizer que é manifestado de forma a ser apreciado por nós mais em um momento, ou em um evento, do que em outro. De tudo o que o Deus de amor e graça fez pelo homem, nada manifesta tanto seu amor por nós - nada apela tanto aos nossos corações - como o dom de seu Filho para morrer por nossa redenção. “Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” “Não que nós amássemos a Deus, mas que ele nos amou e enviou seu Filho como propiciação pelos nossos pecados”. “Mas Deus recomenda seu amor para conosco, pois, enquanto éramos ainda pecadores, Cristo morreu por nós.” Deus por seu próprio Filho fez os mundos. Hebreus 1: 1, 2. E o Filho de Deus, sem o qual nada do que foi feito se fez, morreu por suas próprias criaturas que estavam em rebelião aberta contra ele; que eram seus inimigos declarados. Se não podemos conceber a alegria, a felicidade que foi armazenada para o homem em sua criação, nos arredores e privilégios conferidos a ele, e nas instituições que o Senhor ordenou para seu benefício, muito menos podemos conceber o amor que planejou e conferiu essas coisas; e menos, muito menos, podemos conceber o amor pelo qual o Criador de tudo deu sua vida - não por seus amigos e seguidores, mas - por seus adversários amargos! O amor do Pai, a encarnação de seu Filho, “o mistério da piedade”, nunca pode ser compreendido por mentes finitas. Através de todas as idades, aprenderemos mais sobre “o amor de Cristo, que excede todo o conhecimento” edia a dia toda a eternidade aumentará a alegria com a qual louvaremos a glória de sua graça. AERS 363,1

Por mãos iníquas ele foi crucificado e morto. Na amargura de seu desapontamento, até mesmo seus discípulos, desprezados pelos homens e temendo por suas próprias vidas, esqueceram as palavras dos profetas e as instruções que haviam recebido de seu amado Mestre. Sua esperança se foi. Aquele em quem eles confiavam deveria redimir Israel, jazia na sepultura. AERS 364,1

“Mas Deus o ressuscitou dos mortos.” Atos 13:30 . Com o reavivamento de sua alegria em sua presença, sua esperança foi reavivada na restauração imediata do reino de Israel. Atos 1: 6 . Mas eles foram informados de que deveriam esperar; que eles devem ser suas testemunhas para todas as nações para reunir um povo para a glória de seu nome. E ele se separou deles e voltou para seu Pai Celestial. Então foi renovada por mensageiros celestiais a promessa que ele havia feito a eles, de que, depois de ter preparado mansões para eles na casa de seu Pai, ele virá novamente e os receberá para si mesmo. A partir dessa época, seu segundo advento foi, para seu povo, “a bendita esperança”. Tito 2:13. Era sua esperança de salvação. Hebreus 9:28 . Eles esperavam por isso como o tempo em que aparecerão com ele na glória. Colossenses 3: 4 . Quando eles forem como ele e o virem como ele é. 1 João 2: 4 . Quando eles receberão uma coroa de vida. 1 Pedro 5: 4 . Quando eles devem revestir a imortalidade e triunfar sobre a morte e a sepultura. 1 Coríntios 15: 51-55 . Quando eles serão restaurados à doce companhia de seus entes queridos que haviam adormecido. 1 Tessalonicenses 4: 13-18 . E para “amar a sua aparência” foi feita a garantia de receber uma “coroa da justiça”. 2 Timóteo 4: 8 . Toda

esperança, toda alegria, toda glória reunida em torno da promessa de seu "segundo advento". AERS 364,2

Era apenas no dia da expiação - uma vez por ano - que o sumo sacerdote ia ao lugar santíssimo para apagar os pecados do povo. Neste dia, o principal de suas solenidades, todo o Israel foi ordenado a afligir suas almas sob pena de ser cortado. Ordens especiais foram dadas para garantir o desempenho bem-sucedido do trabalho do sacerdote. Quão ansiosamente as pessoas esperaram ao redor do santuário, orando para que seus pecados fossem removidos; para que o santuário seja purificado da contaminação de suas iniquidades. Eles entenderam que se tratava do julgamento, a grande avaliação para a decisão de seus casos, que então estavam pendentes perante o trono de Deus. Naquele dia, a glória de Deus apareceu sobre o propiciatório. Foi sobre o propiciatório que o sangue foi aspergido que apagou seus pecados. AERS 365.1

Que momento solene para Israel! Com que ansiedade eles marcavam cada passo à medida que o sacerdote se aproximava do segundo véu que separava o sagrado - o local do serviço comum ou contínuo - e o santíssimo, o local do serviço apenas para este dia. Agora o véu é removido e ele passa para aquele lugar de santidade mais terrível! A nuvem de incenso surge diante dele para proteger seus olhos da plenitude daquela glória sobre a qual um mortal não pode olhar e viver. Todas sem fôlego, as pessoas esperam. A quietude e solenidade da morte repousam sobre a congregação. O sangue foi aspergido sobre o propiciatório; a oferta é aceita; o sumo sacerdote retorna ao sagrado para realizar os últimos ritos ali. Ele se move do altar dourado em direção à porta externa. Com gritos de triunfo arrebatador, eles clamam: Ele está vindo! ele está vindo! Os cantores levantam suas vozes; todos os corações aguardam o momento de alegria em que seu sumo sacerdote aparecerá para pronunciar sobre eles a bênção divina, para assegurar-lhes sua absolvição e que a bênção do Céu seria deles. AERS 365.2

Este serviço no lugar santíssimo, esta obra finalizadora do sacerdote, e sua vinda para abençoar o povo, tipificou o segundo advento do Messias, nosso grande Sumo Sacerdote, e não o primeiro. Seu primeiro advento foi na humildade, como um padrão de sofrimento e de paciência; o segundo será na glória e para a redenção de seu povo. Enquanto Israel assistia e orava, e afligia suas almas, o "pequeno rebanho" deve estar atento ao retorno de seu Senhor. Assim como Israel se alegrou quando marcou o término de sua obra e a proximidade de sua vinda para abençoá-los, assim devem os santos olhar para cima e se alegrar quando virem sua redenção se aproximando. Lucas 21:28. Assim, a palavra de Deus marca o paralelo. Mas como a primeira casa de Israel negligenciou a humilhação do Messias e desejou que ele viesse apenas como um rei, então o segundo Israel agora rejeita a profecia de sua segunda vinda e só pode ver um advento - o da humilhação e do sofrimento. Cada um rejeita a verdade dada em seu próprio tempo. AERS 366,1

Para a Igreja Cristã primitiva, que orou fervorosamente para que o amado Salvador viesse novamente, e "viesse rapidamente", foi uma revelação estranha que seus professos seguidores deveriam deixar de "amar a sua aparição". Mas é assim mesmo; a grande apostasia fez sua obra; o amor de muitos esfriou. Por dizerem: "Meu Senhor tarde virá," - por adiar indefinidamente, eles passaram a questionar: "Onde está a promessa de sua vinda?" - seus olhos estão fechados para a evidência da bendita esperança. AERS 367,1

Mas as misericórdias de Deus são infalíveis. Sua palavra de verdade é tão constante quanto seu trono eterno. Embora todos os homens devam negá-lo, ele não pode negar a si mesmo. Ele é longânimo, não desejando que ninguém pereça, mas que todos cheguem ao arrependimento. 2 Pedro 3: 9 , Ele nunca fez uma grande obra para ou entre o seu povo, “mas revela o seu segredo aos seus servos, os profetas”. Amós 3: 7. Ele nunca enviou julgamentos dolorosos sobre a Terra sem enviar um aviso, e dar aos habitantes uma chance de escapar. Foi assim no tempo do dilúvio, assim no caso do Egito, assim com Nínive, assim com a nação de Israel, a quem ele alegremente teria salvado da ruína, e assim será nos últimos dias Ele ordenou que um alarme soará antes que venha o grande dia do Senhor. Joel 2: 1. O Messias deu sinais que deveriam preceder sua segunda vinda, por meio da qual podemos saber quando ela está próxima, mesmo às portas. Mateus 24 . Ele revelou ao seu povo que embora os ímpios não entendam, e esse dia virá como um ladrão sobre o mundo e uma igreja que ama o mundo, assim como o dilúvio veio de surpresa para aqueles que não aceitaram o aviso, mas os sábios deverão entender; seus vigilantes não estarão nas trevas para que esse dia caia sobre eles como um ladrão. Daniel 12: 4 ; 1 Tessalonicenses 5: 1-4 . AERS 367,2

Sim, ele virá, e os cansados encontrarão descanso. 2 Tessalonicenses 1: 6, 7 . Ele glorificará seus resgatados. Ele redimirá a terra da maldição. Ele vindicará o conselho do Altíssimo, e todas as criaturas se alegrarão juntas nas obras de suas mãos. Todas as coisas serão feitas novas; tristeza e choro não haverá mais. E à medida que incontáveis eras passam pelos milhões redimidos que povoam a terra; enquanto eles magnificam para sempre o poder purificador do sangue de Jesus, que “restaurou todas as coisas”; ao se regozijarem diante do “tabernáculo de Deus” com alegria indescritível e cheia de glória, eles entendem perfeitamente que o propósito eterno de Deus agora está cumprido. Aqui, e somente aqui, eles percebem o amor de Deus na criação! AERS 368,1